

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa

**ALTERNATIVAS AO MODELO HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA: O CASO DA
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DOS GARCIAS NO MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO
(MG).**



ARARAQUARA – SP.

2012

Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa

Alternativas ao modelo hegemônico da agricultura: o caso da associação de produtores rurais dos Garcias no município de Bom Repouso (MG).



Tese de Doutorado, apresentada ao Conselho do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Professora Dra. Darlene A. de Oliveira Ferreira.

ARARAQUARA – SP.

2012

[VERSO DA FOLHA DE ROSTO]

Ficha Catalográfica: deve ser preenchida a solicitação no site da Biblioteca da FCLAr e aguardar o e-mail de confirmação que a ficha será elaborada. Após o reenvio da ficha ao solicitante, este deve imprimir a mesma no verso da folha de rosto.

NISHIKAWA, Dulcelaine Lucia Lopes

ALTERNATIVAS AO MODELO HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DOS GARCIAIS NO MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO (MG)./Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa. – Araraquara-SP

xxx f:il. ; xx cm

Tese de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2012.

1. Atores Sociais, 2. Processo de Modernização Agrícola, 3. *Habitus*, 4. *Estratégia*, 5. Educação Libertária. 6. Associativismo.

Dulcelaine Lucia Lopes Nishikawa

**ALTERNATIVAS AO MODELO HEGEMÔNICO DA AGRICULTURA: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE
PRODUTORES RURAIS DOS GARCIAS NO MUNICÍPIO DE BOM REPOUSO (MG).**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professora Dr. Darlene A. de Oliveira Ferreira.

Linha de Pesquisa: Sociedade Civil, Trabalho e Movimentos Sociais.

Data da defesa: 13/06/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professora Dra. Darlene A. de Oliveira Ferreira

UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara-Sp.

Membro Titular:

Membro Titular:

Membro Titular:

Membro Titular:

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Dedicatória

À minha mãe Augusta, que mesmo de longe nunca me desampara.

Às minhas sobrinhas e aos meus sobrinhos, pelo amor sempre manifestado e o companheirismo nos momentos difíceis de fim de tese, deixo aqui registrado que o meu amor por todos vocês é incondicional.

À minha linda e amada filha Sofia.

AGRADECIMENTOS

O ato de pesquisa não é possível sozinho, ele traz consigo vários participantes diretos e indiretos. Sendo assim, seria difícil elencar todos os sujeitos que mereceriam de alguma forma serem lembrados aqui.

Primeiramente, a Deus que tem me dado forças para superar as minhas dificuldades e limitações.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo carinho e boas risadas quando estamos juntos.

Ao professor Evaldo Espíndola Gaeta, de uma forma especial, pelo convite a participar do *Projeto Mogi-Guaçu* que me abriu os olhos para a necessidade de estudar a ação dos atores sociais da Associação de Bairros dos Garcias, em Bom Repouso (MG), pois nesse momento me senti instigada por ele e me vi com condições de pensar essa pesquisa que aqui se encerra. E preciso agradecê-lo também pelo constante apoio, em todo o tempo da pesquisa, inclusive me possibilitando fazer o trabalho de campo com a infraestrutura do Núcleo de Estudos em Ecossistemas Aquáticos (NEEA-CRHEA-SHS-EESC-USP).

Gostaria de agradecer também às companheiras do *Núcleo de agrotóxico e agricultura alternativa*, especialmente à Maria Edna Tenório Nunes, companheira de pesquisa e pessoa maravilhosa que muito me ensinou sobre processos agronômicos e suas implicações para a saúde dos agricultores e do meio ambiente. E, principalmente, por trabalhar respeitando sempre o conhecimento do outro e se mostrando aberta a ouvir observações e reflexões dos demais colegas sobre o mundo da pesquisa.

E é claro, às minhas amigas de *Núcleo de agrotóxico e agricultura alternativa*, Beatriz Kawamura, pelas risadas e o chocolate para aguentar o frio de Bom Repouso, e a Natalia Costa de Lima, companheira de aventuras atrás do transporte para salvar a perua *kombi* que estava para cair no abismo.

Gostaria de agradecer também à Janete Brigante, com a qual tive a oportunidade de trabalhar no Projeto Mogi-Guaçu e na Aldeia Indígena Índia Vanuíre/ Arco-Íris (SP).

Aos agricultores de Bom Repouso de uma maneira geral, mas meu especial agradecimento ao Senhor Lidelmo, ao Silvaney, à Graziela, ao João Batista, e ao Anilton, por me abrirem suas portas e por expor suas trajetórias de vida de maneira tão desinteressada e amiga.

À minha orientadora Darlene A de Oliveira Ferreira, por ter aceitado minha proposta de pesquisa e estar sempre disposta a ler e discutir comigo os caminhos da pesquisa.

À Professora Dulce Whitaker, minha eterna orientadora, que me instigou a ter o pensamento sociológico sobre o rural e sempre procura respeitar a produção cultural e reflexiva do *outro*.

À Professora Renata Medeiros pelas contribuições na qualificação.

Aos companheiros de “Projeto Mogi-Guaçu”, Evellyn Espíndola pela agradável companhia e a possibilidade de trocas no trabalho de campo; à Márcia Eller, Matheus, Augusto, Nelson, Yuri Hanai, Domingos, Andréia, Ana Lucia, Rita, Adriane, Gisele, Mara, (bibliotecária da USP), Marcelo, Regina, e a tantos outros colegas do projeto e também da USP de São Carlos.

Aos amigos de Pós-graduação, Alberto Brunetta, Géssica Pera, Fabrício, Moisés (Catatau), Rogério (Motoca), Andréia Faria, Ana Fernanda, Pablo, Lila (Eliana), Rafael Belan, pelos cafés e as conversas sobre a pesquisa.

Aos amigos irmãos de coração, aqueles que a gente escolhe e nos acompanham para toda vida: Robson Rodrigues, Adriana Turqueti, Simone Oliveira, Silvio Prado, Marília Godinho, Raquel Godinho, Lilian Godinho, Fabio Grossi, Alessandro Melo, Solange Schiavetto, Sofia Schiavetto, Claudia Benedetti, Valquíria Nunes, Edmundo, Paula Escanuela, Nino, Maria clara, Henrique Carmona, Daniel Amaral, Thauana Gomes, Dona Ana Maria, Dona Almira, Elza, Rita, Jéssica, Juliana e Sr. José.

Aos amigos do Grupo de Arqueologia GEA/CEIMAM/Fundação Araporã, Letícia, Renan, Robert, Sara, Maria Laura, Adriana Saraiva, Isadora, Natalia, Luciane, Diego e Pedro.

Aos amigos da Arqueologia, Louise, Rafael Abreu, Marcel e Juliana.

À Daniela Patrício, pela amizade e pelas correções gramaticais e normativas.

À Simone Loyola, pela amizade e tradução do resumo para a língua Inglesa.

A todos os outros amigos que por ventura não tenham sido citados, mas que sabem que moram efetivamente no meu coração.

Ao programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP, campus de Araraquara (SP), que aceitou minha proposta de pesquisa e por todo o apoio institucional oferecido.

Aos funcionários da Pós-graduação de uma maneira geral, mas de especial forma ao Henrique Fernandes Júnior, Assistente Administrativo do Programa de Sociologia, pessoa ímpar que está sempre disposta a ajudar naquilo que for preciso, orientando e fazendo o papel de mediação entre os alunos e o conselho do programa.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, sem a qual seria completamente inviável desenvolver a pesquisa.

E por último, mas não menos importante, ao Mario Nishikawa e à Sofia Lopes Nishikawa meus amores e companheiros de leituras e aventuras, com quem eu venho tentando construir um mundo mais humano, preocupado com o meio ambiente.

Irmãos da lua

Somos todos irmãos da lua

Moramos na mesma rua

Bebemos no mesmo copo

A mesma bebida crua

O caminho já não é novo

Por ele é que passa o povo

Farinha do mesmo saco

Galinha do mesmo ovo

Mas nada é melhor, que a água.

A terra é a mãe de todos

O ar é que toca o homem

E o homem maneja o fogo

E o homem possui a fala

E a fala edifica o canto

E o canto repousa a alma

Da alma depende a calma

E a calma é irmã do simples

E o simples resolve tudo

Mas tudo na vida às vezes

Consiste em não se ter nada...

(Renato Teixeira)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bom Repouso (MG) Síntese das Informações do Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo.....	41
Figura 2 - Disposição populacional do Município de Bom Repouso (MG).....	41
Figura 3 - Localização do município de Bom Repouso (MG)	42
Figura 4 - Mapa que apresenta o curso de água e o trajeto percorrido pelo o rio Mogi-Guaçu. Em destaque a região de montante da Bacia Hidrográfica.....	43
Figura 5 - Foto de imagem satélite do Bairro dos Garcias, no município de Bom Repouso (MG), é possível visualizar os túneis que fazem a cobertura do morango nas áreas de cultivo.	43
Figura 6 - Plantação de morango (lado esquerdo) e vista de área urbana destacando as lavouras de morango em áreas próximas do núcleo urbano (lado direito).....	44
Figura 7 - Dados gráficos do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico sobre a base da economia no município de Bom Repouso/MG.	44
Gráfico 1 Rendimento escolar no Município na zona rural do Bom Repouso/MG.	48
Tabela 1 - Casos Registrados de Intoxicação humana por agente Tóxico e Centros dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2009.	49
Quadro 1 - Normatizações retiradas do NR 31 – Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura	52
Gráfico 2 - Uso das nascentes no Município de Bom Repouso/MG.....	56
Gráfico 3 - Quadro avaliativo dos graus de perturbação as áreas de nascentes no Município de Bom Repouso/MG.....	57
Gráfico 4 – Avaliação dos graus de perturbação as áreas de nascentes no Município de Bom Repouso/MG.....	58

LISTA DE SIGLAS

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CODEMA- Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CRHEA- Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada

EESC- Escola de Engenharia de São Carlos

FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

GESTRU- Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho Rural

IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEEA- Núcleo em Estudos Ecossistemas Aquáticos

SHS- Departamento Hidráulica e Saneamento

USP- Universidade de São Paulo

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura

PRONAF- Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura

PIMo –programa de produção integrada de morango

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SINTOX- Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas

UGRHI- Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos

RESUMO

A tese “Alternativas ao modelo hegemônico da agricultura: o caso da associação de produtores rurais dos Garcias no município de Bom Repouso (MG)”, destaca a importância do entendimento da lógica operacional dos agricultores familiares, desses atores sociais em suas ações coletivas que buscam a manutenção dos seus espaços de vida e de trabalho e que, para tanto, têm trabalhado de maneira coletiva e vêm reconstruindo os laços de sociabilidade e solidariedade promovendo a retomada seu patrimônio sociocultural. Nesse estudo verificou-se que, para atingir esses objetivos, os atores sociais têm se munido do *habitus*. Contudo, identificou-se que a investida do modelo de produção agrícola hegemônico não tem permitido que a sua lógica, que é mais voltada aos tratos com o meio ambiente, esteja prevalecendo.

Para conseguir então resolver este problema, os agricultores desenvolvem estratégias. E acabam por mesclar os modelos que estão em disputa. O motivo que leva os agricultores a desenvolverem essa prática está intimamente ligado à história da implantação da política de modernização agrícola implantada no Brasil. Essa política foi alicerçada no modelo de Ciência e de Educação pensado para efetivar a adesão dos agricultores. Esse modelo não só interferiu no modo produtivo, mas também na vida social dos indivíduos e na sua relação com o ambiente. Essa tese procurou desvelar as relações dos agricultores por dentro, refazendo as suas trajetórias por meio de depoimentos orais. A busca pela compreensão da lógica se deu devido aos agricultores terem tido uma experiência positiva com a produção orgânica, mas, aparentemente, voltado ao método de produção convencional. Diante dessa realidade, os agricultores passaram a produzir de forma coletiva para superar os entraves à sua produção e à manutenção nas suas áreas de cultivo. Com isso, passaram a construir estratégias de adesão ao mercado se valendo da ação dos diversos agentes que os procuram para propor capacitação. A tese possibilitou compreender que esses atores sociais poderiam sim, de fato, ser agentes de transformação socioambientais na área da Bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, desde que fosse respeitado o seu modo de pensar e agir e que as possíveis necessidades de mudança fossem mediatizadas pelo diálogo entre os diversos agentes sociais, não de forma impositiva, mas sim dentro de uma perspectiva compatível proposta de Paulo Freire (1983) que vise a uma transformação por meio de uma Educação libertária.

Palavras chaves: Atores Sociais, Processo de Modernização Agrícola, *Habitus*, *Estratégia*, Educação Libertária, associativismo.

ABSTRACT

That thesis "Alternatives to the hegemonic model of agriculture: the case of the association of farmers of the Garcias in Bom Repouso City (MG) and their function to the Mogi-Guaçu's Basin recovery. We traverse the historical construction of the process of agricultural modernization and their social environmental implications to achieve the thesis' objectives. To understand the social actors' actions and their logic we have recourse to the Bourdieu's concepts (2004): habitus, field, sociability, social actors and career. In that direction, the study highlights to the importance of understanding the operational logic of family farmers. The logic of those social actors and their collective actions seeking to maintain their living and work spaces. The actions developed for them have been rebuilt the sociability and solidarity ties to promote the resumption of their social cultural heritage. In that study was realized that to achieve those goals, the social actors have to carry their own habitus, however, realized that the onset of the hegemonic model of agricultural production has not allowed that their logic more focused on dealings with the environment prevail. Farmers to solve their problem develop strategies that end up to merge the templates that are in dispute. We observed that the motivation that leads the farmers to develop their practice is closely linked to the history of the implementing of the agricultural modernization policy implemented in Brazil. It deals of a policy based on a science and education model designed to enforce the farmers' compliance. That model not only interfered to productive, but also to the social life of individuals and their relationship to the environment. Face those findings, that thesis search to uncover the relationships between farmers inside, retracing their path through oral testimony. The search for understanding the logic was due to the identification of significant experiences of farmers to organic production, but in the course of the study, were apparently left to return as the conventional method. To do that, began to draw of the assistance of several agents that seek to propose training. However, what was noted that the design of the external social agents was based on the extent of knowledge and not in communication, therefore, disregard the culture and socio-cultural heritage of these social actors. Finally, that research identified that there is a possibility of social environment transformation in the Mogi Guaçu River Basin Mogi through the social actors' actions since that respect their thinking and acting way. And those changes been mediated by the dialogue between various social agents within an approach proposed by Paulo Freire (1983): transformation through a liberating education.

Key-words: social actors, process of agricultural modernization, *habitus*, *strategy*, Libertarian Education, associations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Hipóteses.....	23
1.2 Objeto de Estudo	24
1.3 Objetivos.....	27
1.4 Metodologia.....	27
1.5 Caracterização socioambiental da área de estudo e a pesquisa desenvolvida no Âmbito do Projeto Mogi-Guaçu.....	38
1.6 A trajetória de pesquisa no entorno da Bacia do Mogi-Guaçu: entendendo o papel dos atores sociais na sua transformação.....	45
2 REVISÃO DA LITERATURA	63
2.1 O processo educacional formal como fator preponderante para as mudanças no mundo rural.	73
2.2 Associação de Produtores Coração do Vale e a organização produtiva e social no entorno da Bacia do Mogi-Guaçu.	91
2.3 Associações “Coração do Vale” a luz dos conceitos de <i>Habitus, Campos, Prática e Estratégia</i>, de Pierre Bourdieu.....	113
3 QUESTÕES ANALÍTICAS E QUESTÕES SISTÊMICAS: INTERPRETANDO E COMPREENDENDO O DISCURSO DOS ATORES SOCIAIS.	129
3.1 Trajetórias dos agricultores.....	136
3.2 A formação da Associação de Moradores	144
3.3 A associação de produtores e a inserção do orgânico	155
3.5 Os problemas pelos quais passam os agricultores e as estratégias de preservação e manutenção da sua condição de agricultor.	174
3.6 O trabalho associativo dos atores sociais analisado na perspectiva dos conceitos de <i>habitus</i> e do <i>Ethos</i> de Pierre Bourdieu.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS	211
GLOSSÁRIO	226

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta uma análise a respeito da atividade produtiva desenvolvida por agricultores familiares ligados à associação de produtores do município de Bom Repouso/MG, na região de montante da microbacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu.

A organização em forma de associações e cooperativas tem sido muito estudada pela Sociologia. Nesses estudos considera-se que o trabalho de forma coletiva é uma estratégia que facilita a manutenção dos agricultores como produtores no campo, apesar das adversidades pelas quais passam para desenvolver as suas atividades produtivas dentro do sistema capitalista. Diante dessa constatação, o estudo que se apresenta nessa tese buscou realizar uma análise do papel dos agricultores que se encontravam associados à produção de morango no Bairro dos Garcias em Bom Repouso (MG). Na verdade, buscou-se compreender se o fato desses sujeitos se organizarem em associação torna a sua manutenção viável como produtores na zona rural e se as ações desenvolvidas por eles permitiam vislumbrá-los como promotores da conservação e preservação do Meio Ambiente. Primeiramente devemos salientar que a pesquisa que desenvolvemos foi fruto da nossa participação como pesquisadora voluntária em um projeto promovido pelo Núcleo de Estudos em Ecossistemas Aquáticos (NEEA-CRHEA-SHS-EESC-USP), intitulado “Projeto Mogi-Guaçu”. Trata-se de um projeto com o foco principal de atuar de maneira participativa no sentido de estimular os munícipes ao gerenciamento integrado da bacia hidrográfica, de forma a prevenir impactos negativos sobre o ambiente e sobre a qualidade de vida no município como um todo. Assim, o projeto buscou introduzir boas práticas de manejo dos recursos hídricos apostando num processo educativo. A participação de maneira mais efetiva, no entanto, se deu no Núcleo de Agrotóxico e Agricultura Alternativa pertencente ao referido projeto. No Núcleo pudemos diagnosticar que havia um uso indiscriminado de agrotóxico entre os agricultores, principalmente no cultivo de batata e morango, com riscos constantes de intoxicação. O cultivo de morango de maneira tradicional produz um forte impacto ambiental. Diante dessa constatação a equipe do Núcleo de Agrotóxico passa a efetivar um processo de formação e informação sobre os possíveis impactos do uso dos insumos agrícolas de forma indiscriminada, reforça ainda a necessidade de se ter cuidado com a saúde do agricultor e do consumidor, dando cursos de capacitação sobre a agricultura alternativa.

Essa era a prerrogativa do Núcleo já que os problemas gerados por essa prática não se restringiam apenas à saúde do agricultor, mas repercutiam no bem estar de toda a

sociedade. A nossa preocupação, naquele momento, era incentivar a prática de uma agricultura alternativa, de menor impacto para a saúde do consumidor, para a saúde do produtor e principalmente de menor impacto para meio ambiente. Enfim, visávamos promover a proteção dos recursos hídricos na região de montante da bacia do rio Mogi-Guaçu, no Município de Repouso/MG.

A atividade desenvolvida nesse núcleo colocou-nos em contato com um grupo de agricultores que, naquele momento, encontrava-se unidos na forma de associação no Bairro dos Garcias e assim, permitiu-nos o acesso às informações prévias da área de estudo, podendo gerar um diagnóstico. Esse contato foi importante, pois possibilitou averiguar que a “Associação de Produtores Rurais do Bairro do Garcias” se constituía como uma precursora da formação de novas associações e tinha no seu ideal disseminar a produção dentro dos princípios da agricultura orgânica. A partir dessa análise inicial, verificamos que foi de fundamental importância se fazer uma avaliação do processo de formação e atuação dessa entidade na região. E por meio dos estudos já consolidados a montante da Bacia do Mogi-Guaçu compreendemos que há necessidade de se ter uma abrangência mais efetiva do manejo das práticas agrícolas que vêm sendo desenvolvidas nessa área, pois, verificamos que era preciso mudar o atual quadro de degradação, a fim de possibilitar um uso e ocupação do solo de forma mais apropriada.

Sendo assim, o texto que elaboramos para apresentação da tese compreende dois momentos. No primeiro buscamos explicar o contexto no qual o estudo se insere, reportando as investigações realizadas pelo grupo de pesquisadores que compunha o projeto Mogi-Guaçu. No segundo momento a tese elencará a formação da associação de bairros que posteriormente originou a de produtores orgânicos que culminou na atual associação intitulada “Coração do vale.” É importante dizer que o objetivo da pesquisa era observar a ação desses agricultores com um olhar atento, pois procurávamos entender a lógica que permeava as escolhas dos agricultores que se encontravam associados para o desenvolvimento da atividade produtiva no bairro dos Garcias, Bom Repouso, (MG).

Destacamos que esses agricultores desenvolviam a sua atividade produtiva mediante uma lógica própria e, aparentemente, a escolha pelo modelo produtivo convencional disseminou-se, ainda que os agricultores tenham experimentado desenvolver uma prática agrícola mais condizente com as prerrogativas ambientais. Os agricultores, de uma maneira geral, têm dificuldades para desenvolver suas atividades produtivas porque o modelo de produção para acumulação capitalista, que visa uma série de condições técnicas e econômicas,

não é acessível e muitas vezes se apresenta como entrave a essa produção. E esses agricultores entendiam que a forma mais adequada para a superação desses entraves é a organização associativa.

Com o intuito de entender como se compõe essa lógica e como ela é munida de subsídios teóricos, passamos a analisar como se deu a construção de um modelo produtivo agrícola para o Brasil e com essa mesma finalidade fizemos uma descrição do programa de extensão rural implantado. Procurávamos esclarecer em que medida os programas de extensão rural e o modelo de modernização agrícola influenciaram a ação da associação de produtores de Bom Repouso (MG). Após a exposição desse quadro teórico, passamos a compreender quais têm sido as suas implicações sociais, culturais e ambientais.

Ainda na tentativa de construção desse quadro teórico, optamos por realizar uma análise sobre quais são as suas implicações desse modelo produtivo para os agricultores familiares, tanto no que compete aos aspectos produtivos, quanto na possibilidade de escoamento dessa produção. Destacamos que o entendimento da lógica do agricultor está intimamente relacionado ao processo de educação que foi pensado para o campo. A teoria de Paulo Freire (1983) contribui e esclarece, a esse respeito, à medida que em uma das suas obras discute se realmente o que tivemos no Brasil foi *extensão rural ou comunicação*.

Consideramos que a leitura da obra de Freire (1983) permite ampliar a compreensão de quais foram as prerrogativas que cooperaram para que o agricultor aderisse ao modelo de produção convencional. Nessa mesma linha de pensamento de Freire (1983), outros autores como Souza Santos (2002) e Fonseca (1985) elaboram estudos para uma compreensão de qual foi o papel da Ciência para que o modelo convencional de produção fosse o mais utilizado e defendido pelos agricultores, mesmo quando eles entendem a implicação social e ambiental que esse modelo traz consigo.

No último capítulo da tese apresentamos uma avaliação das questões sistêmicas e analíticas da ação dos atores sociais do Bairro dos Garcias, Bom Repouso (MG). Fazemos tal análise objetivando a possibilidade de entendimento da lógica impressa nos agricultores. Para tanto, desenvolvemos a interpretação com base em pressupostos históricos e também conceituais.

Entre os pressupostos históricos destacamos a influência do modelo de extensão rural pensada e aplicada no Brasil, o processo de modernização visando à descaracterização desse homem rural no sentido de garantir a manutenção e a construção de um processo de produção

predominantemente capitalista no campo. Por fim, mencionamos a lógica que está impressa nos agricultores e como eles alimentam essa lógica. Nessa parte da análise nos apoiamos no quadro conceitual de Pierre Bourdieu, pois consideramos que as contribuições desse pesquisador são de fundamental importância para se entender essa lógica. Podemos afirmar que alguns conceitos específicos facilitaram, e muito, a construção do quadro conceitual. Entre os conceitos de Bourdieu trabalhamos com o de *estratégia*, de *campo*, de *sociabilidade*, de *habitus* e o de *prática*. Devemos enfatizar que esses conceitos não são utilizados isoladamente nesse estudo, mas de maneira articulada, pois verificamos que, ao desenvolver as estratégias de sobrevivência num contexto de agricultura modernizante, os agentes sociais estão em um Campo de disputas, à medida que eles escolhem e desenvolvem uma *Prática*. E essa *Prática* é constituída pelo *Habitus*. Enfim, elegemos o quadro conceitual de Bourdieu por considerá-lo como facilitador da compreensão da lógica dos agricultores.

1.1 Hipóteses

Por meio das informações coletadas na área de estudo chegamos a duas hipóteses: os agricultores que se organizam em forma de associações de produtores de morango no bairro dos Garcia, do município de Bom Repouso/MG, não são recipientes passivos das informações que os orientam. As suas trajetórias anteriores garantem que possuem a formação do *Habitus*, conforme o conceito de Bourdieu. E é possível se pensar no fortalecimento do *ethos* desses agentes sociais e é, por sua vez, verossímil que esse fortalecimento facilite a internalização dos cuidados com o meio ambiente e o trabalho de maneira coletiva. A segunda hipótese foi formulada no sentido de compreender como esses agentes sociais se organizam diante do contexto econômico e social no qual estão inseridos, isso devido à compreensão de que eles precisam ter a reprodução das suas formas de vida estabelecidas e estruturadas e de que, portanto, isso torna sua ação limitada. Reconhecendo a limitação da ação dos agricultores entendemos que é preciso verificar por qual motivo os agricultores assumem uma prática produtiva, que é perigosa para a sua saúde, ao meio ambiente e aos consumidores. E porque, mesmo quando sabem qual seria a forma mais adequada para desenvolver o seu processos produtivos sem impactos, ou com mínimo de impacto, escolhem o padrão convencional de produção. Para a compreensão desse fator elaboramos a segunda hipótese: a adesão ao processo produtivo nos modos convencionais está, a princípio, associada a um processo de capacitação dos produtores. Estes foram treinados e não educados numa perspectiva ética que respeite os princípios ecológicos, porque houve um *divórcio* entre o conhecimento produzido

por eles e o conhecimento científico e por esse motivo as ações têm sido deletérias ao meio ambiente, não se restringindo apenas ao espaço físico, mas causando danos à sociedade como um todo. Lembrando que as práticas dos agricultores estão, tal como formula Bourdieu, em um campo de disputa e dentro de uma estrutura organizacional. Portanto, é preciso estar apto para mudar ou dar continuidade nas regras desse jogo.

Nesse sentido, a nossa finalidade foi saber se a lógica expressa na ação dos sujeitos da pesquisa pode significar apenas tática para manter-se na atividade produtiva, ou se os agricultores, na verdade, possuem de fato o *habitus*. E se esse realmente facilita a adesão a uma produção sensível com relação aos tratos do meio ambiente. A base teórica da nossa reflexão, como já foi dito anteriormente, está nas formulações de Bourdieu sobre o conceito de *habitus*, assim como sobre os conceitos de *campo*, *prática* e *estratégia*.

Vamos verificar se a lógica impressa nos agentes sociais permite observar que há por parte deles uma organização peculiar dentro desse campo de disputas, no qual eles se utilizam do *habitus* para desenvolver estratégias que possam mantê-los como produtores rurais. Para tanto, faremos a reconstrução da trajetória desses atores sociais que estiveram de alguma forma ligados ao processo de formação da associação do bairro dos Garcias - Bom Repouso/MG - utilizando as suas narrativas, ou seja, os depoimentos orais. Com esses depoimentos buscamos resgatar as suas trajetórias, a sua sociabilidade e sua inserção no processo de produção na forma associativa.

1.2 Objeto de Estudo

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa apresentada nessa tese foi fruto da nossa inserção como pesquisadora voluntária no “Núcleo de Agrotóxicos e Agricultura Alternativa”, no âmbito do “PROJETO MOGI-GUAÇU”. A prerrogativa do projeto era promoção de um manejo dos recursos hídricos no município e região de forma mais equilibrada e condizente com os tratos necessários a preservação das condições ambientais, ou seja, tinha uma perspectiva de promoção de extensão para a superação dos problemas observados no entorno da bacia. O projeto foi pensado no sentido de responder ao diagnóstico feito pelo grupo de pesquisadores vinculados ao Núcleo em Estudos Ecossistemas Aquáticos havia realizado na região entre os anos de 2000 e 2004, de estudos de avaliações físicas, químicas, biológicas e toxicológicas dos sistemas fluviais. Além disso, realizou um estudo das atividades antrópicas ao longo de toda a bacia. Os pesquisadores Espíndola e Brigante em conjunto com outros pesquisadores já havia feito uma ampla avaliação no entorno da bacia,

relatando todos os aspectos da a qualidade dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, incluindo alguns dos seus tributários A partir dos resultados obtidos por essa pesquisa, constatou-se a importância da região de montante no contexto geral da bacia, cuja riqueza hídrica está ameaçada em sua sobrevivência, pelas atividades antrópicas. Nesse sentido foram criados varias frentes de ação, sendo esses: educação ambiental, reflorestamento, saneamento básico, ações essas que visavam suprimir a prática abusiva. Diante desse diagnóstico os pesquisadores elegeram a região de montante e o Alto Mogi como prioritário para as ações de defesa do meio ambiente, buscando, dessa forma, reverter a espiral de degradação observada e trazendo reflexos positivos para a bacia hidrográfica, para isso foi criado o “Projeto Mogi-Guaçu”. Os objetivos do projeto foram aprovados em 30 de junho de 2004 pelo Programa Petrobrás Ambiental” e se fundamentaram em nortear ações que refletissem na preservação e atenuação dos impactos ambientais identificados na região de estudo, com ênfase na proteção dos recursos hídricos, além de contemplar medidas direcionadas aos setores sociais e econômicos, assim como, de saúde pública.

A bacia do rio Mogi-Guaçu sustenta diversas atividades econômicas de grande importância, tanto para o estado de Minas Gerais, quanto para o estado de São Paulo, gerando divisas para os dois. Contudo, percebeu-se que os aspectos econômicos têm se sobreposto aos ambientais, causando problemas com reflexos negativos que são irreversíveis para o ecossistema e para a continuidade das atividades, na medida em que estas interferências refletem na potencialidade da área. Pode-se citar, entre muitas das interferências, o lançamento de esgoto *in natura*, que vem se agravando devido ao processo de urbanização dessas regiões, além do despejo de diversas substâncias químicas como as da indústria de papel e celulose e a exploração mineral na calha do rio (BRIGANTE, ESPINDOLA, 2003). A água proveniente dessa bacia é o elemento central na vida e na economia dessa região e, desse modo, os recursos hídricos necessitam ser preservados e a sua qualidade e quantidade mantida para as gerações atuais e futuras.

O Projeto Mogi-Guaçu, no que compete às questões agrícolas, buscou orientar os agricultores sobre a necessidade de cuidados com o uso de agrotóxicos e, ao mesmo tempo, incentivar a introdução de uma agricultura alternativa de menor impacto, como a agricultura orgânica, visando a proteção dos recursos hídricos situados na montante da bacia do rio Mogi-Guaçu.

A nossa participação nas atividades do “Projeto Mogi-Guaçu” possibilitou uma análise prévia da área de estudo e permitiu identificar a “Associação de Produtores Rurais do Bairro do Garcias,” como sendo uma precursora da formação de novas associações, tendo por objetivo a produção dentro dos princípios da agricultura orgânica. A partir dessa análise inicial, verificou-se ser fundamental importância se fazer uma avaliação do modo de pensar que se encontra impresso nesses sujeitos sociais que se estão associados em prol da produção desenvolvida de maneira associativa, e investigar o processo de formação e atuação dessa entidade na região.

O nosso primeiro contato com os agricultores foi no momento da aplicação dos questionários avaliativos acerca dos problemas socioambientais presentes nas áreas de cultivo nos bairros rurais de Bom Repouso (MG). Naquele momento de pesquisa foram avaliados todos os bairros rurais do município e o quadro de uma maneira geral não se alterava. Os agricultores explicavam a dificuldade de plantio devido à falta de financiamento agrícola. A assistência técnica precária do agrônomo da EMATER, que nem sempre era especialista em cultivo de morango, a dificuldade de se entender a linguagem técnica das bulas etc. No entanto, verificamos que os agricultores do bairro dos Garcias traziam uma particularidade, o trabalho coletivo na horta de orgânicos destinados à merenda escolar. Nesse momento tivemos um contato mais próximo com os produtores Silvanei da Silva, Lidelmo de Andrade, Anilton Rodrigues e João Batista.

Eles traziam a informação de que a horta era uma ação conjunta de vários agentes sociais do Município entre eles a Historiadora Rosina Assis de Andrade Mariano e o Padre João Batista. Os agricultores afirmaram que se voltou para a produção de orgânicos devido ao fato de terem sido detectados um aumento dos problemas de saúde no município e também a dificuldade de garantir uma renda fixa que pudesse sustentar as suas famílias. Então, a historiadora cedeu uma área de sua propriedade para essa finalidade. Eles, além da atividade de cultivo orgânico, continuavam produzindo em suas propriedades o morango convencional. O senhor Lidelmo explicou que a horta estava favorecendo, e muito, os agricultores associados de uma forma geral, porque trazia uma complementação da renda. Nesse momento, afirmavam também que o trabalho coletivo estava dando certo e que todos trabalhavam juntos nos finais de semana, mas que nos dias de semana era feito um rodízio em que duas pessoas desenvolviam os tratos necessários para a manutenção da horta. Com o auxílio do padre, os agricultores conheceram o agrônomo Paulo Pegas, e nesse momento os agricultores passaram a trabalhar com o auxílio da ONG Sapucaí de Pouso Alegre (MG). O

agrônomo então desenvolveu a proposta do projeto de horta orgânica e passaram a trabalhar com um grupo de 12 agricultores e a produção da horta, a ser vendida e doada de forma simultânea para a escola. Essa proposta de venda simultânea é promovida em função do financiamento do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Na opinião dos agricultores, os produtos tinham uma boa aceitação na escola, mas encontravam alguns entraves que foram sendo superados pelo trabalho de Educação Ambiental que esses agricultores desenvolviam junto às escolas do município. É fato, que os agricultores associados eram uma referência, porque nas 166 entrevistas desenvolvidas nos bairros rurais a única referência de produção orgânica era a do Bairro dos Garcias. Os pais das crianças explicavam que eram feitas visitas à área de cultivo dos orgânicos e as crianças ao retornarem as suas casas perguntavam por que os pais também não aderiam ao sistema orgânico. Dessa maneira julgamos importante, colocaram a associação do Bairro dos Garcias no foco da nossa pesquisa.

1.3 Objetivos

Diante dos aspectos mencionados anteriormente, essa pesquisa teve por objetivo realizar uma avaliação a respeito da importância dos agricultores familiares ligados à “Associação do Bairro dos Garcias” no que compete à sua atividade econômica e social no Município. Bem como do processo que levou os levou a optar pela produção agrícola de forma orgânica em um determinado momento e a retomada da produção na forma convencional no momento seguinte. Enfim, o foco da pesquisa foi entender como pensa o agricultor quando elabora e executa a sua atividade produtiva e o que permeia a lógica desse sujeito no momento em que faz a sua opção por um dos modelos de produção.

1.4 Metodologia

A metodologia utilizada aqui reflete uma inquietação que acompanha a nossa trajetória de pesquisa na área rural desde a iniciação científica. A busca pelo conhecimento das ações desenvolvidas pelos atores sociais de maneira mais apropriada sempre foi uma prerrogativa. Primeiramente, porque, tal como observa Brandão (1987), entendemos que os sujeitos conhecidos como homens do campo, agricultores, não tiveram notoriedade nas Ciências Sociais. Verificamos que o agricultor, o lavrador, foi visto por muito tempo como “jeca tatu”, numa sedimentação da perspectiva apresentada pela literatura de Monteiro

Lobato, por exemplo. Cabe lembrar que o escritor desenvolveu nos seus famosos textos literários uma visão estereotipada e pejorativa do homem do campo. Para esse autor o homem do campo era visto como sendo aquele sujeito preguiçoso, que não se preocupa com a higiene, ou seja, um ser que é totalmente ignorante e desprovido de “cultura”.

Entendemos que é preciso romper definitivamente com esse estereótipo. E tal como Brandão (1987), esperamos que um dia as Ciências Sociais, por dever de justiça, façam jus ao conhecimento produzido pelos “os velhos sábios do lugar.” Claro que não podemos deixar de mencionar que alguns pesquisadores já fizeram esse caminho. Entre eles devemos destacar Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) em seu estudo *Os bairros rurais Paulistas* e também, Antonio Candido (1989) com *Os parceiros do Rio Bonito*.

Otávio Ianni (1986) nos esclarece que foi tardio o abandono da visão preconceituosa e estereotipada do campo e do homem do campo. Para o sociólogo, o rompimento com a visão simplista para uma efetiva preocupação com os problemas que envolvem interesses desses sujeitos, que sempre esteve à margem passa, assim, a estar presente nas Ciências Sociais ainda que tardiamente (IANNI, 1986, p.114).

Observamos que na atualidade a Ciência continua contribuindo para que essa visão estereotipada se perpetue, e ainda desvela um preconceito que supostamente o pesquisador não deveria ter. Mas como a Ciência é centrada na vida urbana, esse preconceito se instaura sem sequer o pesquisador perceber, traduzindo-o, muitas vezes, em uma leitura enviesada da ruralidade, ou análises desconectadas do real, e isso faz com que assuma uma forma caricatural. Esse pesquisador acaba reproduzindo um discurso ideológico dominante. É bem comum encontrar análises que consideram os agricultores, que por ventura optam por participar de um movimento social, como espertalhões, e há aquelas que apresentam uma inconformidade ao ver que esses sujeitos almejam as mesmas condições de consumo do homem da cidade. Mas a visão mais corriqueira é aquela em que os agricultores são ignorantes, que lutam para não aderir aos desígnios de uma produção moderna e competente e, devido serem portadores de tal ignorância, não conseguem utilizar corretamente as ferramentas que os tornariam mais produtivos. Enfim, em alguns momentos podemos até dizer que os sujeitos são vistos de maneira idiotizada.

Diante dessa constatação, a nossa primeira tarefa foi desvelar esses preconceitos que, como bem esclarece Whitaker (2005), derivam da dominação do rural pelo urbano, da emergência do capitalismo enquanto sistema econômico que sempre privilegiou a industrialização em detrimento do rural.

O que podemos observar dessa relação desigual é que, na verdade, a vida rural sempre esteve associada ao mundo urbano. Porém, com o processo de modernização agrícola, o mundo urbano se engendra de maneira usurpadora sobre a cultura do outro. E, dessa forma, passa a desqualificá-lo como sendo aquele que não está apto a se modernizar e tornar-se competitivo, aquele que simboliza o atraso e que precisa ser educado para atender os objetivos da ideologia da sociedade urbana e industrial.

Os instrumentos de dominação vão desde desqualificar o conhecimento desses sujeitos, até proporcionar um aporte tecnológico com ferramentas, sementes e claro, insumos agrícolas que possibilitariam sua adesão ao mundo do mercado.

E esses sujeitos, acabam muitas vezes sendo duplamente vítimas desse sistema: porque o aporte tecnológico não garantiu a produtividade que era esperada tornando-se difícil equacionar os gastos com a implementação do sistema de cultivo convencional, principalmente quando as áreas são demasiadamente pequenas.

E é claro que esses sujeitos buscam a integração, afinal como sobreviver no mundo do mercado sem se integrar? E são esses atores sociais que vivem num constante impasse que procuramos conhecer a fundo, são esses sujeitos que se buscam uma adequação ao modelo produtivo capitalista e são vistos pela Ciência como precursores de degradação ambiental. Enfim, os agricultores vivem num constante dilema: se aderem são agentes de degradação do ambiente, senão aderem são vistos como caipiras, matutos, atrasados, não dotados de inteligência operacional de suas áreas produtivas e, portanto, fadados ao fracasso.

Buscamos acima de tudo uma compreensão mais integradora dos processos vivenciados pelos agricultores, pois como bem apresenta Morin (1983), não interessa a nós uma síntese, mas sim, uma visão transdisciplinar, pois tudo que é humano também o é econômico, histórico, demográfico, natural. E não devemos separá-los, mais sim, buscar a integração para que possamos construir uma visão poliocular.

Devemos esclarecer que o problema existente é muito mais complexo do que aparenta ser. O agricultor, na verdade, se engendra por esse processo produtivo degradante há pouco tempo e esse foi a ele imposto como modelo ideal pelo processo de industrialização.

Altvater (2006) cita o capítulo XIII do primeiro volume de *O Capital*, de Karl Marx (1867), para explicar e descrever como a grande indústria avançou sobre a agricultura gerando o processo de industrialização. Segundo cita Altvater (2006), o capitalismo, representado pelo industrialismo, se inseriu na agricultura e gerou a entropia. À medida que gerava bens de

consumo para satisfazer as necessidades humanas, também começou a gerar resíduo. Ou seja, o processo produtivo dentro dessa racionalidade produz *outputs* necessários e desnecessários, e poderíamos dizer que na maioria das vezes os desnecessários se sobrepõem aos necessários. Por exemplo, quando se passa a fertilizar o solo de maneira intensiva dentro de um período de tempo determinado. Esse é um passo para seu esgotamento e esse modelo produtivo foi inserido no Brasil.

Altvater (2006) cita Marx para explicar que a configuração da usurpação promovida pelo capitalismo se dá por base de duas formas: as transformações do processo social e a base produtiva, que nesse caso é a natureza. E dessa forma prejudica ao mesmo tempo as duas fontes originais de toda riqueza, ou seja, a terra e o homem. A substituição de regimes de tempo-espço na agricultura tem um impacto extremamente prejudicial ao meio ambiente natural e até mesmo ao humanizado pelo sistema social. O que queremos dizer com o natural humanizado. Trata-se dos espaços transformados pela ação do trabalho humano, a melhor representação desses são os centros urbanos que devido à sua má infraestrutura causam desigualdade social e engendram num processo de adoecimento em consequência dos maus tratos com o ambiente.

Whitaker (2005) faz uma avaliação do processo de acumulação como sendo deletério ao meio ambiente. A pesquisadora afirma que quando há uma visão da produção dentro de um princípio de produtividade e de acúmulo, esse sempre provoca a degradação ambiental. E não se trata apenas do uso da técnica. A desacumulação do ambiente pelo uso intensivo de agrotóxico, fertilizantes e maquinarias é apenas parte do processo. O que de fato promove a desarticulação é a ideologia de produtividade nos moldes capitalistas.

Segundo os estudos de Levigard (2004), a industrialização da agricultura no Brasil foi forjada, dentre outras coisas, a partir da utilização em grande escala de insumos químicos. Isso sob a pressão econômica de poderosos grupos multinacionais, que têm em nosso país um de seus maiores mercados consumidores. Essa pressão econômica “modernizadora” atingiu diretamente os agricultores, contrastando com o seu saber tradicional e alterando a sua lógica de plantio. O círculo vicioso que se estabeleceu com o esgotamento dos solos e com o aumento da resistência às pragas tornou os agricultores cada vez mais dependentes da aplicação de produtos químicos em suas terras e plantações. Para Levigard, Brown(2004), a crença nessa agricultura nos moldes capitalistas é fruto de uma ideologia que vem sendo forjada desde a década de 1970 como parte de uma estratégia de dependência de longo alcance criada pelas multinacionais. Essas multinacionais apresentam múltiplos *tentáculos*. Produzem

diversas estratégias para seu aprimoramento e manutenção e essas são referendadas pelas políticas agrícolas. As bases dessa política agressiva de usurpação dos saberes dos agricultores foram articuladas com a produção capitalista e influenciaram na formação acadêmica dos agrônomos e na lógica de plantio dos agricultores. A sua reprodutibilidade ocorre em todas as instâncias discursivas, abrangendo conotações tanto científicas, quanto do senso comum, evidenciando-se nas palavras do agricultor, do engenheiro agrônomo e da indústria química.

Diante do quadro exposto, buscamos desenvolver uma pesquisa que tivesse sempre os pressupostos sugeridos por Geertz (1975). Em suas formulações, afirma que é necessário estar sempre atento e comprometido em fazer uma descrição densa dos fatos relatados pelos agricultores e entender sempre que não se trata apenas da coleta de dados, mas de se colocar como um aprendiz, já que o objetivo é compreender a lógica elaborada pelos mesmos para desempenhar suas atividades produtivas. Entendemos que essa postura pode estar proporcionando uma leitura mais equitativa das ações dos mesmos. Consideramos que essa prática é importante porque evitamos desenvolver uma análise superficial da ação dos sujeitos e incorreremos num erro de uma análise desprovida de cientificidade.

A nossa opção foi fazer uma análise das ações dos atores sociais que se organizavam na forma de uma associação em Bom Repouso, (MG) sem, contudo, deixar de reportar os dados gerados por outros estudos. Em destaque foram considerados os dados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas por integrantes do Núcleo de Agrotóxicos/Agricultura Alternativa do Projeto Mogi-Guaçu. Entendemos, no entanto, que nenhum dado de pesquisa possui mais relevância do que outro, mas todos foram utilizados com objetivo de aprimorar a compreensão acerca das ações dos sujeitos envolvidos na associação que foi objeto de estudo.

A utilização da técnica da coleta de depoimentos orais, a nosso ver, tem contribuído para atingir uma avaliação mais apropriada da ação dos sujeitos, principalmente porque permite obter uma descrição mais densa das suas representações acerca da realidade vivenciada. Cabe lembrar que tal proposta metodológica também foi utilizada no desenvolvimento da Dissertação de Mestrado “Levantamento de práticas agrícolas sustentáveis no assentamento de reforma agrária da fazenda Monte Alegre na região de Araraquara/ SP”. (NISHIKAWA, 2004), com resultados bastante significativos.

Na dissertação de mestrado, e agora no presente estudo, utilizamos a técnica da história oral para dar voz aos agricultores. No entanto, é importante mencionar que não se trata de historiografia, mas buscamos compreender – tal como formula Whitaker (2000) no

seu artigo *Análise de entrevistas em pesquisa com histórias de vida: questões metodológicas* – como a história oral pode propiciar o entendimento de qual é a função do rural e do urbano em uma sociedade que se encontra em processo de desintegração e, principalmente, como se processa essa desintegração. Concordamos com Whitaker (2000) quando afirma que esse processo reflete uma questão dialética. Trata-se da ruralização e desruralização, urbanização e desurbanização. Na verdade, é um movimento que reflete um procedimento corrosivo marcado pela extrema perversidade do mercado. E, ao longo dos depoimentos, é possível observar que todo o tempo o que se espera é participar desse mercado, para tanto são traçadas as estratégias.

A nossa busca foi pela compreensão dessa história que se constrói nas bases dos grupos sociais, que é cheia de caminhos emaranhados que torna imprescindível conhecer o maior número de fatos, para assim não ter apenas a compreensão dos fatos históricos, mas também como se construiu a subjetividade dos indivíduos que são ao mesmo tempo sujeitos e executores desse processo.

Concordamos com Whitaker quando afirma que:

[...] um fenômeno é uma síntese de múltiplas determinações é preciso compreender cada um dos significados que informa tais determinações. Não basta falar em mediações. É preciso, conforme nos lembra Willians (1985), compreender os diferentes níveis no quais se dão tais mediações. É preciso penetrar numa teia de significados que se apresenta cada vez mais complexa numa compreensão, ao mesmo tempo antropológica e Weberiana dos atores sociais e dos sujeitos que se transformam em atores por imposição do sistema, mas que levam ao sistema os aportes de sua subjetividade (WHITAKER, 2000, p.57).

Para tanto, recorreremos aos depoimentos orais entendendo que ao utilizarmos as narrativas seria possível compreender os aportes da subjetividade dos sujeitos e captar as mediações, sempre buscando a vigilância epistemológica, evidenciando a necessidade de se confrontar os dados com outras fontes de pesquisa, e principalmente uma teoria que de embasamento ao uso das técnicas.

Ao utilizar as narrativas dos sujeitos buscamos o pressuposto que foi vislumbrado na década de 1970. Nesse momento histórico a história oral era conhecida como aquela capaz de contar *a história dos vencidos*. Estando essa intimamente ligada ao resgate dos movimentos sociais e políticos da época. A história oral é uma técnica que pode ser considerada de

liberdade, já que, embora tenha um caráter neutro, permite a cooperação mútua entre pesquisadores e pesquisados. (BASTIDE, 1956)

Conforme Queiroz (1988), o material coletado é um conjunto de objetivos definidos que parte de determinado pressuposto, dessa maneira, constituindo um conjunto empírico. Deve ser trabalhado obedecendo aos seguintes parâmetros: descrição, análise, levantamento de inferências, compreensão e explicação, para que possa responder às necessidades que o rigor da Ciência exige.

A narrativa oral, após ser transcrita, transforma-se em documento semelhante a qualquer outro texto escrito (Queiroz, 1988). A transcrição das entrevistas é também uma etapa importante da pesquisa, pois se trata do momento em que se produz o documento de análise. É nesse momento que se evidencia a problemática da pesquisa na visão das pessoas em seu cotidiano e, que muitas vezes, traz-se a tona dados que não se revelam em procedimentos formais.

Segundo Queiroz:

[...] o ideal numa pesquisa é que o próprio pesquisador que entrevistou o informante seja também o transcritor da fita. Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele, um exercício de memória em que toda a cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivava a recordação do estado de espírito que então detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que não havia sido lembrado quando efetuou o registro do dia no caderno, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam. Cada vez que re-escuta a gravação, refaz de certo modo o contexto todo da entrevista, na lembrança, para explorar mais a fundo. Assim, a transcrição feita pelo próprio pesquisador contraria uma “despersonalização” da entrevista, que existe com maior ou menor força nos dois casos anteriores (ela se refere aquele que transcreve fitas gravadas como o ganha-pão ou o pesquisador que não efetuou a entrevista, mas foi encarregado da transcrição) e que, mais tarde, será sociologicamente necessária (QUEIROZ, 1983, p.82).

Consideramos que são extremamente pertinentes as observações de Queiroz (1983) para a nossa pesquisa, pois temos vivenciado esses fatos. Como exemplo, podemos citar o momento da transcrição do depoimento do senhor Lidelmo. Nosso primeiro contato com o agricultor foi em 2005, quando aplicávamos o questionário do “Núcleo de Agrotóxico e Agricultura Alternativa”. Naquele momento ele nos convidou para um bolo de laranja com café e pediu desculpas pelo fato da sua esposa não nos receber, principalmente pelo fato de

sermos mulheres. Explica que sua esposa estava em Pouso Alegre/MG para uma consulta médica, pois estava ela em tratamento de um câncer. Solidarizamo-nos com o senhor Lidelmo, mas seguimos perguntando aquilo que era objetivo da pesquisa. É importante observar aqui que a aplicação do questionário e a coleta de dados, embora seja proposto numa relação com os sujeitos, muitas vezes não nos permite estabelecer uma ligação subjetiva com os mesmos. O não estabelecimento de uma relação ainda que minimamente subjetiva com os mesmos possam implicar às vezes em não conseguir levantar as mediações e os aportes que garantem a compreensão das escolhas dos mesmos. Já a coleta de depoimentos e a utilização de diários de campo nos dão um aporte melhor, pois nos permite registrar aquilo que não foi dito.

Ao transcrever a gravação da entrevista com o senhor Lidelmo, fomos novamente transportadas ao momento inicial da minha conversa quando nos conhecemos em 2005, pois ele me relata que o câncer da sua esposa novamente se manifestou. E por meio de seu relato pude perceber ali o momento de angústia que se abatia na família.

Devemos destacar que, para muitos, esses fatos relatados podem parecer desnecessários, tendo em vista que não é o objetivo direto da pesquisa e que pode até suscitar críticas. No entanto, entendemos que esses aspectos são de fundamental importância, isso porque a coleta de depoimentos orais nos permite captar as trajetórias dos sujeitos, dando elementos para compreender o que fez com que se aproximassem da associação e tornassem mais tarde figuras representativas tanto no âmbito local quanto regional. Ou seja, dão elementos para compreender não só a trajetória histórica da associação, mas também a subjetividade presente em cada ator social envolvido na mesma. O que me leva a concluir que o ato do pesquisador transcrever a entrevista traz a possibilidade de captar, não só a subjetividade dos sujeitos, mas a sua própria.

Não pudemos deixar de nos compadecer com a dor do meu interlocutor ao saber que a sua esposa veio a falecer. Parece fugaz essa afirmação, mas o fato de poder participar, ainda que superficialmente, da vida dos sujeitos, a nós permitiu detectar um dado importante: o crescimento de incidência de câncer na região. Dado esse que já havia sido relatado pelos pesquisadores BRIGANTE E ESPÍNDOLA (2003).

É importante frisar aqui que estudos mostram que o aumento de doenças degenerativas associadas a atividades ocupacionais não é uma particularidade dos agricultores do Brasil. Segundo Wilson e Tisdell (2001), os agricultores continuam a usar pesticidas, e na

maioria dos países (Sri Lanka, Índia, China...) em quantidades crescentes, apesar de todos os efeitos adversos.

Estudos desenvolvidos por Wilson e Tisdell (2001) trazem informações de que é crescente uso de agrotóxicos. E as implicações da utilização desses produtos não se restringem ao meio ambiente, mas reflete na saúde humana e na produção agrícola, pois reduz a sustentabilidade. E segundo Wilson (1998), esses produtos têm causado a curto e longo prazo efeitos maléficos à saúde humana e as mortes passaram a ser comuns.

Nos nossos estudos, ao utilizar os relatos, buscamos apoio nos pressupostos de Queiroz (1983). De acordo com a pesquisadora, os relatos dos agricultores familiares, como documentos de análise, introduzem o elemento humano como principal foco de investigação. A perspectiva é compreender como esse elemento humano se comporta diante da realidade social, econômica e ambiental na qual estão inseridos.

A produção de pesquisa utilizando-se dos relatos orais são ferramentas que representam um aporte bastante significativo, como ressaltado Gagnon (1980), principalmente no que compete à pesquisa a qual nos estamos nos dedicando. Os relatos orais podem ser fonte de auxílio para projetos de desenvolvimento regional, pois as principais dificuldades enfrentadas no que compete à proposição de projetos de desenvolvimento de políticas públicas é a falta de informações sobre a região a ser trabalhada. Para o autor, a história oral possui um caráter que é essencial, o de testemunha ocular dos acontecimentos, sendo esses importantes para interpretar os processos de relacionamento social. Ainda, segundo o autor, a história de vida é capaz de produzir documentação confiável, porque é gerado pelos sujeitos que assume dois papéis: o de ator e o de testemunha do processo.

Dentro dessa percepção é importante entender a estrutura de redes de comunicação presentes entre os atores sociais, pois ela define os papéis individuais e coletivos no interior dos grupos de agricultores e orienta os procedimentos que antecedem as ações de desenvolvimento das comunidades rurais. Presume-se, portanto, que conhecer esses fatores e anexar-lhes informações sobre a sociedade onde ocorrem procedimentos iniciais lógicos a serem cumpridos pelos projetos que pretendam utilizar a metodologia.

No intuito de uma efetiva compreensão dessas relações, optamos por realizar a coleta de depoimentos orais por meio de entrevistas semidiretivas: inicialmente foram apresentadas as proposições de base, destacando o tema e os objetivos da pesquisa e no decorrer das entrevistas realizaram-se algumas intervenções que se fizeram necessárias, a fim de garantir a

abordagem dos aspectos fundamentais à investigação. Nessas entrevistas, ficou a critério dos depoentes a definição da trajetória do relato. Em seguida, os relatos foram transcritos e digitados em computador, obtendo-se assim o documento que foi utilizado para a análise.

Devemos destacar que a transcrição dos depoimentos orais é uma etapa importante dessa pesquisa. Com relação à transcrição, Whitaker et al. (1995) sugerem algumas regras fundamentais para se manter o rigor da produção do dado, buscando sempre se respeitar o discurso do entrevistado: a reprodução da sintaxe própria do entrevistado, ainda que diferente da norma culta, respeitando a fala do depoente a não correção da concordância e regência verbal, porém, as frases devem ser escritas corretamente, sem erros ortográficos. Tal procedimento, indicado pelos autores, procura respeitar a fala do sujeito entrevistado, pois, dessa forma se evita a caricatura de pessoas como, por exemplo, os trabalhadores rurais.

Outro fator importante a ser ressaltado é que os sujeitos da pesquisa apresentam situações que não contém explicações em si, cabendo ao pesquisador aplicar modelos teóricos abstratos de raciocínio, a fim de obter uma realidade concreta. A esse respeito, Whitaker (2002) nos esclarece que ao fazer as análises dos depoimentos, o pesquisador necessita eliminar os preconceitos e buscar a vigilância epistemológica, para assim realizar a análise com rigor metodológico.

A organização do material coletado obedece a alguns pressupostos: feita a transcrição dos depoimentos, o pesquisador destaca nos relatos os temas propostos, priorizando os fragmentos dos depoimentos que são relevantes para a pesquisa e organizando os fragmentos em seções temáticas.

Os dados advindos de outras fontes são chamados de dados secundários. Estes dados são utilizados com a intenção de complementar as informações extraídas nas entrevistas. Queiroz (1988) nos orienta que os dados secundários devem ser utilizados, pois o material coletado por meio de entrevistas não fornece suficientes bases empíricas para se levantar inferências, quando utilizados de maneira isolada. Os dados secundários utilizados nesse estudo foram importantes para fundamentar as prerrogativas do discurso dos agricultores. A título de exemplo podemos citar os dados de pesquisas derivados do Projeto Mogi-Guaçu, que confirmaram os depoimentos que se referem ao agravamento da saúde dos agricultores devidos o uso de agrotóxico de maneira indiscriminada, Nunes, (2010), Rodrigues, (2007), Espíndola, (2011), Espíndola e Brigante, (2003) da mesma forma foram considerados importantes os depoimentos a respeito da distribuição de água aos municípios, objeto dos estudos de Cunha (2009). Outros documentos como mapeamentos, documentos oficiais, entre

outros dados apresentados pelo grupo de pesquisa e extensão foram utilizados para confirmar as narrativas apresentadas pelos atores sociais.

Entre os dados secundários, também utilizamos o caderno de campo como sendo um aporte para o aprimoramento das informações. Ou seja, na complementaridade da metodologia usamos a técnica de registro em diário de campo. Trata-se de uma técnica muito comum aos etnólogos. Entre esses, podemos citar Brandão (1982), que se utiliza dessa técnica com muita propriedade como descreve em seu livro *Diário de campo a antropologia como alegoria*, no qual faz uso de poesia para poder relatar as vivências e percepções da vida campesina. Mas, para registrar o cotidiano no âmbito da pesquisa, é importante lembrar de que esse deve ser feito com rigor e sempre objetivando uma descrição densa, conforme propõe Geertz (1978).

No que se refere à técnica de diário de campo ver Dulce Whitaker (2002), no livro intitulado *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*, pois a técnica de diário de campo por nós aqui utilizada está vinculada às discussões metodológicas desenvolvidas pelo grupo de educação sobre a orientação da autora no Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR).

Devemos enfatizar que o diário de campo é um instrumento pessoal e que, portanto, pode ser desenvolvido de diferentes formas, desde que não perca o seu sentido máximo que é o de garantir mais informações e construir um diálogo entre as informações subjetivas e objetivas dos sujeitos.

Como afirma Lopes et al (2002, p.132).

Os relatos de um diário de campo refletem a forma pela qual o pesquisador recorta o real. E isto não se refere apenas à questão do tema em pauta. Atua aí, além da questão teórico-metodológica, a subjetividade do pesquisador. Tal como um fotógrafo enquadra a cena a partir de sua visão de mundo, assim o pesquisador capta do real, aquilo que seus esquemas mentais assimilam.

O importante dessa técnica é que ela pode subsidiar, conforme determina D' André (1983), uma triangulação dos dados, e sua utilização sistemática permite que se cruzem dados dos diários de campo com as entrevistas semidiretiva e documentação. É possível observar que isso garante à pesquisa uma maior clareza. Esse movimento de compreensão da realidade por meio do diário de campo, no entanto, não se esgota na relação de complemento, mas permite

uma triangulação e explicação dos dados, avançando num movimento dialético entre um olhar atento do pesquisador sobre a realidade. Isso passa pela questão da relação intersubjetiva entre o pesquisador e o sujeito da realidade pesquisada, como já mencionamos anteriormente, mas o que importa de fato nesse procedimento reflexivo é que a somatória das técnicas diário de campo, coleta de informações orais por meio de entrevistas semiestruturadas, e documentação permitem um procedimento interpretativo mais elaborado. Sendo assim, a utilização do diário de campo teve por objetivo garantir os aportes necessários dos registros tanto no aspecto objetivo quanto subjetivos, pois compreendemos que assim é possível garantir um maior controle dos dados.

1.5 Caracterizações socioambientais da área de estudo e a pesquisa desenvolvida no Âmbito do Projeto Mogi-Guaçu.

Essa parte da tese tem por finalidade permitir ao leitor uma compreensão da área de estudo. Para tanto, optou-se inicialmente por fazer uma descrição do quadro geral da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu e da formação do município de Bom Repouso/MG.

Como foi mencionado na introdução, o objetivo dessa pesquisa foi apresentar uma análise acerca da atividade produtiva desenvolvida na região de montante da Microbacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, em Bom Repouso/MG, para além das percepções dos aspectos físicos e naturais. A proposta primordial foi fazer uma análise de como se comporta a sociedade local em suas atividades produtivas. Para tanto, elencamos como nosso objeto mais específico de análise a ação dos agricultores familiares do Bairro dos Garcias.

A escolha dos agricultores familiares do Bairro dos Garcias como sujeitos da nossa pesquisa se deu pelo fato de esses terem a experiência de trabalhar de forma associativa. E a opção pela Microbacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu foi devido à sua importância econômica, tanto para estado de São Paulo, quanto para o estado de Minas Gerais. Por conseguinte, a caracterização da Bacia Hidrográfica passa a ser o nosso referencial principal.

Para caracterizar a bacia, recorreremos aos dados do documento desenvolvido pelo comitê de Bacia Hidrográfica chamando de Relatório Zero (UGHI- 093), assim como, utilizamos também dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Conforme consta do Relatório Zero, a palavra Mogi-Guaçu na linguagem tupiguarani significa *cobra grande*. Esse rio tem suas nascentes localizadas no Morro do Curvado, no

Município de Bom Repouso, no planalto cristalino, com uma altitude média de 1.650 m. Após percorrer 95,5 km em terras mineiras, atravessa a serra da Mantiqueira numa altitude média de 825 m, e percorre 377,5 km em terras paulistas, sobre o planalto central. Deságua no Rio Pardo, numa altitude de 490m, no Município de Pontal, compreendendo 1.653 km² de extensão total.

É importante apontar que os dados produzidos para compor o Relatório Zero, elaborado pelo comitê de recursos hídricos, para a Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu, apresentam informações significativas, porém, tais dados deixam lacunas, na medida em que privilegiam o estado de São Paulo. Assim, nessa caracterização da região de montante do rio Mogi-Guaçu, particularmente os municípios do estado de Minas Gerais tiveram sua descrição limitada.

A Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu está situada na região nordeste do estado de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais, a uma distância média de 200 km da cidade de São Paulo, ocupando uma área de 14.653 km² e forma a unidade 03 de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa bacia apresenta uma caracterização física retangular, especialmente no trecho sentido Sudoeste-Nordeste. No estado de Minas Gerais a Bacia do Rio Mogi-Guaçu abrange dez municípios, com uma população de 155.201 habitantes, sendo eles: Andradas, Albertina, Bom Repouso, Bueno Brandão, Ibityúra de Minas, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião, Munhoz e Ouro Fino.

Desses municípios, daremos destaque a Bom Repouso. Conforme a documentação do IBGE referente a esse município, não há registros da origem e fundação do núcleo populacional que se transformou na atual cidade de Bom Repouso. O que constam são relatos sobre a existência de uma "fortaleza em ruínas" nas cercanias da cidade, que pelo seu estilo e tipo de construção, faz crer que o início da povoação ocorreu nos primórdios da era colonial. Os apontamentos religiosos, anteriores a 1.828, dão conta de que já residiam na localidade, os padres Francisco Figueira de Assunção e Florentino José Maria de Medeiros, tidos como seus primeiros moradores. Em 1831, o Padre Florentino Medeiros conseguia, com provisão de Capela Curada de São Sebastião e São Roque, erigir uma capela.

No entanto, os relatos históricos trazem também informações de que outros moradores foram atraídos para a região devido às condições climáticas, às propriedades terapêuticas de suas águas e a fertilidade do solo, sendo esses moradores descendentes de franceses e espanhóis, que deram origem às famílias Andradas, Brandões e Garcias. Consta ainda que uma lendária "paineira", cuja sombra era aproveitada como espaço para o

acampamento de viajantes que por ali passavam, teria dado ao local o nome ainda hoje adotado de Bom Repouso.

Consideramos importante ressaltar que os grupos familiares que deram origem ao município ainda estão presentes na região, inclusive dando nome aos bairros. Essa é uma particularidade histórica bastante significativa, pois, quando escolhemos o bairro dos Garcias como grupo de estudo, não havia essa informação de que se tratavam de famílias que se organizavam num mesmo espaço geográfico. O relato de um informante revela que inicialmente a região era destinada ao cultivo de fruticultura e também tubérculos, e que os moradores exploravam a madeira, a pecuária e culturas agrícolas em geral, determinando o desenvolvimento da comunidade. No entanto, o forte da economia local centrou-se por décadas no cultivo de batatas, produtos esses trazidos para o município por uma família de espanhóis chamada de Lopes Branco. Na década de 1970 houve o que se chamou de “quebradeira” da batata, uma crise na produção devido à concorrência com os municípios vizinhos, que apresentavam melhores condições geográficas e passaram a cultivar essa espécie de produto.

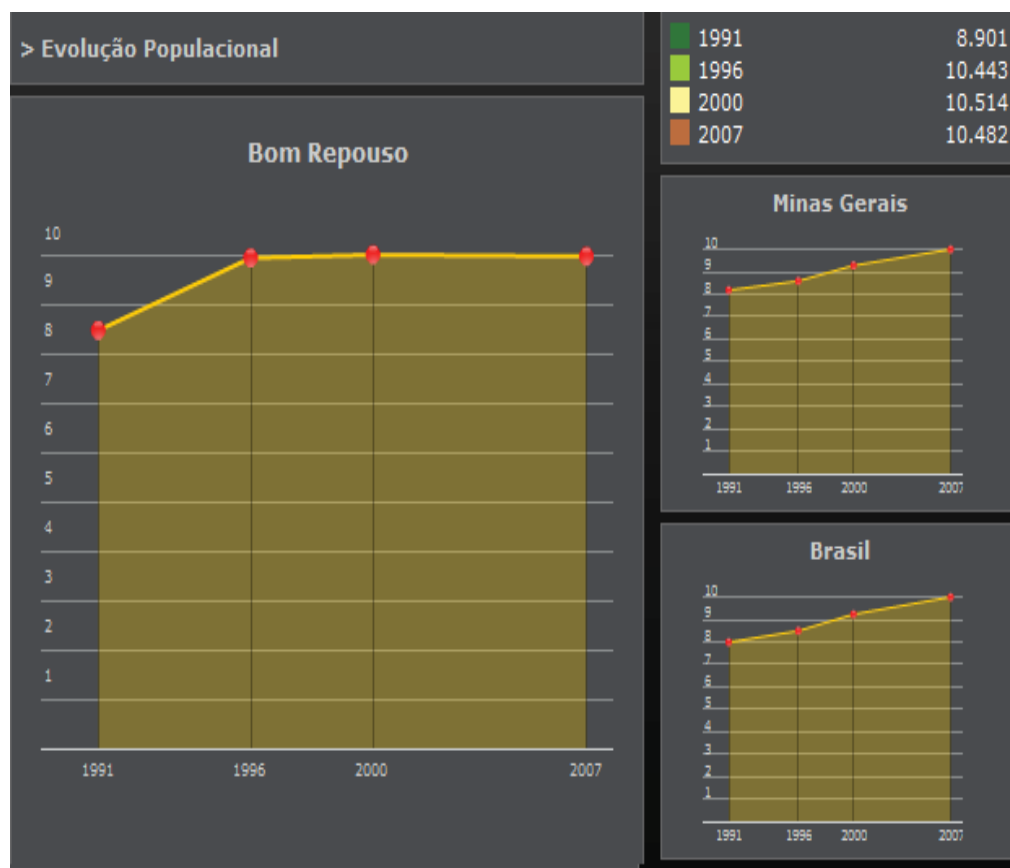
Essa informação também aparece em conversa informal com a assistente social do município, realizada no ano de 2005. Segundo essa informante, a “quebra” da batata gerou dois movimentos importantes no município. O primeiro foi o aumento do índice de suicídios devido ao endividamento dos produtores rurais. O relato da informante destaca que se utilizavam os insumos agrícolas para a efetivação do ato. O segundo movimento foi o aumento da produção de crochê. Trata-se de uma atividade econômica desenvolvida prioritariamente pelas mulheres, com a finalidade de conseguir uma renda e garantir o alimento da família.

Enfim, o município está localizado na Serra da Mantiqueira, a 1.630 metros de altitude. Bom Repouso abriga uma natureza exuberante e possui um clima agradável. A cidade foi fundada em 1958. O censo do IBGE de 2010 calculou a população em torno de 10.457 habitantes, com uma unidade em termos de 229, 845 km, sendo que a sua população urbana gira em torno de 5.364 mil habitantes, a população da zona rural com um índice aproximado de 5.150 habitantes e a sua densidade demográfica de 45,75 habitantes, como podemos observar nas figuras dos gráficos disponibilizado pelo IBGE destacados a seguir:

Figura1- Bom Repouso (MG) Síntese das Informações do Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo.

Bom Repouso – MG Síntese das Informações Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo	
População residente	10.457 pessoas
Domicílios particulares permanentes	3.244 domicílios
Domicílios particulares permanentes - abastecimento de água - Rede geral	1.849 domicílios
Domicílios particulares permanentes - energia elétrica - Tinham	3.236 domicílios
População residente – Homens	5.444 pessoas
População residente – Mulheres	5.013 pessoas
População residente alfabetizada	8.726 pessoas
População residente - cor ou raça – Branca	9.192 pessoas
População residente - cor ou raça – Preta	119 pessoas
População residente - cor ou raça – Parda	1.059 pessoas
População residente - classes de rendimento nominal mensal - Até 1/4 de salário mínimo	630 pessoas
População residente - classes de rendimento nominal mensal - Mais de 30 salários mínimos	1 pessoas
Base territorial	
Área da unidade territorial	229,845 Km

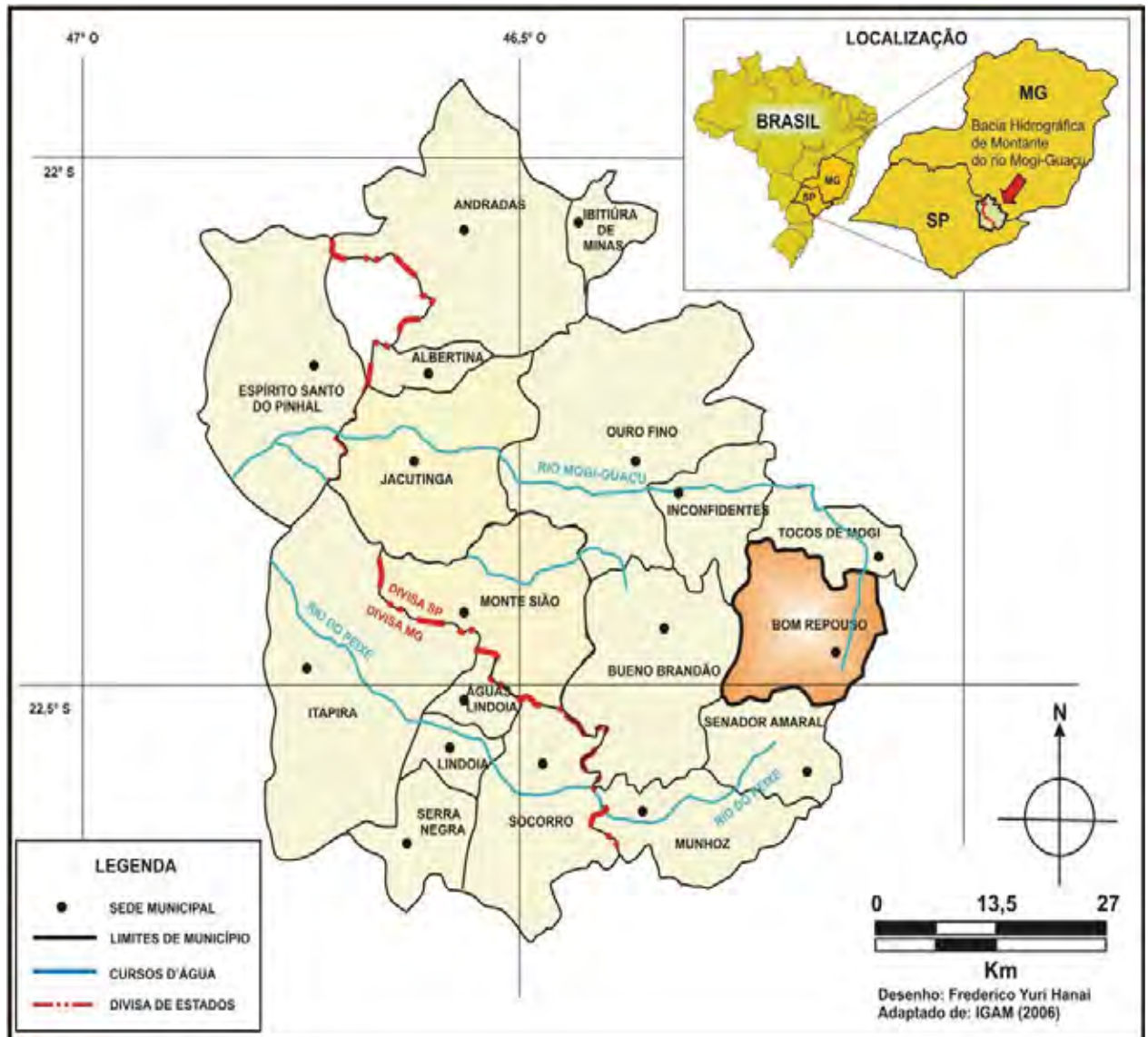
Figura2- Disposição populacional do Município de Bom Repouso (MG).



Fonte: IBGE - Cidades@ Acesso em 21/11/11

Dando continuidade á descrição das informações acerca do município, segue uma figura ilustrativa do mapa Hidrográfico do rio Mogi-Guaçu, em Bom Repouso (MG).

Figura 3 - Localização do município de Bom Repouso (MG)



Fonte: adaptado do IGAM. Desenho de Frederico Yuri Hanai, 2006

Figura 4 - Mapa que apresenta o curso de água e o trajeto que percorrido pelo rio Mogi-Guaçu. Em destaque a região de montante da Bacia Hidrográfica.

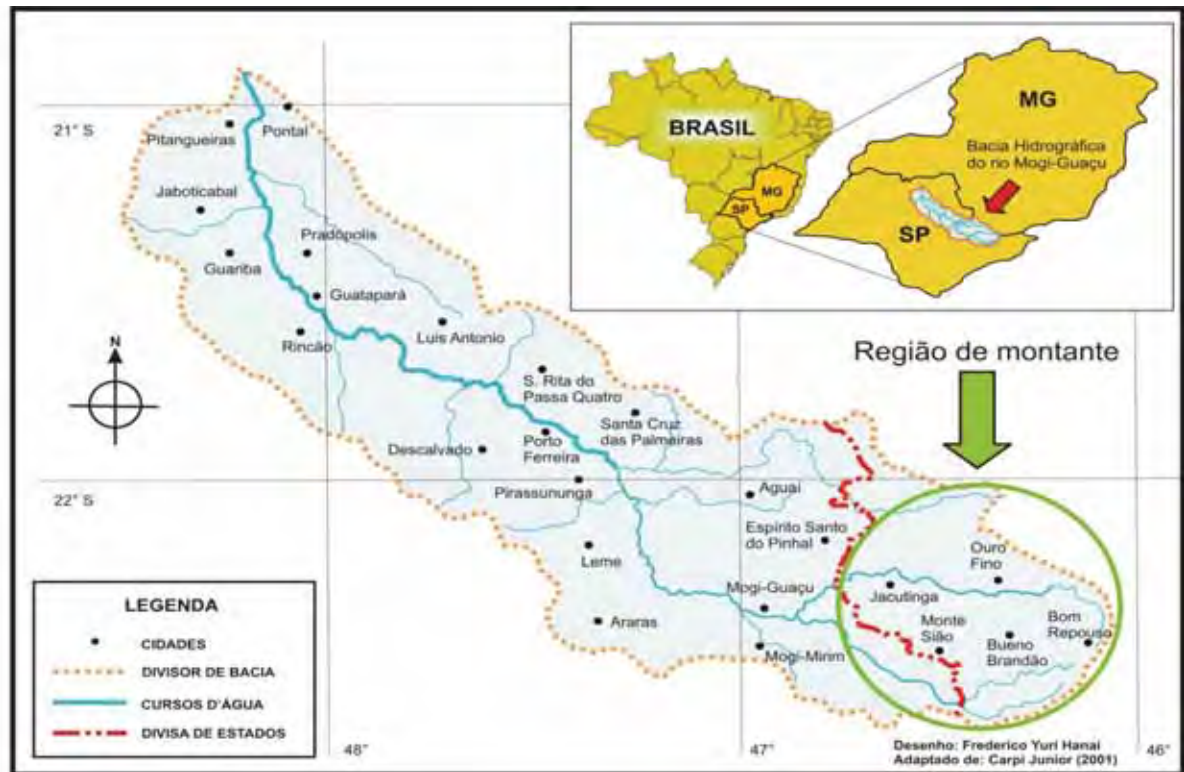


Figura 5—imagem de satélite do Bairro dos Garcias no município de Bom Repouso (MG), onde é possível visualizar os túneis que fazem a cobertura do morango nas áreas de cultivo.



Fonte: Imagem de satélite do Município de Bom Repouso/MG: fonte Google earth, acesso em 22/11/2011.

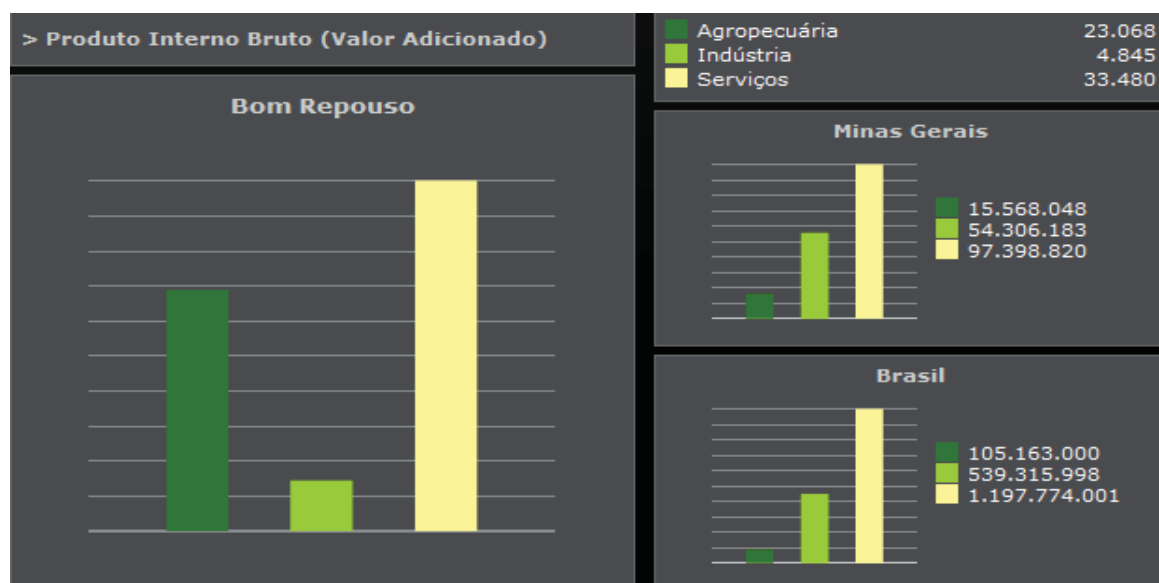
Figura 6 - Plantação de morango (lado esquerdo) e vista de área urbana destacando as lavouras de morango em áreas próximas do núcleo urbano (lado direito)



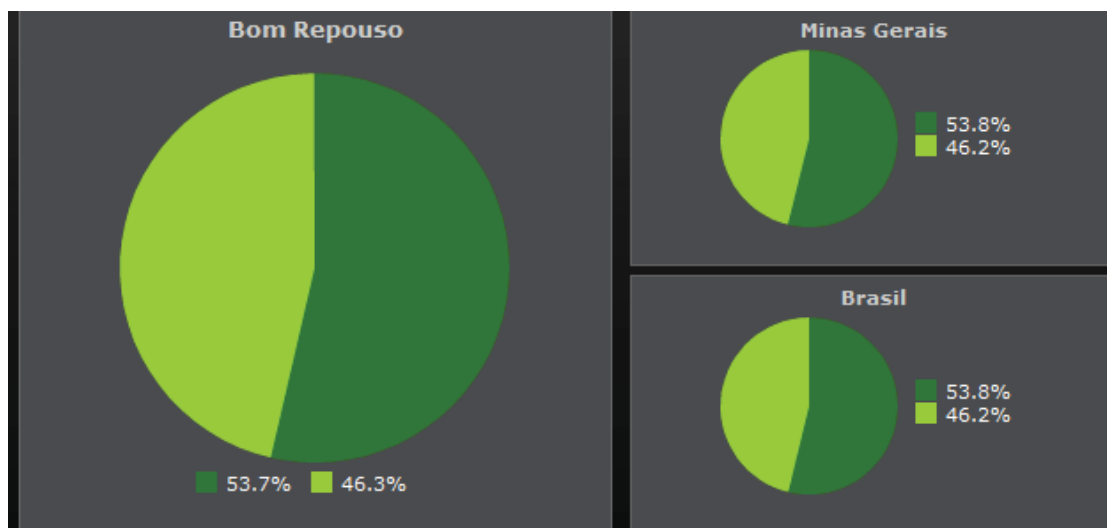
Fonte: Foto Evellyn Espínola, julho de 2010.

Figura 7 - Dados gráficos do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico sobre a base da economia no município de Bom Repouso/MG.

Economia



Dados do IBGE, 2010 sobre desempenho econômico no Município de Bom Repouso (MG).



Dados do IBGE, 2010 sobre desempenho econômico no Município de Bom Repouso (MG).

1.6 A trajetória de pesquisa no entorno da Bacia do Mogi-Guaçu: entendendo o papel dos atores sociais na sua transformação.

Como já mencionamos anteriormente a área de pesquisa já vinha sendo amplamente estudada por pesquisadores do Núcleo de Estudos em Ecossistemas Aquáticos (NEEA-CRHEA-SHS-EESC-USP). Em 2003 os pesquisadores Brigante, Espíndola sintetizam os resultados desses estudos desenvolvidos no entorno da Bacia do Rio Mogi-Guaçu no livro intitulado *Liminologia Fluvial, um estudo do rio Mogi-Guaçu*. Diante dos dados das investigações realizadas pelos pesquisadores sentiu-se a necessidade de se desenvolver uma ação mais efetiva no sentido de atenuar os impactos percebidos; e em 2004 iniciou-se o projeto Mogi-Guaçu.¹

A primeira providência tomada, nesse sentido, foi a criação de núcleos de ação para uma efetiva intervenção na área de estudo. Surgiram vários núcleos no interior do projeto, tendo sempre como eixo central o Recurso Hídrico e a Educação Ambiental. Dentre os núcleos criados temos o de Proteção de Nascentes, o de Saneamento Básico, o de Agricultura, o de Vegetação, e também aqueles relacionados à Piscicultura, ao Turismo, à transferência de Tecnologias e ao apoio a sociedade civil organizada.

Conforme dados de Brigante e Espíndola (2003), o município de Bom Repouso tem se destacado na economia regional e nacional no cultivo de morango e batata-inglesa, sendo

¹O projeto Mogi-Guaçu, foi financiado pelo programa Petrobras Ambiental, e teve por objetivo desenvolver ações de intervenção socioambiental para conservação e melhoria da qualidade dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, incluindo alguns dos seus tributários.

que a base do processo produtivo dessas duas culturas está ligada ao uso intensivo de agrotóxicos. Tais dados nos remetem à necessidade de se fazer uma intervenção cuidadosa na área, já que possuem um elevado número de afloramentos de nascentes e sua topografia apresenta grande declividade. Essas áreas vêm sendo utilizadas para o plantio de maneira a desconsiderar essas características específicas, o que acarreta em grande preocupação em relação ao comprometimento da qualidade dos recursos hídricos.

Na região de montante do Rio Mogi-Guaçu, particularmente na região sul de Minas Gerais, concentra-se a atividade de cultivo da batata e morango, como já foi mencionado anteriormente, sendo Bom Repouso considerada a maior produtora nacional de batata-inglesa e responsável por 40% da produção nacional de morango.

O crescimento das lavouras na região, a partir desses dois produtos e incluindo o tomate e o alho, tem acarretado o aumento de níveis elevados de agrotóxicos nos corpos d'água. Nos estudos desenvolvidos por Brigante e Espíndola (2003), os pesquisadores observaram a presença de pesticidas organofosforados nos riachos da região, detectaram quantidades preocupantes dos inseticidas *parathionetil e metil* e levantaram fortes suspeitas de que esse agrotóxico fosse o responsável pelo aumento de casos de suicídios entre os agricultores locais, por sua reconhecida ação inibitória da enzima acetilcolinesterase. Os estudos desenvolvidos por Espíndola e Brigante (2003) revelam que outros inseticidas organoclorados também foram detectados nos sedimentos de alguns riachos, como Aldrin, d-BHC, Trans-Heptachlor e a-Endossulfan.

A esse respeito cabe ressaltar que a produção de agrotóxicos foi amplamente disseminada no contexto da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento histórico eles assumiram o papel de agentes na guerra química, constituindo-se principalmente de desfolhantes, mas existiam também venenos que se apresentavam como letais aos insetos. Assim, temos a produção de um número elevado de inseticidas sintéticos. A fórmula de maior destaque dentre esses produtos foi o dicloro-difenil-tricloro-etano (DDT), amplamente utilizado pelos agricultores para eliminar doenças transmissíveis por insetos. O responsável pela produção do DDT foi Paul Muller, em 1874. Nesse momento histórico difundia-se uma concepção de que os agrotóxicos eram inofensivos, e a partir da chamada *Revolução verde* o DDT foi intensificado, isso após o ano 1950. É interessante observar nesse processo o nível de influência da indústria química.

Nesse sentido, justifica-se o estudo estar situado na área de entorno da Microbacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu. Devido à sua importância e fragilidade torna-se cada vez

mais necessário respeitarmos os corpos d'água para obtermos êxito na atividade produtiva, respeitando, contudo as condições ambientais.

A realidade de Bom Repouso reflete de uma forma geral a situação da zona rural do restante do Brasil. Os indivíduos que geram produtos para alimentar as cidades estão desprovidos de políticas públicas no que compete a saúde, educação e renda. Diante da falta de informação e compreensão de como as suas atividades produtivas podem causar danos ao meio e à sua saúde, os produtores tornam-se, ao mesmo tempo, agentes e vítimas de suas práticas agrícolas.

A estrutura fundiária local está baseada em pequenas propriedades rurais, onde a mão-de-obra é quase exclusivamente familiar. Os principais cultivos comerciais são de morango e batata-inglesa (como já foi mencionado), e também o alho, a mandioquinha-salsa e a ervilha, sendo estes cultivados em menor escala. O feijão e o milho são culturas de subsistência presentes em quase todas as propriedades. Em algumas delas há o plantio de cana-de-açúcar, utilizada junto com o milho na alimentação animal.

Nos estudos desenvolvidos pelo o Núcleo de Agricultura, no âmbito do “Projeto Mogi-Guaçu” no Município, surgiram algumas avaliações das motivações do uso indevido dos insumos agrícolas. Dentre os parâmetros observados pelos pesquisadores está a questão da escolaridade, renda e falta de orientação técnica. Conforme os dados levantados pelo núcleo, o grau de escolaridade de produtores rurais em Bom Repouso é baixo. Por meio das entrevistas desenvolvidas com 166 pessoas nas unidades rurais chegamos aos seguintes dados com relação à educação: a maioria dos entrevistados, representando 57,8%, havia cursado no máximo até a quarta série do Ensino Fundamental e uma parte significativa de 11,56% não possuíam instrução formal, como é possível observar no gráfico seguir.

Gráfico 1nível de escolaridade a zona rural do Município de Bom Repouso/MG.

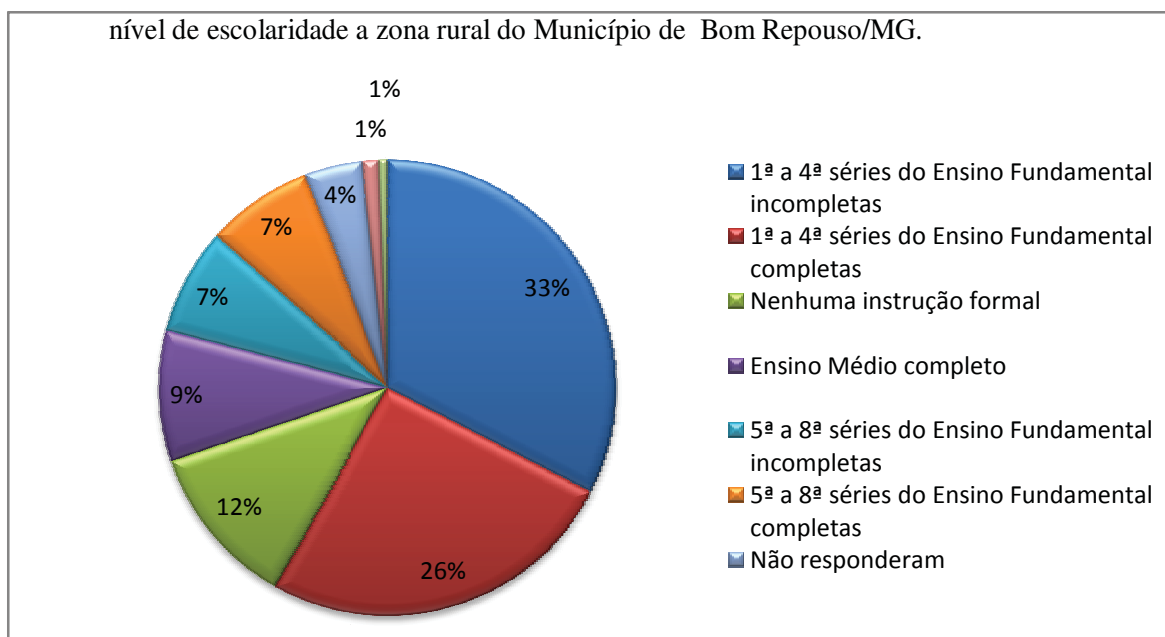


Gráfico produzido a partir dos dados coletados no âmbito do projeto Mogi-Guaçu: Fonte: (NUNES et.al, 2006).

A baixa escolaridade associada à questão da baixa renda na região, entre outros fatores, contribui para o aumento no risco de contaminação ambiental por agrotóxicos, pois influencia na adoção de práticas inadequadas, tais como a pulverizações constantes com agrotóxicos seguindo calendário pré-definido e não tendo por base a real necessidade de controle de pragas ou doenças e a queima, o enterro ou o abandono das embalagens vazias de agrotóxicos em área próxima à lavoura e aos cursos d'água (NUNES et al., 2006).

A renda da maioria da população rural do município é baixa, sendo de até um salário mínimo, cuja fonte advém principalmente de aposentadorias e de trabalhos em lavoura própria ou pela prestação de serviço a outros produtores.

O mapa elaborado pelo Governo do Estado de Minas Gérias com intento de elucidar quais são as áreas de conflitos ambientais, apresenta um documento no qual fica perceptível que a utilização de insumos agrícolas de maneira desordenada não se restringe apenas a área estudada. O pesquisador traz dados dos registros do Sistema Nacional de Informações Toxicológicas do Ministério da Saúde. A exposição humana a agrotóxicos se constitui em grave problema de saúde pública em todo o mundo, no entanto, nos países *em desenvolvimento* a situação é um pouco mais preocupante. Foram registrados, em 2005, 5.577 casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola no Brasil. Os dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas a Estatística Anual, nos alertam para o fato de que

estamos diante de um grande problema, pois o órgão afirma que os casos de intoxicação e envenenamento estão cada vez mais excessivos gerando um grande problema para a saúde humana e para o ambiente. No entanto, outra informação pertinente é a de que os dados estatísticos estão muito abaixo do número real. Consideramos que esse diagnóstico ocorre devido à não notificação dos casos de contaminação ou à atribuição das mesmas a outros fatores, não sendo feito um registro nos sistemas de saúde como intoxicação.

No caso específico de Bom Repouso, quando perguntado aos agricultores sobre casos de intoxicação pelo uso de agrotóxicos, de imediato os mesmos não relacionam o mal estar à aplicação do veneno, pois ainda se apresenta muito forte a concepção de que se trata de remédio e, portanto, não pode causar danos. Poucos são os que verdadeiramente têm consciência de que os usos insumos agrícolas podem causar problemas à saúde.

Entretanto, é importante observar que a tabela do Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sinitox) exhibe a referência de índices de intoxicação por remédio e demais substâncias tóxicas no Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Niterói e Espírito Santo, como é possível verificar nos dados abaixo:

Tabela 1 - Casos Registrados de Intoxicação humana por agente Tóxico e Centros dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, 2009.

Agente	Centro	B.Horizonte	E.Santo	Rio de Janeiro	Niterói	Total	
		nº	nº	nº	nº	nº	%
Medicamentos		2675	3732	...	549	6956	25,82
Agrotóxicos/Use Agrícola		854	702	...	83	1639	6,08
Agrotóxicos/Use Doméstico		253	197	...	70	520	1,93
Produtos Veterinários		...	86	...	21	107	0,40
Raticidas		299	94	...	31	424	1,57
Domissanitários		718	719	...	263	1700	6,31
Cosméticos		59	216	...	38	313	1,16
Produtos Químicos Industriais		443	450	...	196	1089	4,04
Metais		38	32	...	13	83	0,31
Drogas de Abuso		650	2152	...	16	2818	10,46
Plantas		184	248	...	42	474	1,76
Alimentos		8	1486	...	4	1498	5,56
Animais Peg./Serpentes		133	1014	...	40	1187	4,41
Animais Peg./Aranhas		133	360	...	32	525	1,95
Animais Peg./Escorpiões		1198	1666	...	10	2874	10,67
Outros Animais Peg./Venenosos		647	827	...	40	1514	5,62
Animais não Peçonhentos		1667	516	...	16	2199	8,16
Desconhecido		287	312	...	10	609	2,26
Outro		244	126	...	41	411	1,53
Total		10490	14935	...	1515	26940	100
%		38,94	55,44	...	5,62	100	

Fonte: MS / FIOCRUZ / SINITOX

Na tabela, como se observa, há ainda registro de incidência de intoxicação causada por medicamentos, seguido de animais não peçonhentos, animais peçonhentos, domissanitários, produtos químicos industriais, seguido pelo uso de agroquímicos, produtos agrícolas e agrotóxicos domésticos, entre outros casos de intoxicação em menos motivo.

As relações de trabalho têm tido muita influência nessa prática do uso inadequado de insumos agrícolas, segundo as pesquisas feitas por Silva et al. (2000) no âmbito do grupo de pesquisa de *saúde do trabalhador*. Estão presentes alguns dados que precisam ser observados nos estudos junto às populações rurais.

Para os pesquisadores, o tipo de organização trabalhista tem gerado impactos na saúde dos agricultores à medida que não há uma regulamentação dessas relações de trabalho. Atualmente, os agricultores se organizam em sistema de parceria, na forma de *meeiro*, contratação de trabalho temporário, como diarista, também está presente a prática de arrendamento e por fim, proprietário produtor (SILVA, 2000). Estas características do processo de produção agrícola implicam numa dificuldade de classificar a sua forma de ação de maneira rígida, pois as relações de trabalho neste setor são diversas. Observa-se que os camponeses estabelecem relações de trabalho em função de suas necessidades e de suas possibilidades econômicas num determinado momento históricos da relação capital/trabalho. É nesse quadro delineado pelos pesquisadores que se insere nossa análise. Os agricultores em Bom Repouso (MG) ora alugam seu trabalho para a grande produção, ora se associam a outros agricultores familiares fazendo o que eles chamam de troca de dias. Mas o que torna essa relação preocupante é o fato de se fazer uso de insumos agrícolas de forma indiscriminada – e esses sujeitos estarem constantemente expostos aos agroquímicos.

Nos relatos coletados há informações de que agricultores ainda bem jovens, com idade de 18 a 30 anos, aplicam agrotóxico todos os dias da semana. E esse tem sido um problema porque nem mesmo os órgãos que são responsáveis pelas leis trabalhistas conseguem estabelecer critérios de controle para esse tipo de organização no campo, deixando os agricultores reféns de sua própria sorte.

As pesquisas feitas por Silva et al (2000) com base nos dados do IBGE demonstram que o Brasil possuía no ano 2000 uma população de 169.872.856 habitantes, com uma taxa de urbanização da ordem de 81,2%. A população rural correspondia em números absolutos a quase 32 milhões de pessoas e a população rural economicamente ativa ocupada (PEA Ocupada) era de 12.152.979 habitantes. E dentro dos aspectos de relevância nas informações de Silva está o fato de, no que cabe à questão do trabalho rural brasileiro, há participação de

crianças e adolescentes nas atividades de trabalho agropecuárias. O Censo Agropecuário (1996) informa a existência de 2.435.678 trabalhadores menores de 14 anos de idade atuando neste setor, ou seja, 18,6% da PEA rural ocupada. Essa faixa da população é especialmente afetada pelo trabalho precoce, tanto pelos aspectos técnicos dos processos de trabalho (exposição aos agrotóxicos, às radiações solares, ao ruído, à vibração etc.), como também aqueles ligados à organização do trabalho (jornada, ritmo, conteúdo das tarefas etc.). Além disso, é preciso considerar o comprometimento do processo de socialização infantil e da escolarização.

A nossa reflexão acerca da questão da precarização do trabalho familiar e suas implicações sobre a saúde tanto do trabalhador, como do consumidor, é de fundamental importância, pois o *Trabalho* é uma categoria sociológica de análise e nos possibilita entender as transformações sociais no campo. É uma categoria explicativa que pode nos auxiliar na composição de políticas de intervenção no meio rural, ou melhor, preparar o agricultor para evitar o processo de adoecimento e de morte causados pela atividade de trabalho. Consideramos que não podemos deixar a categoria *Trabalho* de fora de nossa análise, pois ela reflete diretamente a organização dos sujeitos no espaço, no meio ambiente, ou seja, apresentando-se como zona de influência direta.

No que compete à questão da agricultura que se organiza por meio do trabalho familiar, essa problemática é de fundamental importância, pois essa falta de regulamentação é mais presente deixando os agricultores mais expostos, o que torna o fenômeno complexo e perigoso, na medida em que as pessoas estão trabalhando cada vez mais, inclusive de forma mais precarizada (LESBAUPIN, 2000; LESBAUPIN; MINEIRO, 2002). Sendo assim, torna-se emergente e preciso uma compreensão do mundo do trabalho como um todo em construção.

As práticas de relação de trabalho são diversas no meio rural, abrangendo a prestação de serviço, a troca de dias nas lavouras entre os agricultores, os diaristas, o arrendamento e o trabalho na forma de *meeiro*.

Os agricultores que trabalham nesses sistemas passam a semana inteira aplicando defensivos químicos sem proteção e, além disso, não têm domínio sobre as suas relações de trabalho, pois eles sequer sabem o valor pelo qual o fruto do seu trabalho está sendo vendido no mercado. Mas hoje uma nova configuração das relações de trabalho no setor rural tem sido exigida pelo Ministério do Trabalho. Essa, por sua vez, é efetivada por meio da implantação das intensificações das atividades de fiscalização e das normatizações. Com o objetivo de

organizar essa nova configuração trabalhista tem sido feitas intervenções nas pequenas e médias propriedades agrícolas do município. Esse processo tem se apresentado complexo para os agricultores familiares como foi possível verificar em seus discursos.

A indagação maior é como o pequeno produtor se adéqua às normatizações. Entre as normas mais difíceis de adequar está a contratação de mão de obra e as adequações ambientais e sanitárias.

O quadro abaixo apresenta algumas das exigências que vêm sendo aplicadas no mundo rural, as quais os agricultores, em seus depoimentos, mencionam como sendo o principal entrave para o processo produtivo na atualidade. Nas narrativas ressaltam que a única forma de continuar produzido diante de tantas exigências é trabalhando de maneira associativa.

Quadro 1 - Normatizações retiradas do NR 31 – Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura

Normatizações no que compete uso de agrotóxicos, equipamentos de segurança	Condições sanitárias
31.8.10 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar a todos os trabalhadores informações sobre o uso de agrotóxicos no estabelecimento, abordando os seguintes aspectos: a) área tratada: descrição das características gerais da área da localização, e do tipo de aplicação a ser feita, incluindo o equipamento a ser utilizado; b) nome comercial do produto utilizado; c) classificação toxicológica; d) data e hora da aplicação; e) intervalo de reentrada; f) intervalo de segurança/período de carência; g) medidas de proteção necessárias aos trabalhadores em exposição direta e indireta; h) medidas a serem adotadas em caso de intoxicação.	31.21.8 As edificações rurais devem: a) proporcionar proteção contra a umidade; b) ser projetadas e construídas de modo a evitar insolação excessiva ou falta de insolação; c) possuir ventilação e iluminação adequadas às atividades laborais a que se destinam. d) ser submetidas a processo constante de limpeza e desinfecção, para que se neutralize a ação nociva de agentes patogênicos; e) ser dotadas de sistema de saneamento básico, destinado à coleta das águas servidas na limpeza e na desinfecção, para que se evite a contaminação do meio ambiente.

31.8.11 O trabalhador que apresentar sintomas de intoxicação deve ser imediatamente afastado das atividades e transportado para atendimento médico, juntamente com as informações contidas nos rótulos e bulas dos agrotóxicos aos quais tenha sido exposto.	31.23.1 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência compostas de: a) instalações sanitárias; b) locais para refeição; c) alojamentos, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho; d) local adequado para preparo de alimentos; e) lavanderias;
31.8.12 Os equipamentos de aplicação dos agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, devem ser: a) mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento; b) inspecionados antes de cada aplicação; c) utilizados para a finalidade indicada; d) operados dentro dos limites, especificações e orientações técnicas. 31.8.13 A conservação, manutenção, limpeza e utilização dos equipamentos só poderão ser realizadas por pessoas previamente treinadas e protegidas.	31.23.1.1 O cumprimento do disposto nas alíneas "d" e "e" do subitem 31.23.1 somente é obrigatório nos casos onde houver trabalhadores alojados
31.8.13.1 A limpeza dos equipamentos será executada de forma a não contaminar poços, rios, córregos e quaisquer outras coleções de água.	31.23.2 As áreas de vivência devem atender aos seguintes requisitos: a) condições adequadas de conservação, asseio e higiene; b) paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente; c) piso cimentado, de madeira ou de material equivalente; d) cobertura que proteja contra as intempéries; e) iluminação e ventilação adequadas. <i>NR-31</i>

31.8.14 Os produtos devem ser mantidos em suas embalagens originais, com seus rótulos e bulas.	31.23.2.1 É vedada a utilização das áreas de vivência para fins diversos daqueles a que se destinam.
31.8.15 É vedada a reutilização, para qualquer fim, das embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, cuja destinação final deve atender à legislação vigente. 31.8.16 É vedada a armazenagem de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins a céu aberto.	31.23.3 Instalações Sanitárias 31.23.3.1 As instalações sanitárias devem ser constituídas de: a) lavatório na proporção de uma unidade para cada grupo de vinte trabalhadores ou fração; b) vaso sanitário na proporção de uma unidade para cada grupo de vinte trabalhadores ou fração; c) mictório na proporção de uma unidade para cada grupo de dez trabalhadores ou fração; d) chuveiro na proporção de uma unidade para cada grupo de dez trabalhadores ou fração.
31.8.17 As edificações destinadas ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins devem: a) ter paredes e cobertura resistentes; b) ter acesso restrito aos trabalhadores devidamente capacitados a manusear os referidos produtos c) possuir ventilação, comunicando-se exclusivamente com o exterior e dotada de proteção que não permita o acesso de animais; d) ter afixadas placas ou cartazes com símbolos de perigo; e) estar situadas a mais de trinta metros das habitações e locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais, e de fontes de água. f) possibilitar limpeza e descontaminação. <i>NR-31</i>	31.9 e Resíduos 3.1.1 No mictório tipo calha, cada segmento de sessenta centímetros deve corresponder a um mictório tipo cuba.

31.23.4.3 Nas frentes de trabalho devem ser disponibilizados abrigos, fixos ou moveis que protejam os trabalhadores contra as intempéries, durante as refeições.	
31.8.19.1 É vedado transportar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, em um mesmo compartimento que contenha alimentos, rações, forragens, utensílios de uso pessoal e doméstico	
31.8.19.2 Os veículos utilizados para transporte de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, devem ser higienizados e descontaminados, sempre que forem destinados para outros fins.	
31.8.19.3 É vedada a lavagem de veículos transportadores de agrotóxicos em coleções de água.	
31.8.19.4 É vedado transportar simultaneamente trabalhadores e agrotóxicos, em veículos que não possuam compartimentos estanques projetados para tal fim.	

Fonte: Normatizações retiradas do NR 31 – Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura - publicada no D.O.U., sendo de Portaria GM n.º 86, de 03 de março de 2005 04/03/05.

Devemos ressaltar que o projeto Mogi-Guaçu não se restringiu apenas a desenvolver programas de extensão, mas também ampliou as pesquisas na área de estudo. Sendo assim, Hanai (2009), Rodrigues (2007), Cunha (2009), Nunes (2010) e Novelli (2010), Espíndola (2011) entre outros, dedicaram-se a fazer avaliações dos impactos de maneira sistemática produzindo dissertações de mestrado e teses de doutorado no âmbito da bacia hidrográfica.

Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores envolvidos no projeto nos permitem uma maior compreensão do impacto que pode ser causado no ambiente e por consequência na vida do produtor e do consumidor.

Cunha (2009) propõe um modo de sanar os problemas da preservação e manutenção das nascentes. Em sua tese de doutorado, a pesquisadora dedicou-se, com sua investigação, a realizar uma caracterização ambiental da região de montante do rio Mogi-Guaçu, no município de Bom Repouso (MG). Por meio dessa caracterização elaborou estratégias para replicabilidade e diretrizes para preparação do plano de adequação ambiental. Na concepção

de Cunha Queiroz (2009), a região de montante do rio Mogi-Guaçu é estratégica quanto à questão hídrica, pois possui centenas de nascentes que contribuem para a formação de córregos e ribeirões, que viabilizam os usos múltiplos da água em cidades localizadas nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Diante desse diagnóstico ambiental, desenvolveu seus estudos focando às 759 áreas de nascentes catalogadas (em uso). A dinâmica de avaliação da autora se dá nos trechos de córregos e matas ciliares que compõem o trajeto até as propriedades agrícolas e seus respectivos usuários, sendo esses 1509 na zona rural e 452 na cidade. Os dados levantados mostram que existem no município 468 nascentes pontuais (aflorando em topos de morros ou encostas) e 291 difusas (localizadas em áreas de planícies, formando alagados), além de elevada quantidade de água nas três microbacias (78,78% dos usuários possuem pelo menos 01 nascente que abastece de 01 a 02 famílias).

Gráfico 2 - Uso das nascentes no Município de Bom Repouso/MG

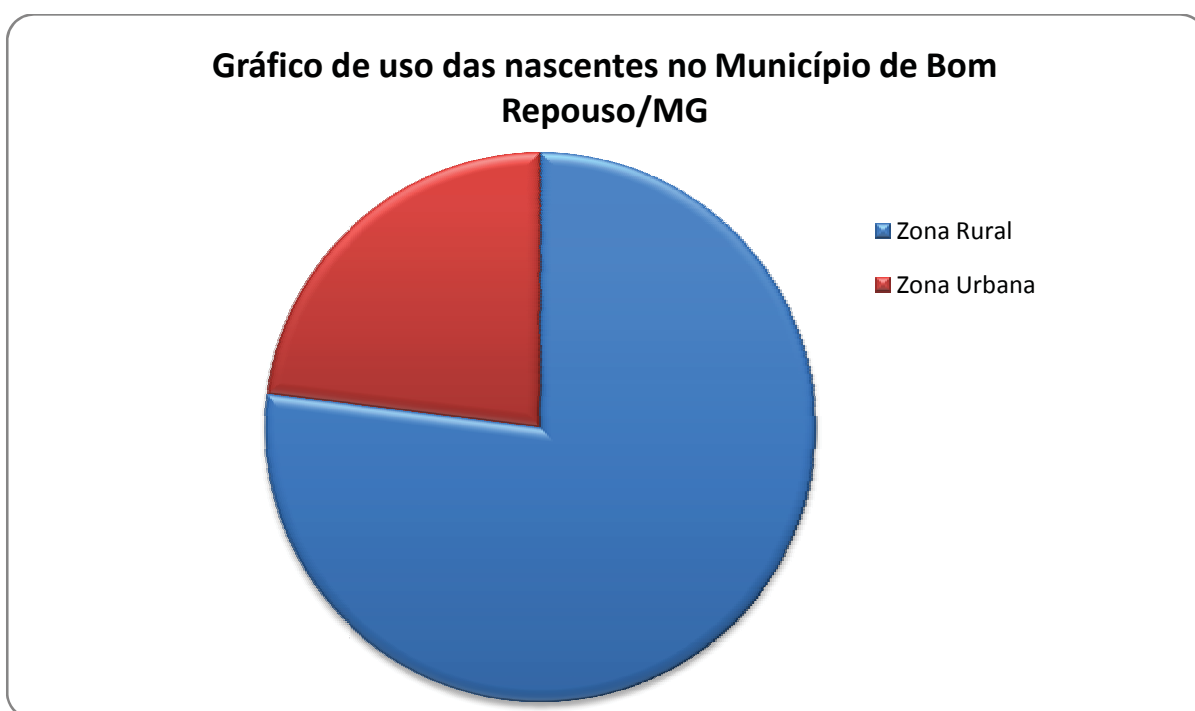


Gráfico gerado a partir dos dados da tese de Doutorado de Cunha, (2009) Caracterização **ambiental** da região de montante do rio Mogi-Guaçu (Bom Repouso, MG).

No entanto, nas demais nascentes, a relação é invertida, com uma média de usuários/nascentes de 06 a 109 famílias. A ocupação do solo, em sua maioria, é intercalada por agricultura/monocultura, campo/pastagem e vegetação natural na faixa de 50 m de raio em relação às áreas de nascentes e 30m de faixa de vegetação em relação aos córregos.

Cunha (2009), em seus estudos, propôs uma avaliação dos quesitos “preservação” e “perturbação” das fontes hídricas. Segundo seus dados o uso mais convencional no município das fontes hídricas está associado à irrigação e uso doméstico. A sua avaliação evidenciou que as nascentes mais preservadas estão em áreas de locais de difícil acesso, sendo 70% do numero de Nascentes existentes em Bom Repouso. No que compete ao quesito “perturbação” foi possível observar que as áreas mais impactadas estão próximas à cidade e representam 50% das nascentes. A pesquisadora atribui melhor condição de conservação às nascentes que ficam em locais que possuem vegetação no seu entorno e a mais impactada aquelas áreas que estão desmatadas e possui um alto grau de compactação dos solos, gerando processos erosivos essas áreas esta associada à pecuária (pastagem).

Gráfico3 - tabela de fontes de perturbação Ambiental das áreas de nascentes no município de Bom Repouso/MG.

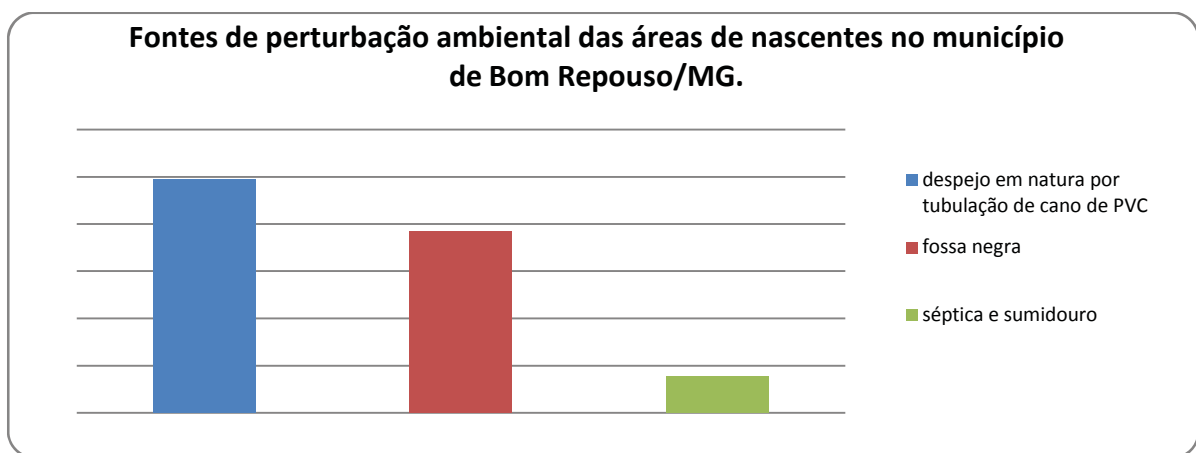
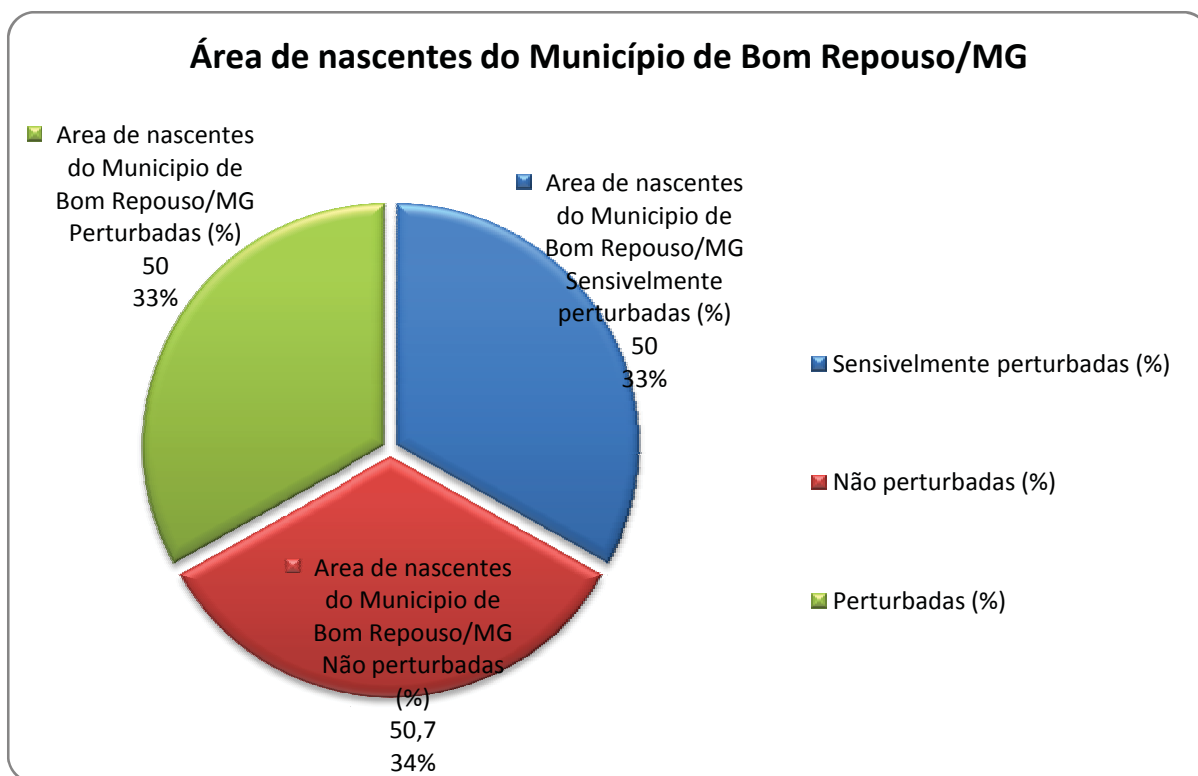


Gráfico gerado a partir dos dados da tese de doutorado de Cunha, 2009. Caracterização ambiental da região de montante do rio Mogi-Guaçu (Bom Repouso, MG).

Gráfico 4 – Área de nascentes do Município de Bom Repouso/MG, 2009.



Gráficos gerados a partir de dados da tese de Cunha, 2009, caracterização ambiental da região de montante do rio Mogi-Guaçu (Bom Repouso, MG).

Justificando dados anteriores, a pesquisadora apontou alguns complicadores como: disposição de dejetos (49,41%), que ocorre via tubulação de PVC direto para o trecho de córrego mais próximo às residências, além de fossas negras (38,47%) e fossa séptica com sumidouro (7,77%).

As consequências negativas para a saúde dessa população rural se ampliam com o consumo das águas das nascentes sem tratamento prévio, fato frequentemente observado em visita às áreas indicadas pelo estudo de Cunha, uma vez que os moradores acreditam que toda água de nascente é pura.

Como podemos observar a microbacia do Rio Mogi-Guaçu tem sofrido forte influência de impactos potenciais ou já efetivos advindos da ausência e/ou ineficiência de planejamento das atividades de uso e ocupação do solo, aliados à falta ou inadequação de políticas públicas, o que resulta em reflexos negativos nos recursos ambientais e na qualidade de vida das populações ali residentes (CUNHA, 2009).

Para aprimorar os dados acerca do processo de contaminação pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes no município, foi desenvolvida por Rodrigues (2007) uma avaliação dos

impactos com base ensaios laboratoriais com *Danio rerio* (Cypriniformes, cyprinidae). O estudo indica que as atividades de cultivos, que vêm sendo desenvolvidas na região de montante da Bacia do Rio Mogi-Guaçu (MG) têm sido responsáveis por impactos ambientais em função do uso excessivo de agrotóxicos. A autora considera que tais produtos podem se acumular no solo e ser carregados para o ambiente aquático, e que seus efeitos maléficos se estendem aos organismos aquáticos.

Rodrigues (2007) avaliou os impactos causados pelos agrotóxicos em sistemas naturais por meio de análises físicas e químicas e da realização de bioensaios ecotoxicológicos. Para tanto, a pesquisadora retirou amostras de solo proveniente das duas principais culturas desenvolvidas na região, o morango e a batata, utilizando-se como organismos-teste juvenis da espécie *Danio rerio* (Cypriniformes, Cyprinidae), vulgarmente conhecido como “paulistinha”. De acordo com os resultados levantados pela pesquisa, é perceptível que a região sofre com o impacto das lavouras em função, não apenas da utilização de agrotóxicos, mas também pelo uso de fertilizantes. Além disso, os bioensaios revelaram baixa toxicidade agregada às amostras, porém, com efeitos sobre o crescimento e alterações nas células.

As alterações histopatológicas observadas nos organismos teste foram, em geral, relacionadas à proliferação celular, dilatação de capilares, deslocamento de epitélio branquial, além de aneurismas e fusão de lamelas, apontando para novos elementos a serem aprofundados em futuras pesquisas nessa região.

Com o intuito de aprimorar as pesquisas na área, Nunes (2010) faz uma avaliação dos efeitos de agrotóxicos sobre a fauna edáfica por meio de ensaios ecotoxicológicos com *Eisenia Andrei* (Annelida, Oligochaeta). A escolha da análise de Nunes se dá devido à compreensão de que os agrotóxicos podem interagir com a fase sólida, líquida e gasosa do solo e com os organismos vivos existentes no mesmo. A pesquisadora conclui que isso pode acarretar em vários processos e esses afetam os agroecossistemas como um todo, ou seja, traz implicações para água superficial, subterrânea, além de atingir o ar e o solo. No caso específico da comunidade edáfica existentes, as análises foram feitas devido à necessidade de se entender as implicações dos impactos dos agrotóxicos sobre a diversidade da fauna do solo.

A maior contribuição dos estudos de Nunes (2010) se apresenta no sentido de efetivar métodos mais adequados de uso dos solos tropicais e de verificar os efeitos negativos dos agrotóxicos nos ecossistemas do solo, pois a possibilidade de instabilidade do ecossistema dos solos é presente. As análises de Nunes detectaram que há presença de resíduos de

abamectina em amostras retirada do solo do Município de Bom Repouso, inclusive em áreas de preservação permanente. Entre os produtos mais citados pelos produtores rurais está o *Vertimec*® 18EC. Ao analisar o solo que foi exposto a esse produto no qual foi colocado para promover o experimento o organismo vivo de minhoca verificou-se que a presença do *Vertimec*® 18EC provocou alterações na estrutura da comunidade edáfica.

Como verificamos por meio dos estudos de Nunes (2010), o veneno *Vertimec*® 18EC está entre os produtos mais citados. Então, no sentido de dar continuidade à atividade avaliativa sobre a situação de risco na qual se encontra essa comunidade rural e as demais pessoas que estão sujeitas a esse modelo produtivo é que o grupo de pesquisa procurou ampliar as análises.

Assim como Nunes (2010), Novelli (2010) fez uma avaliação da aplicação de vertimec. Seus objetivos, no entanto, foram a de promover uma avaliação mais profunda a cerca dos efeitos diretos e indiretos do agrotóxico *Vertimec*® 18CE nos ecossistemas aquáticos. Para tanto, desenvolveu estudos experimentais laboratoriais e *in situ*, contemplando diferentes etapas. Os resultados obtidos demonstraram toxicidade do *Vertimec*® 18CE, associado ao *runoff* a todos os organismos-teste, sendo *C. Dubia* a mais sensível, com toxicidade crônica ocorrendo na maior diluição da amostra (3,125%). Com relação aos resultados da Etapa 2, verificou-se que o *Vertimec*® 18CE, associado ao *runoff* e adicionado diretamente nos mesocosmos, causou alterações na composição e densidade da comunidade zooplânctônica, sendo observado efeitos deletérios especialmente para *Copepoda* e *Cladocera*, com menores efeitos sobre *Rotífera*. Os resultados obtidos na Etapa 3 demonstraram que a abamectina é altamente tóxica em concentrações muito baixas. Noelli (2010) concluiu que o agrotóxico *Vertimec*® 18CE e o seu princípio ativo, a abamectina, causaram toxicidade em baixas concentrações para os organismos aquáticos avaliados nesse estudo, o que sugere a necessidade de adoção de medidas mais restritiva para o uso desse agrotóxico específico.

O quadro colocado pelas pesquisas já desenvolvidas na área de estudo a apresentam como sendo de potencial risco social e ambiental.

Espíndola (2011), na sua tese *Análise da percepção de risco do uso de agrotóxico em áreas rurais: Um estudo junto aos agricultores no município de Bom Repouso (MG)*, faz uma avaliação importante, mostrando que os agricultores têm percepção dos riscos que correm ao utilizar-se discriminadamente dos insumos agrícolas. O levantamento de dados desenvolvidos pela pesquisadora se deu por meio de um questionário sobre percepção de

risco. Segundo Espíndola (2011), o que leva os agricultores a utilizar, de maneira indiscriminada, os insumos agrícolas estão relacionados à dificuldade econômica para desenvolver atividade produtiva, assim como, a baixa escolaridade que dificulta a compreensão das bulas que indicam os índices de quantidade a serem aplicadas na lavoura. Isso tudo, associado também a uma falta de política pública no sentido de incentivar a adesão a modos mais condizentes com uma racionalidade ambiental que previna ações predatórias por parte dos agricultores no campo.

Entendemos que a tese da pesquisadora traz contribuições no sentido de entender a adesão dos agricultores ao modelo convencional de produção; no entanto, o seu resultado do seu estudo não consegue identificar porque mesmo quando os agricultores têm experiência com uma forma de produção que tem por princípio uma prática mais condizente com a geração de qualidade dos alimentos, de vida e do meio, essa não tem estabelecida sua continuidade ao longo do tempo.

Diante de todas as apreciações feitas, podemos concluir que, no que correspondem aos aspectos técnicos da avaliação sobre contaminação, as pesquisas possuem um grau de controle bastante preciso da situação de risco iminente no município de Bom Repouso (MG). Porém, no que compete à esfera da ação dos sujeitos envolvidos na atividade produtiva, fica uma fissura nos resultados dos estudos apresentados. A questão que colocamos como problema da nossa tese, diz respeito justamente à ação desses sujeitos que se encontram envolvidos no processo produtivo. A nossa investigação vai buscar uma explicação a partir da perspectiva sociológica e antropológica. A necessidade dessa compreensão se dá devido ao nosso entendimento de que até o presente momento a capacitação técnica na atividade produtiva não conseguiu gerar uma atividade racionalmente equitativa entre o sistema produtivo, a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.

Na convivência de pesquisa com os agricultores fica claro que esses trazem elementos que mostram uma predisposição a desenvolver suas atividades produtivas com uma perspectiva ambiental menos impactante. Mas estes ainda não conseguiram estabelecer uma prática continuada dessa postura diferenciada.

Observamos que eles constantemente ficam elaborando estratégias para conseguir manter-se na atividade produtiva, e por isso se organizam em associações. É importante entender que esses não são recipientes passivos das informações que os orientam. Na verdade, as suas trajetórias anteriores mostram que há formação do *habitus* inseridos nesses sujeitos.

Entendemos *habitus* aqui tal como foi formulado Pierre Bourdieu (2003) na obra intitulada o Poder Simbólico.

Bourdieu (2003) menciona que o *habitus* é o corpo socializado, ou seja, a construção de uma predisposição dos indivíduos a desenvolver uma prática devida à sua carga de informações constituídas ao longo das suas trajetórias. Para tanto, tais indivíduos desenvolvem certo *ethos* que na nossa compreensão será fortalecido facilitando a internalização dos cuidados com o meio ambiente e o trabalho de maneira coletiva.

Apesar disso, compreendemos ainda que esses sujeitos se encontram num contexto econômico e social, no qual precisa ter a reprodução da sua condição de vida estabelecida e estruturada. E por esse motivo faz as suas opções de acordo com o mercado regulador do processo produtivo, que leva em consideração apenas a lucratividade, sem se preocupar com a promoção de um processo produtivo racionalmente equilibrado nas perspectivas socioambientais.

O motivo pelo qual instituímos a bacia hidrográfica como espaço de avaliação da ação desses sujeitos, os agricultores que aqui chamamos de atores sociais, se deu devido ao fato de eles desenvolverem as suas atividades produtivas no entorno da bacia do rio Mogi-Guaçu e essa sustentar diversas atividades econômicas de grande importância, tanto para o estado de Minas Gerais, quanto para estado de São Paulo, gerando divisas para os dois Estados. Esses sujeitos têm se tornado agente social, na medida em que eles percebem a importância do seu papel na sociedade envolvente e principalmente por entenderem que esse papel é constituído em coletividade.

No entanto, o que se observou pelos estudos já estabelecidos é que os aspectos econômicos têm se sobreposto aos ambientais, gerando reflexos negativos que são irreversíveis para o ecossistema e para a continuidade das atividades produtivas, na medida em que essas interferências refletem na potencialidade da área. Essa restrição não se dá apenas no aspecto econômico, mas se reflete na organização social da comunidade como um todo, pois há o entendimento de que os recursos hídricos necessitam ser preservados, mantendo sua qualidade e quantidade para as gerações atuais e futuras. Nesse sentido, foi preciso compreender de fato o processo de organização dos agricultores e a lógica que permeiam a sua atividade produtiva. A preocupação da nossa análise foi buscar, para além das aparências, a essência da organização dos mesmos, para sugerir modelos de políticas públicas mais condizentes com a lógica social e econômica destes sujeitos, que aqui chamamos de atores sociais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para conceber a lógica que permeava as ações dos atores sociais pertencentes à “Associação do Bairro dos Garcias” foi preciso elencar um referencial teórico que balizasse a formulação do nosso entendimento sobre quem são esses protagonistas, a qual categoria sociológica eles estão inseridos e, principalmente, como as suas ações são constituídas historicamente. Sendo assim, optamos por fazer o levantamento histórico acerca da aplicação do programa de extensão rural no Brasil e depois avaliá-lo em acordo com as elaborações de Paulo Freire (1983), Souza Santos (1981, 2002), Fonseca (1985) e outros autores. Todos esses autores explicam como a Ciência contribuiu para que tivéssemos atingido esse grau de degradação ambiental por meio da ação humana, e como a depredação ambiental é fruto de uma racionalidade que fragmenta o conhecimento dos sujeitos, incidindo contra o meio ambiente e de igual forma sobre a cultura das pessoas. Para Freire (1983), no que compete à atividade agrícola, o modelo de educação implantado pelo programa de extensão rural foi o principal desarticulador dos saberes e ficou muito longe de ser uma prática de comunicação junto aos agricultores.

No segundo momento analisaremos como o processo de modernização agrícola contribuiu para o processo de degradação socioambiental e como as análises sociológicas facilitam a nossa compreensão de como se constitui a lógica desses sujeitos que produzem e se reproduzem no mundo rural. E por fim, quem são esses atores sociais e se é possível interpretar as suas ações em acordo com as teorias de Pierre Bourdieu e evidenciar se há nesses espaços aplicabilidade para os conceitos de *habitus*, *campo*, *prática* e *estratégia*.

Para dar início a essa parte desse capítulo vamos elaborar uma reflexão a respeito da construção de um modelo produtivo agrícola para o Brasil, destacando o contexto e as implicações sociais, culturais e ambientais. Para compreendermos de forma crítica o modelo produtivo imposto pela lógica do capital, recorreremos à análise do Programa de Extensão Rural implantado no Brasil. Segundo os estudos feitos ao longo da história, o Programa de Extensão Rural foi um pontapé importante para garantir a adesão dos agricultores aos pacotes tecnológicos. Esse programa, por sua vez, tinha uma forte influência norte-americana como é possível acompanhar na análise de Oriowaldo Queda e Tamás Szmrecsányi: “o movimento extensionista tem suas origens nos Estados Unidos da América, onde foi institucionalizado através de uma série de leis no começo deste século”, tendo assumido em 1914 a denominação “Serviço Cooperativo de Extensão Rural”. Já a partir de 1938, “essa modalidade

assistencial passou a ser cogitada para os países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina” (QUEDA; SZMRECSÁNYI, 1976, p.219).

Oliveira (1999) demonstra que há evidências de que a extensão rural no Brasil pensada e implantada por Rokefeller viria a tomar corpo uma década depois, com a criação de um serviço extensionista no Brasil. Esse programa foi implantado tanto em propriedades agrícolas privadas, quanto em públicas. Segundo menciona os estudos, a figura de Rokefeller era emblemática, seguia os mesmos passos históricos dos seus antepassados, sempre pautado numa visão expansionista e desenvolvimentista.

A difusão da extensão rural, para modernizar a agricultura tradicional, acompanhava a expansão do poder dos Estados Unidos no contexto internacional. Com esse objetivo Rokefeller chega ao Brasil e começa a implantar no planalto nordestino, assim como, na Amazônia e mais tarde em Minas Gerais, suas concepções de modernização agrícola. No estado de Minas Gerais, cria a “Associação de Crédito e Assistência Rural em prol da melhoria das condições sociais e ‘vida rural’” e com esse discurso põem-se em curso as mudanças. Na verdade esse era o discurso vigente no momento histórico, mas a literatura acadêmica produzida sobre essa prerrogativa aponta para a compreensão de que o que estava no cerne da questão era acelerar os procedimentos produtivos agrícolas, ampliando assim, a expansão capitalista no campo, mas sem nenhuma transformação na estrutura agrária, tratava-se apenas de garantir o aumento da produtividade.

Ianni (2009) traz uma reflexão importante para compreendermos a situação do homem rural no que compete à sua adesão ao processo de modernização capitalista. Para o sociólogo, o capitalismo de certa forma revolucionou o mundo agrário, mas trouxe com ele implicações, pois destruiu as bases que constituía a vida do camponês, graças ao seu desenvolvimento intensivo e extensivo. Para se compreender esse processo é importante esclarecer o significado das categorias intensiva e extensiva mencionadas por Ianni (2009). A categorização é a base de dois movimentos do capitalismo, sendo o da acumulação da terra e da monopolização da mesma. Diante desse processo chegamos à conclusão de que os reflexos foram muitos impactantes causando a proletarianização do agricultor. Nesse processo, o trabalho rural acaba por perder a base da sua sobrevivência. Em alguns casos, o agricultor até se mantém desenvolvendo o processo produtivo, mas já não tem as mesmas características do campesino de origem.

A aposta na transformação desse campesino em trabalhador rural assalariado é uma peça chave para a manutenção do processo capitalista de produção. Para atingir essa

modificação é que se implantaram as “inovações” tecnologias. Ou seja, ocorreram mudanças na base técnica agrícola e o Complexo Agroindustrial realmente teve grande crescimento, sem, contudo mexer no ponto cerne: a questão da distribuição de terras.

O que garantiu esse movimento de transformação, com já dito anteriormente, foi a implantação dos programas de extensão rural. Esse apregoava a introdução de novos padrões de trabalho. E para conseguir a adesão dos agricultores se valiam do discurso da valorização da tecnologia como caminho para a superação do atraso do agrícola. O golpe militar de 1964 consolidou esta opção e também levou a extensão rural a tornar-se, cada vez mais, um dos principais instrumentos de intervenção do Estado sobre a economia agrícola. Segundo Sorj (1983), o governo militar orientou a economia no sentido de garantir maior concentração e centralização do capital, fortalecendo as empresas industriais mais avançadas e deprimindo o nível salarial da classe operária, Segundo Sorj “gerando assim as condições de um novo ciclo de expansão econômica com a participação maciça do capital estrangeiro e o suporte das empresas estatais” (SORJ, 1983, p.245).

Esta configuração de poder político e econômico no campo permitiu que o setor agrícola predominante respondesse às necessidades da industrialização. Aumentou-se a oferta de matérias-primas e alimentos e a agricultura tornou-se compradora não só de bens de consumo industrializados, como também de insumos e máquinas gerados pelo setor industrial.

O extensor passa a ser visto como a autoridade que garantirá o sucesso aos agricultores. É importante lembrar que na verdade até os próprios extensionistas acabavam sendo nada mais do que repassadores de informações e de uma estratégia de atuação sobre a qual não dispunham de qualquer controle, sendo rigidamente monitoradas pelas estruturas hierárquicas superiores, às quais cabia a formulação do “discurso competente” da entidade.

Para Pierre Bourdieu (1994), esse discurso só é construído e aceito pela sociedade devido às condições sociais presentes no momento histórico. Ou seja, os discursos têm valor desigual conforme a situação histórica em que são produzidos, pois não são apenas relações de comunicação, mas também instrumentos de poder. Podemos dizer que o extensionismo rural no Brasil se fazia escutar num conjunto de situações históricas precisas e em toda uma formação discursiva da época em estudo, que lhe respaldava e garantia competência, para implantar a ideologia de que era preciso romper com o modelo produtivo no sentido da obtenção de sucesso como produção.

Essa produção rural travestida de uma ideologia de sucesso promovida pelos aparelhos extencionistas é fruto de uma visão da possibilidade de se garantir crescimento irrestrito da produção de capitais e para atingir esse objetivo passam a naturalizar a produção como sendo uma necessidade do consumidor.

A reflexão proposta por Marx esclarece como essa concepção é pensada ao analisar a produção;

A inconsistência dessa concepção reside no escamoteamento do fato de a produção não ter como objetivo principal a realização dos indivíduos, mas sim o aumento de riqueza, o aumento de capital. Além disso, as necessidades e interesses individuais são também eles, determinados pela forma de a sociedade organizar sua produção. O procedimento de naturalização, que situa nos indivíduos a origem de processos que abarcam a sociedade como um todo, acaba também por naturalizar o indivíduo e, nesse sentido, torna-se incapaz de compreender o processo histórico e social de formação da individualidade. MARX (1987a: 83-84) mostra com clareza esse processo, ao analisar como os economistas clássicos interpretam, enquanto efetivação de um atributo da natureza humana, a produção de uma sociedade na qual o trabalho é trocado por mercadorias, tornando-se, nessa sociedade, a troca de mercadorias a relação social universal e tornando-se o valor de troca a mediação universal entre os homens. Os economistas clássicos acreditavam que o interesse geral seria uma resultante do fato de cada indivíduo perseguir seu interesse particular. Marx criticava essa concepção, afirmando: nessa “guerra de todos contra todos”, onde cada um perseguiria seu próprio e egoísta interesse particular, a resultante final seria não uma afirmação do interesse geral, mas sim uma “negação geral”, pois as ações de cada indivíduo constituiriam um obstáculo à satisfação dos interesses de outros indivíduos.

Por meio das afirmações dos escritos de Marx entendemos que todas as propostas de intervenção no rural visam essa garantia irrestrita da acumulação capitalista e todas as relações são forjadas com essa intencionalidade. Então, nos pacotes tecnológicos a intervenção na produção rural segue esses pressupostos descritos por Marx (1987).

É nesse momento a ideologia vigente era aquela que pregava que para se ter êxito na atividade de produção e reprodução no rural é preciso tornar-se moderno tecnologicamente e para tanto, se faz necessário o uso dos pacotes tecnológicos e de acordo com essa concepção, o agricultor só terá acesso a esse conhecimento por meio da extensão rural. Assim, os extensionistas passam a ser vistos como aquele que valida o progresso agrícola. Nesse momento eles tinham o arcabouço necessário para a garantia da adesão por parte dos produtores rurais e, portanto, eram eles que legitimavam e organizavam a vida no rural. Muitos são os agentes políticos que atuam no momento histórico do processo de modernização da agricultura brasileira. Entre estes agentes temos aqueles ligados à esquerda,

que ainda tinha o Partido Comunista como sua grande referência; a Igreja Católica, cuja influência de setores ultraconservadores e contrários à reforma agrária ganhava corpo; os intelectuais, tanto os acadêmicos como os que estavam ligados a órgãos de promoção do desenvolvimento criados pelo Estado na época; e os técnicos agrícolas e agrônomos vinculados ao Estado ou às empresas agroindustriais. O ideário desenvolvimentista apostava que a modernização do país se daria através da superação das dicotomias entre campo e cidade ou atraso e modernidade, seja através do Estado ou pela ação empreendedora liberal.

Na verdade, o que é possível compreender com esse processo é que se tratava como bem define Chauí (1978, s/p), de um discurso competente. Mas, o que é o discurso competente? “o discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro e autorizado [...] porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”, tornando-se instituído e autorizado, ou, seja, “os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo direito de falar e ouvir”.

Essa afirmação de Chauí (1978) é bastante pertinente, pois foi construído continuamente esse discurso da não competência dos agricultores. E que somente os agricultores teriam condições de promover a superação da mesma, se aderissem os pacotes Tecnológicos. E esses pacotes por sua vez, eram garantidos pelo *Know How* científico. Ou seja, as mudanças atingiram igualmente as instituições de ensino agrônômico.

Além disso, o Estado interveio definindo um complexo conjunto de regulamentação, de leis e de programas, que passaram a favorecer a expansão e a consolidação do processo modernizador no terreno técnico-científico, regulando as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e na técnica da produção agrícola (ALMEIDA, 1990).

De acordo com Bezerra & Veiga (2000), o processo de modernização foi favorecido pelo crédito agrícola subsidiado e por vultosos investimentos públicos nos campos da pesquisa e do ensino agrônômico. Colaboraram, ainda, a melhoria dos preços agrícolas no mercado internacional e a fase ascendente da economia brasileira conhecida por “milagre econômico”.

Outra particularidade marcante deste final de século XX foi o avanço do agronegócio (*agribusiness*) em quase todo o complexo regional Sul-Sudeste. A produção de soja, de cana-de-açúcar, de laranja, de café, de milho, além das aves e dos suínos, figura entre os exemplos mais emblemáticos desse processo: não só pelas mudanças que trouxeram à paisagem

agrícola, mas também por sua fortíssima dependência de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial, bem como pelo destino igualmente industrial de boa parte da produção. Esses mesmos “gigantes” do agronegócio figuram ainda entre os maiores “consumidores” de recursos naturais dos ecossistemas das duas regiões e, em certos casos, promovem estragos ambientais de proporções da mesma forma, grandiosas.

Como fruto desse padrão de extensão vamos ter, como afirma Almeida (2001), um modelo agrícola com tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e à artificialização extrema do meio natural com base na motomecanização, na fertilização inorgânica e na irrigação. Esse modelo é acompanhado por impactos ambientais que se irradiaram a todos os ecossistemas do país, causando a degradação dos solos agrícolas, o comprometimento dos recursos hídricos, a devastação de florestas e dos campos nativos, o empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, das plantas e dos animais e a contaminação dos alimentos consumidos pela população.

A esse fator de ordem técnica se soma à lógica econômica que comanda a incorporação do modelo, fundada no imediatismo e na maximização dos resultados físicos e econômicos em curto prazo, em detrimento da reprodução dos equilíbrios naturais. Para o referido autor, o mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos ambientais predatórios, engendrou de forma igual, a fragmentação e a decomposição social e econômica precárias da pequena agricultura familiar. Estima-se que, das 6,5 existam no Brasil, cinco milhões estejam enfrentando uma situação econômica precária ou de total marginalidade (FAO-INCRA, 1995).

No entanto, como podemos observar nas considerações de Almeida e dos demais autores é que o pacote tecnológico previa um programa de extensão rural, educação atrelada à indústria química. E a dita “Revolução Verde” contribuiu para esse processo de mudança principalmente no pós-guerra devido às empresas agrícolas adentrarem no universo do mundo rural criando grandes problemas para a agricultura que tem por base o trabalho familiar.

Entre tantos problemas, estão também os processos de degradação que estão diretamente associadas às práticas de cultivos por meio de monocultura e uso intensivo de agroquímicos assim como, também o processo de evasão do campo devido à falta de condições dos agricultores se adequarem ao modelo gerando, portanto, também a exclusão social.

A partir das formulações feitas pelos autores podemos observar a adesão à agricultura numa perspectiva conservadora por meio do processo de modernização que gerou grandes transformações no campo socioeconômico e ecológico. Revestidas de uma série de impactos sociais e ambientais, entre eles podemos citar, a erosão e a diminuição da produtividade natural dos solos tropicais gerando problemas para as populações rurais.

Desde o processo colonial a prática da atividade agrícola baseada em um só produto fez com que os solos fossem se exaurindo. Não havia por parte dos colonizadores nenhuma preocupação de se fazer um uso dos solos e dos recursos naturais com perspectiva de conservação e compreensão edafoclimáticas. Esses métodos deixaram como herança, solos exauridos e processos erosivos. Temos no momento da industrialização dos países capitalizados, o complexo movimento de exploração dos países de terceiro mundo, ocorrendo de forma agressiva e com base na expansão do uso do solo e aplicação de técnicas agroquímicas que vão gerar a princípio uma elevação da produção. Mas, num segundo momento também gerarão destruição ecológica e degradação ambiental nestas regiões. Os países tropicais possuem uma grande diversidade biológica a supressão dessa diversidade para a implantação dos processos produtivos monocultores e a implantação de pastagens, acabam por romper com a condição de resiliência, colocando as áreas em estado de vulnerabilidade. As interferências antrópicas, embora não sejam fatores determinantes para que ocorram desastres naturais, acabam por agravar a situação quando ocorrem problemas como tsunamis, ciclones, furacões. As consequências desses fenômenos naturais têm se exacerbado devido a uma racionalidade econômica predatória, graças à geração de um processo de eutrofização dos ambientes, Leff (2009).

A prática de depredação implantada por essa racionalidade tem gerado efeitos, como fluxo migratório, principalmente devido à zona rural ser incapaz de gerar empregos que garantam a qualidade de vida dos agricultores e a manutenção da sobrevivência do núcleo familiar. Como consequência dessa situação, passa a existir alto índice de problemas sociais nas cidades, em que populações inteiras se tornam incapazes de garantir sua sobrevivência, se sujeitando à insalubridade imposta por essa realidade. Muito embora sempre nos reportássemos a essa insalubridade como sendo algo eminentemente urbano, nesse quadro ela fica bastante evidente na prática agrícola familiar desenvolvida no Brasil. Os agricultores que têm por base a racionalidade econômica predatória acabam por se tornar vítimas e ao mesmo tempo algozes da sua prática, pois com o tempo esses passam a ter problemas de saúde devido

à utilização de maneira descontrolada dos insumos agrícolas, expondo também a comunidade, sociedade e o ambiente.

Entendemos que foram muitas as consequências da implantação do modelo produtivo convencional, para a agricultura desenvolvida no Brasil como um todo. E essas implicações não se restringiram apenas aos aspectos físicos e econômicos. Podemos afirmar que elas interferem de maneira significativa no ponto de vista da cultura, refletindo-se na qualidade de vida de toda a sociedade.

Para Leff (2009), o processo de industrialização com base em elevados padrões tecnológicos fez com que os países de terceiro mundo, especialmente os da América Latina, assumissem um grau de tecnificação ativa que exigia maior adesão a uma capitalização intensiva. Essa ação, no entanto, gerou um efeito em cadeia, pois foi se minando a capacidade das pequenas indústrias e a substituição das práticas produtivas tradicionais. Diante desse quadro, temos um contingente de pessoas sem condições de manter a sua condição básica de sobrevivência. Isso graças à intensificação da implantação das empresas agrícolas, gerando a submissão dos agricultores aos processos agrícolas e provocando uma subtilização do seu trabalho.

Concordamos com Leff (2009) quando afirma que o problema é que as atividades produtivas têm por base a racionalidade econômica, e essa tenta reduzir tudo a pressupostos mercantis. É necessário de desenvolver outra racionalidade, que tem a cultura como mediação, dos processos econômicos e ecológicos. Ao colocar a economia como foco primordial acabou-se por não avaliar as influências da formação do pensamento dos seres humanos.

Para Leff (2009), quando colocamos nessa perspectiva incorremos num erro, pois caracterizamos a ação dos sujeitos como uma ação meramente da biologia e descartamos toda a complexidade das relações sociais presentes no mundo. Ou seja, descartamos a complexidade social, cultural e, principalmente, as relações de poder pelas quais as ações entram em um campo de disputa. Essa questão das relações de poder está muito bem elaborada por Pierre Bourdieu, quando discute a concepção de *campo*, no livro o “Poder Simbólico” (2003).

Leff (2009) menciona a necessidade de se descartar os pressupostos malthusianos, para assim não incorrer no erro de desenvolver uma análise simplista. Não cabe na sua concepção a idéia de um homem genérico ou de realidades genéricas. Ele passa a construir

uma análise pautada no homem “de carne e osso”, proposto pelas reflexões do historiador Edward Palmer Thompson, utilizando-se assim do conceito de experiência.

Recorrendo a Thompson, Leff (2009) nos esclarece o conceito de experiência que passa a empregar. Segundo o autor, os sujeitos pelo mundo partilham, pensam e tomam suas decisões nessa forma de ação não há espaço para o determinismo de uma estrutura. Todas as ações são pensadas e, por meio da experiência, sentidas e vividas ao longo da trajetória dos sujeitos. Trata-se do que o autor vai chamar de *experiência criativa* que se faz por meio da cultura. Thompson mostrou que essa classe não é constituída somente em termos econômicos, pois se baseia na construção histórica de experiência. Quando se faz uma releitura do passado, buscam-se as várias experiências nas quais os sujeitos estão inseridos. Para o autor, era preciso revalorizar e conhecer as perdas e os ganhos desses “subalternos”, pois só assim seria possível reconhecer a grande importância histórica dos mesmos, sendo essa talvez uma ferramenta chave na compreensão dos conflitos e solução dos problemas na sociedade. Ou seja, ao entender os ganhos e as perdas, adquiridos mediante a sua experiência seria possível pensar em processos de transformação. Thompson descreve a consciência de classe e as experiências manipuladas dentro dos termos culturais, vendo que grande parte dessa experiência da classe determinou as relações produtivas dentro das quais os homens nascem e são inseridos nela de modo involuntário.

Conforme Leff (2009), as desigualdades existentes entre os países ricos e pobres não surgem da divisão desigual de riquezas, pois, se assim fosse, a explicação que se pauta no atraso tecnológico seria plausível. O que corre na verdade é uma superexploração dos recursos naturais mediada pela exploração da força do trabalho, principalmente da população camponesa e dos povos indígenas, dos países dominantes sobre os dominados.

Esse processo tem implicado na espoliação, exploração e destruição das bases naturais e culturais dos países subdesenvolvidos. Condições essas que têm interferido no desenvolvimento endógeno, refletindo principalmente na capacidade produtiva dos países em desenvolvimento.

É possível observar que essa racionalidade econômica que se instaura no mundo como núcleo duro da racionalidade da modernidade, se expressa em um modo de produção fundado no consumo destrutivo da natureza que vai degradando o ordenamento ecológico do planeta Terra e minando as suas próprias condições de sustentabilidade (LEFF, 2009).

No entanto, é importante colocar que os procedimentos tecnológicos implantados pelos países “desenvolvidos” têm infringido as relações culturais graças a uma prática que suprime o conhecimento das populações locais, e implantam um modelo de extração irracional.

Na verdade, esse modelo é quem tem sido, por sua vez, responsáveis pelo processo de degradação dos ecossistemas, do solo e esgotamento dos recursos e principalmente, suscitando um extermínio da cultura dos sujeitos envolvidos nesse processo.

As formulações teóricas de Leff (2009) são pertinentes para nossa tese. O autor explica que o modelo produtivista gerou um contingente de pessoas à margem da sociedade que, mesmo desenvolvendo a atividade produtiva, não consegue sequer garantir a sua qualidade de vida (entre esses estão os agricultores familiares, comunidades indígenas). Isso ocorre porque os preços são desfavoráveis em relação ao uso de insumos agrícolas e também a cesta básica está sempre com alta em relação aos ganhos dos agricultores. Na concepção de Leff (2009), com a qual também comungamos, esse modelo gerou um movimento relevante para a análise que aqui está sendo desenvolvida: trata-se do desequilíbrio causado por esse processo econômico. E esses reflexos são observados localmente, regionalmente e nacionalmente, pois promovem também a desintegração da cultura a degradação ecológica e a desestruturação social. Isso nos permite averiguar outra questão importantíssima, a de que primeiro não podemos nos basear apenas numa formulação simplista de ruralidade, na qual encaixamos os sujeitos numa caixinha de conceitos, na qual ele “é isso” ou “aquilo” justificando suas escolhas como sendo benéficas ou maléficas. Ou associar a mera existência humana a tudo àquilo que é degradante como sendo esse um pressuposto lógico. Ou seja, como sendo consequência da sua existência em quanto ser produtivo. Nessa perspectiva o denominador comum sugere que o mal do mundo se dá pela ação Antrópica.

No entanto, poucos procuram entender historicamente por que esses sujeitos se portam diante das dinâmicas sociais produtivas de forma degradante.

Os agricultores, como podemos ver, foram levados a crer que a atividade produtiva desenvolvida por eles, não mais era suficiente para garantir a sua reprodução enquanto agricultor e que era preciso se modernizar. Como bem coloca Leff (2009), essa formulação foi fundamental para mudar as bases produtivas e interferiu inclusive na cultura desses grupos.

Entendemos hoje que esses problemas não são apenas de caráter físico e natural, mas também estamos presenciando depredação do patrimônio cultural e ambiental dos povos da

América latina. À medida que se degradam os ecossistemas naturais, interferem também na capacidade produtiva e cognitiva dos sujeitos Leff (2009).

Nesse momento histórico que vivenciamos a base do desenvolvimento e da expansão capitalista passa pela necessidade de desqualificar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a conseguir discipliná-los segundo a lógica do capital. Sendo assim, continuamos as nossas reflexões para tentar entender sobre que bases os agricultores desenvolveram suas atividades produtivas até o presente momento e por que, mesmo apresentado uma facilidade em desenvolver uma agricultura com bases ecológicas, não conseguem romper o ciclo.

2.1 O processo educacional formal como fator preponderante para as mudanças no mundo rural.

Para entender melhor como se constitui esse quadro na esfera do Brasil, inicialmente precisamos observar como tem sido feita a construção teórica acerca da ruralidade. Consideramos que ao fazer essa análise teremos explicações plausíveis para lógica operante no mundo rural na contemporaneidade e suas implicações socioambientais.

Para atingirmos esse propósito recorreremos às formulações sociológicas sobre o universo da agricultura familiar numa perspectiva histórica. Entendemos que muitos dos problemas enfrentados pelos agricultores são frutos dessas formulações. No entanto, entendemos que, mesmo tendo a percepção de que o agricultor familiar possa vir a ser um agente transformador dessa lógica do uso irracional dos agroquímicos, estamos longe de tornar essa realidade palpável enquanto essa racionalidade não gerar políticas públicas e principalmente uma mudança de perspectiva dos consumidores dos produtos gerados.

Sabemos que, no que compete à saúde do trabalhador, a atividade agrícola – que tem por base o uso intensivo de agrotóxico – tem gerado graves problemas como bem foi registrado pelas pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisadores do Projeto Mogi-Guaçu.

Outros grupos de pesquisa têm se dedicado a relacionar os problemas ocupacionais com o aumento de problemas de saúde no campo. Uma referência importante é o Grupo de Estudos de Saúde e Trabalho Rural de Minas Gerais (Gestru), que estuda diretamente as implicações do uso de agrotóxico na saúde do trabalhador rural. Mas, o que observamos é que mesmo tendo grupos discutindo a questão da intoxicação por uso indevido de agrotóxicos nas

atividades produtivas e essas pesquisas venham apresentando resultados alarmantes, isso ainda não tem sido suficiente para resolver a questão.

A agregação das relações de trabalho ao capital sugere uma necessidade de intensificação do processo produtivo. E a prática de produção dentro do princípio de acumulação capitalista, pressupõem diminuição do tempo gasto para obter os produtos. E, portanto um maior controle biológico na área de produção. Sendo assim, aplicam-se de forma irracional os insumos agrícolas. E mais, sem nenhuma regularidade nas relações de trabalho, observa-se desde a prática do uso do trabalho estritamente familiar, a troca de dias, o diarista, o meeiro, até arrendamento. Entender como essas relações de trabalho contribuem na contaminação dos agricultores e incidem de igual forma na saúde do meio ambiente é um desafio a ser estudado. É preciso compreender que não há uma formação de produção agrícola de maneira idealizada e que o modelo de produção capitalista vem sendo incorporado entre os agricultores. E o fato de aderirem a esse modelo produtivo, que acaba com o meio para promover a acumulação capitalista, é que tem sido o grande responsável pelo esgotamento do planeta.

Embora entendamos que os agricultores estão se inserindo nessa lógica, isso por si só não garante que outro modelo de ação não esteja em disputa, o que acontece é que as condições econômicas e políticas não têm sido enfáticas na solução dos problemas. Muitas vezes têm agido pontualmente com a aplicação de ações paliativas, a se ver o Programa do CONSEA ao quais os agricultores de Bom Repouso (MG) estiveram atrelados.

Como foi possível observar pela construção teórica acerca da ruralidade, o processo de desagregação do conhecimento do homem rural e a sua subjugação ao modo de produção capitalista foi continuamente pensado com mudanças do modelo de Ciência e Educação. Para isso se pensou os modelos de extensão rural como foi descrito no texto acima. Mas o importante, no entanto é dizer que esse sempre visou obter êxito no sentido de garantir a supremacia do capital sobre o homem rural. Assim, ele se engendrou na política de desagregação do conhecimento tradicional, na implantação de pacotes tecnológicos, tendo como principal ferramenta os programas de extensão rural, como bem formula Fonseca.

O modelo implantado por meio dessa educação, como já mencionamos anteriormente, foi trazido dos Estados Unidos e se denominava “Modelo Clássico”. Este, por sua vez, tem como princípio que o povo rural e irá se comunicar com a nova tecnologia, que é gerada e passada pelos centros de pesquisa (FONSECA, 1985).

No seu livro “A extensão Rural no Brasil: um projeto educativo para o capital”, Fonseca (1985), apresenta algumas definições de extensão rural:

Sistemas especiais de educação rural que atingem adultos e jovens através de metodologia adequada e da ação de líderes em grupos e comunidades, visando à adoção de novas práticas agropecuárias e domésticas;
 Sistema educativo e informal que busca obter mudanças de atitude procura aperfeiçoar as aptidões e melhorar as condições de vida da população rural, através da tecnificação do trabalho e fomento da organização comunitária;
 Modalidade informal e democrática de educação de adultos e jovens que visa levar ao agricultor e a sua família os conhecimentos de seus níveis de vida;
 Progresso educacional que visa induzir o povo (considerando povo, indivíduo e instituições) a interpretar e responder, de maneira apropriada, as mensagens de mudanças para a promoção das forças vivas de comunicação.
 (LOPES, citado por FONSECA, 1985, p.50).

É interessante observar que a palavra *Educação* está associada a uma necessidade de indução dos sujeitos tradicionais a assumirem atitudes e valores culturais diferentes dos que lhes são próprios. Ou seja, o que se propõem é um abandono das suas bases socioculturais em nome de uma aptidão nova que garantirá sucesso no sentido de se tornarem modernos e competitivos. E a melhoria das suas condições seria dada quando esses sujeitos aceitassem os princípios apregoados pelo difusismo e entendessem os princípios que os técnicos estavam passando a eles; ou seja, à medida que rompesse com a concepção tradicional de produção e desse espaço para os sábios conhecimentos passados pelos agentes externos, no caso os técnicos agrícolas. E, caso os agricultores não aderissem e esse programa de modernização, dificilmente conseguiria adotar as modificações necessárias exigidas pelo processo de industrialização que crescia naquele momento e essa emergência era posta por alguns setores urbanos.

Segundo Fonseca (1985, p.183), a lógica capitalista exigiu da extensão rural um projeto educativo para a zona rural, no intuito de que este

[...] fosse o instrumento da reprodução capital x trabalho no campo, pela ampliação da divisão social e técnica do trabalho neste setor, que necessariamente levaria à expropriação do saber e do trabalho de uma maioria, para que ficasse garantido o domínio e o lucro de uma minoria.
 (FONSECA, 1985, p.183)

Os projetos educativos aplicados entre as famílias rurais, desde a introdução do extensionismo no Brasil, voltavam-se, como afirma Fonseca, à necessidade de garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado, trazendo mudanças

profundas para o agricultor “que se refletiriam diretamente no seu modo de vida, na sua forma de produzir, exigindo-lhe ainda que aprendesse a consumir produtos industrializados”.

Segundo Fonseca (1985), o difusionismo será a teoria que vai embasar esse processo de transformação no campo na década de 1962. Essa teoria apregoa que, pela difusão do conhecimento, se pode afetar um sistema social ao propor inovações, pelas quais a difusão e a alocação de idéias novas e a transferência de alguns traços culturais de “áreas bem-educadas a não educadas”. O difusionismo entende que é possível se inovar o pensamento dos indivíduos. E para os precursores dessa visão trata-se de um processo mental pelo qual o indivíduo tem contato com a inovação, e assim, passa a aceitá-la ou rejeitá-la.

Para atingir completamente esses objetivos era preciso passar por quatro funções segundo os precursores dessa teoria, sendo esses; a) conhecer, b) persuadir, c) decidir, d) confirmar. A adoção seria o uso pleno da nova idéia como melhor alternativa (ROGERS, 1974 apud FONSECA, 1985, p.44). No trecho abaixo Fonseca (1985) descreve essa perspectiva:

[...] em essência o paradigma de Rogers fornecia uma proposta teórico-metodológica para se conseguir, em menor prazo, que os habitantes de áreas tradicionais ou subdesenvolvidas modificassem seus comportamentos pela adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução de seus problemas e consequentemente o alcance do desenvolvimento econômico e social (ROGERS, 1974 apud FONSECA, 1985, p.46).

É importante observar que esse modelo de extensão com princípios difusionista ainda é utilizado quando se propõem projetos de intervenção no campo. Um exemplo dessa concepção são as propostas aplicadas pelo SEBRAE em Bom Repouso (MG). Os agricultores afirmam em seus depoimentos que os técnicos ensinam até mesmo como eles devem se comportar quando vão negociar seus produtos no mercado.

Em acordo com as formulações de Fonseca (1985), Freire vai dizer que: “distribuidores” do saber erudito, não ocorrem de igual forma aos educandos passam por processos diferenciados de aprendizagem, e se os técnicos não conceberem esse processo jamais será possível o diálogo. E o antidiálogo se impõe, ainda, segundo os que assim pensam, em nome também da “continuidade da cultura” (p. 36).

E esse modelo que não permite o diálogo, mas impõe uma forma de atuação é o que vem ocorrendo, claro que apresenta algumas raras exceções.

Sendo assim, é possível se afirmar que a extensão rural não ajudou a melhorar a qualidade de vida da maioria dos produtores rurais junto aos quais atuou e também é inegável que a mesma, enquanto instrumento de implantação e execução das políticas direcionadas ao campo, contribuiu para o agravamento das questões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Segundo Fonseca, (1985) as ações de educação comunitária desenvolvidas pela extensão rural foram ineficientes, não atendendo aos anseios do homem e da mulher do campo; ao contrário, para a maioria, era reforçada a situação de “excluído/ignorante”. E esses são os resultados desse modelo de produção definido pelas políticas agrárias, e difundido pelos extensionistas no momento histórico de sua implantação.

Essas são as bases para a aceitação do produtor rural de que sua forma de atuação no que compete à atividade produtiva, não mais era adequada e que, portanto precisava passar por um processo de transformação.

O programa de extensão rural esteve associado à intervenção internacional, à produção de conhecimento por meio da assistência técnica ficou claro que se objetivava com isso a manutenção da estrutura de produção em moldes capitalistas. E que o Estado manteria os interesses internacionais de produção, para tanto se disseminou para todo o país a concepção de que a gestão pública das atividades agrícolas beneficiariam de várias maneiras os governantes, principalmente em relação ao que podemos chamar de gestão da população no campo. Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a extensão rural, procuravam estabelecer uma nova ordem social.

É intrigante aos pesquisadores compreender a lógica do pensamento do agricultor que tem sua base produtiva na pequena e média propriedade. Entre as constantes indagações estão aquelas que buscam justificativas para a adesão ao modelo predatório da aplicação de insumos agrícolas de maneira descontrolada.

E como podemos ver nas formulações teóricas, essas condições foram construídas historicamente. Sempre pautada num discurso de modernização necessária para se obter êxito na atividade produtiva. No entanto, é importante colocar que as lógicas empregadas entre os agricultores são diversas e que, quando falamos dessa questão precisamos entender esse rural por dentro.

É importante apontar aqui que não se teve na implantação desse processo de modernização a preocupação em se conhecer os saberes e os fazeres dos agricultores, muito

pelo contrário, como bem afirma Woortmann (1983), a transformação que se deu nesse momento era para garantir a subordinação do agricultor a ponto de levar os filhos dos agricultores a não mais respeitarem o conhecimento de seus pais.

O agricultor é um ser em transformação e aberto à mudança, por isso a sua facilidade de fazer tentativas no âmbito da obtenção de sucesso produtivo. O motivo pelo qual ele ao mesmo tempo tenta desenvolver suas atividades produtivas mais condizentes com seu *Habitus*, mas insere técnicas modernas está associado à necessidade de garantia da sobrevivência da sua família.

Para entender melhor qual deve ser o papel do pesquisador junto aos seus informantes utilizamos algumas formulações de Geertz (1975). Para o autor, ao se pretender entender a realidade dos sujeitos pesquisados, é preciso acompanhá-los no seu dia a dia. Compreendemos assim que essa postura permitiu evitarmos análises superficiais, e mais, possibilitou um respeito ao conhecimento produzido e sistematicamente aplicado por esses sujeitos na sua prática produtiva.

Sendo assim, na tentativa de compreender essa dinâmica, e respondendo a essa indagação, é que vamos discorrer sobre o processo formativo desses sujeitos e buscar a compreensão de qual foi o papel da elaboração científica para o quadro atual do processo produtivo no meio rural.

Entendemos que um fator importante para a adesão aos sistemas produtivos está associado à necessidade econômica de manutenção da sua sobrevivência. Mas acreditamos que se nos colocarmos apenas no patamar econômico, restringirmos toda a nossa compreensão, pois já são bastante discutidos os reflexos do atual modelo produtivo sobre a economia e a qualidade de vida dos sujeitos e do meio ambiente em nossos dias.

O discurso da sustentabilidade do planeta e a necessidade de sistemas produtivos mais adequados às questões ambientais e sociais estão em voga. No entanto, temos visto a prevalência de um modelo predatório e caótico, pois além de não garantir produtividade ainda incide contra a saúde dos agricultores, consumidores e do meio ambiente.

No desenvolvimento da nossa pesquisa fica claro que houve intenção de suprimir a cultura dos sujeitos para imprimir um modo de pensar e agir. Ou seja, como bem define Freire (1983), essas transformações foram associadas a uma pretensa ideia de superioridade no uso do conhecimento. É perceptível pela impaciência temporal do técnico agrônomo de comunicar com o agricultor. Ainda segundo Freire (1983), para grande parte dos agrônomos

com que trabalhava, a antialogicidade tem uma razão produtiva. Na voz do agrônomo, “a dialogicidade é inviável. E o é na medida em que seus resultados são lentos, duvidosos, demorados (p.53.). Não se justifica esta perda de tempo. Entre a dialogicidade e antidualógica de, fiquemos com esta última, já que é mais rápida” (FREIRE, 1983 p. 29).

E essa concepção de que o diálogo não seria viável se perpetua de alguma forma nos dias atuais e os processos educacionais se apresentavam como dinamizadores dessa prática, sendo o outro facilitador as políticas de modernização conservadora, mas as suas ações são predatórias e acabou por gerar ônus a toda a sociedade. Segundo Freire, o grande problema é que na verdade o interesse do técnico era transmitir com a maior rapidez possível a técnica “correta” de o camponês se relacionar com a terra. Freire (1983,p.15),

diálogo com o técnico agrícola, problematiza a superficialidade dessa relação, uma vez que está se baseando numa premissa equivocada. [...] a expressão ‘extensão educativa’ só tem sentido se toma a educação como prática da ‘domesticação’. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância.

Na nossa avaliação, essa política imposta pelo governo introduziu uma concepção de educação para formar técnicos para dar assistência aos agricultores. E por meio dessa concepção educacional foi se formando uma geração de especialistas voltados para a disseminação de um modelo de produção agrícola que refletiu e ainda continua a refletir na prática produtiva desenvolvida pelos agricultores.

A prática educativa aplicada por esse modelo não tinha como objetivo uma compreensão de totalidade de suas ações, mas sim uma visão fragmentada dos processos. Ou seja, em busca de uma produtividade a qualquer preço, desconsideraram-se os efeitos de uma prática produtiva que compromete a saúde dos agentes dessa prática, da sociedade e do meio ambiente e a cultura dos sujeitos.

Isso ocorre devido, como bem define Marx, à concepção vigente estar voltada à acumulação irrestrita. Portanto, a produção do conhecimento, assim como os produtos, estão voltadas para o mercado. Vejamos a afirmação do autor:

Quanto mais a difusão do conhecimento for regida pelas leis de mercado, mais superficializado e imediatista vai se tornando o conhecimento oferecido aos indivíduos e mais superficiais e imediatistas vão se tornando suas necessidades intelectuais. Na sequência de sua análise, MARX (1987a: 7) afirma também que os economistas separam produção e distribuição e consideram a produção “como regida por leis eternas da natureza, independentes da história, ocasião esta que serve para introduzir discretamente as relações burguesas como leis naturais imutáveis da sociedade in abstrato.

Observamos por meio desta reflexão, que a educação formal contribuiu para vários processos de degradação no campo social, cultural e ecológico. O que nos leva a tal constatação é que o modelo educacional contribuiu para a expropriação do conhecimento dos sujeitos, pois colocou como excelência o conhecimento produzido nos centros urbanos e, quando se fala de educação do campo, esta é sempre diretamente associada ao conhecimento técnico. E o modelo extensionista tem muito a corroborar com o atual quadro de produção no campo e não podemos negá-lo na sua construção histórica. Para se obter uma outra lógica possível para superação dessa relação é preciso seguir os pressupostos colocados por Freire (1983), de que a única forma de superar esses problemas é problematizar a educação que foi desenvolvida no ensino técnico. Vejamos o trecho que segue:

O ensino da técnica necessita, portanto, ser problematizado, assumindo um caráter educativo, sem falar da superação de uma “assistencialização técnica” (p. 59). Efetivamente, a dialogicidade na educação mantém vivas a problematização e, igualmente, a sensibilidade para detectar – em nome de uma colaboração ou de uma extensão de conhecimentos – a invasão cultural, negadora da relação crítica e transformadora entre os sujeitos, seus saberes e suas culturas.

Ainda segundo Freire, isso ocorre devido:

[...] a ‘educação como prática da liberdade’ não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’ (FREIRE, 1983, p. 53).

E não foram desenvolvidas ações educativas, mas sim capacitações para implantação dos pacotes tecnológicos vendidos pelo processo de modernização agrícola. Essas capacitações técnicas muitas vezes desrespeitavam inclusive a operacionalização do conhecimento e da sua cultura em prol de uma produção mais eficaz e condizente com o mundo do mercado. Segundo Freire, o desrespeito à cultura do outro é na verdade uma invasão cultural e essa está refletida na impaciência não dialógica, e a crença na extensão do conhecedor aos ignorantes, tratando-se sempre de uma invasão cultural.

Ainda segundo o autor,

“toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade”. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação (FREIRE, 1983, p. 26).

O motivo para colocarmos o programa de extensionismo e o processo de modernização conservadora em evidência não é apenas para compreender como essa intervenção alterou as relações do ponto técnico. Na verdade, entendemos que ao analisar esse processo torna-se possível compreender a lógica que compõe a escolha dos agricultores de Bom Repouso (MG) e buscávamos fazê-lo de maneira mais efetiva tentando compreendê-lo por dentro, para, assim, ter uma reflexão mais profunda dos impactos causados por esse modelo de produção agrícola e entender como esse tem influenciado nas alterações ambientais. Mesmo porque entendemos, tal como Freire que, não se deve esquecer, em favor dos camponeses, que “a produção agrícola não existe no ar, mas é resultado das relações homem-natureza (que se prolongam em relações homem/espço histórico-cultural)” (p. 33). Ao contrário do que se poderia supor, não está posta uma relação abismal entre dois espaços, mundos, seres humanos e culturas. Isso porque a comunicação é um princípio que deve reger o convívio não só entre os técnicos agrônomos e os camponeses, mas o processo educacional como um todo. Segundo Freire: “Não temos que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito de transformação” (p. 33).

Sendo assim, continuamos a transitar pelas formulações de como essas relações se constituem como um processo educativo. Ainda que primariamente detectássemos que o modelo educativo, especialmente no que compete à zona rural, ainda é bastante incipiente no que concerne a respeito dos conhecimentos produzidos e adquiridos pelos agricultores de um modo geral. Para se atingir um padrão de modernização agrícola, passou-se por um processo de desqualificação do conhecimento desses sujeitos. E por vezes esses sujeitos são vistos de formas desrespeitosas e excludentes. Essa supressão e essa desmoralização se apresentam de diversas formas. Na maneira como lidamos com a diversidade cultural existente no próprio grupo, essa relação perpassa também pelo social e o ambiental.

A forma de dominação dos agricultores tem por base uma construção de racionalidade metonímica. Conforme explica Souza Santos (2002), essa concepção foi construída ao longo das formulações filosóficas ocidentais, dificultando uma efetiva compreensão do mundo, o que significou uma maior predisposição do mundo ocidental para a alienação e destruição.

A razão metonímica²suprimiu os sujeitos à medida que impõem suas regras de compreensão baseadas unicamente numa totalidade. Dentro das formas de razão existem cinco formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas, o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Na explicação de Souza Santos (2002) essas formas sociais (na verdade consideradas obstáculos em relação às realidades que contam como realmente importantes) seriam partes desqualificadas de uma totalidade que é hegemônica e esta caracteriza essas formas sociais ou como não existentes, ou como forma desqualificada de existir.

Para uma melhor compreensão de como se dá a descaracterização do conhecimento do agricultor, vamos fazer menção da citação que Souza Santos faz da reflexão de Benjamim (1972), na qual se explica que experiência era constituída pela transmissão do conhecimento, mas, com o advento da primeira guerra, essa prática foi suprimida, gerando uma nova pobreza. O autor esclarece que:

[...] a primeira guerra mundial tinha privado o mundo das relações sociais através das quais as gerações anteriores transmitiam um mundo novo, dominado pelo desenvolvimento da tecnologia, um mundo em que mesmo a educação e o conhecimento tinham deixado de se traduzir em experiência. Tinha, assim, emergido uma nova pobreza, um déficit de experiência no meio de uma transformação desenfreada, uma nova forma de barbárie (1972, p.215). “A conclusão do ensaio inicia-se assim, com as seguintes palavras: Tivemos vezes de depositar na casa de penhores por um centésimo do valor, para receber as moedas sem préstimos da atualidade” (BENJAMIM, 1972, p.219).

Nesse sentido, o olhar de quem observa a lógica de um agricultor ao fazer a escolha de trabalhar a terra de maneira diferenciada é visto como arcaico, pré-moderno, pois não se encaixa nas suas formulações teóricas.

Nós concordamos com Souza Santos (2002) quando este fala nos seus escritos “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, que para entendermos de fato as experiências sociais, primeiramente precisamos perceber que essa é mais ampla e variada do que crer a tradição científica ou filosófica ocidental.

²Ração metonímica está associada ao vem do grego e significa “*além do nome, ou mudança de nome*”. Portanto, a metonímia consiste na ampliação do âmbito de significação de uma palavra ou expressão; em termos práticos, o emprego de um termo em lugar do cristalizado pelo dicionário; havendo entre ambos uma relação objetiva entre a significação própria e a figurada, mantendo a contiguidade de sentido. Contiguidade significa proximidade, vizinhança, disponível em [<http://www.recantodasletras.com.br/gramatica/1931303>] acessado em 10/08/2012.

E principalmente essa riqueza tem sido desperdiçada ao longo da história, graças às concepções capitalistas de desenvolvimento. E talvez a maior contribuição *Razão metonímica*, que reivindica como a única forma de racionalidade. A *razão metonímica* baseia-se na ideia de totalidade. Apresentada por Souza Santos seja a de que as Ciências Sociais que conhecemos pouco vão contribuir para a compreensão dessas experiências. E compartilhamos da visão do autor, quando este diz que, para o rompimento com essa concepção predatória que se instalou na nossa sociedade, é necessário propor um novo modelo de racionalidade, pois sem fazer a crítica ao modelo de racionalidade que impera há mais de duzentos anos, tudo se resume a gerar dados que tiram a credibilidade dos métodos diferenciados dos movimentos sociais compelindo-os novamente a uma prática para a manutenção do capitalismo predatório.

E não podemos deixar de verificar que há por parte da concepção de constituição de conhecimento científico uma contribuição senão total, significativa para a reprodução do modelo produtivo deletério que estamos presenciando.

E a Sociologia Ambiental precisa atingir e valorizar as concepções da “Ecologia dos Saberes” propostas por Souza Santos (2002) para adentrar na concepção as Ciências Sociais para melhor entender as sociedades humanas e seus conhecimentos alternativos. Pois até o presente momento ainda impera a concepção de que engenharia social e essa não dá conta de promover a igualdade e promover o crescimento e o progresso por meio do desenvolvimento teórico e científico já universalmente consagrado.

Na configuração de uma leitura do rural, as Ciências Sociais sempre tiveram um papel importante, tanto dentro da perspectiva clássica quanto da atualidade. E podemos dizer que elas foram a grande precursora de uma proposta que colocam rural e urbano em campos opostos. Como se eles não estivessem implicados ao máximo um com o outro.

Isso ocorre porque, conforme explica Souza Santos (2002), a nossa Ciência está pautada numa concepção de subalternidade em que os iluminados vão trazer a luz do conhecimento aos demais não detentores desse conhecimento fazendo-os se desenvolver e progredir. E passamos, graças a essa concepção, a buscar a superação das nossas limitações construídas nessa relação de subalternidade e dualidade. Ou seja, passamos a pôr em campo de disputa conhecimento científico e conhecimento tradicional, a natureza e cultura, o rural e o urbano e assim por diante, sempre tentando avançar em busca de superação, como se um fosse inferior ao outro.

O mais importante do entendimento dessas formulações teóricas é que precisamos superar essa dualidade e preconceito, para assim avançar em termos de conhecimento e interação social. Na concepção da Ecologia, na verdade é na diversidade que temos a compreensão do todo. Então por que fragmentamos, ao invés de incorporarmos as diversas formas de organização social, cultural e ambiental?

Ao colocar o conhecimento em campos de disputa, surgiram então, com essa perspectiva, também as relações de preconceito.

O processo de tecnificação e habilidades para atuar no mundo rural passam a exigir algo a mais do mundo do trabalho nos espaços rurais. É o que afirma, com muita propriedade, Souza Santos em “para a sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” (2002), em acordo com as concepções de Souza Santos (2002), Whitaker (2002) também apresenta a necessidade de se pensar os obstáculos epistemológicos para uma melhor concepção do homem rural. E, para tanto, é preciso romper com a concepção urbanocêntrica que se desenvolveu ao longo da história da Ciência. Em que o papel das Ciências Sociais senão é a fiel precursora foi sem dúvida alguma a fiel tributária. Como podemos observar até o presente momento esse foi o resultado das ações teóricas.

Com base nesse paradigma, Whitaker (2002) evidencia alguns dos preconceitos. A autora aponta alguns que foram constituídos historicamente, e mesmo os pesquisadores mais preocupados em não contaminar as suas pesquisas com juízo de valor acabam o fazendo quando se trata de estudos na área rural. E acabam por fazer uma pesquisa enviesada. Ou seja, coloca o outro na posição daquele que nada detém de conhecimento. Ou seja, o ser pesquisado é aquele que não sabe, é incapaz de absorver conhecimentos adequados à superação da sua pobreza, ou subalternidade, conforme coloca Whitaker (2002). Ou então, o trata como sendo uma vítima do sistema econômico.

E o que vemos na atualidade é que os pesquisadores, ao formular a pergunta acerca do motivo que leva a esses agricultores a fazer a opções por uma produção agrícola mais impactante ao meio e a vida dos homens, não levam em consideração todo aparato que foi utilizado pelo sistema capitalista para garantir a adesão desse agricultor e por consequência fosse constituída as bases ideais para a expansão e acúmulo do capital.

Se o pesquisador não tiver uma vigilância epistemológica acaba por, ainda que veladamente, desconfiar dos agricultores. E faz uma análise inconsistente, pois ao invés de analisar por dentro respeitando todo o quadro histórico conceitual que dá base às ações dos

sujeitos, acaba por achar que os agricultores fazem uso dessas tecnologias de produção com má fé, já que as informações sobre os possíveis riscos são passado pelo detentor do conhecimento. Quando muito esse pesquisador entende que a ação dos sujeitos é predatória devido a uma deficiência de aprendizagem e a máxima passa a ser a seguinte: *Se conseguirmos educá-lo, ele será salvo pela boa tecnologia que podemos oferecer-lhe*. Reforçando mais uma vez os preconceitos, como esclarece Whitaker (2002). Esquecem, no entanto, que foi com base nesse discurso de capacitação tecnológica e econômica que permitiu as intervenções no mundo rural. No entanto, hoje, diante do processo de degradação e impactos diversos, se questionam a incorporação dos mesmos a essa fabulosa tecnologia.

De fato, entendemos que essa concepção de educação levou a dois problemas sérios: a deficiência do processo educativo no campo e a geração de uma relação de preconceito contra o rural e ambos interferiram nas possíveis escolhas por parte dos agricultores no que tange a desenvolver sua atividade produtiva.

Para Souza Santos (1981), isso ocorre porque o camponês foi sempre o outro, aquele que se transforma em objeto de análise nas nossas pesquisas, portanto podem assumir essas formas apresentadas no trecho abaixo:

[...] Porque o camponês foi sempre o outro, a diferença do que somos enquanto técnicos e cientistas sociais urbanos, é recorrermos no risco de mitificação e da mistificação da vida do camponês. Por exemplo, o mito da miséria, do isolamento, do imobilismo e da ignorância pode ser facilmente substituído pelo da qualidade de vida dos camponeses, da valorização do modo de vida, claro que essa tem realmente suas qualidades e, aliás, desconhecidas do desenvolvimento tecnocrático. Por mais integrados, têm que ser algo mais do que o reflexo condicionado e incontrolado da crise urbana (p.563).

Ainda recorrendo aos escritos de Souza Santos, salientamos a nossa necessidade de mudarmos a perspectiva quando pensamos nas formas de organização dos agricultores, para não colocá-los nas nossas caixinhas de referências bibliográficas intitulado de fracasso as formas de organização dos mesmos. É igualmente errado atribuir indiscriminadamente à agricultura familiar características de individualismo. Tal individualismo só existe:

[...] para quem tenha do associativismo a concepção liberal, industrial e urbana, institucional e burocrática racional. E desta concepção que partem normalmente técnicos agrários do estado e, por aqui, não é difícil prever as dificuldades com que defrontam a interação com os camponeses. Não é preciso percorrer as categorias míticas do comunitarismo rural para compreender que o campesinato tem formas e motivações associativas próprias (que, se concretiza em momentos imprevisíveis) Elas estão

intimamente ligadas aos seus processos de trabalho que, por ser diferente do processo de trabalho industrial e urbano, não pode ocasionar as formas e motivações associativas que a este ultimo são próprias (SOUZA SANTOS, 1981, p. 564).

As contribuições de Souza Santos (1981) nos orientam a fazer uma análise que vai metodologicamente suprir o nosso entendimento da realidade da agricultura desenvolvida por esses sujeitos como um todo:

A renovação teórica dos instrumentos de reflexão e de intervenção no meio rural deve ser concomitante de investigações empíricas sólidas que cubram áreas cuja importância não foi até agora devidamente relevada. É necessário estudar em profundidade as estruturas fundiárias, captar os modos e os ritmos da sua transformação e as práticas sociais intraclassistas e interclassistas a que do prazo é necessário inventar as relações sociais de toda ordem (iguais e desiguais, horizontais e vertical, consensuais e conflituais dominantes e dominadas, etc...) entre o que se define como rural e agrícola e o que se define como urbano e industrial. É necessário analisar o processo de trabalho camponês em toda a sua complexidade, em quanto modo de produção material e simbólica, porque aí se condensa os mecanismos específicos de resistência e de desistência que é urgente conhecerem. Sobretudo é necessário reconceitualizar as práticas organizativas e associativas do campesinato de modo a articulá-las com os possíveis instrumentos de reprodução política autônoma, a qual se reconhece nunca ter existido para a pequena agricultura. Só por via dessa representação política autônoma, será possível agricultura familiar realmente participar do processo de decisão global. O quadro de política ainda tem sido restritivo no que compete a essas questões (SOUZA SANTOS, 1981, p.556-7).

Souza Santos (2002) propõe a conceitualização das práticas organizativas dos agricultores para que assim, seja possível uma compreensão real da organização dos mesmos, bem como a percepção da possibilidade de uma real autonomia, pois até o presente momento aos agricultores têm cabido apenas estar à mercê das decisões políticas acerca da atividade produtiva. Sendo impostas a eles necessidades de adequação no que se refere às normatizações, sejam elas ambientais de elaborações de projetos, de financiamentos e até mesmo no que competem as transformações culturais. O tal desenvolvimento integrado que tanto almejam não passa de mera formulação de propostas de um cooperativismo alheio aos anseios dos agricultores. E a tão sonhada integração no mercado europeu que está presente na fala dos agricultores de Bom Repouso, ainda é na verdade, uma realidade incipiente, assim como a participação dos agricultores nesses sistemas cooperativos e até mesmo no mercado. Na realidade, tornam-se necessárias e emergentes representações sociais autônomas que realmente garantam que as políticas públicas estatais não sejam elas mesmas responsáveis pela desmobilização dos mesmos. Gerando um isolamento que supostamente acreditamos que

era possível combater, por meio do incentivo da formação de cooperativismo e associativismo. Falta, na verdade, a possibilidade de verificar quais são as reais perspectivas dos grupos, para assim realmente pensar em projetos de organização social que correspondam aos anseios dos agricultores.

Diante dessa afirmação é claro que devemos olhar para a formação da Associação de Produtores Orgânicos de Bom Repouso com outros olhos, com um olhar atento para não ser pegos pelas armadilhas do senso comum ou a ardilosas formulações teóricas.

Freire (1983), em seu ensaio *Extensão ou Comunicação*, traz a nós uma perspectiva nova e possível para que entendamos a lógica que permeia as escolhas dos agricultores familiares do sul de Minas. Na nossa tese, a lógica dos sujeitos não se altera. O que ocorre é que eles organizam suas ações dentro de uma lógica própria, adequando o conhecimento técnico à sua leitura de mundo, sem, contudo perder sua capacidade de leitura do processo numa totalidade.

Para Freire, isso ocorre porque estão tentando se adequar ao projeto de extensionismo. Esse processo está longe de ser educativo pensado de forma freiriana, pois quando optamos por processo de capacitação promovemos na verdade uma invasão cultural e aí cabem todas as argumentações de preconceito contra o rural, pois se promove um extensionismo e não comunicação. Enquanto não for compreendida essa dinâmica, não será possível atingir o homem, dentro de uma perspectiva histórica.

Podemos observar que tem se perpetuado na nossa sociedade uma visão ingênua da realidade, e isso é previsível, pois temos a pretensa concepção de superioridade frente ao conhecimento produzido por esses atores sociais. Freire (1983) nos revela que o conceito de extensão englobava (e ainda hoje engloba) as ações camponesas em “coisas”, objeto de planos de desenvolvimento, e, para tanto, nega o agricultor como sendo um ser em transformação do mundo. O conceito substitui ainda a sua educação pela propaganda que vem de um mundo cultural alheio, não permitindo ser mais do que isso e pretendendo fazer dele um depósito que recebe mecanicamente aquilo que o homem superior acha que um agricultor deve saber e aceitar para ser “moderno” assim, como o homem que pensa que define os conceitos é moderno.

Freire nos diz com toda razão que:

conhecer não é o ato no qual um sujeito é transformado em objeto, e recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro o impõe. O conhecimento pelo contrário exige a presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante e isso implica “invenção e reinvenção” dos conhecimentos. (FREIRE, 1983, p.08)

Segundo Freire pode-se dizer que:

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; que é capaz de aplicar o aprendido ao apreendido às situações existências concreto. Pelo contrário, aquele que é cheio por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado a apreender. (FREIRE, 1983, p.20)

Além disso, Freire (1983) assinala que a capacitação técnica não pode ser focalizada, numa perspectiva humanista e científica, a não ser dentro de um contexto de uma realidade cultural total, posto que atitudes dos camponeses com relação a fenômenos como o plantio, a colheita, os processos erosivos, têm a ver com atitudes que os mesmos tomam frente à natureza e como se relacionam com ela culturalmente. Todas as escolhas passam por essa relação que os sujeitos têm com as áreas de cultivo. Suas ações estão impregnadas de sua subjetividade e essa reflete na totalidade cultural. E quando uma das partes é afetada o todo reflete, sendo assim, o processo educativo deve ter por base a premissa de que as transformações de práticas agrícolas só são possíveis dentro dessa perspectiva de compreensão da totalidade.

Dizemos que se trata de capacitação porque está longe de desenvolver a concepção de educação proposta por Freire. Para o autor, a educação tende humanizar os sujeitos e, com isso, promover uma ação consciente que é capaz de transformar o mundo.

O que podemos concluir então é que verdadeiras transformações no campo só serão possíveis se compreendermos que, o que houve até hoje no campo foi uma invasão cultural, em que não havia espaço para o diálogo e que nenhum momento a base era a dos princípios educacionais. No máximo, o que tivemos até hoje foi uma capacitação técnica que reproduz uma concepção de educação tradicional e essa, ao invés de promover a libertação dos sujeitos, os tornou escravos ou acabou por coisificá-lo, manipulando e não permitindo que se firmem enquanto atores sociais, agentes transformadores da sua própria história.

Sendo assim, na nossa tese o que podemos concluir são necessárias ações educativas que atuem numa perspectiva de evitar uma visão generalizante do rural, para não incorrer no

erro de classificar a ação dos sujeitos sem um entendimento de suas ações dentro de uma totalidade. Pois como bem define Freire (1983, p.30).

O homem é um corpo consciente sua consciência é intencionada “ao mundo” é sempre consciente de em permanente desapego até a realidade. Daí que seja próprio do homem estar em constantes relações com o mundo. Relações em que subjetividade, jejue tomam corpo na objetividade, constituindo com essa uma unidade dialética, onde se gera um conhecimento solidário com o agir e vice-versa. Por isso mesmo é que as explicações unilateralmente subjetivistas e objetivistas, que rompem esta dialetização, dicotomizando o indicotomizável, não são capazes de compreendê-lo. Ambos carecem de sentido teleológico.

Entendemos que é preciso uma vigilância constante para não reproduzir em pesquisas leituras equivocada e universalizantes acerca do rural. E principalmente compreendemos que só uma educação humanista, dentro dos princípios freireanos nos possibilitará pensar de maneira coletiva em uma ação produtiva que esteja pautada numa postura ética, que respeite o meio ambiente e a vida dos sujeitos como um todo.

Os movimentos sociais estão na vanguarda, discutindo outro modelo de educação, pois as promessas do processo de modernização que apregoavam que haveria a superação do modelo camponês nos moldes familiares e que teríamos empresas agrícolas capitalistas altamente tecnificadas não vingaram. O que temos na verdade é uma diversidade a ser observada e compreendida por dentro. E a agricultura familiar (que ao mesmo tempo se apresenta aos nossos olhos num primeiro momento como sendo a principal forma de atuação degradante das relações sociais, culturais e ambientais) agora nos leva a crer que numa relação dialética se apresenta como um ponto de resistência não apenas perceptível no modelo produtivo, mas também na forma de atuação em suas propriedades de uma maneira geral. Isso já é claro e notório em nossos dias à medida que as propriedades tornam-se espaços multifuncionais e pluriativos, o que significa que as relações no campo são dinâmicas e estão em processo de transformação e que não existe um modelo de rural específico. A caricatura da ruralidade tem de deixar de existir para dar espaço a um rural que possui múltiplas funções e que é formado por uma diversidade grande de atividades e formas de organização.

Os autores Ricardo Abramovay (2002) e Graziano Neto (1997) vão se debruçar sobre a questão da multifuncionalidade no meio rural. Segundo os autores, a questão da multifuncionalidade tem sido muito estudada não só no exterior, mas também no Brasil. Para os autores, o conceito de multifuncionalidade da agricultura consiste em reconhecer que o rural não se restringe à produção de matéria-prima e alimentos, à liberação de mão de obra

para as atividades urbanas e à geração de divisas e à transferência de capital para os outros setores da economia. Mas, sim, desenvolver outras funcionalidades, tais como a social, a ambiental, a patrimonial, a estética e a recreativa/pedagógica. Em função destas outras funcionalidades, as atividades produtivas tradicionais do meio rural - agrícola pecuária e florestal - passam a ter um novo papel na sociedade. Esta visão multifuncional representa uma nova forma de se analisar a agricultura, mudando-se o foco "fordista" de crescimento econômico para um de desenvolvimento sustentável, o qual leva em conta tanto os fatores econômicos como os sociais e ambientais.

Segundo Abramovay (2002), a aplicação da noção da multifuncionalidade pode vir a promover um novo entendimento acerca do rural, podendo ser de grande auxílio para a formulação de políticas públicas. Segundo o autor, por meio desse entendimento é possível criar novos laços entre produtores, consumidores, demais atores sociais e o poder público, criando assim uma nova forma de construção de território. A partir daí, julgamos que também a formulação de políticas públicas para o meio rural brasileiro pode se valer da noção de pluriatividade, em especial porque a noção de emprego rural não se restringe às atividades agrícolas, pois o novo mundo rural ou as novas visões sobre a ruralidade abrangem estas novas dimensões da vida no meio rural. Portanto, o conceito multifuncional e de pluriatividade na agricultura pode ser de grande valia para a construção de políticas públicas para o Brasil.

A Pluriatividade é explicada por Schneider (2003) como sendo um processo pelo qual a agricultura familiar passa na atualidade. E devido a essa configuração do mercado de trabalho e à importância que assume o espaço rural como espaço mercantilizado de bens e serviços, parte expressiva das unidades familiares agrícolas tornam-se pluriativas, garantindo assim condições de sobrevivência. As unidades de trabalho são compelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade devido ao ingresso em um ambiente competitivo, o que impede de se obter a sobrevivência apenas e exclusivamente dos ganhos auferidos com as atividades agrícolas. Nessas circunstâncias, os agricultores passam a desenvolver outras formas de trabalho que não necessariamente estão relacionadas com os ofícios rurais. Todo esse quadro conceitual analítico nos possibilitou desenvolver uma reflexão mais crítica e balizada do discurso dos atores sociais, como será possível observar no capítulo que se segue intitulado *Questões analíticas e questões sistêmicas: Interpretando e compreendendo o discurso dos atores sociais*.

2.2 Associação de Produtores Coração do Vale e a organização produtiva e social no entorno da Bacia do Mogi-Guaçu.

Nessa parte deste capítulo elaboramos o texto com a intenção de esclarecer a duas questões fundamentais para a nossa tese: 1) a qual categoria pertence os atores sociais que se encontram envolvidos no processo produtivo em Bom Repouso (MG)?; 2) como a teorização acerca do campesinato brasileiro pode contribuir para explicar a lógica dos agricultores e a persistência do rural no Brasil?

Sendo assim, ainda com o objetivo de compreender a lógica impressa nas ações dos agricultores, entendendo que esses passaram por um processo educativo dentro dos padrões extencionistas que visava à adesão desses ao processo produtivo capitalista, continuamos a nossa reflexão teórica sobre o processo formativo desses sujeitos, agora tentando entender, do ponto de vista histórico: quem são esses atores sociais que se encontram associados no “Coração do Vale”?

A Associação Coração do Vale é formada por pequenos sitiantes que moram e reproduzem a sua vida no Bairro dos Garcias, no Município de Bom Repouso (MG). Esses agricultores, cansados de serem explorados por atravessadores da sua produção, e tendo já passado por crises econômicas e sociais diversas, começam a se preocupar com a necessidade de se organizarem enquanto grupo em busca de uma perspectiva melhor para o futuro no que compete as suas atividades produtivas.

Antes de categorizá-los é preciso compreender como eles se organizam, qual é a dinâmica que adotam para se situarem na sociedade capitalista de produção. Existe um debate no sentido de defini-los: são eles camponeses, agricultores familiares ou produtores capitalistas? A nosso ver esses atores sociais, embora desenvolvam uma atividade produtiva que tem base na organização da família e trabalhem no campo no sentido de garantir a sua sobrevivência, isso por si só não os define nem como agricultores familiares e nem como camponeses e tampouco como agricultores capitalistas, já que incorrem em inúmeras dificuldades para manter-se diante das agruras do processo produtivo. E como definimos anteriormente, não se deve colocar os interlocutores em uma camisa de força: ou se é isso, ou se é aquilo. Como define Marx, as relações ocorrem numa dialética e, portanto, o importante é entender essa dinâmica social por dentro.

Então, na tentativa de entendê-los dentro dessa lógica dialética e dinâmica vamos entender como eles se constituem ao longo da história da atividade agrícola no Brasil. Para

tanto, nos propomos a analisar os produtores aqui estudados na ótica dos teóricos do campesinato e do rural.

Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores apontam dados representativos que esclarecem que as unidades de produção familiar nos países avançados são predominantes. Segundo Abramovay (1998), o trabalho publicado pela FAO em 1995, e retomado pelos programas que deram origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos anos 90, colabora inclusive para visualizar que esse modo de organização agrícola tem um caráter internacional e é uma tendência representativa em termos de uso e ocupação do solo. No desempenho das lavouras, a atividade familiar se apresenta até três vezes mais importantes do que a desenvolvida no sistema patronal. No caso das produções de lavouras permanentes até cinco vezes e na produção de pequenos animais o peso da produção familiar apresenta-se também de maneira mais significativa. Embora usando áreas menores, superam o patronal em 15 importantes produtos agropecuários e os rendimentos físicos da agricultura familiar são superiores aos da patronal em mais da metade das suas atividades.

Podemos dizer que as formulações teóricas sobre a organização de produção no meio rural teve muito a influência marxista. De acordo com Ferreira (2002), na década de 80 a questão mais imperativa entre os teóricos das Ciências Sociais era a possibilidade de extinção do rural. A maioria das formulações teóricas produzidas nesse período trazia no seu bojo o viés de que estávamos prestes a presenciar o desaparecimento acelerado do rural. E que, portanto não havia mais necessidade das Ciências Sociais se debruçarem sobre essa temática.

Nesse momento histórico predominava nas Ciências Sociais a concepção de uma hegemonia por parte do processo de industrialização e urbanização, já que o entendimento vigente era o de que somente assim, seria garantida a ascensão na sociedade. Por meio dos processos sociais em curso o que se esperava era a generalização do modo de produção capitalista industrial. E, mesmo não estando explícita nas formulações teóricas, era perceptível a ideia de que compete a espacialização rural-urbana, o rural era o espaço do atraso, enquanto que meio urbano representava o novo mundo, portanto o progresso. E havia uma dependência do setor agrícola em relação ao setor industrial e que, portanto, era bem provável uma perda de autonomia e do modo de pensar do homem rural, devido a esse procedimento dar lugar a uma agricultura conduzida pela indústria. E a partir do processo de modernização, a produção agrícola passa ser totalmente padronização pela agroindústria.

A Sociologia Rural apresentou a questão do rural, como podemos ver na descrição feita por Ferreira (2002), como sendo fadada ao desaparecimento ou incorporada ao processo

de produção capitalista até a extinção total do modo de pensar e agir campesino; ou seja, o agricultor que tem sua reprodução social pelo trabalho com base familiar seria totalmente absorvido tornando-se um capitalista bem sucedido. E caso não dominasse a lógica capitalista, perderia a sua capacidade de reprodução e passaria a migrar em busca de ocupação nos centros urbanos. Mas o que efetivamente observamos é uma nova configuração do rural; porém, esse debate ainda não é muito tranquilo. Então, para tentar compreender esse processo apresentaremos as principais vertentes presentes no debate.

Na delimitação histórica da questão teórica sobre a ruralidade, há uma linha de raciocínio que defendem que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo, relações semifeudais de produção. Sendo assim, só seria possível desenvolvimento do campo se estas relações feudais ou semifeudais se findassem e ampliassem o trabalho assalariado no campo. Para estes autores a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Estes autores costumam, inclusive, afirmar que o capitalismo está entrando no campo.

Há teóricos brasileiros que seguem a linha de pensamento de Karl Kautsky. Esses estudiosos visualizam que o campo brasileiro já estava se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses fatalmente irão desaparecer. Para os mesmos, os camponeses eram uma espécie de "resíduo" social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentarem produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos, ou mesmo, teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários.

No entanto, é importante nos reportarmos à análise de Marx sobre as bases que dão sustentação ao sistema de produção capitalista. Em *O Capital*, Marx afirma que a base de sustentação são os proprietários da força de trabalho, os donos do capital e os proprietários da terra. E as classes se movimentam basicamente em prol do assalariamento, do lucro e da renda fundiária.

O que se torna relevante aqui, para este trabalhador, é que a propriedade de meios de produção se converte num requisito fundamental ao exercício do próprio trabalho. Este é o campo de atuação que o processo de valorização do capital reserva à produção organizada de forma familiar, em suas facetas industriais, comercial e agrícola. A impossibilidade de captação de lucros como norma de operação deste setor proprietário-trabalhador implica reconhecer, teoricamente, a operação de uma subordinação indireta de seu trabalho ao capital.

Então, antes de nos posicionarmos sobre o campesinato brasileiro é preciso ter uma compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, de forma particularizada. Assim, evitaremos a ideia equivocada de que os camponeses estão desaparecendo, mesmo porque os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil.

Para melhor compreender essa dimensão, recorreremos às reflexões teóricas de Mendras (1969). O autor traz a visão de uma agricultura familiar de subsistência como sendo de uma estratificação própria e distinta da sociedade global. E para o mesmo, os camponeses possuem relações mais igualitárias. A permanência da existência da forma de agir campesina está relacionada ao contínuo respeito à cultura adquirida ao longo da vida. Para Mendras, esses sujeitos se orientam por uma cultura própria e procuram integrar-se a ambientes e modos de vida mais condizentes com sua concepção de mundo.

Podemos observar que a análise sobre a ruralidade brasileira traz uma diversidade reflexiva. Ao mesmo tempo em que é possível se observar um avanço da reprodução das relações capitalistas, à medida que implanta o trabalho assalariado por meio da presença do "bóia-fria" no campo. Mas, também é perceptível um aumento das relações camponesas de produção, à medida que aumenta a presença do trabalho familiar no campo.

Para melhor compreender é preciso seguir o raciocínio dos teóricos acerca da existência de um campesinato e como isso influenciou na concepção de ruralidade e como ela se manifesta no Brasil. Nesse sentido, continuaremos a analisar a contribuição dos principais teóricos, entre esses está Alexandre Chayanov.

Chayanov (1974, 1981) afirma que o campesinato é uma classe que coexiste com os demais modos de produção. É importante dizer que o autor refutou a tese do desaparecimento da classe camponesa rumo à proletarização. A sua concepção era a de que para se efetivar um desenvolvimento capitalista é necessário que a classe camponesa coexista, pois, será esse fato que possibilita a sustentação ao desenvolvimento capitalista.

Muito embora o pesquisador analise de outro país, a Rússia, ainda assim, traz muitas contribuições para avaliar a realidade Brasileira. Chayanov (1981), conjuntamente com outros estudiosos pertencentes à *Escola da Organização da Produção*, elaborou as leis que ajudam no entendimento da presença do campesinato na Rússia. A escola atuava na Rússia desde o início do século XX, produzindo as principais análises para uma efetiva compreensão da questão campesina e da produção dentro dessa perspectiva. Chayanov (1981) ao se aproximar

da forma de produção camponesa concluiu que os métodos tradicionais contábeis não se adequavam à realidade das unidades familiares de produção, já que o instrumento de avaliação tentava captar categorias que não faziam parte da vida desses sujeitos. Como exemplo, podemos citar obtenção de lucro, geração de salário, e a renda da terra, que são as bases da produção capitalista tal como formulou Marx em *O Capital*.

Foi a partir da presença dessa unidade de produção familiar, que não era prevista, que Chayanov (1981) passa a procurar compreender racionalmente essa economia camponesa. Sendo essa a base para a sua formulação teórica acerca da existência de sistemas econômicos não capitalistas.

Chayanov (1974, 1981) sistematizou e analisou as leis da existência do campesinato, mediante a compreensão da lógica de funcionamento das unidades de produção, com sua dinâmica interna, estabelecendo, assim, a natureza da motivação da atividade econômica da família camponesa. O ponto central de sua teoria foi a explicação da natureza da conduta camponesa, por meio das relações de trabalho-consumo. O caráter familiar das unidades de produção levaria a uma íntima relação entre a quantidade de trabalho desenvolvido por seus membros e a satisfação de suas necessidades. Ou seja, as decisões em torno da organização das atividades e do maior trabalho a ser despendido na sua execução seriam tomadas em função do retorno aceitável a ser obtido para atender às necessidades de consumo da família. Assim, a família se sujeitaria a uma maior autoexploração quando essas necessidades não estivessem sendo atendidas e, ao contrário, diminuiria sua intensidade no momento que fosse alcançada.

Segundo Chayanov (1997, 1981), o ponto central para diferenciação das unidades familiares das outras formas de produção capitalista está no caráter subjetivo das suas escolhas, diferente da concepção capitalista que sempre busca a maximização dos lucros. Nesse sentido, o autor ainda traz outras contribuições no que compete à questão da diferenciação de renda e lucro. A renda, dentro da perspectiva familiar de produção faz parte de um todo indivisível. Isso porque a administração das atividades é feita de maneira parcelada e não mediante o pagamento de salário, como ocorre nas unidades de produção capitalistas. Ou seja, não há separação entre aquilo que foi investido em termos de capital ou em trabalho ou por atividades específicas. Já a renda, é resultado anual e é gerada pelo conjunto das ações na unidade de produção, mas essa não pode ser expressa por meio do lucro, e por isso o camponês não pode ser confundido com um capitalista. Para Chayanov a autonomia desses agricultores se dá devido à possibilidade de escolha por associar trabalho e

consumo. Por meio dessa autonomia, as unidades de produção familiar podem projetar suas vidas, sempre pautadas na dinâmica interna. O fato de ter empregado uma lógica específica não traz nenhuma implicação ao tentar se agregar a inovações tecnológicas em seu processo produtivo. Desta forma, de acordo com Abramovay (1992, p. 62-3) para Chayanov,

[...] a determinação do comportamento camponês passa por uma dinâmica fundamentalmente interna não significa que esta isolada sociologicamente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado, estranha aos mecanismos de tomada de financiamento ou avessa ao processo técnico [...]. Só que é da relação entre penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades que vai depender a escolha da família com relação à venda de suas safras, ao uso de financiamento ou ao uso de insumos de origem industrial.

Sendo assim, a opção do agricultor em investir capital está associada à necessidade de diminuir a precariedade do trabalho, e o princípio máximo nessa relação é de que haja aumento da renda da família ou minimamente garanta a ocupação de todos os membros da família no processo produtivo.

As formas de integração social entre os agricultores por meio do associativismo podem fornecer possibilidades para a manutenção e reprodução social das unidades familiares de produção. Ao mesmo tempo, promover a integração no contexto global da economia de mercado permitindo inclusive, incorporar inovações tecnológicas e produtivas, aumentando a produção agrícola. Mas, é importante observar que Chayanov (1981) não negava a existência de um processo de diferenciação social e uma heterogeneidade nesse meio rural.

Ao mesmo tempo em que Chayanov (1981) afirmava a existência desse campesino, e a sua maneira de pensar e agir, ele também não descartava a penetração do capitalismo e entendia que esse impõe mudança, que de certa forma poderia significar a extinção da forma de agir e pensar campesina. No entanto, seu entendimento é diferente da compreensão de Lênin. Pois, para Lênin isso vai ocorrer por meio de uma integração horizontal em que as grandes fazendas incorporariam mão de obra proletária na produção da agroindustrial e essa seria então, a forma predominante de produção.

Para Chayanov, com a penetração do capital na agricultura, o que ocorreria seria um crescente processo de integração vertical em que algumas unidades de produção familiar individualmente começariam a produzir com intuito de fortalecer a agroindústria.

Em acordo com as formulações de Chayanov (1981), Wanderlei (1998, p.35) vai dizer que é perceptível a possibilidade de uma integração vertical na contemporaneidade:

[...] a chamada econômica camponesa não constitui, propriamente, um modo de produção no sentido forte do termo. Ela é percebida, antes de tudo como uma forma de organizar a produção que se reproduz, no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas têm, sabidamente, caráter heterogêneo. Nesses termos, a economia camponesa não apresenta algo residual, necessariamente atrasado, tendendo a desaparecer como desenvolvimento do capitalismo dominante.

Assim, a integração vertical por meio do associativismo pode fornecer possibilidades de manutenção e reprodução das unidades de produção familiar, para evitar seu isolamento da economia global de mercado. E permitirá a incorporação de tecnologias que facilitam o trabalho do agricultor, aumentando assim sua produção.

Chayanov (1981) acreditava que havia um processo heterogêneo no meio rural, que se dá por meio de uma diferenciação social. No entanto, essa não pode ser analisada como sendo o carro chefe para desintegração do campesinato, mas sim um demonstrativo forte da sua resistência e sustentação ao longo dos anos. Na explicação de Chayanov isso ocorre devido à disposição demográfica das unidades de produção familiar. E isso se dava quando era necessário se constituir outros núcleos familiares, pois era preciso partilhar as terras, levando conseqüentemente, a formação de novos e menores estabelecimentos agrícolas.

É interessante observar aqui que ao contrário de Kautsky, que via a superexploração do trabalho como sendo o fator preponderante para a constituição da miséria, para Chayanov, isso na verdade, fazia parte de um balanço racional entre trabalho-consumo, já que a sua necessidade não era constante, mas sim, modificada de acordo com a necessidade familiar e de fato era o que proporcionava o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Para Chayanov(1981, p.50), na verdade ao se tomar a unidades internas de produção como análise é perceptível que o trabalho por fora da propriedade familiar é apenas transitório, mas ao mesmo tempo é preciso observar que:

[...] não é o estudo de sua inserção na divisão social do trabalho e o papel que aí ele desempenha que explicam o comportamento camponês: ao contrário é pelo estudo de seu comportamento que se pode compreender a maneira como ele, enquanto unidade subjetiva teleológica se insere socialmente. Em outras palavras, o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas não explica por si só este objetivo e, portanto a conduta do agricultor.

Com base nos dados acima podemos verificar que Chayanov, com a sua teoria, chama a nossa atenção para a importância de se compreender as estratégias familiares a partir

do funcionamento interno das suas unidades de produção. De acordo com o autor, as estratégias estabelecidas pelos agricultores trazem uma particularidade que é própria da forma de pensar desse grupo específico.

Os nossos estudos indicam que em Bom Repouso essa perspectiva está presente. O pensamento do agricultor é manter suas unidades de produção funcionando. Mais do que isso, ele busca garantir a sobrevivência da família e também que essas terras permaneçam produzindo ao longo dos anos. O interessante é que essa perspectiva do trabalho associado tem garantido aos agricultores essa possibilidade.

Sendo assim, vamos mais adiante, buscando ampliar a informação acerca da ruralidade.

Esse processo organizativo e a maior visibilidade dos atores sociais, no que compete a agricultura familiar, passa a exigir novas compreensões a cerca do rural, principalmente no que se refere às trajetórias diferenciadas de cada grupo.

Wanderley (1995, 1998, 1999, 2000), a partir dos seus estudos insere uma nova compreensão nas análises a cerca do rural, a de que se trata não apenas de espaço produtivo, mas sim, espaço de vida e de trabalho, fugindo da concepção meramente economicista. Esse espaço, que é rural, mas que não necessariamente agrícola representa uma nova concepção, a da existência das múltiplas possibilidades e funções. Ao valorizar o rural com “espaço de vida e trabalho”, o espaço passa a ter outras referenciais em evidência sendo esses, os aspectos socioculturais. E esse referencial é perceptível pelas relações de sociabilidade, pelas heranças do costume passado ao longo da trajetória desses atores sociais, pois possuem valores profundos arraigados e esses refletem uma forma de se ver e estar no mundo. Esse espaço também representa o *locus* da possibilidade dos atores sociais projetarem a sua continuidade enquanto organização familiar. Ou seja, é também o espaço para a construção de estratégias e reprodução da sobrevivência à medida que estabelece outras funções por meio do espaço físico. O que pode vir a contribuir para o entendimento do rural como sendo heterogêneo (WANDERLEY, 2000).

Ao valorizar o rural como “espaço de vida e trabalho” a autora traz um fator preponderante para a análise sendo esse os referenciais socioculturais, e esses são perceptíveis pelas relações de sociabilidade, pelas heranças do costume passado ao longo da trajetória desses atores sociais, esses valores são profundos arraigados e refletem uma forma de se ver e estar no mundo.

Esse espaço também representa o *locus* da possibilidade dos atores sociais projetarem a sua continuidade enquanto organização familiar. Em acordo com Chayanov (1981), Wanderley vai definir que esses também são espaços adequados para a construção de estratégias e reprodução da sobrevivência à medida que estabelecem outras funções por meio do espaço físico, o que pode vir a contribuir para o entendimento do rural como sendo heterogêneo (WANDERLEY, 2000).

De acordo com que propõe Wanderley (2003, p.30) os espaços podem assumir a qualidade de suporte para as relações sociais internas.

[...] um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constrói, se reproduzem ou se redefinem sobre esse mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida. Para compreendê-lo é preciso considerar sua dinâmica social interna, isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local, e, por outro lado, as formas da sua inserção em uma dinâmica social externa.

Esse processo organizativo dos atores sociais permite a eles obterem uma maior visibilidade no que compete à agricultura familiar, sendo assim passa exigir novas compreensões acerca do rural. Principalmente no que se refere às trajetórias diferenciadas de cada grupo.

Podemos ainda verificar nas formulações de Wanderley (2001), em seu artigo “*Raízes históricas do campesinato Brasileiro*”, alguns elementos que são importantes para definir quem são os nossos atores sociais, pois afirma que a unidade de produção dita camponesa tem por base o trabalho dos membros da família proprietária. Nesse sentido, o campesinato no Brasil, devido à sua própria natureza, não é diferente sobre esta questão, daqueles que se reproduzem ou se reproduziram em outros países. Porém, em razão do próprio contexto em que se reflete, ele faz uso da tradição de desempenhar e desenvolver o *trabalhar alugado* para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar. Essas formulações de Wanderley são importantes, pois essa é uma prática comum em Bom Repouso (MG).

Para Wanderley (2001), essa prática desenvolvida no âmbito do trabalho está associada ao fato de os mesmos avaliarem que há uma sazonalidade do emprego na agricultura gerado pela grande propriedade. Essa foi durante muito tempo feita por camponeses, cujo tempo de não trabalho coincidia com as safras das grandes culturas. Salienta ainda que outro fator que contribui para que o agricultor tenha por hábito desenvolver as atividades dentro dessa lógica é a questão da precariedade e instabilidade da situação

camponesa. O trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Sendo de suma importância esse trabalho desenvolvido para garantir a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar.

As considerações de Wanderley (1996) estão longe de ser uma avaliação negativa da estrutura de produção familiar. A autora afirma que não se trata simplesmente de demonstrar que os estabelecimentos camponeses não conseguem gerar renda suficiente para manter a família; trata-se, ao contrário, de compreender os mecanismos desse equilíbrio precário e instável, pelos quais o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em muitos casos, em estreita dependência deste mesmo trabalho externo. E, no que compete ao fato de empregarem, eles mesmos, o trabalho alugado de terceiros, pode-se, igualmente, considerar duas situações que nos parecem distintas na agricultura brasileira. A primeira corresponde aos casos em que o recurso ao trabalho alugado de terceiros se inscreve na lógica interna da reprodução familiar, através de mecanismos tradicionais e do envolvimento de pessoas da própria comunidade camponesa ou próxima a ela. E a segunda está associada ao pressuposto de que a perda da autonomia dos agricultores foi um dos pré-requisitos evidentes para uma adesão ao processo produtivo convencional dentro de uma perspectiva que será chamada Revolução Verde.

Para Wanderley (2000), a adesão à agricultura nos moldes convencionais tem como principal atrativo a tentativa de a inclusão na economia de forma mais global. No entanto, o que se pode observar é que essa tentativa tem inferindo muitas vezes na perda das características culturais dos diversos grupos sociais. Sendo assim, entendemos que estas transformações têm caráter econômico e repercutiram diretamente na forma de vida da população rural como um todo. Comungando com as formulações de Wanderley (2000), as análises de Graziano Neto (1982) são bastante esclarecedoras quando se fala em modernização da agricultura, pois essas não ficavam restritas ao campo físico, ou seja, a substituição e modificação das bases técnicas de produção, mas adentraram principalmente na mudança de organização social dos indivíduos e principalmente alteraram as relações de trabalho.

É importante salientar que a agricultura familiar não se consolida enquanto classe social, no sentido marxista. Trata-se na verdade de uma categoria, pois não é depositária de um grupo social homogêneo que possa ser confundido com uma organização classista.

O que se quer dizer com essa afirmação é que temos no mundo rural o agricultor altamente inserido no agronegócio sendo produtor de bens para a indústria e temos nesse

mesmo campo o agricultor familiar que é herdeiro de sua terra e luta para efetivar a sua permanência nela. Temos também nesse mesmo rural, os agricultores oriundos da reforma agrária que foram em algum momento históricos expropriados e que agora voltam por meio da luta reivindicatória do direito de produzir.

Segundo Hughes Lamarche (1993, p.18), “a agricultura faz apelo a grupos sociais limitados que tem em comum associar estreitamente família e produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los”.

Lamarche, (1993) afirma que o modelo produtivista entrou em crise a partir dos anos 80. O sucesso, inegável, da modernização da agricultura gerou, paralelamente, suas próprias crises. Sendo essas: as dimensões econômicas: ao buscar a autos suficiência, por meio da maior eficiência tecnológica e comercial, a agricultura moderna produziu, em muitos países, os efeitos da superprodução, com as consequências sabidas sobre o próprio dinamismo da atividade produtiva. Ao mesmo tempo, ela perde cada vez mais o seu peso relativo no conjunto das atividades produtivas e tende a concentrar-se nas áreas mais favoráveis às trocas comerciais. Em segundo lugar, a dimensão social: paradoxalmente, o sucesso do processo da modernização, em especial no que se refere aos índices de produtividade atingidos, teve como resultado o decréscimo da necessidade de força de trabalho ocupada nas atividades agrícolas. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho, no conjunto das atividades agropecuárias, terminou por tornar desnecessária a produção de parcela importante dos efetivos de agricultores, problema tanto mais grave quanto a conversão para o trabalho nos setores industrial ou de serviços, que deixou de ser uma possibilidade, em razão da própria dimensão da crise geral do desemprego tanto no centro urbano quanto no meio rural.

De fato, essa complexidade se acentua quando se analisam as famílias rurais a partir de sua relação com o mercado, onde se descortina, desde um agricultor familiar perfeitamente integrado, e muitas vezes fazendo parte de uma cadeia produtiva, até um produtor-trabalhador rural, cuja condição de agricultor permite ser exercida apenas sob a permissão de proprietários para os quais presta serviços, na maioria das vezes também de regulamentação precária.

Uma das questões mais problemáticas das formulações acerca da ruralidade está nas relações de trabalho no mundo rural. Isso vai ser significativo para o esclarecimento da lógica que permeia o pensamento dos agricultores familiares na contemporaneidade. Elucidando qual é a motivação dos agricultores para a adesão às práticas produtivas que muitas vezes são prejudiciais à saúde das pessoas, das comunidades e do ambiente. Dizemos isso porque as

formulações que associam a ruralidade a uma visão idílica, não respondem às reais condições dos agricultores no campo. No entanto, tampouco a concepção de que o rural se tornaria uma extensão da indústria define e esclarece o que é o rural hoje. Mas, as formulações sociológicas que pretendem compreender a questão da ruralidade vão influenciar diretamente nessa construção da concepção de agricultura familiar.

De acordo com Benjamin (1998), outro problema de caráter social gerado pelo processo de modernização, é a formação de mão de obra sem destinação determinada. Isso ocorre por que o processo de modernização agrícola apostou na desestruturação da policultura tradicional que propiciava uma ocupação estável na terra e a alteração do modelo produtivo foi feita sem a preocupação de mudar a estrutura de propriedade. As unidades de produção familiar ficaram fora do processo produtivo. Como consequências, reduziram-se as oportunidades de emprego, devido à crescente mecanização e o aumento da concentração popular nas áreas urbanas. Com a expulsão dos trabalhadores residentes na zona rural e sua transformação em trabalhadores volantes, criou-se um enorme contingente de migrantes rurais. A política de modernização também arruinou os pequenos proprietários, uma vez que eles passaram a não ter condições de se estabelecerem em sistema econômico. Assim sendo, os que ainda persistem em continuar como camponeses são sistematicamente expulsos para áreas mais distantes ou dotadas das piores terras e de menor infraestrutura.

E como já observamos ao longo dessa análise, por entendermos que são muitos os fatores que influenciaram para a formação da lógica que permeia a ação dos atores sociais aqui estudados, sabemos que algumas coisas foram mais emblemáticas, como a forma como as Ciências Humanas pensaram e formularam suas análises teóricas acerca desses sujeitos, o programa de Extensão Rural, que vinculou uma ideologia de desvalorização do processo produção tradicional em nome de um capitalizado e urbanocentrado, acarretaram em consequências sociais e ambientais. Mas é importante entender que essas relações são dialéticas e engendram de maneira diferenciada e, portanto só pode ser compreendidas se analisadas por dentro. Ainda na linha da busca por entendimento utilizaremos às contribuições de Brandão (2007).

Segundo Brandão (2007), a Sociologia criou uma disparidade entre o homem rural tradicional e o homem rural moderno. Nos anos 50, os agricultores eram vistos pelo ponto da cultura a se ver os estudos clássicos como *“Bairros Rurais Paulista”* de Maria Isaura Pereira de Queiroz e *“Os parceiros do Rio bonito”* de Antonio Cândido. Mas, na concepção de Brandão, na atualidade os agricultores estão descaracterizados do ponto de vista da cultura e

passam a ser compreendidos apenas pelo ponto de vista histórico. O que gerou um problema porque temos um pólo totalmente analisado pelo aspecto da cultura que não é observado pelo seu espaço histórico e outro pólo mais recente totalmente voltado para o aspecto da história sem entender que esses sujeitos também estão produzindo cultura.

De acordo com Brandão (2007) tem sido difícil encontrar um meio termo para essa situação. Para fortalecer a sua avaliação, Brandão utiliza as formulações teóricas de Milton Santos (2002). Para Santos a sociedade voltou mais sua atenção para aquilo que se transforma que se moderniza no mundo rural na atualidade global e brasileira. O campo, segundo a sua descrição, nos últimos anos deixou de ser para ser aquilo em que vertiginosamente, e, não raro, de maneira lastimável, ele se transforma. Isso devido a uma racionalidade empresarial que domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho, pois altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Alteram – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. E se movimenta pelo peso do capital, pela racionalidade capitalista e por uma tecnologia industrializada. E essa transforma biomas altamente complexos em muito pouco tempo a título de exemplo podemos citar o cerrado no norte de Minas, a mata atlântica, o pantanal mato-grossense e a região amazônica e, por que não dizer, o interior paulista com seu mar de cana.

Concordamos com Brandão (2007) quando ele fala que por toda a parte estamos envolvidos com novos termos entre a terra e o trabalho. Vivemos tempos em que os novos conflitos, ou o aguçar dos velhos conflitos estão presentes e tanto os antigos e os novos personagens rurais ou “no campo” estão presentes. E que a racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do “progresso” quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os camponeses.

Na passagem abaixo Brandão faz menção aos escritos de Milton Santos, nos quais o autor esclarece o momento que estamos vivenciando na atualidade:

Cria-se, praticamente, um mundo rural sem mistérios onde cada gesto e cada resultado devem ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível. Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e de sua distribuição, respondem pelo modelo mundial e são calcados em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claros for o cálculo na sua escolha e na sua implantação. É desse modo que

se produzem nexos estranhos à sociedade local, e mesmo nacionais, e que passam a ter um papel determinante, apresentando-se tanto como causa, quanto como consequência da inovação técnica e da inovação organizacional. O todo é movido pela força (externa) dos mitos comerciais, essa razão do mercado que se impõe como motor do consumo e da produção. Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito a vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento (SANTOS, 2002, p.246).

Concordamos com Brandão quando ele explica a utilização do conceito de Santos (2002) sobre dominação. O conceito é utilizado para explicar a junção do capital flexível às novas tecnologias aplicadas à pecuária e à monocultura. E entendemos tal como Brandão que a “Ciência”, com sua lógica e sua ideologia, invadiu tanto o campo rural quanto todos os outros campos, ora propondo e ora impondo outra ética dirigida à criação de saberes, valores, sentimentos e sociabilidades que gerem modos de vida tão “modernos” que terminem, sabendo disso ou não, inteiramente submetidos a essa nova racionalidade. E aqui podemos concluir que o conceito de Bourdieu sobre o *campo* cabe muito bem para analisar essas relações.

Ainda na tentativa de uma ampliação o quadro interpretativo da ação dos atores sociais optamos por transitar pela teoria sociológica para entendermos as dinâmicas escolhidas por esses para se desenvolver e se reproduzir dentro da lógica capitalista.

É importante entender como bem formula Marx, aqui citado por Florestan Fernandes (1983), que a reprodução social da vida dos homens tem suas ações determinadas pelos modos de produção, independente da vontade desses. Essa relação constitui uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política. E à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Assim, como não se julga o que um indivíduo é a partir de si mesmo (mas sim a partir das ponderações que ele faz de si mesmo em relação à sociedade), da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência. Ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material existentes naquele momento histórico.

Essa se dá basicamente a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

É exatamente a compreensão das ações desses sujeitos, nesse campo de contradição que é objetivo da nossa análise. Pois, entendemos que esses sujeitos têm o *habitus* que favorece a perspectiva de uma produção com base em outros referenciais não tão somente capitalistas. Mas de certa forma isso não tem sido suficiente para garantir êxito numa atividade produtiva sustentável do ponto de vista ambiental, social e produtivo, pois a relação de produção nos moldes capitalistas prevê a geração do lucro. E para se atingir a produção do lucro se tem gerado mais perdas do que ganhos em termos ambientais e sociais.

Segundo Florestan Fernandes (1983), Marx vai dizer que o mundo capitalista é um mundo dotado de contradições, então a nossa tese busca entender como esses sujeitos se organizam e pensam a sua atividade produtiva dentro dessa possibilidade contraditória do capital.

Oliveira (2003) contribui com esse debate dizendo que a contradição na verdade se trata de um processo inerente do modo capitalista de produção. É como se estivesse dentro do próprio processo que no caso, apresenta inúmeras contradições. E esse é criado e recriado pelo próprio capital. Gerando relações capitalistas e não capitalistas de produção.

Para Moreira, (1995), o capitalismo vem se reelaborando e gerando transformações nas atividades produtivas no meio rural. E o espaço social da pequena produção de valores se apresenta como um espaço social flexível e mutante, viabilizando formas de integração diferenciadas. No caso da agricultura, o montante mínimo de capital dinheiro para funcionar como unidade patronal como uma pequena empresa e isso inclui o acesso aos meios de produção, à terra, seja por compra ou arrendamento, e à força de trabalho, incluindo seus respectivos custos sociais.

Mas, recentemente, um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado explicação não só para a permanência, como também para o aumento da presença de um agricultor que não é uma mescla de todas as categorias.

Para esses autores, portanto, é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não capitalistas combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não fora desse como querem as correntes anteriores.

Para Moreira (1995), as exigências da dinâmica competitiva colocadas em diferentes conjunturas bem como a adoção de novos padrões tecnológicos podem afetar as exigências sobre este montante mínimo, elevando-o. Estes processos provocam uma mudança na posição relativa destes capitalistas na esfera da competição, afetando suas condições de lucratividade, reduzindo ou até eliminando a possibilidade de apropriarem-se de valor excedente. Do ponto de vista técnico, estes processos são visualizados como situações de ineficiência e de atraso tecnológico. Manter-se competitivo no processo de acumulação significa mudar as condições técnicas de produção e acompanhar a elevação deste montante mínimo. Podemos, portanto, visualizar que para o conjunto dos pequenos capitalistas paira um campo de força que os empurra para uma inviabilidade econômica competitiva e para a perda da condição de capitalista, mesmo que menores. Tenho ressaltado que a dinâmica intercapitalista, não implica necessariamente na perda da propriedade de meios de produção e de terra, mas sim na perda da condição de comando sobre a força de trabalho. Nos casos e situações onde a perda da propriedade não se realiza, estes proprietários e suas famílias, pressionados ao trabalho produtivo, transformam-se em proprietários-trabalhadores, que também estamos nomeando de trabalhador por conta própria, seja familiar ou não (MOREIRA, 1981, 1995).

Segundo Brandão (2007), citando Salazar, é importante compreender o processo que vivenciamos quando tratamos a realidade agrícola no Brasil. Para a autora, a revolução tecnológica, expressa na modernização da agricultura a partir da década de 1970, representa esta transformação que, no entanto, não alterou significativamente a configuração do quadro agrário brasileiro. A concentração de terra e de riquezas no campo e na cidade, as disparidades regionais no que tange à renda dos agricultores, ao predomínio de certos cultivos, visando o mercado externo se mantiveram (e se mantém) reproduzindo e fortalecendo as distorções estruturais que definem e embasam a história da estrutura agrária brasileira. Essa afirmação foi feita no documento apresentado em um seminário sobre a reforma agrária, no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

As análises de Brandão e Souza Martins vão trazer um pouco de esclarecimento sobre o que ocorre no campo na atualidade. Ambos vão trabalhar com a perspectiva de que as características dos camponeses embora alteradas pelo processo histórico não se perderam de fato, mais foram resignificadas.

A tese de José de Souza Martins (1975) é a de que o “tradicionalismo” agrário não necessariamente se torna um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, muito pelo contrário, essas relações ditas atrasadas na verdade, são formas “não-capitalistas”

de reprodução, recriadas sob o domínio do próprio capital e necessárias para a própria acumulação capitalista. A ideia principal da fase inicial das pesquisas desenvolvidas pelo autor sobre o “mundo rural” é a de que a cultura camponesa não necessariamente está em contradição com o processo de modernização tecnológica e o desenvolvimento capitalista. Ao contrário da concepção vigente, em muitos estudos sobre o mundo rural e o desaparecimento do campesinato. O que na verdade ocorreu, segundo Martins, foi uma marginalização desses campesinato, com o processo de modernização agrícola. E na verdade é preciso, entendê-los como sujeitos ativos e participantes da história.

O mundo rural, na visão do autor, permite ter uma mediação possível para compreender as contradições e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Estudando o mundo rural, entendido como atípico e atrasado, poder-se-ia entender os limites e as particularidades do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, Martins (1986) considera o capitalismo como uma totalidade inacabada, em movimento e contraditória. Para ele, muitos estudos recentes sobre o mundo rural tentam separar o que o capital já unificou, ou seja, o rural e o urbano.

Dessa forma, segundo Martins (1986), as análises devem ser concentradas no processo do capital e nas contradições que ele engendra. Como a complexidade do capitalismo no Brasil expressa-se nas especialidades de seu desenvolvimento, no “mundo rural”, essa complexidade é encontrada nos diferentes ritmos e nas irregulares existentes dentro do desenvolvimento capitalista.

O conceito de produção capitalista de relações não-capitalistas é explicitado por Martins da seguinte forma: “O capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”(MARTINS, 1996, p.19-20). Para Martins, o capitalismo é considerado como uma totalidade inacabada, constituído de partes distintas em conflito, com incoerências e contradições. A reprodução das relações sociais implica também na reprodução das contradições. Algumas relações sociais se dissolvem, outras (novas) são produzidas ou modificadas, no seio do processo de reprodução das relações sociais. Na sua visão, o camponês é recriado através das mediações próprias da sociedade capitalista, especificamente da “renda territorial capitalizada”, da “propriedade privada da terra”, da distinção entre “terra de trabalho e terra de negócio”.

A renda da terra constitui-se em mediação entre as atividades produtivas do camponês e as necessidades da reprodução ampliada do capital. Portanto, como indica

Martins, o que define as relações sociais como capitalistas é a mediação da renda capitalizada como forma de expressão da propriedade privada da terra e não a compra e venda da força de trabalho.

Martins (1998) cita a obra *Os Grundrisse* de Marx para ajudar a pensar essa diversidade de tempos históricos que não são residuais; o importante em Marx está nisso. Para ele, essa diversidade de tempos está ligada a certa concepção de história, de transformação, mas não se trata de tempos residuais: “São tempos contemporâneos convivendo simultaneamente” (MARTINS, 1998, p. 206).

Em *O Capital*, o desenvolvimento capitalista aparece como modo de produção dominante, destruidor dos demais modos de produção, ao passo que em *Os Grundrisse* as relações sociais capitalistas convivem com outras relações sociais.

Essa ideia de Martins (1998) sustenta sua postura teórica e metodológica nas suas pesquisas sobre o mundo rural. Este aparece não como um resíduo que tende a desaparecer e que trava o desenvolvimento, mas como um tempo e uma forma social integrante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Essa postura entra em choque diretamente com a visão marxista ortodoxa que considera o campesinato em processo inevitável de desaparecimento.

Os conflitos sociais no campo são explicados por Martins (1998) com base numa perspectiva que combina o reconhecimento de tempos históricos e ritmos diferentes do processo de desenvolvimento capitalista. Os conflitos sociais no campo são explicados a partir do processo de expropriação da terra e da concentração do capital. As noções de exploração e de expropriação são utilizadas por Martins (1998) para apreender e explicar o processo diferenciador na formação das classes sociais na sociedade brasileira. Para este autor o processo de desenvolvimento capitalista expropria, mas sem proletarizar o trabalhador do campo.

Martins (1998) introduz dois conceitos novos. Trata-se dos conceitos de *comunidade* e de *pobre*. A partir desses dois conceitos, busca encontrar um elemento unificador das diversas lutas sociais no campo. Sua interpretação se coloca em clara oposição à ideia dominante que considera que o trabalho assalariado deve ser o critério unificador das lutas sociais. Para ele, o conceito de *pobre* permite explicar o elemento que organiza as práticas dessas comunidades. “A categoria de pobre [...] tem uma definição ética e histórica que implica considerar os resultados da produção, não só a acumulação do capital, mas

também a acumulação da pobreza que dela resulta” (MARTINS, 1985 p. 106). Na sua perspectiva analítica, “o nosso campesinato é constituído com a expansão do capitalismo, como produto das contradições dessa expansão” (MARTINS, 1983 p. 16). Segundo Martins:

[...] a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital (MARTINS, 1983, p.18).

Na visão de Martins (1983), o fato de os trabalhadores produzirem seus próprios meios de subsistência é expressão de relações não-capitalistas, recriadas e reproduzidas pela acumulação do capital, mas, considerar a compra e venda da força de trabalho como critério para definir o caráter capitalista ou não das relações sociais é insuficiente, dada a complexidade das relações sociais existentes no mundo rural brasileiro.

Essa complexidade se expressa no que Martins (1985) vai chamar de “tipos intermediários”: o parceiro, o colono, o caipira e o arrendatário. É por isso que para Martins o capitalismo não é necessariamente destruidor das relações não-capitalistas. Para ele, o capital não compreende apenas a relação social baseada no salário: “a exploração capitalista assume diferentes formas, não só a partir das condições sociais e econômicas que encontra, mas também a partir das relações sociais que cria das mediações que gera” (MARTINS, 1985, p.14).

Considera ainda que a propriedade privada da terra representa a mediação das relações sociais capitalistas no campo. Por isso, na sua visão, é insuficiente utilizar a compra e venda da força de trabalho como critério para identificar a existência das relações sociais capitalistas. É por meio da terra, como equivalente de capital, que os sujeitos estabelecem suas relações sociais no campo.

Em outras palavras, de acordo com Martins (1983), a “renda territorial capitalizada” permite vincular a produção camponesa às necessidades da reprodução ampliada do capital e a insere nas leis do mercado. Assim, para o autor, a identidade dos camponeses não pode ser definida a partir da sua relação com a natureza e, sim, pela “renda capitalizada”, ou seja, pelas suas relações com a sociedade capitalista.

E para a nossa análise a contribuição de Martins (1983) vai ser a sua afirmação de que o tipo de desenvolvimento industrial no Brasil não conseguiu incorporar totalmente o excedente de população que foi expulsa do campo por causa da modernização da agricultura,

o que engendrou numa impossibilidade de acesso a terra a todos os atores sociais devido à concentração fundiária.

Em acordo com essas análises de Martins (1983), temos as avaliações de Lutzenberger (1992) para quem o paradigma da modernização conservadora contribuiu para que se desenvolvesse uma prática agrícola industrial e, para tanto, se passa a simplificar os sistemas de cultivo, substituindo a diversificação pela prática da monocultura, apresentando-a como um modelo que nos leva a crer insustentável ao logo dos anos tanto do ponto de vista social quanto ambiental.

Mas, concordando com Brandão (2007), entendemos que devemos desconfiar dessa expansão sem limites e não questionável, ou fracamente questionadas da lógica do capital flexível conduzido, sobretudo pelas unidades de expansão do agronegócio em suas diferentes fases e faces. Em primeiro lugar porque há, diante dela, por toda a parte, uma resistência ativa de grupos e comunidades expropriados por ela. Em segundo lugar porque há também outra resistência menos ativa, menos mobilizada, mas nem por isso menos “resistente”.

Segundo Brandão (2007), o que é possível se observar é que existe uma contrarracionalidade também presente. E essa está presente por todo o Brasil, pode ser observada em todos os espaços de “sistemas de objetos e sistemas de ações” e dos mais diversos grupos humanos e modos de vidas, populares ou não. Podendo ser a ação de movimentos sociais como o *Movimento sem Terra (MST)*, o *SOS Mata Atlântica*. Podendo ser pela via da questão agrária, pela via da questão ambiental, pela via dos direitos humanos ou por outras vias de enfrentamento que a elas se somam e com elas interagem. São inúmeras as unidades de ações sociais que se opõem à racionalidade, ao poder e aos interesses da expansão globalizada do capital no campo, como propõem, no bojo de suas diferentes contrarracionalidades, outras e opostas alternativas de gestão social de tempos e de espaços, de vidas e de mundos de vida e de trabalho. Ou seja, estamos diante de um múltiplo e nada uniforme ou globalizado mundo rural.

E como dissemos anteriormente, é preciso entender essa dinâmica por dentro, pois o que presenciamos no campo hoje é que, tal como bem define Brandão (2007), estamos sendo alimentados por grãos, frutas e folhas que ainda provêm bem mais da multivariância da agricultura familiar típica do campesinato tradicional e da expansão (menos visível, mas possivelmente mais sólida) de novas alternativas de produção e gestão do ambiente e dos bens da terra, como a agricultura orgânica, a permacultura, a agrossilvicultura e outras mais. De um lado, as imensas áreas uniformemente tomadas de pessoas e culturas tradicionais para

abrigarem o gado ou a soja; de outro, a criação recente de áreas crescentes de produção agropastoril e mesmo madeireira regidas por princípios de sustentabilidade e solidariedade. Ou seja, não há uma uniformização tal como se esperava, mas é crescente e irreversível diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo.

Para Santos (2002), citado por Brandão (2007), a contrarracionalidade é uma resposta direta dos atores sociais à racionalidade que não os privilegiam:

Antes a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não razoáveis. Objetivamente pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades.

Essas contra-racionalidades se localizam de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.” (SANTOS, 2002, p.246 apud BRANDÃO, 2007).

A contrarracionalidade é perceptível a nós quando analisamos o discurso dos atores sociais que se encontram associados na produção de morango no sul de Minas Gerais. Ao analisar o discurso dos agricultores no qual eles contam a suas trajetórias de vida e de trabalho é possível perceber quão esse processo é dinâmico e complexo. E possui muitas faces, pois trata-se de campo de disputas em questão em ação, entendendo *campo* aqui em acordo com as formulações de Bourdieu (2004). Mas, podemos concluir que a presença desses sujeitos na atualidade se dá devido à sociabilidade que é própria das diversas dinâmicas desses grupos sociais. É o que possibilita a reprodução dos modos de vida mesmo estando em estado conflitante com os interesses hegemônicos do capital. E essa tem sido a base para existência e a permanência desses campesinato brasileiro. E é por meio das estratégias de sobrevivência, que esses atores sociais às vezes cedem a algumas exigências do capital, mas que vis-à-vis traz a tona o seu *habitus* e retoma a prática que está associada ao seu *ethos*, ou seja, o seu modo de entender o mundo e as coisas.

Como diria Brandão (2007, p 42):

Comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo o necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca. Acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária cobrem de lonas pretas tanto os espaços estritos das beiras de estradas, quanto às terras de fazendas improdutivas e ocupadas. Um campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria.

O que observamos em acordo com Brandão (2007) é que a lógica aplicada em Bom Repouso (MG) reproduz um pouco essas formas culturais e populares de racionalidades e de sensibilidades que poderiam parecer antirracionais e ultrapassadas. Mas, como os atores estão numa relação de contradições é possível observar que, ao retornar produção convencional traz para essa nova perspectiva de ação, um sistema de ideias e estilos de ação fora do tempo e do lugar.

Até mesmo como sendo uma estratégia de defesa de espaços de vida e de trabalho no campo. Esses agricultores, devido ao modelo produtivo hegemônico, encontram-se à margem. E muitas vezes, como afirma Brandão (2007), estão autos situados em zonas de fronteira geográfica, social e simbólica de um processo proclamado por seus realizadores como algo inevitável, benéfico e irreversível de “modernização do campo”. Uma modernização insustentável que traz para o mundo rural escalas e interações de tempo-espaço típicas da empresa fabril moderna. Com a diferença de que “lá”, na cidade, as fábricas estão ainda repletas de trabalhadores, enquanto no campo largos espaços de produção de mercado precisam estar cada vez mais vazios de braços humanos para dar lugar às poucas máquinas que, primeiro, substituíram famílias de camponeses e, depois, os próprios trabalhadores volantes. Assim, diante do avanço expropriador e uniformizante do capital flexível, todas as supostas antirrationalidades que a ele se opõem podem ser compreendidas como diferentes alternativas de outras racionalidades.

É nesse contexto é que se inserem os atores sociais da nossa pesquisa, a condição de produção tem sido desfavorável ao agricultor. Há uma constante tentativa de fazer com que passe a produzir dentro do modelo de agricultura hegemônica. Esse modelo tem por base a máxima adesão aos pacotes tecnológicos e está voltado para acumulação capitalista por meio da produção. No entanto, atores sociais as mesclar as duas vertentes produção para participar do mercado comprando insumos agrícolas, e o uso de opções que estão mais adequadas ao seu *habitus*. Na verdade, com a nossa pesquisa é exatamente entender essa lógica operacionalizada pelos agricultores que pretendíamos entender por dentro, por que os agricultores fazem a junção dessas duas realidades tão opostas, e como eles executam isso na

sua vida cotidiana. Por meio dos depoimentos coletados e analisados no Capítulo 2, entendemos tal lógica. Então, no próximo capítulo retomaremos alguns elementos constituídos para balizar a ação dos agricultores e nesse capítulo será feita uma análise pormenorizada da trajetória dos agricultores, assim como dos processos associativismo que passaram até chegar a Coração do Vale a atual associação e como isso interfere nas relações dos atores em relação às questões socioambientais no entorno da Bacia Hidrográfica do rio Mogi-Guaçu.

2.3 Associações “Coração do Vale” a luz dos conceitos de *Habitus*, *Campos*, *Prática* e *Estratégia*, de Pierre Bourdieu.

Nessa parte do texto daremos destaque à questão metodológica propriamente dita. A intenção aqui é elaborar uma construção teórica para entender a ação dos agricultores da Associação “Coração do Vale” a luz dos conceitos de Pierre Bourdieu. Inicialmente vamos explicar os conceitos de *habitus*, de *campo*, estratégia, prática, elaborados pelo autor para, em seguida refletir sobre como esses termos apresentados por esse teórico corroboram a nossa análise acerca da ação dos agricultores familiares de Bom Repouso (MG).

O conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2004) abre a nossa reflexão teórica. De acordo com o autor, esse termo deriva de uma longa trajetória filosófica, sendo seus primeiros formuladores os filósofos Aristóteles, Boetius, Averroes, Tomás de Aquino, Hegel, Mauss, Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Na construção conceitual para essa terminologia, Bourdieu (2004) procura romper com o paradigma objetivista do estruturalismo, sem correr o risco de cair numa visão subjetivista do sujeito e da consciência. Nesse sentido a sua formulação se aproxima da linha de pensamento do filósofo Heidegger.

O filósofo francês de origem campesina utiliza o termo *habitus* como sendo o “modo de ser no mundo”. No entanto, na visão do autor essa terminologia ganha características próprias. O *habitus*, conforme explicita Bourdieu (2001, p.189):

[...] é um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. As disposições não são nem mecânicas, nem determinísticas. São plásticas, flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias.

Essas disposições são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais, sendo portadoras da história individual e coletiva, elas são incorporadas e internalizadas de tal forma que chegamos a ignorar que existem. E passam assim, a ser naturalizadas graças a essa aprendizagem que caminha conosco ao longo das nossas trajetórias.

Devemos destacar que o conceito de *habitus* de Bourdieu (2004) não se aproxima dos termos correntes como hábito, costume, tradição, pois estes estão entre a estrutura e a ação, normalmente empregados no senso comum. Geralmente essas palavras estão associadas a sistemas de disposições duradoras de organização das práticas e de representações, associadas a uma classe particular de condições de existência. Já o conceito *habitus* gera uma lógica, uma racionalidade *prática*, irreduzível à razão teórica. É adquirido mediante interação social e, ao mesmo tempo, classifica a predisposição para essa organização. Seria o que condiciona e o condicionante das ações dos agentes.

O *habitus* constitui a nossa maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa forma de agir, corporal e materialmente. Ele é composto pelo *ethos*, pelo *hexis* e pelo *eidos* (BOURDIEU, 1984, p.133). O *ethos* na verdade são os valores em estado prático, não consciente, que regem a moral cotidiana. Diferente da ética: a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral. O *ethos* é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos. O *hexis* são os princípios interiorizados pelo corpo: posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (Aristóteles). E o *eidos* é um modo de pensar específico, apreensão intelectual da realidade (Platão, Aristóteles) que é o princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos (BOURDIEU, 2001, p.185).

Os *habitus* não indicam simplesmente um condicionamento, designam concomitantemente um princípio de ação. Eles são estruturas (disposições interiorizadas duráveis) e são estruturantes (geradores de práticas e representações). Possuem dinâmica independente não são movidos por uma direção consciente nas duas transformações (BOURDIEU, 1980 p.88-89). Concebem e são concebidos pela lógica do campo social, de modo que somos os vetores de uma estrutura estruturada que se transforma em uma estrutura estruturante. Aprendemos os códigos da linguagem, da escrita, da música, da Ciência. Subjugamos os saberes para poder decodificá-los e colocá-los em prática.

O *habitus* é um consciente anterior. É como uma segunda natureza, parcialmente autônoma, já que histórica e presa ao meio. Isto quer dizer que ele nos permite agir em um

meio dado sem cálculo ou controle consciente. O *habitus* não supõe a visada dos fins. É princípio de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção (BOURDIEU, 1987, p.22). Ele é adquirido por aprendizagem explícita ou implícita, e funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias que podem ser objetiva, conforme aos interesses dos seus autores, sem terem sido concebidas com tal fim (BOURDIEU, 1984, p.119).

O *habitus* contém em si o conhecimento e o reconhecimento das regras do jogo em um campo determinado. Ele funciona como esquema de ação, de percepção, de reflexão. Presente no corpo por meio de gestos e posturas, e na mente na forma de ver e de classificar, da coletividade inscrita em um campo, automatiza as escolhas e as ações em um campo dado, “economiza” o cálculo e a reflexão. O *habitus* é o produto da experiência de vida individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências. O *habitus* é relativamente autônomo, pois se encontra entre o inconsciente-condicionado e o intencional-calculado. Mas não é destino, na medida em que preserva uma margem de liberdade ao agente, a liberdade conferida pelas regras dominantes no campo em que se insere. Ele contém as potencialidades objetivas, associadas à trajetória da existência social dos indivíduos, que tendem a se atualizar, isto é, são reversíveis e podem ser aprendidas.

Na sequência dessa reflexão teórica daremos destaque ao conceito de *campo*. Bourdieu (1996) menciona que todo agente, indivíduo ou grupo, para subsistir socialmente, deve participar de um jogo que lhe impõe sacrifícios. Neste jogo, alguns de nós nos cremos livres outros pré-determinados. Mas, devemos destacar que para o autor (1996), não somos nem uma coisa nem outra. Nós somos o produto de estruturas profundas. Temos inscritos em nós, os princípios geradores e organizadores das nossas práticas e representações, das nossas ações e pensamentos. E por este motivo Bourdieu não trabalha com o conceito de sujeito, prefere o de agente. Os indivíduos são agentes à medida que atuam e que sabem que são dotados de um senso prático, um sistema adquirido de preferências, de categorizações, de percepção (BOURDIEU, 1996, p.44). Os agentes sociais, indivíduos ou grupos, incorporam um *habitus* gerador (disposições adquiridas pela experiência) que variam no tempo e no espaço (BOURDIEU, 1987, p.19). Do berço ao túmulo absorvemos (reestruturamos) nossos *habitus*, condicionando as aquisições mais novas pelas mais antigas. Percebemos, pensamos e agimos dentro da estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos.

Com o conceito de *campo*, Bourdieu (2004) procura superar a oposição entre o subjetivismo e o objetivismo, mediante uma relação adicional, vertical, fazendo a mediação entre o sistema de posições objetivas e disposições subjetivas de indivíduos e coletividades. Nesse sentido, o *habitus* é referido a um *Campo*, e se acha entre o sistema imperceptível das relações estruturais, que moldam as ações e as instituições, e as ações visíveis desses atores, que estruturam as relações.

O social é constituído por *campos*, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O *campo* é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, cultivando-as ou modificando-as conforme a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50).

Os *campos* não são estruturas fixas, são frutos da história e da sua formação constitutivas e das disposições que elas privilegiam (BOURDIEU, 2001, p.129). O que determina a existência de um *campo* e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e as instituições nele inseridas. Os *campos* resultam de processos de caracterização social, da forma de ser e do conhecimento do mundo. Como tal, cada *campo* cria o seu próprio objeto podendo ser educacional, político, ou cultural sempre de acordo com o seu princípio de compreensão. Eles são “espaços estruturados de posições” em um determinado momento, e podem ser analisados independentemente das características dos seus ocupantes, isto é, como estrutura objetiva. São microcosmos sociais, com valores, e esses representam o conjunto de bens intelectuais e morais adquiridos ou pelo estudo ou experiência sempre pertinente a objetos e interesses específicos dos agentes (BOURDIEU, 1987, p.32).

Devemos destacar que o conceito de *campo* é fruto do “estruturalismo genético” de Bourdieu. Trata-se de um estruturalismo que se detém na análise das estruturas objetivas dos diferentes *campos*, mas que as estuda como produto de uma gênese, isto é, da incorporação das estruturas preexistentes (BOURDIEU, 1987, p.24). Os *campos* são mundos, no sentido em que falamos no mundo literário, artístico, político, religioso, científico, são microcosmos autônomos no interior do mundo social. Todo *campo* se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O *campo* estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o *campo* (BOURDIEU, 1992, p.102-3).

O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social. Ele se apresenta como espaço relacional, e a estrutura do *campo* designa uma exterioridade (o que não é o *campo*), e uma interioridade mútua: os agentes e instituições que existem e subsistem pela diferença, isto é, como ocupantes de posições relativas na estrutura (BOURDIEU, 1996:48).

Bourdieu (1984, p.210) afirma que a nossa posição em um *campo* determina a forma como consumimos não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos. O *campo*, diz o autor (1984, p.197), é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela preponderância de uma riqueza específica. A posição é a face objetiva do *campo* que se articula com a face subjetiva, a disposição. A posição é causa e resultado do *habitus* do *campo*. Ela conforma e indica o *habitus* da classe e da subclasse em que se posiciona o agente.

Aos interesses postos em jogo Bourdieu denomina *capital*, outro conceito que merece o nosso destaque e que o autor utiliza não somente no sentido dos bens econômicos como é empregado normalmente, mas também como o conjunto de bens culturais, sociais, simbólicos. Como nos confrontos político ou econômico, os agentes necessitam de um montante de *capital* que possibilite entrar nas linhas políticas, nas democracias contemporâneas (BOURDIEU, 1996, p.275), de forma que a dominação não é efeito direto de uma luta aberta, do tipo “classe dominante” versus “classe dominada”, mas o resultado de um conjunto complexo de ações de uma consciência anterior em que cada um dos agentes sabe o seu papel e estão no *campo* para efetivar a disputa (BOURDIEU, 1996, p.52).

Dubet (1998, p. 46) nos esclarece que Bourdieu sustenta que os agentes e instituições dominantes tendem a inculcar a cultura dominante, de modo a reproduzir o *habitus*, as desigualdades sociais nas maneiras de falar, de trabalhar, de julgar. Para Bourdieu, a família, a escola, o meio não só reproduzem as desigualdades sociais, como legitimam inconscientemente esta reprodução. Essas instituições são aparelhos de dominação. A desigualdade não se restringe o acesso ao *campo*, mas a essência do próprio sistema. A vida social é governada pelos interesses específicos do *campo*. Ela é regida, sobretudo, pelo *capital* específico do *campo*, definindo o que é válido nas regras do jogo de cada *campo*. Cada *campo* tem um interesse que é fundamental, comum a todos os agentes.

Para Bourdieu (1984, p.114) esse interesse está ligado à própria existência do *campo* e na constituição da sua sobrevivência, às diversas formas de *capital*, isto é, aos recursos úteis na determinação e na reprodução das posições sociais.

Bourdieu define os *capitais* como sendo o *capital cultural*, que compreende o conhecimento, as habilidades, e as informações. Trata-se na verdade de um conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições escolares, sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo. A economia está relacionada às condições econômicas dos agentes e a acumula propriamente dita de bens econômicos. *Capital social*, que na concepção do autor correspondente ao conjunto de acessos sociais, que compreende o relacionamento e a rede de contatos. E o *capital simbólico*, que está relacionado ao conjunto de rituais de reconhecimento social, e que compreende o prestígio, a honra. O *capital simbólico* é uma síntese dos demais, ou seja, do cultural, do econômico e do social. As formas de *capital* são conversíveis umas nas outras, por exemplo, o *capital econômico* pode ser convertido em *capital simbólico* e vice-versa (BOURDIEU, 1984, p.114).

No interior do *campo* dá-se uma dinâmica de concorrência e dominação, derivada das estratégias de conservação ou subversão das estruturas sociais. Em todo *campo* a distribuição de *capital* é desigual, o que implica que os *campos* vivam em permanente conflito, com os indivíduos e grupos dominantes procurando defender seus privilégios em face do inconformismo dos demais indivíduos e grupos.

De acordo com Bourdieu (1987, p.127), as *estratégias* mais comuns são as centradas: na conservação das formas de *capital*; no investimento com vistas à sua reprodução; na sucessão, com vistas à manutenção das heranças e ao ingresso nas camadas dominantes; na educação, com os mesmos propósitos; na acumulação, econômica, mas, também, social, cultural e, principalmente, simbólica (status). Por terem nascido de um mesmo princípio, as *estratégias* podem dar a impressão de ser produto do cálculo, sem que tenham sido de modo algum calculadas, e de terem algo de sistemático sem que decorram de uma intenção de sistematicidade: “[...] o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação [...] o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 1997, p. 19)”.

Como pudemos constatar, o *habitus* é uma estrutura mental que influencia na interiorização de percepções, ações e concepções de mundo de membros de um mesmo grupo. E que através desse *habitus* os indivíduos acabam incorporando, inconscientemente, as estruturas imanentes de um mundo, ou seja, de um *campo*; e isso influencia na sua percepção do mundo e na ação que eles poderão desenvolver nesse mundo. A lógica do *campo* no qual

estamos inseridos faz com que inconscientemente interiorizemos visões de mundo, e assumamos condutas regulares que nos permitam prever práticas futuras em conformidade com a experiência presente.

O conceito de *habitus* foi uma referência importante para este trabalho, pois a partir desse termo se realiza um diálogo com algumas das ideias da obra de Pierre Bourdieu. Dessa forma analisou-se a trajetória dos agricultores que se encontram associados a *Coração do Vale* em Bom Repouso (MG), suas práticas e a percepção do espaço social no qual estão inseridos. Esse espaço social foi destacado para que se compreendam suas escolhas por meio da sua sociabilidade e de sua percepção sobre as suas práticas agrícolas. E principalmente, para se entender como se acionam mecanismos que permitem identificar mudanças e permanências em seu cotidiano. Essa referência foi importante porque ela nos permitiu compreender por quais motivos os agricultores ora se adéquam a sua produção ao modelo convencional e ora se apresentam com vontade de trabalhar numa perspectiva mais ecológica. Outro ponto foi o fato de que os conceitos de Bourdieu possibilitaram compreender as estratégias de reprodução dos agricultores e entender como se constitui sua identidade social. Como consequências dessa proposta de análise não pudemos deixar de nos debruçar também sobre o conceito de *campo*, *habitus*, *prática* e *estratégia*.

Esses conceitos elaborados por Pierre Bourdieu ajudaram a compreender a ação dos agricultores de Bom Repouso, pois confirmaram a possibilidade desses agentes sociais possuírem um patrimônio sociocultural que foi posto em evidência em determinados momentos. Na verdade, o que queremos dizer é que os conceitos nos permitiram a identificação dos mecanismos de criação e funcionamento do patrimônio sociocultural presente nesses sujeitos e, principalmente, possibilitaram compreender a sua reprodução ao longo das suas trajetórias, sendo evidenciadas pelas suas estratégias cotidianas.

Mas, é importante entender que as práticas socioculturais devem ser entendidas em um campo de disputas. O *habitus*, nesse sentido, é pensado como uma vivência, num determinado espaço, que ao mesmo tempo em que é fator de contribuição para a estruturação e percepção do espaço social determinado, também é estruturado por ele, e essa estruturação se manifesta de forma objetiva e subjetiva.

Desta forma, a apropriação conceitual de Bourdieu (1984, 1987, 1996, 2001, 2004) é compreendida dentro de uma racionalidade moderna, em que todas as relações estão situadas na estrutura que baliza a visão de mundo do agricultor e a sua percepção dos espaços rurais. A contribuição se dá exatamente nesse ponto, pois possibilita perceber quais são os campos de

disputa, suas conjunturas e, portanto, permite entender como se constrói o *habitus* que estrutura as práticas produtivas dos agricultores aos quais nos dedicamos a estudar. Essas práticas são a concretização de um movimento de organização social, político, econômico, e principalmente evidência de que, a priori, esses agricultores estão na contramão do movimento hegemônico. E trata-se de um movimento dialético da realidade social que tem implicações estruturantes com o *habitus* evidenciados por meio dessa agricultura.

Então, foi no sentido de entender esse processo dialético que nos debruçamos sobre a produção teórica de Bourdieu, pois entendemos que por meio da sua teoria havia uma possibilidade de identificar a mediação entre o agente social, a sociedade e o espaço vivido. Compreendemos que essa articulação é possível principalmente porque autor procura explicar as ações da conduta humanas, de forma a articular o agente social e a estrutura social, fazendo com que esse conhecimento tenha por objeto:

[...] não só o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, ou seja, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade: este conhecimento supõe uma ruptura com o modo de conhecimento objetivista, quer dizer, uma interrogação sobre as condições de possibilidade e, por isso, sobre os limites do ponto de vista objetivo e objetivante que aprende as práticas a partir do exterior como fato consumado, em vez de construir o seu princípio gerador, situando-se no próprio movimento da sua efetuação (BOURDIEU, 2002, p.145-6).

No caso de Bom Repouso (MG), é importante dizer que a passagem da produção do morango da forma orgânica para a produção no sistema convencional, manifesta-se como a busca para a solução do problema da exclusão social. Na verdade, a tentativa de inserção por parte dos agentes foi possibilitada pela racionalidade ligada a uma concepção de mundo, de natureza e de desenvolvimento, a partir dos vários campos em disputa.

Para o nosso estudo foi necessário compreender que o quadro conceitual de Bourdieu está imbricado entre si e que os conceitos se estruturam numa totalidade, em que as partes se relacionam e interagem, o que torna a obra do autor densa e complexa.

O desafio neste item, no entanto, foi construir os nexos com o objetivo de pesquisa, sem que se afetassem as dimensões temporais e espaciais da construção e que permitissem refletir sobre a realidade dos agricultores de Bom Repouso (MG), e realizar uma aproximação que procura associar essas práticas em conformação e a estruturação de um *habitus* que

possibilita, no caso da agricultura que se organiza sobre bases familiares, adicionar um patrimônio sociocultural e uma ética camponesa ao quadro de análise.

Precisamos situar o local de onde estamos falando. Trata-se de um espaço no qual o agricultor familiar convive com uma dificuldade de inserção econômica parcial, mas que busca se adequar à racionalidade do modelo de desenvolvimento de sociedade e de agricultura mais ampla. No entanto, ele traz no seu discurso práticas sociais e produtivas muito particulares, em que mostram ter traços de produção com características camponesa. Para se chegar a essa análise utilizamos as percepções desse agricultor familiar sobre sua trajetória e sua sociabilidade, e assim identificar a sua estratégia de reprodução, sua identidade e o seu projeto de vida.

Dessa forma, procura-se estabelecer os vínculos entre o indivíduo e a sociedade. Esses vínculos estão presentes nas formações modernas e esses espaços apresentam múltiplas relações. Ou seja, trata-se do *campo* estruturado pelas relações dinâmicas entre instituições e os agentes sociais, conforme a formulação de Bourdieu (2004).

A estrutura do *habitus*, pensada desta forma, permitiu que Bourdieu rompesse com o paradigma estruturalista sem, entretanto, ficar preso às armadilhas filosóficas do sujeito, ou mesmo do *homo economicus*. Para o autor, o *habitus* é como uma predisposição para agir, portanto, ter uma prática social; é estruturante e ao mesmo tempo estruturado com relação à construção de uma realidade social.

Bourdieu (2002) construiu sua teorização do conceito de *habitus* a partir da ideia de um aprendizado passado e reinterpretado no interior do debate do objetivismo/ fenomenologia tendo como referência o estudo das práticas humanas de maneira a conseguir definir como sendo um:

[...] sistema de disposições duradouras, estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem em nada ser o produto da obediência às regras, e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, e sendo tudo isto, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro da orquestra (BOURDIEU, 1994, p. 61).

Nas análises do autor sobressai a perigo da migração de ideias de um campo para outro ou de uma disciplina para outra. Essa migração deve ser analisada e realizada com uma citação clara de seu contexto na qual possa ser bem localizado a formação do conceito. E

assim, conseguir uma articulação da teoria com a realidade, no caso do autor, com uma *prática social*.

O que se busca de fato, segundo Bourdieu (1989), é delimitar, a partir do processo de socialização, como o *habitus* se estrutura e como se dá a relação no campo social. O autor (1989, p.61) esclarece que o *habitus* representa o conhecimento adquirido;

[...] e também um haver, um capital (de um jeito transcendental na tradição)” indicado uma disposição incorporada, uma ação prática, comandada pelo sentido do jogo, ou seja, uma necessidade tornada virtude, produzindo estratégias que se adequam às condições objetivas. O cotidiano, neste sentido, é perpassado por movimentos que se resignificam a partir das normas expressas e consolidam em princípios geradores de práticas .

Para Bourdieu (2002), ao estruturar e operacionalizar a conceituação do *habitus* se restitui ao agente um poder de construção da realidade, com os mecanismos que acionam suas vivências anteriores (mesmo que de forma inconsciente). Dessa maneira, é possível a restituição ao agente, a partir da sua socialização, da possibilidade de um poder gerador e unificador, construtor e classificador no espaço social de uma experiência, a partir dos seus princípios organizadores, experiências que são localizadas temporal e espacialmente.

Nesse sentido, o *habitus* é uma estrutura que organiza a prática, assim como, as suas percepções, ao mesmo tempo em que no princípio da estruturação dessas práticas ocorre uma relação de complementaridade em sentido inverso, pois esta ação também constituidora nesse processo, que é delimitado por determinado espaço social. Ao determinar o que transforma e vice-versa, esses princípios da transformação podem gerar uma descontinuidade, que pode ser vivenciada como positividade ou negatividade, como ruptura ou como uma continuidade, a partir das disputas em jogo nesse espaço social (BOURDIEU, 2002).

No nosso estudo verificamos que isso ocorre com os agricultores do Bairro dos Garcias. Percebemos que, ora as práticas estão às voltadas a produção com base na agricultura orgânica a qual eles se identificam, ora as suas práticas se direcionam numa produção mais voltada para o mercado, que retrata a busca da inserção no campo de disputas apresentados pela sociedade. O que isso significa? Na nossa avaliação tal ocorrência revela que esses agricultores estão tentando se manter na atividade produtiva, e para tanto, constantemente desenvolvem estratégias na tentativa de garantir sua permanência no campo. Essa lógica ficou muito perceptível ao estudar as práticas produtivas desenvolvidas por esses atores sociais.

Para Bourdieu (2004), a *estratégia* é também um rompimento com o ponto de vista objetivista e a objetividade dentro da sociedade, pois todo agente age dentro de um *campo* socialmente determinado. E neste sentido, dentro de um espaço socialmente determinado que seja possível analisar suas práticas, a partir de um *habitus* e uma determinada conjuntura, situação, ou seja, o *campo*. Mas esse na verdade, é o espaço onde a relação entre os atores transcendem.

Na nossa investigação compreendemos que ao se observar divisão social vigente é possível perceber o ator social de maneira mais apropriada e entender como ele se entende nesse espaço rural. E essa compreensão nos permitiu identificar a possibilidade de um rompimento com a hegemonia vigente na sociedade, no caso específico da nossa pesquisa, com o rompimento do modelo de produção agrícola conservador. Mas, para tanto, foi necessário entender como de fato as práticas desses agentes sociais podem garantir o seu desenvolvimento e a sua permanência no campo. Assim como foi preciso avaliar até que ponto os atores sociais se utilizam do *habitus* para afirmar seu modo de vida, e propor o entendimento da ruralidade como sendo um espaço vivo.

Nesse sentido, consideramos que o *habitus* é um instrumento importante para ser acionado, pois permitiu perceber, no caso da agricultura analisada, como esses agricultores por meio da socialização, tanto no contexto familiar, quanto comunitário, se organizam socialmente e como se sociabilizam. A importância do entendimento dessa dinâmica se deu devido a essa forma de organização social ser o fator preponderante para entender como os atores sociais constituem sua prática produtiva. E essa é a natureza de sua percepção e julgamento de um modo de ser, agir e produzir e reproduzir-se no mundo. Lembrando sempre que essas relações se dão num campo de disputas. E, portanto, é preciso identificar as disputas presentes no campo. A disputa por poder está presente na reapropriação da vontade coletiva e também individual. Este movimento em um espaço social determinado, permite identificar e determinar a posição de um determinado agente neste processo:

[...] pela posição que ele ocupa nos diferentes campos quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico, mas suas diferentes espécies, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama. Que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 2002, p. 134-5).

Sendo assim, a posição de determinado agente no espaço social nos remete ao conceito de *campo*. Compreender a origem de determinado *campo* é a possibilidade de

entender que as estruturas estruturantes e estruturadas nas quais os agentes sociais vivem no seu cotidiano, não estão localizadas num espaço social qualquer, mas que fazem parte também dos sistemas de disposições duradouras e das disputas que ocorrem nesse espaço. Essa situação sendo apresentada é possível se observar que as atitudes nesse campo de disputa são complexas porque reflete múltiplas relações. E essas múltiplas relações são balizadoras das escolhas dos agentes sociais, e nela que eles entendem sua realidade, e nessa multiplicidade que se classifica como sendo parte dela ou não, ou seja, define sua participação no espaço social (BOURDIEU, 1990).

[...] a ideia de estratégia como orientação da prática, que não é nem consciente e calculada, nem mecanicamente determinada, mas que é produto do senso de honra enquanto senso desse jogo particular que é o jogo da honra; a ideia de que existe uma lógica da prática, cuja especificidade reside, sobretudo em sua estrutura temporal (BOURDIEU, 1990, p.36).

Para Bourdieu (1990, p.26), a construção do *habitus* como sistema de disposições duradouras, permite a análise de que no nível prático ele se operacionaliza com categorias de percepção e apreciação, que apontam para a classificação e para a organização da ação. Dessa maneira, “na sua verdade de operador prático de construção de objetos”.

Nessa perspectiva o *habitus*, produtor de uma história e de instrumentos de construção social, se traduz e se materializa em um corpo e em uma prática social, que ocorre em detrimento do espaço. Entretanto, esta prática, este conhecimento e a ação são socialmente construídos neste processo (BOURDIEU, 2000). Ou seja, ocorre uma relação dialética nesta construção, pois ao mesmo tempo em que estes (prática, conhecimento e a ação) são estruturados pelo mundo, estruturam o mundo da vivência.

Logo, o *habitus* como “sistema de disposições duradouras” e adquiridas pelas e nas experiências, tem uma temporalidade e uma espacialidade que pode corroborar ou não para uma ação, uma prática efetiva também se apresenta ao elemento individual, conforme anteriormente destacado. Entretanto, apesar de implicar uma internalização da objetividade, que ocorre na maioria das vezes de forma subjetiva, não está colocada no comando de uso especificamente individual.

Para tal, a teoria de Bourdieu tende a centralizar a importância de estudar os modos de estruturação do *habitus* nos seus ambientes de socialização e nas sociabilidades que neles ocorrem. O *habitus* em tempos e espaços que são também estruturados, mas que, no entanto,

reafirmam as experiências vividas e permitem uma mediação para a construção de novos processos, tendo presente consciente ou inconscientemente as referências passadas:

[...] a própria lógica da sua gênese faz o *habitus* uma série cronologicamente ordenada de estruturas, especificando uma estrutura de uma determinada categoria inferior (e, portanto, geneticamente anteriores) e estruturando as de categoria superior por intermédio da ação que exerce sobre as experiências (estruturadas) geradoras dessas estruturas. Assim, por exemplo, o *habitus* adquirido na família reside no princípio da estruturação das experiências escolares (em particular da recepção e da assimilação da mensagem propriamente pedagógica), estando o *habitus* transformado pela ação escolar, ele própria diversificada, por sua vez, no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas e defendidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais), e assim por diante, de reestruturação em reestruturação (BOURDIEU, 2002, p.184).

A possibilidade de considerar os princípios de estruturação do *habitus* também remete, para fins de estudo, ao cotidiano, pois é no dia a dia que ocorrem as vivências do agente ou mesmo do grupo, assim como a possibilidade de reafirmação de determinadas posições e em alguns casos identidade estão postas. Dessa forma, é também no cotidiano, que os dominados nas relações simbólicas podem ter a assimilação e a aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada), desde que seja possível buscar um estado de isolamento.

[...] procura impor novos princípios de divisão, pelo menos uma inversão dos sinais atribuídos às classes produzidas segundo os antigos princípios, é um esforço pela autonomia, entendida como poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses (nomos, a partilha legal, a atribuição legal, a lei, liga-se a nemo partilha segundo a lei). O que está em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas a posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida. (BOURDIEU, 1989, p.125).

As *práticas* em Bourdieu (1996) não são elas em si mesmas, mas independem do universo social e das trocas que correm nos espaços sociais e nos seus *campos*; assim como a realidade, elas são relacionadas. Essa interação conceitual permite a partir do *habitus* relacionar as *práticas* a uma situação, um contexto, no qual o *habitus* produz um sentido que estrutura esta ação, ao mesmo tempo em que é estruturado por ela.

Essa ação recíproca entre os conceitos do autor permite ter uma posição acerca dos agentes sociais, permitindo compreender, analisar suas representações e a estruturas cognitivas e avaliadoras do processo de sociabilização adquirido ao longo da vida. “O *habitus*

pode ser compreendido como um esquema de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas” afirma Bourdieu (1990, p. 158).

O *habitus*, ao contribuir para determinar o que transforma, tende a conformar e a orientar a ação, mas, na medida em que é produtor das relações sociais. Ele assegura a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o produzem. No entanto, não é possível observar estes processos de forma estagnada, pois é por meio do olhar dialético que será possível compreender os processos.

Esse processo, no entanto, independe da vontade dos sujeitos, pois está associado diretamente a um modo de operar no mundo e com o mundo. O entendimento desses, por sua vez, é de extrema importância, pois é por meio dele que se entende a produção e a reprodução dos campos de disputa. É possível, entender como se constitui o processo, a questão da dominação e as relações de poder existentes na dimensão social.

Essas relações e esses poderes reproduzidos no espaço social estão inseridos na necessidade objetiva que os participantes destas construções sociais têm de ajustamento ao sentido do jogo e ao espaço de disputa. Isso ocorre porque a construção de um sentido se deve a noção de consenso, estratégias de conservação e a subversão dessa ordem posta e, é claro, sempre atento ao espaço das vivências, ou seja, sempre atentos ao espaço do jogo.

[...] sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado às condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostra-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comanda pelo sentido do jogo, tem dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente (BOURDIEU, 1990, p.23).

É justamente essa questão em relação às estratégias e à ação racional que Bourdieu apresenta quando afirma a relação do *habitus* com uma eficiência na sua operação, pois, quando se torna operante efetivamente:

O *habitus* torna-se gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente e mesmo ao futuro inscrito no presente (daí a ilusão de finalidade), quando encontra um espaço que propõe, a título de chances objetivas, aquilo que ele carrega consigo a título de propensão (para poupar, investir, etc), de disposições (para o cálculo, etc). Porque se constitui pela incorporação das estruturas (cientificamente apreendidas como probabilidades) de um universo semelhante. Nesse caso, basta que os agentes se deixem levar por sua natureza, isto é, pelo que a história fez deles, para estarem com que naturalmente ajustados ao mundo histórico com qual se defrontam, ara

fazerem o que é preciso, para realizarem o futuro potencialmente inscrito nesse mundo em que eles estão com peixes dentro d'água. (BOURDIEU, 1990, p. 130)

Nessa perspectiva, é importante destacar uma diferenciação de futuro como projeto que aponta o futuro com o futuro a ser realizado, que pode acontecer ou não; do futuro como “antecipação pré-perceptiva, que se dispõe como um futuro presente, um vir a ser imediato, que está colocado no sentido do jogo, ou seja, uma indução prática, a partir de uma experiência anterior de um corpo socializado” (BOURDIEU, 1996, p. 143-5).

Essa socialização ocorre em uma experiência datada localizada em um espaço social, que pode ser identificado como lugar onde, na primeira dimensão, os agentes se distribuem de acordo com seu capital e, na segunda, em função do peso relativo de seu capital, a partir das posses.

O conceito de *habitus* permite construir um instrumento que propicia a mediação entre os condicionantes sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos, possibilitando analisar as características de determinadas identidades sociais, a partir de sua trajetória e dos sistemas de orientação de suas práticas. As relações de interação e interdependência entre os conceitos de *habitus*, *campo*, *práticas* e *estratégias*, permitem entender as mediações entre os atores sociais e a sociedade.

Na nossa pesquisa esses conceitos permitiram que se analisassem as dinâmicas internas e externas nos espaços rurais e na agricultura familiar. Verificamos que ao se conceber a realidade desses espaços deve ser reconhecida por um processo de análise que observe o mundo rural a partir de perspectivas diferenciadas das tradicionalmente utilizadas pela Sociologia Rural.

O que se pretendeu mostrar, num primeiro momento, foi que a hegemonia do modelo atual de desenvolvimento não é uma questão atemporal, mas fruto dos campos de disputa e de uma construção social. A lógica deste modelo, principalmente com relação à agricultura que estruturou uma visão de produção, baseia-se numa concepção de mundo, de natureza e de produção. E é esse processo que permanece em disputa, basta para tal observar a crise socioambiental que vivenciamos na atualidade, como já foi destacado em vários momentos desse texto. Ou seja, a racionalidade técnica, aliadas a pressupostos econômicos, se traduziram no modelo de produção que temos hoje que tem sido tão deletério ao ambiente e a sociedade como um todo.

E como compreendemos que essa agricultura (que tem por base a produção do trabalho familiar) traz subsídios que possibilitam inferir e que essa possa vir a ser uma precursora de uma intervenção nesse modelo vigente. Essa ainda se encontra inserida nas dinâmicas sociais e econômicas da sociedade envolvente. E entendendo que esses processos podem ser observados entre os agricultores da associação do Bairro dos Garcias em Bom Repouso (MG) julgamos ser necessário entendê-lo, pois refletem uma dinâmica que não está presente apenas naquele grupo, mas reflete um contexto micro e macrosocial. E as considerações de Bourdieu, nos levam a crer que os agricultores estão atuando nessa lógica de modelos que estão sendo posto em disputa. E é nessa estrutura que o mundo rural se organiza e onde ocorrem as relações de poder, em que os vários capitais estão presentes. E principalmente, é nesse espaço estruturado que vai ocorrer a sociabilização dos sujeitos a ponto de garantir a sua reprodução social ou não. Ou seja, é nesse espaço que os modelos e os embates passam a estar presentes. A contestação desta hegemonia ocorre com a visibilidade dessa agricultura familiar, mas que se apresenta como modelo diferenciado de desenvolvimento a partir de outras agriculturas.

O conceito de *habitus*, conforme já discutido ao longo desse texto, possibilitou que se realizasse a apreensão dessa mediação entre os movimentos da sociedade e o indivíduo, assim como a forma de estruturação dessas práticas. No caso da Associação de Bom Repouso, local de estudo dessa tese, a busca por práticas diferenciadas refletem que esses atores sociais têm outra lógica, que por vários momentos emergem e ficam visíveis a nós quando nos deparamos, por meio de seus discursos, com o *habitus* e, por conseguinte, conseguimos entender o seu patrimônio sociocultural.

O *habitus* nos permitiu, a partir da percepção dos agricultores e da teoria, resgatar essas trajetórias e identificar as mudanças técnicas e produtivas que se estruturam a partir das práticas passadas, vivenciadas nos diferentes espaços de socialização presentes nas unidades de produção. Sendo assim, podemos dizer que o *habitus*, foi um primeiro mediador, ele quem deu o princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência, como sendo um ajustamento ao mundo. Tendo colocado esses pressupostos de análise acerca da possibilidade de compreensão da ação dos agricultores vamos apresentar a análise do discurso dos sujeitos que se encontram associados a *Coração do Vale*, em Bom Repouso (MG). O intuito é fazê-lo com base em algumas categorias de análise a partir dos conceitos de *habitus*, *campo*, *sociabilidade*, *prática*, *estratégia*, elaborados por Pierre Bourdieu.

3 QUESTÕES ANALÍTICAS E QUESTÕES SISTÊMICAS: INTERPRETANDO E COMPREENDENDO O DISCURSO DOS ATORES SOCIAIS.

Nessa parte da tese apresentaremos os dados referentes à análise dos depoimentos dos agricultores pertencentes à Associação do Bairro dos Garcias, em Bom Repouso (MG). O que buscamos foi compreender a lógica dos agricultores no que compete ao modo como organizam a vida e a produção e se as ações desenvolvidas por eles os tornavam auxiliadores nos processos de tentativa de amenização dos impactos ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu. Para tanto, nos propusemos a avaliar as suas ações dentro do processo associativo que vinha se estabelecendo e se fortalecendo no Município de Bom Repouso (MG), a partir das narrativas de Silvaneir Silva, sua esposa Graziela Silva, Lidelmo de Andrade, Anilton Rodrigues e João Batista.

Devemos destacar novamente que a escolha por compreender as ações desses sujeitos foi movida pelo fato de que entendemos que esses agricultores organizados em associação se constituem um grupo diferenciado. Com efeito, já havíamos identificado que suas práticas produtivas demonstravam que não são meros recipientes passivos de informações que lhes são transmitidas e que por meio das suas trajetórias anteriores eles garantem a existência do *Habitus* e um *Ethos*, nos termos abordados por Bourdieu (2004), o que possibilita compreendê-los como facilitadores da internalização dos cuidados com o meio ambiente e aptos ao trabalho de maneira coletiva. No entanto, ao longo do estudo foi observado que esses atores sociais necessitam se organizar dentro de um contexto econômico e social mais amplo, pois precisam garantir a reprodução das suas formas de vida, e que, portanto, isso torna sua ação limitada.

Diante desse quadro inicial, passamos a avaliar a lógica impressa nos atores sociais e chegamos à compreensão de que o grupo estava em um *campo*, de disputas tal como formula Bourdieu (2004). E que para superar os problemas advindos desse *campo* eles acionam o *habitus* e passam a desenvolver estratégias que permitem mantê-los como produtores rurais. No decorrer da pesquisa foi possível entender que, o processo produtivo modernizador cooperou para que os agricultores acabassem por suprimir as suas práticas produtivas tradicionais, que consideramos menos impactantes, por uma técnica de produção voltada para o acúmulo do capital, o que gera problemas sociais e ambientais.

Os autores Almeida (1990,2001), Luzenberger (1982), Graziano Neto (1982), Ianni (2009), Bezerra e Veiga (2000) nos ajudam a compreender esse processo histórico de desarticulação do conhecimento tradicional e adequação ao padrão de produção convencional. Segundo estes estudiosos, os processos de modernização agrícola previam um programa de extensão rural atrelado à indústria química e, para garantir a adesão dos agricultores, promoviam programas de educação para os técnicos agrônomos que, posteriormente, dariam assistência aos agricultores para garantir a máxima adesão aos pacotes tecnológicos. Almeida (2001) destaca que esse modelo de modernização da agricultura provocou efeitos predatórios ao meio ambiente e engendrou, de forma igual, na vida dos agricultores familiares, fragmentando a cultura, provocando a decomposição social devido à falta de condições desse sem se adequarem ao modelo, gerando, portanto, também sua exclusão social. O processo de modernização tecnológica e industrial interferiu significativamente na cultura dos sujeitos. Essa interferência foi possibilitada pelos processos educacionais efetivamente aplicados no campo. A desagregação do conhecimento do homem rural e sua subjugação ao modo de produção capitalista foram continuamente pensadas a partir do modelo de Ciência.

A esse respeito, Souza Santos (2002) explica que a condição para aceitação do modelo apregoado pelo processo de modernização foi obtida pela falsa ideia de supremacia de um conhecimento sobre os outros e a geração de uma visão dualista. Já com relação à utilização da educação como ferramenta para obtenção do êxito no sentido de garantir a supremacia do capital sobre o modo de produzir e pensar do homem rural foi analisado nos estudos realizados por Fonseca (1985) e Freire (1983).

Marx (1987) explica que a lógica de acumulação de capital não tem por princípio a realização dos indivíduos, mas sim o aumento de riqueza, o aumento de capital. Diante dessa constatação, passa a fomentar a ideia de que os sujeitos têm necessidades e interesses individuais. E esses são determinados pela forma com a qual a sociedade organiza sua produção. Nesse sentido, para se obter êxito na acumulação do capital é necessário conseguir sobrepor conhecimento técnico ao conhecimento tradicional.

Ou seja, é preciso que os agricultores façam adesão aos pacotes tecnológicos. Para se atingir essa premissa, segundo Fonseca (1985), foi implantado no Brasil um modelo de educação, trazido dos Estados Unidos, que se denominava “Modelo Clássico”. Este modelo, por sua vez, tem por princípio que os agricultores das áreas rurais se comuniquem com a nova tecnologia sendo a responsabilidade, por passar essas tecnologias, dos centros de pesquisa (FONSECA, 1985). Temos a afirmação do autor de que várias vezes se associam a palavra

educação à indução, no sentido de proporcionar que os sujeitos tradicionais a assumam atitudes e valores culturais diferentes dos que lhes são próprios.

Essas são as bases para a aceitação do produtor rural de que suas formas de atuação, no que compete à atividade produtiva, não mais são adequadas e que, portanto, precisam passar por um processo de transformação. Mas como se constituem nesse produtor rural as condições para a aceitabilidade de que sua prática produtiva é arcaica e não condizente com as reais condições necessárias para adentrar ao mercado?

Observarmos, ao analisar as práticas dos agricultores de Bom Repouso, que a ação pedagógica busca naturalizar as práticas agrícolas previstas na modernização conservadora, e que a submissão tem por objetivo a reprodução social, seja na família, na religião, ou no trabalho. Para Almeida (2005), as instituições de ensino têm um papel fundamental nesse contexto, devido a sua aparente neutralidade, o que gera um grau de confiabilidade por parte dos agentes sociais.

Sendo assim, a política é transformar os agricultores em agentes funcionais para o capital e para atingir esse desígnio se ampliam as mudanças técnicas no setor agrícola, interferindo de igual forma no contexto social e gerando a expropriação dos saberes dos agricultores, principalmente no que compete ao mundo do trabalho. E esse modelo produtivo passa a ter uma maioria a seu serviço para promover um acúmulo de uma minoria. Esses fatos, no entanto, deixam claro que a forma de agir não se altera do dia para noite, mas são passíveis de acontecer graças à construção de um discurso competente, como bem afirma Chauí (1978), para se garantir a supressão de um modo de “agir” e “pensar” considerados arcaicos e inaptos para um processo produtivo “moderno” e “competente”.

E esse processo, desde então, tem interferido de maneira usurpadora na cultura dos sujeitos. Embora compreendamos que esse quadro que associa técnica, educação, indústria e política sejam fortemente estruturados, percebemos que ele gera alguns entraves para a sua continuidade, principalmente porque não leva em conta a cultura dos sujeitos envolvidos no processo. Assim, por vezes é possível observar que esses sujeitos subvertem a ordem e produzem uma nova forma de ação. No entanto, percebe-se que não se trata de um retorno ao modo de fazer tradicionais dos agricultores. Na verdade, eles associam os campos de ação e passam a desenvolver técnicas de caráter capitalista, mas ao mesmo tempo os integram as suas práticas culturais que já se encontram consolidadas na sua forma de pensar e agir, pelo *habitus*.

Para ilustrar a afirmação anterior, vamos citar uma parte do depoimento de um dos agricultores ao serem perguntado se havia mudado algo nas suas relações de produção e no respeito ao meio ambiente. Os agricultores afirmavam que as relações mudaram e que eles desejam produzir para vender no mercado, mas destacam que buscam uma produção mais condizente com a qualidade de vida, no que compete a saúde e respeito ao meio ambiente. João Batista explica em seu depoimento como os agricultores da associação passaram a pensar o processo produtivo:

[...] mudou nosso jeito de pensar a produção. Agora a gente é mais preocupado com a saúde, em produzir com respeito ao solo, com respeito ao consumidor. Antigamente a gente pensava um jeito de só produzir. Agora a gente já pensa em produzir com qualidade, respeitando o consumidor desse produto e a terra que a gente usa. **(Depoimento de João Batista, 12 de junho de 2010).**

O conceito de *habitus* em Bourdieu (2004) ajuda explicar esse processo de transformação na trajetória dos agricultores e qual o momento em que passam a se preocupar com o meio ambiente e a saúde dos consumidores dos produtos gerados. A explicação de Bourdieu para esse fato é que o *habitus* tende à sua própria conservação, mas pode ser modificado na medida em que se alteram os contatos sociais do indivíduo. Para Bourdieu, o *habitus* se apresenta por meio de dois componentes: o *ethos*, correspondente aos valores interiorizados que direcionarão a conduta do agente, e a *hexis*, ligada à linguagem e à postura corporal. *Hexis* e *ethos*, constituídos dentro de determinado contexto social, revelam, respectivamente, as especificidades do indivíduo e as da classe social a que pertence. A formação e manutenção do *habitus* tornam-se, assim, fundamental no processo de reprodução social.

Nesse sentido, ao analisar o discurso dos agricultores foi possível perceber que eles se apropriam do modo de fazer da agricultura capitalista e as resignificam inclusive como uma forma de estratégia para continuar no domínio de seu processo produtivo e conseguir manter a família na frente de suas unidades de produção. A narrativa dos agricultores nos permite dizer ainda que há outra lógica presente em suas ações, que Brandão (2007) chama de contrarracionalidade.

Na nossa compreensão, essa outra lógica que os agricultores apresentam é acionada pelo *habitus* que está introjetado nos atores sociais e se manifesta por uma prática e essa reflete o seu patrimônio sociocultural. Mas, para o maior entendimento dessa lógica, fizemos

uma análise por meio de algumas categorias arroladas na obra de Bourdieu (2003), entre elas os conceitos de campo, de habitus, de estratégia, prática.

O *habitus*, como já foi destacado anteriormente, é produto da experiência de vida individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências. O *habitus* é relativamente autônomo, pois se encontra entre o inconsciente-condicionado e o intencional-calculado. Mas não é destino, na medida em que preserva uma margem de liberdade ao agente, a liberdade conferida pelas regras dominantes no campo em que se insere. Ele contém as potencialidades objetivas, associadas à trajetória da existência social dos indivíduos, que tendem a se atualizar, isto é, são reversíveis e podem ser aprendidas. O *habitus* constituído durante a socialização do indivíduo, desde o seu relacionamento familiar, sua primeira educação, passando pela escola, religião, trabalho, está diretamente ligada à trajetória dos atores sociais. Então, nossa busca é entender como *habitus* foi constituído ao longo da trajetória dos atores sociais e como esse conceito pode facilitar a nossa compreensão da lógica operacionalizada pelos agricultores. Por meio dos depoimentos soubemos que *habitus* desses agricultores têm sido munidos pelas relações de trabalho, religiosas, familiares.

Outro conceito importante para a análise é o de *campo*. Nas formulações teóricas de Bourdieu (1996), o *campo* aparece como o espaço em que os agricultores, individualmente ou associados, para subsistirem socialmente, necessitam participar de um jogo que lhe impõe sacrifícios. Neste jogo, alguns desses acreditam serem livres, outros pré-determinados, mas na verdade, não são nem uma coisa nem outra. Todos são produto de estruturas profundas. Têm inscritos neles os princípios geradores e organizadores das suas práticas e representações, das suas ações e pensamentos.

Do berço ao túmulo absorvemos (reestruturamos) nossos *habitus*, condicionando as aquisições mais novas pelas mais antigas. Percebemos, pensamos e agimos dentro da estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos. Para a nossa análise, essa explicação de Bourdieu para o significado do *campo* é importante por possibilitar entender o motivo dos agricultores de não se adequarem completamente às concepções modernizadoras vendidas e inculcadas pela ação pedagógica. Os atores sociais estão imersos nesse conjunto de predisposições que passam a orientar suas ações, de modo semiconsciente, visando à modificação ou manutenção de sua posição situacional no campo. Elas serão guiadas a partir do senso prático deste, que equivaleria a “um sistema adquirido de preferências, de princípios, de visão e de divisão, de estruturas cognitivas duradouras (que são

essencialmente produto de incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada.” (BOURDIEU, 1996).

No que compete ao conceito de estratégia em Bourdieu (2004), o autor a define como sendo um rompimento com o ponto de vista objetivista e a objetividade dentro da sociedade, pois todo agente age dentro de um *campo* socialmente determinado. E neste sentido, dentro de um espaço socialmente determinado que seja possível analisar suas práticas, a partir de um *habitus* e uma determinada conjuntura, situação, ou seja, o *campo*. Mas esse, na verdade, é o espaço onde a relação entre os atores transcende e se estabelecem as disputas nas quais os possuidores da quantia mais considerável lançarão mão de estratégias para a manutenção de suas posições, ao passo que aqueles que possuem uma menor quantia lançarão mão de estratégias que visam a uma alteração posicional. Porém, não estrutural, ao menos intencionalmente. Busca-se alterar ou manter as posições instauradas no campo, dependendo da posição que o sujeito ocupe, porém, as regras do jogo são tendencialmente mantidas, reproduzidas.

A explicação do quadro conceitual de Bourdieu (*habitus, campo, prática, estratégia*) é utilizada nessa tese, para mostrar que, embora o modelo de agricultura queira ser hegemônico, ele está situado num campo de disputa e de uma construção social. A lógica deste modelo, principalmente com relação à agricultura que estruturou uma visão de produção, baseia-se numa concepção de mundo, de natureza e de produção. É esse processo que permanece em disputa, basta para tal observar a crise socioambiental que vivenciamos na atualidade, como já foi destacado em vários momentos desse texto. Ou seja, a racionalidade técnica, aliada aos pressupostos econômicos se traduz no modelo de produção que temos hoje que tem sido tão deletério ao ambiente e à sociedade como um todo.

Os atores sociais se apresentaram como agentes que desempenhavam uma estratégia social importante, pois colocavam em discussão o modelo de produção vigente, suas implicações sociais, econômicas, políticas e ecológicas.

Devemos ressaltar novamente que a Associação dos Agricultores do Bairro dos Garcias foi identificada como uma referência de produção orgânica no Município de Bom Repouso/MG, no ano de 2005, por um estudo realizado pelo *Núcleo de agrotóxico e Agricultura Alternativa*, vinculado ao Projeto Mogi-Guaçu, quando este desenvolveu um levantamento socioambiental por meio da aplicação de questionários no Município, com o intuito de diagnosticar os problemas vivenciados pelos agricultores.

Nesse estudo, uma das questões presentes no instrumento avaliativo interrogava se o agricultor conhecia alguma experiência com produção orgânica. Essa pergunta foi feita a 166 pessoas nos 21 bairros de Bom Repouso (MG), e o resultado foi que a maioria deles fazia menção em sua resposta à Associação de Bairro dos Garcias. Esse diagnóstico inicial nos revelou a importância de se investigar essa associação, pois se tratava de entidade que trazia em seu bojo aspectos importantes para o objetivo dessa tese, como: a organização do grupo de moradores na forma de associativismo, a questão da produção orgânica e, por fim, à volta a um modo de produção convencional.

Para descrever o processo de formação da associação e compreender a lógica que permeava as ações dos agricultores, optamos por realizar entrevistas orais, com objetivo de elaborar o histórico da formação da associação, e com isso, compreender quais eram as suas concepções de associativismo. Para tanto, as entrevistas foram mediadas pelas seguintes questões: quais foram as motivações que levaram esses sujeitos a se associarem? Qual era o modelo de organização no momento em que desenvolviam a produção com princípios orgânicos? E porque mudaram novamente para a condição de produtor convencional?

A partir dessas questões buscamos o entendimento da trajetória desses atores sociais. Devemos ressaltar que o conceito de *agente social* aqui utilizado está em acordo com as formulações de Bourdieu (1996), quando menciona que não somos sujeitos, mas sim agentes à medida que atuamos e que sabemos que somos dotados de um senso prático, movido por um sistema adquirido de preferências, de categorizações, de percepções que se manifesta por meio do *habitus* (BOURDIEU, 1996).

Para analisar a lógica dos atores sociais, passamos a explicar o conceito de *trajetória* em Bourdieu (1986). Lembrando que para o autor a trajetória é linear, cronologicamente ordenada por eventos sucessivos, ou seja, em posições que foram sucessivamente ocupadas pelo agente em um *campo*. Por consequência, a narrativa do agente será relacionalmente determinada dentro do *campo*, e sustentada em sua história passada, acumulada, em uma espécie de “roteiro”, que orienta o perfil e a ação posterior do indivíduo, ou seja, seu *habitus*.

A construção desse “roteiro”, a partir das trajetórias dos agricultores do Bairro dos Garcias, se deu por meio de informações que julgamos relevantes para a nossa pesquisa, sendo as informações relacionadas às suas motivações para se associarem, assim como, qual o modelo de organização em que se basearam no momento em que estavam voltadas à produção orgânica, e o que os levou a retornar ao modelo convencional de produção.

Diante do quadro conceitual explicitado, passamos à análise das narrativas dos atores sociais. Contudo, para não perder o fio condutor da nossa análise, iniciaremos com uma construção da trajetória de vida desses atores sociais até a vinculação à associação de bairro e, posteriormente, à associação “Coração do Vale”.

3.1 Trajetórias dos agricultores

Nesse item do capítulo daremos destaque à análise dos depoimentos dos agricultores do Bairro dos Garcias. A escolha dos depoentes se justifica pelo fato de que as suas narrativas trazem dados que nos permitem entender quem são esses atores sociais, como, suas trajetórias influenciaram o processo da formação da associação e qual a lógica que permeou suas ações. Assim, entre os agricultores entrevistados, destacamos o senhor João Batista, o senhor Lidelmo da Silva Andrade, o senhor Anilton Rodrigues da Silva, o senhor Silvanei Cesar da Silva e a sua esposa, a senhora Graziela da Silva. Incluímos a senhora Graziela no rol de depoentes por considerar que em sua narrativa ela traz alguns subsídios de análise sobre o impacto do uso de agrotóxico na saúde dos munícipes como um todo e como tal impacto influenciou na mudança para a produção de orgânicos por parte da sua família.

Devemos frisar que elencamos os depoimentos dos atores sociais como fonte primária de informação, pois consideramos que os dados contidos nessas narrativas permitem entender a sua lógica, como essa é munida e como isso reflete no modo de produção dos agricultores. Optamos por esse posicionamento metodológico, pois entendemos, tal como explica Freire (1983), que somente pela busca do diálogo dialogizante seria possível compreender a ação dos agricultores. E, a partir dessa compreensão, por meio da análise de suas narrativas, poderíamos entender se realmente os agricultores poderiam ser agentes de uma melhoria ambiental no entorno da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu. Na nossa perspectiva de análise, esse fator foi de fundamental importância, para evitar que se continue a promover uma invasão cultural junto aos agricultores.

Na nossa concepção o que buscávamos era o diálogo, tal como proposto Freire (1983), pois só assim poderíamos romper com a concepção de dominação que vinha sendo imposta e inculcada pelos modelos de produção e de educação, como já foi observado no corpo desta tese. E reforçamos que essa questão contida na nossa análise é de fundamental importância, na medida em que consideramos necessário romper, como explica Souza Santos

(2002), com essa concepção de Ciência que entende os sujeitos sociais como formas de “não ser”, como “subalternos” e assim, evitar “coisifica-los.”

Sendo assim, começamos essa análise com o depoimento do senhor João Batista para entender um pouco a sua trajetória. De acordo com a sua narrativa, o senhor João Batista é morador de Bom Repouso desde seu nascimento e possui uma pequena propriedade no município. O agricultor destaca que encontra entraves para cultivar suas terras e por isso trabalha em outras propriedades no sistema de diarista, para garantir uma renda para o sustento da sua família. Podemos observar nos seus depoimentos que o seu *habitus* é fortalecido pela religiosidade que possui e pela sua vida em coletividade, na qual exerce a solidariedade. Esses componentes dos seus *habitus* tornam-se um facilitador das relações coletivas, o que o torna um agente importante no contexto das diversas associações que foram se formando. Sua narrativa, que menciona a utilização da prática do trabalho fora da sua propriedade, também é muito reveladora, pois se verifica que essa prática está associada à necessidade de se desenvolver estratégias para permanecer no campo como trabalhador rural e continuar produzindo e se reproduzindo.

Com relação à propriedade, é importante mencionar que o tamanho das áreas agrícolas em Bom Repouso (MG) foi objeto de estudo de Espíndola (2011). Segundo a pesquisadora, foi realizado um levantamento para se saber a quantidade de áreas plantadas no município, e para isso foram entrevistadas 108 famílias nos bairros rurais, chegando ao dado que revela que 66,66% dos proprietários de terras possuíam uma área de $\frac{1}{2}$ a 10 alqueires. Desse número, uma maioria dos entrevistados mencionam que são apenas 5 alqueires e ainda outros 15 entrevistados (9,25%) informaram que a propriedade teria de 12 a 100 alqueires. Desta pesquisa, um fato interessante a ser observado é que, na entrevista, quando perguntado sobre o tamanho da área, os agricultores mencionaram que tinha em torno de 5 “salaminhos”, o que intrigou o grupo, pois desconhecia-se a expressão e não se entendia como funciona essa unidade de medida. Após pesquisa em fontes bibliográficas chegou-se a compreensão de que o termo “salamim” é uma variação de “Celamim”, que se refere à antiga medida agrária portuguesa (SILVA, 1813, p.681). Sobre esse dado, é interessante observar que mesmo estando inseridos num processo de aceleração da modernização agrícola os agricultores, de uma forma geral, mantém parte da cultura tradicional latente, refletida nesses momentos específicos.

Dando continuidade à análise das narrativas, temos a seguir um trecho do depoimento do senhor João Batista que traz os elementos importantes para análise do seu *habitus*. Diz o agricultor, ao ser indagado sobre a sua trajetória de vida:

[...] a minha vida, desde começo? Sempre nós fomos de família pobre. E a gente sempre trabalhando para os outros, tentando arrumar um jeito de ganhar o dia. Mas sempre meus pais e os vizinhos viviam sempre unidos né? Como irmão. Sempre unido buscando melhorar de vida. **(entrevista coletada em Julho 12 de 2011, com agricultor associado João Batista).**

Entre os elementos passíveis de análise desta narrativa, destacamos dois pontos fortes no discurso do agricultor: o primeiro que se refere à questão da solidariedade e segundo que diz respeito ao trabalho externo. Com relação ao primeiro ponto, no trecho do depoimento é possível observar que na organização do discurso sobre a vida, o agricultor explicita a sua condição de camponês que vende o seu dia de trabalho, para garantir a sua sobrevivência e a da família. Os elementos contidos no relato nos revelam também a questão da solidariedade: “[...] viviam sempre unidos [...]”. Solidariedade esta que possibilitou ao agricultor tornar-se uma figura representativa no bairro. Devemos destacar que esse agricultor é um dos principais articuladores da formação da associação do bairro, tendo sido o presidente da entidade por quatro mandatos, sendo também presidente da posterior associação de produtores “Coração do Vale”.

O segundo ponto destacado no depoimento nos leva a retomar a análise que Chayanov (1981) e Wanderley (2000) fizeram acerca do trabalho externo. Para esses autores, o trabalho externo tem o caráter de manutenção da unidade familiar campesina. Trata-se de uma forma estratégica de resistência.

No que compete à atividade realizada fora da propriedade, mencionado no depoimento, consideramos importante frisar que não significa necessariamente que ocorra uma perda de autonomia por parte desse agricultor, mas simplesmente a possibilidade da complementação da renda. Wanderley (2000), Chayanov (1981), entre outros autores como Bosi (1979), Martins (1975), Santos (2009), vão avaliar o trabalho fora como possibilidade de estratégia ou resistência.

O trecho em que o depoente se coloca como sendo pobre permite a identificação de alguns elementos importantes para se compreender como se compõem o *habitus* desse agricultor. Martins (1975) e Bosi (1985) desenvolveram estudos sobre essa questão da pobreza na composição do caráter dos sujeitos. Martins (1975) desenvolve o conceito de

pobre dentro de uma definição ética e histórica associando-a diretamente nas implicações que o sistema de produção traz aos sujeitos. Segundo o autor, “o sistema incidiu, não só a acumulação do capital, mas também a acumulação da pobreza que dela resulta” (MARTINS, 1985 p. 106). Para Bosi (1979), os membros da classe pobre possuem valores arraigados e esses muitas vezes são sedimentados nas relações de trabalho, devido ao enfrentamento das condições de vida, como podemos verificar no trecho abaixo:

Se existem duas culturas, a erudita terá que aprender muito sobre a popular. [...] E se um dia a classe pobre alcançar a gestão sobre o seu destino, a sua cultura não deixará de englobar os valores dos que trabalham valores que se opõem aos dos que dominam. Valores como interesse verdadeiro pelo outro, a maneira direita de falar, o sentimento concreto a largueza em relação ao futuro, uma confiante adesão à humanidade que virá tão diferente do projeto burguês para o amanhã, da redução do tempo ao contábil, que exprime o predomínio do econômico sobre todas as formas de pensamento. (BOSI, 1979, p.30)

O predicado observado na narrativa do agricultor entrevistado não está apenas presente no mesmo, mas identifica-se também nas falas dos demais agricultores de Bom Repouso (MG). Essas características estão relacionadas, segundo Mendras (1969), à prática do agricultor que organiza a sua atividade produtiva com base nas relações familiares, portanto trata-se de uma estratificação própria e distinta da sociedade global. Esses camponeses possuem relações mais igualitárias e a permanência da existência da forma de agir campesina está relacionada ao contínuo respeito à cultura adquirida ao longo da vida. Para ele, esses sujeitos se orientam por uma cultura própria e procuram integrar-se a ambientes e modos de vida mais condizentes com sua lógica. Assim como, Mendras (1969), outros teóricos são bastante favoráveis a essa perspectiva de análise acerca do campesinato, como bem vimos no capítulo anterior. Entre eles estão, Chayanov (1974, 1981), Wanderlei (2000), Martins (1986), e mais recentemente, Brandão (2007).

O relato do agricultor nos transporta também para aquele entendimento de Candido (1964) sobre a solidariedade vicinal. O importante é que essa se mantém viva e mesmo quando a sociedade capitalista incide sobre os agricultores de maneira tão usurpadora. Segundo o autor, embora as práticas possam entrar em declínio, os princípios que as sustentam, estão presentes.

No entanto, se para uns a motivação social para se engajar no processo produtivo de maneira coletiva está associado à necessidade de superação das condições socioeconômicas e alicerçado na solidariedade coletiva, para outros membros desse processo essa realidade está

mais associada a uma condição de inserção social e garantia da sociabilidade que ainda não havia conquistada.

Dando sequência à nossa análise, colocaremos em destaque a seguir o depoimento do senhor Lidelmo. Podemos observar na narrativa do depoente que sua trajetória se desvincta totalmente de uma busca por um processo associativo, pois para ele a sua inserção na instituição está muito mais fundamentada numa perspectiva de caráter pessoal:

[...] Bom, a minha história de entrar na associação foi uma necessidade pessoal de me unir a um grupo. Eu fiz um tratamento para dependentes químicos. E quando eu saí desse tratamento [...] fiquei oito meses internado por causa do motivo do uso de drogas. A psicóloga me aconselhou a me unir a um grupo, né? E como eu não sou muito de unir em negócio de religião e catequize essas coisas assim, entendeu? Eu achei que associação ia ocupar esse espaço que a psicóloga disse né? Ai eu passei a frequentar esses espaços da reunião da associação. Eu morava na roça, (ênfatisa) tinha aver comigo a associação de moradores. Então eu fui me interagindo e apoiando eles nas iniciativas que tinha lá, né? E o presidente era o Tista. Ai, eu fui ajudando e isso foi ocupando a minha mente e ajudou afastar cada vez mais das drogas. Estou até hoje já estou limpo por mais de 10 anos. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade.)**

Podemos verificar inicialmente no depoimento do agricultor, diferentemente dos demais agricultores, que ele não tinha uma aptidão para frequentar grupos religiosos e muito menos a sua inserção na associação tinha como objetivo o trabalho associativo, o solidário, ou o coletivo. Mas isso vai se modificando, como podemos ver no trecho abaixo:

Eu não. Sempre fui mais solitário mesmo, nunca trabalhei com isso. Depois que eu comecei a participar da associação. É que eu vi que agente sempre precisa do outro. Por que uma decisão tomada com mais cabeça pensando é mais acertada. Eu já tinha dado muita cabeçada, já tinha errado muito na minha vida. Ai que eu aprendi que as decisões tomadas em grupo são mais acertadas, ai que foi mudando a minha cabeça. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade.)**

A particularidade apresentada na narrativa deste agricultor nos remete à análise de Souza Santos (1981), quando o autor destaca a importância de se ter em mente que é um erro atribuir indiscriminadamente à agricultura familiar características de individualismo. O individualismo só existe, diz o autor, para quem tenha do associativismo a concepção liberal, industrial, urbana, institucional e burocrática racional. Não é preciso percorrer as categorias míticas do comunitarismo rural para compreender que o campesinato desenvolve motivações associativas próprias (que se concretiza em momentos imprevisíveis). E está aqui o momento

imprevisível do senhor Lidelmo. O momento em que ele passa a buscar na associação um apoio comunitário para superar uma dificuldade, a de deixar as drogas.

Como se observa no depoimento, o senhor Lidelmo tem uma trajetória de vida sofrida, pois, como relatou durante a entrevista, passou por problemas de saúde pessoal e em família. Na sua narrativa, o agricultor menciona que nasceu e se criou em Bom Repouso e que tem duas filhas. Destaca que a sua esposa teve câncer e passou por um longo tratamento, mas não resistiu e veio a falecer.

Podemos identificar que a formação do *habitus* no senhor Lidelmo está alicerçada na sua trajetória de uma vida difícil. O agricultor chega a mencionar em seus depoimentos que adquiriu uma forma de pensar e agir que lhe permitiu obter maior desenvoltura social e que por isso tem facilidade de ser ouvido no grupo. Devemos destacar que o senhor Lidelmo se apresenta como uma figura política representativa entre os agricultores da região, e que atualmente está no cargo de presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável no município.

No depoimento do agricultor se observa que ele tem introjetado ao *habitus* uma consciência de que atividade produtiva, com base nos produtos agroquímicos, é prejudicial à saúde. Isso fica evidente em seu relato, a seguir:

[...] ela não mexia com roça não, mas antigamente eu não dava abertura porque eu mexia com batata, eu plantei batata né, **Porquanto tempo o senhor trabalhou com batata?** Eu mexi com batata uns seis anos. Então, eu pagava camarada e não colocava as minhas filhas para ajudar não porque era muito veneno, muito veneno. Agora eu plantando morango deixo porque eu sei que não tem perigo. Eu aprendi mexer com a lavoura, porque não precisa usar muito agrotóxico, uso apenas o necessário que o engenheiro recomenda, pois quando a praga ataca e não tem jeito mais aí você tem que usar agrotóxico, mas se você usar a nutrição necessária até certo nível, não precisa usar agrotóxico, aí eu posso por minha filha para trabalhar lá sem medo né. Ela passou a ter até gosto, antes ela nem queria saber qual era a cultura que eu estava plantando ou colhendo, mas hoje ela tem preocupação. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

Quando questionado a respeito do que espera para o futuro das suas filhas, ele argumenta que com a produção de morango vê perspectivas futuras para elas, mas que antes não via muitas expectativas, devido às dificuldades impostas pela manutenção da atividade agrícola que o obrigava a fazer uso de agrotóxicos de maneira intensiva.

Nesse trecho do depoimento do senhor Lidelmo observa o fortalecimento do *habitus* no agricultor e a formação desse mesmo *habitus* em sua filha. Ao mencionar que “antes ela

não queria nem saber o que estava sendo plantado, mas agora ela passou a ter gosto e a ter preocupação com a lavoura”, isso fica evidente.

Para compreender essa questão de maneira apropriada recorremos aos escritos de Wanderley (1996). A autora menciona que a centralidade na família como portadora do esforço de trabalho, detentora da propriedade e definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assumiu a evolução de sua composição, como um elemento chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento. Wanderley (1996) explica que era o que Chayanov (1974) denominou “diferenciação demográfica”. Mas o que isso significa? Para Chayanov citado por Wanderley (1996), para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justifica as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local.

E esse passado constituído de um saber tradicional é formador do *habitus* do agricultor. Ele manifesta aquele saber ou para reafirmar a socialização do corpo ou para negá-la.

Quando diz também em seu relato que “tem cultura que não se dá com a gente”, o agricultor demonstra que não tinha o *habitus*, ou seja, o corpo socializado para a prática do cultivo de batatas. No entanto, ele se sobrepõe ao seu *habitus* e tenta atender uma demanda de mercado, pois a batata é um produto importante, e como vimos nos dados de Brigante e Espíndola (2003), a região é a maior produtora de batatas no Brasil. Diante da constatação de que o mercado exige a produção de batatas, o agricultor, numa forma estratégica, tenta deixar de lado o seu *habitus* e parte para a prática desse cultivo, como se verifica no relato a seguir:

[...] têm certas lavouras que vai com a cara da pessoa, eu sei plantar mais não dou certo, eu sei plantar, mas não dou sorte, às vezes têm certas culturas que é melhor não insistir, melhor largar mão, vê que não deu certo. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

No depoimento do agricultor também é possível identificar a transformação da relação com a terra por meio associativo. Quando questionado se as filhas desejavam ficar na terra, o senhor Lidelmo afirma que sim, pois “agora tem até certo luxo, antes era apenas para o sustento.” O relato do agricultor nos leva crer que está sendo colocado aqui um outro

conceito do Bourdieu (2004), trata-se do conceito de estratégia. A forma associativa garante a continuidade dos atores sociais no campo de disputa. Mesmo que as regras do jogo não sejam alteradas, no caso do contexto da economia capitalista, os atores se unem para conseguir se mantendo no campo e fazem o uso de outros *habitus*. No caso desse agricultor, ele faz uso da *habitus* do trabalho e da linguagem, como se observa nesse depoimento:

[...] Apesar de serem duas meninas, uma casada e uma solteira, eu imagino que elas deram mais hoje no sítio, antes elas pensavam que só trabalhando fora é que se ganha a vida, hoje elas veem que tudo que a gente tem veio dali. Trabalhava, mas era só para o sustento. Mas agora agente tem alguns luxos. Hoje a minha filha ajuda eu no morango. Se ela casa pretende até fazer o futuro na lavoura também. A caçula pretende lidar com a lavoura mesmo, ela pretende continuar mesmo no campo. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

Dando continuidade a nossa análise, ainda pensando na trajetória dos agricultores, passamos ao relato do senhor Silvanei Cesar da Silva. Esse agricultor é um dos poucos que ainda continua efetivamente produzindo de forma orgânica. O agricultor arrenda uma parte do Sítio do seu tio. Silvanei tem uma parceria com o senhor André, um antigo integrante da Associação de Produtores Orgânicos do Bairro dos Garcias. Atualmente sua produção é certificada pela (OIA) Organización Internacional Agropecuária.

[...] eu trabalho na agricultura, desde quando eu era pequeno praticamente, meu pai plantava batata, na década de 90 a 95. Ai a gente gostava porque ele levava a gente junto e aí, a gente começou a gostar de trabalhar na roça né. **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

O depoimento de Silvanei reflete o *habitus* que o favorece no sentido da aptidão na produção agrícola. Como se percebe em sua narrativa, essa aptidão foi constituída na infância, no momento em que o pai o leva para o campo, e ao observar o trabalho, ele aprende a desenvolver o ofício. Mas não é apenas um processo de aprendizagem, nesse momento, formam-se também os laços de sociabilidade que serão reforçados ao longo da vida.

Já no depoimento do senhor Anilton, verifica-se que as motivações estão mais associadas à condição de poder voltar à atividade agrícola. Ele informa que havia deixado essa atividade para se dedicar ao ofício de pedreiro devido ao momento econômico da quebra da batata.

maior parte da minha vida eu plantei. Na verdade eu fui obrigado a aprender a trabalhar de pedreiro, por necessidade porque a agricultura não dava mais. A gente plantava batata e aí foi uma quebradeira no município inteirinho. Devido à crise. Quebrou em 1994 ficou ruim. Eu já tinha duas crianças dentro

de casa, mas eu plantei o morango sozinho não deu nada. O pessoal dizia que vinha buscar e na hora não vinha. Aí eu fui obrigado a aprender a trabalhar de pedreiro. Daí eu trabalhei quatro anos de servente de pedreiro. Fiquei quatro anos longe da lavoura. Aí eu voltei para agricultura de novo. **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, em 14 de julho de 2010).**

O envolvimento com a associação mostrou a ele uma possibilidade de exercitar o seu *habitus*. Isso fica muito claro no seu relato, quando diz que “eu fui obrigado a aprender a trabalhar de pedreiro”.

Esse elemento da quebra da batata foi importante para a mudança de padrões produtivos no município. Com a perda de valorização econômica da batata, a cultura que adentrou no município como carro forte foi o morango, devido à excelente condição climática. Na atualidade essa região do Sul de Minas Gerais é a maior produtora de morango do Brasil. Além do morango o município de Bom Repouso (MG) tornou-se um grande produtor de crochê como já mencionamos anteriormente.

Pelo depoimento do agricultor é possível observar que o seu *habitus* foi posto em questão devido à imposição econômica. Esse agricultor, como os demais, é constantemente pressionados pelo modelo hegemônico capitalista. Diante dessa realidade, ele acaba por subjugar-se e desenvolver uma atividade a qual não tem seu corpo socializado.

Mas, para entender até que ponto a associação permite a manutenção dos agricultores no campo e até que ponto o *habitus* realmente influencia, passaremos, na sequência, à descrição da formação da Associação de Moradores do Bairro dos Garcias, em Bom Repouso (MG).

3.2 A formação da Associação de Moradores

Dando continuidade às análises dos depoimentos, nessa parte do nosso texto destacaremos as narrativas que mencionam a formação da Associação de Moradores. Nos relatos selecionados para essa análise observamos um aspecto que consideramos relevante para essa tese: os agricultores operacionalizam uma lógica de reciprocidade tal como está proposta por Bourdieu (1986). Devemos destacar que, no caso da associação, essa reciprocidade pode ser identificada enquanto obrigações mútuas, em se tratando de redes sociais. Bourdieu (1996) reforça que o elemento constituinte das redes sociais é o envolvimento das pessoas por meio das relações vicinais, de parentesco, de trabalho e de vizinhança.

Para o autor (1986, p.80), as redes sociais seriam sustentadas por trocas de obrigações duráveis. Essas redes são dotadas de elementos materiais, subjetivos e/ou simbólicos. Através destas trocas ocorre o processo de conhecimento e reconhecimento mútuos.

As redes de reciprocidade, além de estreitarem os laços sociais interpessoais, são passíveis de se produzirem enquanto instituições internas no meio rural, sendo essas instituições referentes às associações, às igrejas, às escolas e aos sindicatos, nas quais ocorrem os trabalhos coletivos. Nesse caso, entre os trabalhos coletivos desempenhados por essa organização rural, podemos citar o mutirão na construção ou reparo da escola, e de igrejas, ou no caso específico do Bairro dos Garcias, a busca por soluções para a falta de água para alguns membros da comunidade, ou a coleta de lixo na zona rural, sempre prevalecendo nessas relações, a amizade institucional, como serão analisadas no decorrer dessa parte do texto.

Inicialmente, devemos destacar que as questões da reciprocidade e da solidariedade estão muito presentes na constituição da Associação de Bairro dos Garcias (MG), de uma maneira geral. E que compreender como elas se constituem e se organizam é um aspecto importante para, posteriormente, conceber como essas relações passam a influenciar, no que compete às suas ações, a favor ou não das concepções ambientais.

Feito o destaque inicial, vamos à nossa análise da formação da Associação de Moradores. Segundo os depoimentos dos agricultores, a associação de bairros foi formada em meados do ano 2000, com apoio do padre da Paróquia do Bairro dos Garcias. Essa associação, na verdade, era uma associação de bairro e estava mais voltada para os problemas comunitários, como toda entidade com essa finalidade. Podemos observar a lógica interna para a formação dessa entidade nessa narrativa do senhor Silvanei Cesar da Silva:

[...] Primeiro surgiu a associação de bairro incentivado por algumas pessoas do bairro e pelo padre João Batista. Ele dizia vocês se têm tantos problemas, por que não montam uma associação, para reivindicar as necessidades do bairro junto ao prefeito? Aí, o povo gostou da ideia e topou. Fizeram o estatuto ai elegeu uma comissão. Só que nessa época ainda eu não era associado. **(entrevista coletado com Silvanei. C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

A explicação de Silvanei para fato de não ser associado a essa instituição estava relacionada à característica da associação ser uma entidade de bairro. No seu bairro (Chapada) ainda não havia uma associação, mas ele já observava o movimento organizativo da comunidade dos Garcias e assim como os demais munícipes, como menciona na narrativa a seguir:

[...] as coisas começaram a avançar no bairro dos Garcias.[...] porque aqui é o bairro da Chapada ainda não tinha. Aí eu fiquei sabendo de uma reunião e fui lá né? Para ver se eles deixavam unir os dois bairros. Aí eles pediram um prazo e passou uns três, quatro meses e eles me chamaram de novo lá, e aí deixaram. **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

Na continuidade de seu relato sobre a formação da associação, o agricultor passa a esclarecer como essa entidade deixa de ser apenas de bairro e passa a se constituir como associação de produtores. Nessa narrativa ele também elucida o papel dos diversos atores sociais que nesse momento estavam auxiliando na construção desse grupo, entre esses, enfatiza a participação do Padre João Batista. Podemos observar que esse ator social foi uma figura muito importante para os agricultores, pois ele trouxe consigo não somente as ideias de formação, mas as condições para conseguir os aportes necessários, como quando fez uma sugestão de uma parceria com a ONG Sapucaí de Pouso Alegre (MG), como se verifica no depoimento abaixo:

[...] associação passou ser dos Garcias e da Chapada. Aí depois a associação de moradores começou a ter muitos contatos com pessoas de fora n/é. E o padre Joãozinho tinha muitos contatos e ele conhecia um pessoal de Pouso Alegre, da ONG Sapucaí. Até que o prefeito de Pouso Alegre hoje era presidente desta ONG. O prefeito de Pouso Alegre era o presidente da ONG eles estudavam no seminário só que não deu certo de ser padre ele começam a trabalhar com essa ONG só que eles trabalhavam com moradores de rua, com cooperativa de costureiras e começaram a trabalhar na roça também mais só que apoiava a Agroecologia aí eles mandaram um projeto uma vez lá para a Alemanha e foi aprovado para trabalhar com associação rural. Aí tinha dois agrônomos que trabalhava aqui que conhecia a ONG o Paulo Pegas e o Ricardo, aí eles vieram trazer as novidades da agricultura orgânica que iam surgindo, pagavam palestra para nós. E fazia dia de campo. *É tudo que surgiu até hoje é fruto da associação de moradores. Não surgiu nada assim, fora da associação de moradores.* **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

Podemos verificar que os elementos trazidos pelo agricultor nesse depoimento, evidenciam fatores importantes para entender a concepção formativa da associação, entre esses, os referentes à organização por meio de um diagnóstico coletivo, à articulação em forma de rede social na qual passam atuar vários atores, na reciprocidade alimentada pela solidariedade na tentativa de superação dos impactos causados pelo modelo de produção agrícola capitalista.

Wanderley (1995) destaca que esse modelo de produção é firmado no Brasil, no latifúndio, sendo esse dominante em toda a sua história e que acabou por se impor como modelo socialmente reconhecido. Conforme a autora foi esse modelo que recebeu aqui o

estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-lo e assegurar sua reprodução. Devemos destacar, em detrimento desse modelo de agricultura, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. E que quando entendido em comparação ao campesinato de outros países, ela foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica "de produção".

Desde então, segundo Wanderley (2008), o meio rural tem passando por incisiva tentativa de desestruturação, tendo em vista que ele só é entendido em relação ao urbano. Esse rural se apresenta como sendo um espaço povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura que dinamiza as relações sociais locais e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores, aos quais estão constantemente expostos. O modelo produtivo capitalista constantemente tenta fragilizá-los, imputando o isolamento por meio da precariedade das condições e não acesso aos bens e serviços oferecidos pelas políticas de assistência.

Em acordo com Wanderley (2008), Whitaker (2005) esclarece que há uma constante tentativa de dominação do rural pelo urbano, e graças à emergência do capitalismo, enquanto sistema econômico que sempre privilegiou a industrialização em detrimento do rural. O que podemos observar dessa relação desigual é que, na verdade, a vida rural sempre esteve associada ao mundo urbano.

Na concepção de Wanderley (1996), a partir desse momento, a história do campesinato no Brasil pode ser determinada como o registro das lutas para conseguir um espaço adequado na economia e na sociedade. Mas quais são os reais espaços que esses sujeitos encontram? Quais são os estímulos ou obstáculos? Como ele reage a essas imposições? E de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória? Na opinião de Wanderley (1996), essas são questões que precisam ser entendidas, pois elas permanecem em aberto ao longo da história do campesinato brasileiro e que se constituem como núcleos centrais, em torno dos quais se estrutura, até o presente momento, o amplo leque das estratégias adotadas pelos agricultores para reafirmar o espaço produtivo, como patrimônio familiar no qual, o que se busca é a sua estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

Diante do quadro apresentado anteriormente, verificamos que os agricultores de Bom Repouso observam, na organização associativa, a possibilidade para superar os entraves

impostos pelos fatores desagregadores, passando a reforçar firmemente os laços de solidariedade e reciprocidade como uma forma de estratégia.

Como já explicamos anteriormente eram duas as demandas prioritárias para a organização coletiva do bairro dos Garcias naquele momento: a coleta de lixo na zona rural e a distribuição de águas para as localidades que tinham maior dificuldade de acesso a esse bem. Com relação a essa segunda demanda o relato do senhor João Batista é bastante esclarecedor:

[...] algumas pessoas tinham água né. E algumas não né. Mas, a prefeitura tinha uma água que ela não queria. Aí agente trabalhou em mutirão e então nós conseguimos essa água para as pessoas que queriam né. Isso foi uma das coisas que a associação conseguiu. **(Depoimento de João Batista, coletado em 12 de julho de 2010).**

O relato do agricultor faz referência à distribuição de água no município. A esse respeito devemos mencionar que o sistema de distribuição de água no município é feita por meio de minas d'água. Cunha (2009) em um estudo que realizou na região, descreve que a dificuldade para a captação da água está associada à condição geográfica do terreno. No seu diagnóstico, evidencia que a água está disponível num nível mais baixo, em relação às habitações, o que dificulta sua captação. E avalia que só é possível captar essa água por meio de bombeamento.

Os depoimentos dos agricultores também trazem outro aspecto importante a ser analisado nesse estudo, no que se compete a solidariedade está se manifesta na execução do mutirão. O mutirão vai aparecer no discurso dos agricultores nesse primeiro momento, mas ele aparece novamente nos relatos em que se destaca o momento em que há necessidade da construção do barracão sede da associação “Coração do Vale”.

Podemos associar o tema mutirão à questão da dádiva que é acionada por meio do trabalho coletivo. Os escritos de Antonio Candido (1997) nos auxiliam no entendimento dos valores que estão associados por meio dessa noção de dádiva:

(o mutirão) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho [...]. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. (1997, p.60).

De acordo com o autor:

A troca de trabalho se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual à que recebeu, podendo-a requerer quando julgar conveniente. [...] Durante todo ano agrícola há relações desta natureza, ligando as várias casas e indivíduos num amplo sistema de solidariedade (1997, p.127).

Mauss (1974) complementa essa análise, quando afirma que a reciprocidade que permite o trabalho coletivo na forma de mutirão está baseada na dádiva, no ato de dar de forma generosa e gratuita, e no ato de receber e de retribuir, formando um processo de solidariedade, de ajuda mútua, fortalecendo a confiança. De acordo com o autor, no ato de dar existe mais que uma mera troca, pois existe todo um simbolismo presente que reforça valores humanos além dos valores econômicos envolvidos.

No momento posterior à formação da associação de bairros, os atores sociais passam à articulação social e política para resolverem as demandas encontradas. Sendo assim, o agricultor João Batista, apresenta como foram solucionadas algumas das principais demandas. Ao fazê-lo, foi possível observar a força que a associação começava a ter frente aos órgãos públicos.

[...] na comunidade uma das coisas que foi importante, às vezes alguma pessoa não reconhece, o que foi feito em relação ao lixo. Antes da associação cada pessoa tinha sua casa e seu lixo lá né? Litro de óleo, sacolinha plástica... e não tinha onde levar isso, ficava por ali jogado perto de casa. Ai a associação correu atrás, conversou com a prefeitura e aí conseguiu a coleta de lixo no bairro. Já faz oito anos! Você não imagina a quantidade de lixo que já foi tirada de lá. **(Depoimento de João Batista, coletado em 12 de julho de 2010).**

No relato do senhor João aparece a questão do lixo como fator preocupante, tanto na zona rural, quanto na área urbana. No entanto, na cidade, ainda que precariamente, existe coleta desse resíduo e essa está sujeita a obedecer a uma série de regulamentações que determinam a disposição de cada elemento descartado. Já na zona rural essa é uma questão ainda mal solucionada.

Para ilustrar o quanto a questão do lixo aparece como um tema preocupante na zona rural recorreremos aos dados levantados por Darolt (2002). O pesquisador se utiliza das informações do IBGE para afirmar que a coleta de lixo na área rural ainda é insuficiente. De acordo com as suas análises, essa coleta atinge apenas 13,3% dos domicílios brasileiros, em 1991, do total de lixo produzido na zona rural, 31,6% eram enterrados ou queimados, e esse percentual subiu para 52,5%, em 2000. Analisando esses dados, chega-se à conclusão de que o processamento de resíduos sólidos em áreas rurais é cara e de difícil solução, fazendo com

que os agricultores optem por enterrá-lo ou queimá-lo (IBGE, 2006). Verifica-se que apesar dessa prática ser condenada por muitos agrônomos e ambientalistas, a queima dos resíduos ainda é muito comum na zona rural.

Para os pesquisadores da área, a prática de enterrar o lixo sem critérios de seleção, pode causar a contaminação dos lençóis freáticos e do solo, além disso, danifica a qualidade de bens fundamentais à produção agrícola. E no que compete, à queimada desse resíduo, os seus estudos indicam que, além do risco de gerar incêndio, essa forma de tratamento desse material aumenta a emissão de gases tóxicos na atmosfera. Embora pareça uma atividade inofensiva e até cultural, a queimada pode vir a acarretar problemas sérios ao ambiente. Por exemplo, a queima de materiais que contêm cloro, como plásticos do tipo PVC, pode provocar a formação de furanos e dioxinas, compostos altamente tóxicos e cancerígenos (Braga et. al. 2002). A prática da queima desses resíduos pode acarretar problemas à saúde da população, na medida em que emitem gases tóxicos na atmosfera. A inalação desses gases é capaz de causar sérios problemas de saúde, principalmente em idosos e crianças.

Na verdade, quando se trata da questão do lixo em zona rural, consideramos importante lembrar que as relações entre rural e urbano ficaram muito tênues ao longo dos anos e diante disso devemos refletir sobre as políticas públicas para sanar essa demanda anteriormente inexistente. Cabe lembrar que a evolução da população e a forte industrialização ocorrida no século passado (XX) determinaram o crescimento vertiginoso da produção de resíduos das mais diversas naturezas. No atual estágio da nossa sociedade, são gerados não mais somente resíduos biodegradáveis, mas também resíduos de degradação extremamente lenta que podem causar deterioração ambiental com sérias implicações na qualidade de vida do homem (BIDONE; POVINELLI, 1999).

Podemos observar que nas áreas rurais a geração de resíduos tem recebido pouca ou nenhuma atenção por parte do poder público, pois estes resíduos sólidos não estão concentrados como em áreas urbanas e, de certa forma, a população rural já se adaptou à falta de coleta. Sabemos que há falta de políticas públicas no que compete essa questão, isso devido aos custos financeiros e às dificuldades envolvidas na coleta e na destinação final destes materiais, ou mesmo por falta de interesse político por parte dos governantes nessa questão. Essa realidade faz com que, historicamente, o morador da zona rural lide da forma que ele julga mais adequada ou mais conveniente com seu lixo, e diante disso acaba adotando, frequentemente, práticas inadequadas.

Malia (1992) destaca que os gestores responsáveis pelo manejo dos resíduos sólidos, ao focalizar somente no valor econômico imediato dessa questão ignoram os impactos ambientais de longo prazo que resultam de suas decisões. Tais impactos têm repercussão futura não somente na economia, devido à geração de passivos ambientais, mas também, na qualidade de vida da população refletindo em riscos para a saúde pública pela contaminação da água e do solo e degradação da paisagem cênica.

Nesse sentido, os resíduos inorgânicos tornam-se um problema de proporções elevadas. Os órgãos públicos responsáveis pela política de saúde pública justificam a inviabilidade da execução de programas efetivos para a questão do lixo por meio de dados econômicos. Diante desse problema observamos que a comunidade equaciona a questão do lixo de forma improvisada e fazendo uso de práticas que ambientalmente são desfavoráveis, como a queima do lixo. Quando não, age de forma pior ao deixar esses materiais expostos, dando condições para a proliferação de roedores, e de outros vetores de doenças nocivas ao ser humano, ou até mesmo aos animais domésticos que entram em contato com estes resíduos. Diante destas constatações, como já dissemos anteriormente, verificamos que há a necessidade urgente de políticas públicas que consigam equacionar o problema do lixo na zona rural como um todo.

O depoimento do senhor João Batista explica que essa conquista, com relação à coleta do lixo, não é muito valorizada pelos moradores de uma forma geral. Mas, avaliamos que foi um grande avanço da comunidade, principalmente por se tratar de uma conquista coletiva.

A narrativa do agricultor nos permite identificar que o fato da associação conseguir sanar essa demanda do lixo, essa conquista é um fator chave para que outras associações de bairro da região colocassem na sua pauta de ação essa demanda, que, como verificamos, é tão prioritária para a comunidade, mas que muitas vezes fica à margem das suas prioridades.

Consideramos importante frisar aqui que, até o momento em que fizemos a pesquisa em Bom Repouso (MG), essa associação foi a única entidade que colocou no seu quadro reivindicatório uma proposta para solução do problema de coleta de lixo na zona rural. Sendo esse um problema que está presente em todos os bairros, como detectamos no momento em que foram aplicados os questionários para compor o diagnóstico socioambiental do projeto Mogi-Guaçu. Durante a aplicação do instrumento avaliativo tivemos a oportunidade de passar por vários lugares com lixo a céu aberto e inclusive apresentando alguns agravantes, como a

disposição de resíduos sólidos diversos, até mesmo embalagens de agrotóxicos e fertilizantes químicos em áreas com grande declividade e próximas de nascentes.

Na análise dos depoimentos dos agricultores fica evidente que a principal figura responsável pelo processo de articulação da associação de bairros foi o padre João. Verificamos que essa é uma questão pertinente para a nossa análise, pois evidencia a forte influência da igreja no processo de formação da associação. De acordo com as narrativas, a igreja assumiu um papel de articuladora dos movimentos sociais junto à comunidade rural, trazendo a reflexão da necessidade de se organizarem para solucionar os problemas da comunidade.

Nesse município se reproduzia uma prática comum a todo o restante do país, pois se observa que a Pastoral da Terra tem tido um papel de articuladora dos movimentos sociais, buscando resolver junto à comunidade as problemáticas no campo, sempre em busca de uma ação reflexiva, sendo esse um trabalho desenvolvido junto à comunidade de base. Então o que se pode concluir, é que, embora a igreja seja uma articuladora do movimento, a verdadeira base são os diversos atores sociais, sendo esses os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da acumulação capitalista.

O depoimento de João Batista evidencia duas perspectivas interessantes a serem observadas para a nossa análise. A primeira diz respeito à dificuldade de se obter credibilidade no início da formação de uma associação e a dificuldade de lidar com as diferentes formas de pensar a organização social do grupo. E segunda, refere-se aos problemas que surgem quando a associação cresce demais. Conforme o agricultor:

[...] era difícil n/é? Não era fácil não. Porque quando começou a associação aqui, muita gente não acreditava n/é. Falavam: não da certo, pode largar a mão, pode desistir! E critica toda hora. Só que depois que nós começamos a trabalhar com a associação, começamos a gostar também e começamos a lutar para conseguir as coisas, e quando a gente conseguia víamos que ficava melhor para nós e aí, foi crescendo a associação aos poucos foi crescendo a credibilidade aí foi ficando mais fácil, só que agora esta mais difícil porque a associação cresceu mais. **(Depoimento de João Batista, coletado em 12 de julho de 2010).**

Analisando o depoimento, podemos perceber que esse crescimento dissociado de uma organização interna do grupo é fator de geração de conflitos entre os agricultores associados, pois, como afirma o senhor João, a concepção é a de que se perdem as rédeas e isso faz com que se perca a diretriz interna, desvirtuando a associação.

[...] nós fazemos de tudo para isso e não desanimamos n/é, nos continuamos nisso aí né, porque nos sabemos que sozinho é difícil. Em grupo também não é fácil, porque cada um pensa diferente, mas a gente tem um apoio a mais, um olha pelo o outro, um ajuda o outro aí fica mais fácil n/é. **(Depoimento de João Batista, coletado em 12 de julho de 2010).**

Na linha de raciocínio dos agricultores, é perceptível o grau de importância da organização na forma de associação para o bom desempenho comunitário. A esse respeito, as formulações teóricas de Silva (2004) contribuem para essa constatação empírica dos agricultores. A ênfase está nas formas associativas aliadas à estratégias de desenvolvimento alternativo que permitem vislumbrar a possibilidade de modos de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas. Podendo gerar dois efeitos de alto conteúdo emancipador, em primeiro lugar estão as transformações em nível individual em que implicam frequentemente mudanças fundamentais nas condições de vida dos seus atores. E em segundo lugar, no nível social, a difusão de experiências bem-sucedidas, implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas.

Souza Santos (2007) ao citar Hirst (2004), faz a seguinte afirmação que contribui para essa análise:

o associativismo enquanto teoria social está alicerçada em dois postulados, sendo esse de um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas pluralistas e federalistas que deram um papel central a sociedade civil (2004).

A experiência associativa dos agricultores de Bom Repouso foi um dos nossos focos ao realizar a entrevista, devido ao entendimento de que essa forma de organização estava se apresentando como uma alternativa para os agricultores na perspectiva de produção e escoamento dos produtos. Por esse motivo, a pergunta formulada aos agricultores foi como eles entendiam a organização de forma associativa? E de acordo com a análise dos depoimentos verificamos que a resposta dos agricultores vem contribuir com a reflexão de Hirst (2004), pois todos os entrevistados julgaram ser essa uma experiência muito significativa e transformadora, mas não crêem que se trata de uma forma de ação e superação do capitalismo, pois eles têm por objetivos sua inserção no mercado, mas mesmo assim respeitando alguns pressupostos.

Até essa parte da análise dos depoimentos, podemos concluir que o trabalho coletivo no âmbito da associação de moradores, relatado pelos depoentes, assumiu um papel de aproximar os agricultores em rede sociais e que essas redes são pensadas e idealizadas no sentido de superar as dificuldades internas do grupo. Para tanto, como identificamos ao analisar as narrativas, eles se apoiam na reciprocidade, na solidariedade como ferramenta de estratégia e essas são acionados *habitus*.

Para complementar a nossa análise, devemos acrescentar que na concepção de Bourdieu (2004, essas relações são passíveis de ocorrer devido à reprodução da vida social envolver, tanto a mudança de algumas estruturas, quanto a permanência de outras. É um processo dinâmico, não implica na perpetuação imutável de uma realidade: dá-se em meio à transformações e adaptações, viabilizadas pelas estratégias engendradas pelos indivíduos. Como nos sugere BOURDIEU (1994, 1992), a dinâmica social, necessariamente marcada pela produção e reprodução das condições de sobrevivência, pode ser focalizada através da geração de estratégias de reprodução. Longe de ser o produto automático de um processo mecânico, a reprodução da ordem social ocorre somente através das estratégias (BOURDIEU, 1992, p. 114). Estas estratégias seriam o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire na infância à medida que se participam das atividades sociais (BOURDIEU, 1986, p.91). No entanto, os indivíduos não constroem estratégias livremente como desejam, mas, sobretudo como podem frente às condições cotidianas de sobrevivência, sejam estas da dimensão sociocultural, econômica ou política.

Enfim, podemos afirmar que a constituição das estratégias por meio da solidariedade da reciprocidade promovidas por esses atores sociais no município de Bom Reposo é importante, pois nos permite compreender que estão sucedendo por meio do trabalho coletivo, e que transcendem as relações pessoais. Essa configuração organizacional tem mudado a forma de pensar a vida e, portanto tem gerado transformações no entendimento dos sujeitos, tanto do ponto de vista intrapessoais, quanto do Meio Ambiente.

3.3 A associação de produtores e a inserção do orgânico

No tópico anterior nos dedicamos a analisar a formação da associação dos moradores a partir dos depoimentos dos agricultores de Bom Repouso. Dando sequência à nossa tese, nessa parte daremos ênfase à investigação da associação dos produtores e a sua inserção na produção de forma orgânica. Como identificamos anteriormente, os agricultores da associação do Bairro dos Garcias se organizaram com o objetivo de resolver os problemas internos do bairro. Esses atores sociais tinham consciência da sua ruralidade e por esse motivo entendiam que era plausível que a associação de bairros fosse também de produtores. A associação nesse momento se nutria da reciprocidade e solidariedade no interior do grupo, e contava com ajuda de uma rede de relações sociais. Na continuidade da análise dos depoimentos verificamos que os agricultores associados, com o auxílio dessa rede de relações sociais que era composta por pessoas da própria comunidade e por agentes externos, começam a delinear um desejo de construir um projeto de vida orientado por uma lógica de produção orgânica.

Nos relatos, é possível se observar que a organização da associação em prol da produção orgânica tem como aliado a contribuição do padre João Batista, da historiadora Rosina Assis de Andrade Mariano, e do técnico agrônomo Paulo Pegas.

Na nossa análise fica evidente que a historiadora tem um papel importante nesse processo, pois facilita a criação e organização da associação ao ceder uma área de sua propriedade para o cultivo de orgânicos. Verificamos que a motivação para essa ação de Rosina foi o fato dela ter observado o crescente número de pessoas portadoras de doenças devido ao uso abusivo de agrotóxico.

Devemos destacar que o município de Bom Repouso/MG possui 50% da sua população na zona rural e que a economia local se destaca pela produção de batata-inglesa e morango. Essas culturas são caracterizadas pela utilização de grande quantidade de agrotóxicos. E quando a historiadora passa a ter o convívio com os filhos dos agricultores e os próprios agricultores, ela e os demais agentes sociais detectam que havia um problema no que compete ao uso de agrotóxico no município e que, portanto, era preciso uma ação coletiva no sentido de solucionar esse problema.

Essas observações dos agentes sociais e da comunidade local são importantes porque a aplicação indevida de agrotóxico pode desencadear uma série de problemas para a saúde do produtor, do meio ambiente e da sociedade como um todo. Nos estudos desenvolvidos pelo núcleo de estudos em ecossistemas aquáticos e também pelos membros do Núcleo de

Agrotóxico e Agricultura Alternativa, essa equação fica clara, pois as análises feitas por esses grupos indicam que o uso indevido dos insumos agrícolas está gerando uma série de impactos socioambientais no Município. Para compreender melhor a respeito dos tipos de problemas o uso impróprio desses insumos pode causar, nos reportamos às considerações feitas por Rodrigues et.al (2006) sobre os principais problemas de contaminação em Bom Repouso (MG).

O cultivo de batata inglesa e morango na região de montante do rio Mogi-Guaçu sem a adoção de práticas de conservação do solo e intenso uso de agrotóxicos e fertilizantes tem sido causa da perda da qualidade das águas dessa bacia. As características do relevo agravam os impactos da agricultura sobre os recursos, uma vez que são áreas críticas em termos de declividade e inadequadas para o desenvolvimento da agricultura tradicional, que vem sendo praticada há décadas. A erosão e o escoamento superficial das áreas agrícolas contribuem para a introdução de nutrientes, metais e agrotóxicos nos corpos d'água, o que altera o estado trófico dos recursos hídricos, tornando-os impróprios para o consumo humano e comprometendo sua qualidade para a manutenção da vida aquática. A análise do uso de agrotóxicos revelou a presença de Aldrin, heptacloro e heptacloro epóxido nas amostras de solo da cultura de batata, e de Aldrin, heptacloro epóxido e endosulfan-I nas amostras provenientes da cultura de morango. As altas concentrações de potássio no solo das culturas de batata e morango, 9,01 e 2,84g.Kg⁻¹ respectivamente, revelam o uso intenso deste elemento como fertilizante. Este e outros metais, assim como os agrotóxicos, podem, eventualmente, ser carregados para o meio aquático (RODRIGUES et.al., 2006, s/p).

Em acordo com as informações de Rodrigues et. al (2006) temos os esclarecimentos de Nunes (2006) sobre os problemas com a saúde do ambiente e dos aplicadores e consumidores dos produtos.

Agrotóxicos aplicados às culturas para o controle de doenças, pragas e plantas invasoras, podem ser facilmente espalhados para além de seus alvos. Ao seguirem para córregos, rios e lagos podem ter efeitos deletérios sobre a biota aquática. Esses produtos podem atingir, ainda, lençóis subterrâneos, contaminando reservatórios de água potável, além de também poderem afetar, indiretamente, outros ecossistemas.

Os impactos de agrotóxicos não se restringem ao meio ambiente. Eles podem também prejudicar a saúde de quem os aplica no campo, de membros da comunidade e de consumidores de alimentos contaminados por resíduos. O primeiro grupo (aplicadores) é, sem dúvida, o mais afetado. A exposição a agrotóxicos pode acarretar problemas respiratórios, como bronquite asmática e outras anomalias pulmonares, gastrintestinais e, para alguns compostos, debilidade motora e fraqueza. Além do fenômeno agudo, existe também a intoxicação crônica, na qual a reversibilidade do quadro clínico é, em geral, bastante difícil. Apesar dos poucos estudos existentes, sabe-se que podem ocorrer problemas oculares, nos sistemas respiratório, cardiovascular, neurológico e gastrintestinal (NUNES, 2006. s/p).

Conforme podemos observar nos relatos dos agricultores, foi diante desse quadro de impactos socioambientais que se formou a Associação de Produtores Orgânicos. Nesse momento os técnicos passam a cuidar do processo formativo desses agricultores dentro da perspectiva do domínio da produção com bases orgânicas, levando-os para cursos e atividades em municípios vizinhos que já vinham desenvolvendo agricultura orgânica. Além disso, esses agrônomos se responsabilizam pela elaboração do projeto que foi encaminhado para o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional). O agricultor Silvanei nos relata esse momento quando comenta que:

[...] então o Paulo Pegas e o Ricardo fizeram muitos projetos para o CONSEA, e conseguiu juntar as pessoas. Eles diziam: quem gostaria de apreender a mexer com cultura orgânica? E surgiram 12 pessoas. Aí ele mandou o projeto para o CONSEA, que é o fundo perdido de segurança alimentar. E acrescenta que com a produção desses alimentos eles fizeram outro projeto com a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) de Minas Gerais para vender direto para a merenda escolar: “[...] então as verduras eram compradas pela CONAB só que ficavam aqui mesmo no município servia a merenda escolar na escola estadual e municipal” **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

Podemos perceber que a relação entre os técnicos e os agrônomos da ONG Sapucaí e a Associação dos Produtores foi significativa para o desenvolvimento pessoal e organizacional dos agricultores. Isso devido à evidência de que, mesmo os técnicos tendo uma formação voltada para a aplicabilidade de uma racionalidade direcionada para o mercado capitalista, a relação com esses especialistas não impede que os agricultores exerçam uma outra racionalidade ou uma contrarracionalidade, como define Santos (2002), citado por Brandão (2007), ao propor uma concepções alternativas para suprir os problemas socioambientais no campo.

De acordo com os depoimentos, esse momento da produção orgânica foi muito significativo para os agricultores, porque por meio do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional, eles puderam adquirir renda e principalmente visualizar que o trabalho coletivo significava uma possibilidade de resolver os problemas da comunidade de uma forma geral e das suas famílias em particular.

Cabe destacar que o governo federal tem incentivado o Programa de Segurança Alimentar Nutricional (SAN- CONSEA). A prerrogativa desse programa é a de que é necessário se garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentação de qualidade e em quantidade necessária, sem comprometer as outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade

cultural e que sejam ambiental, economicamente e socialmente sustentáveis, como se verifica no artigo 3º (CONSEA, 2006, p 06). Badue (2007) afirma que, embora a política pública exista e tenha obtido certo sucesso, ainda não há muito motivo para comemoração, pois o programa por si só não é capaz de cumprir com as prerrogativas a que está se propondo. Conforme o autor, até tem gerado alimentos em qualidade e quantidade, mas ainda é preciso romper com as barreiras que torna essa produção voltada apenas para nicho de mercado restrito. Segundo os dados apresentados por Badue (2007), o documento da Conferência Nacional de SAN (CONSEA, 2007, p.06) menciona que a insegurança alimentar e nutricional estar correlacionadas com alguns tipos de problemas como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos com qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, assim como preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não são condizentes com a diversidade cultural.

Para entender melhor o projeto desenvolvido pela associação de produtores, e a sua aceitabilidade pela comunidade local, durante a nossa pesquisa elaboramos o roteiro de entrevista junto aos agricultores para entender melhor quais são os atores sociais envolvidos no âmbito do projeto da horta orgânica e como foi a participação desses no processo. Ou seja, nosso objetivo foi buscar uma percepção mais abrangente da ação desses agricultores junto à comunidade de uma maneira geral.

Nessa investigação detectamos que nesse movimento os principais parceiros dos agricultores no desenvolvimento do projeto do CONSEA e CONAB eram as escolas do município e a do estado.

Nos depoimentos que se seguem podemos observar como se deu a relação dos agricultores no âmbito escolar. Na pergunta sobre como era a relação com a comunidade escolar, o senhor João Batista explica que essa relação não era muito fácil devido à preferência das merendeiras por alimentos prontos:

“[...] ah, não sei mais parece que as pessoas da escola preferem produtos prontos né, nós entregávamos alface, brócolis, almeirão, mas eles não ficavam contentes” **(Depoimento, com João Batista coletado em 12 de julho de 2010).**

Essa constatação do senhor João Batista é compartilhada pelo Senhor Silvaney da Silva, no relato em que menciona que:

No começo elas tinham dificuldade porque chegava uma verdura diferente lá, uns brócolis, que eles nunca viram, então eles jogavam fora. [...] reclamações somente das merendeiras, nós nunca tivemos reclamações da diretora, só das mulheres que era responsável pela merenda. Elas falavam assim para nós, não tem jeito de mandar tomate, alface que é mais fácil de fazer eles tinha preguiça de cortar uma cabecinha de brócolis ou lavar e fazer para as crianças **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010)**.

Em acordo com as afirmações desses agricultores, as pesquisas de Badue (2007) apontam que é preciso um contínuo acompanhamento desses projetos de destinação da produção agrícola familiar para as escolas, pois há uma resistência a mudanças de hábitos nas unidades escolares. De acordo com a autora, é necessário não apenas programas de acesso à alimentação é preciso também programas que se incentive a cultura do consumo de frutas e de verduras. Na concepção da pesquisadora esse é um dos grandes os desafios a serem percorridos para o êxito desses projetos. No entanto, outros desafios estão também presentes, como a necessidade de uma logística de escoamento da produção, o maior preparo das pessoas que vão desempenhar o trabalho de manuseio dos alimentos *in natura*. Mas o fator primordial realmente é o incentivo ao consumo de frutas e de verduras por parte dos alunos.

Na perspectiva de compreender essa relação da produção orgânica e distribuição via programa de incentivo a agricultura familiar e alimentação saudável, recorremos a Badue (2007), quando explica que acompanhou vários projetos de entrega de alimentos para as escolas no Brasil, dentre os analisados a autora ressalta o de Santa Catarina. No trabalho desenvolvido por Schmidt e Schmidt em Santa Catarina, citado por Badue (2007), identifica-se que o maior problema está em operacionalizar os projetos de maneira adequada, pois esses começaram a surgir quando o programa de governos não mais exige licitações para valores menores que R\$8.000,00 anuais, deixando a cargo dos agricultores as articulações políticas com os demais agentes. Assim ficava sob a responsabilidade do grupo conseguir fazer com a direção da escola e os demais agentes educacionais, o processo de sensibilização e motivação para aceitação do programa. Na análise dos autores Schmidt e Schmidt citado por Badue (2007), o problema com o despreparo das merendeiras para o recebimento das hortaliças e frutas, se dá porque a escola, durante muito tempo, utilizou-se da alimentação industrial e esses não requeriam muitos esforços por parte das funcionárias responsáveis pela alimentação. Para sanar esses problemas os autores afirmam que é necessária a capacitação dos funcionários e há também, a necessidade de visita monitorada as áreas de cultivo.

Podemos observar que são interessantes as afirmações dos autores, pois relacionando com os depoimentos verifica-se que é exatamente nessa linha que os agricultores de Bom Repouso (MG) trabalham. Nos seus relatos mencionam que ao fornecerem alimentos para a merenda escolar, passam a desenvolver uma proposta de educação ambiental com as crianças.

O senhor Lidelmo relata que essa proposta junto às escolas foi muito significativa, e inclusive foi o que os tornou uma referência para produção de orgânicos na região. No trecho abaixo o agricultor explica que quando as crianças faziam a visita à horta para conhecer a produção de orgânicos, eles voltavam aos seus lares e questionavam os pais sobre a possibilidade da adesão a esse sistema de produção:

[...] foi quando a gente chegava lá, eles já sabiam que era da horta orgânica[...]tinha visitação [...] as pessoas levavam na horta para que eles soubessem como tem que plantar. E isso abriu a cabecinha deles né, olha tem que plantar, mas não deve usar agrotóxico e tem que ser orgânico. Antes eles não tinham ideia de onde vinha, não tinha essa noção de veneno não, veneno né. A mãe não conta, o pai não conta. Perguntava, o pai trabalha no que? O pai trabalha na roça, que jeito que planta, não sabe né. Passaram então ter noção disso. E as pessoas começaram a falar muito, se falou muito né? E tá na moda essa coisa de meio ambiente. E como Bom Repouso tinha um projeto, tanto é que isso os alegrou. Porque saiu até reportagem em rede nacional e é motivo de orgulho **(Depoimento de Lidelmo da Silva Andrade, coletado em 12 de julho de 2010).**

Como foi dito anteriormente, a Associação de Produtores Orgânicos foi o agente motivador do desenvolvimento dessa pesquisa, pois no nosso primeiro contato com os agricultores no município, quando perguntados sobre se tinha alguma experiência com a produção orgânica ou se conhecia alguém que produzia de maneira orgânica, para todas as perguntas, a resposta foi a associação de produtores orgânicos do Bairro dos Garcias. Nesse momento da pesquisa, a motivação para o conhecimento da produção de orgânicos estava diretamente associada ao trabalho que vinha sendo desenvolvido por esse grupo de agricultores junto às escolas. Mediante essa informação é que se avaliou a possibilidade de se conceber o trabalho da associação como sendo um possível multiplicador das preocupações com um sistema de cultivo mais integrado com as prerrogativas ambientais e sociais no município. Havíamos constatado por meio das entrevistas do diagnóstico socioambiental executado pelo Núcleo de Agricultura Alternativa e o Uso de Agrotóxico do Projeto Mogi-Guaçu, que os filhos dos agricultores explicavam para seus pais sobre a necessidade dos tratamentos com o meio ambiente e sugeriam para os mesmos que abandonassem o método convencional e passassem a produzir de maneira orgânica.

Nesse momento foi identificado que a associação vinha se fortalecendo, mas observamos que ainda havia uma forte influência dos agentes externos responsáveis pela formação do grupo. E o projeto foi interrompido. Recorremos ao depoimento do senhor Lidelmo para se compreender a lógica operacionalizada pelos agricultores para não conseguirem de fato se dedicar ao cultivo de orgânicos:

[...] é o seguinte a associação daquela horta do CONSEA, terminou porque o Silvanei foi plantar morango orgânico. Eu também fui plantar morango, o Anilton estava plantando morango, mas como não tinha associação ele passou a trabalhar como pedreiro. Então a horta parou de funcionar, porque não tinha o que plantar, então não tinha mais porque ter o projeto. Até tentamos colocar morango na escola de Bom Repouso, mas era muito pouco o consumo de morango, de vinte a trinta caixas por semana. E a produção de morango ficou muito grande e aí parou esse projeto, mas que é uma ótima oportunidade, isso é. **(Depoimento de Lidelmo da Silva Andrade, coletado em 12 de julho de 2010).**

É perceptível que há uma falta de autonomia e por esse motivo uma forte dependência externa, isso deixa a associação vulnerável a influências externas.

Podemos afirmar que essa falta de autonomia é fruto do modelo de concepção de extensão rural, pois, verifica-se que os agricultores, embora apresente de certa forma o *habitus* que permite perceber que seriam potenciais multiplicadores das mudanças no âmbito produtivo em prol de uma agricultura mais condizentes com as prerrogativas ambientais e sociais, eles não conseguem romper com o padrão de comportamento exigido pelo modelo agrícola hegemônico.

Na nossa avaliação faltou aos agricultores, diante desse processo, que os demais agentes tivessem como meta de ação os pressupostos teóricos destacado por Freire (1983), ou seja, faltou no desenvolvimento junto aos agricultores “o diálogo problematizador” em que o técnico agrônomo consiga postular uma verdadeira comunicação com o agricultor, não se tratando apenas limitar-se à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas. De acordo com o educador, a relação entre os camponeses e os técnicos agrônomos necessita ser realizada com respeito a tudo que o ser humano conhece. Portanto, era necessário que fosse ao mesmo tempo provocativo e comunicativo. Ainda entendendo a importância dos pressupostos teóricos de Freire (1983) para essa relação, consideramos ser de extrema importância, entender que é necessário dialogicidade na educação, pois só assim se mantém vivas a problematização e, igualmente, a sensibilidade para detectar quando está ocorrendo uma invasão cultural em nome de uma suposta colaboração ou de uma extensão de conhecimentos. Esse postulado de Freire (1983) é

importante porque a invasão cultural é negadora da relação crítica e transformadora entre os sujeitos, seus saberes e suas culturas.

Podemos observar a partir dessa das nossas análises, que até o presente momento, resta ao agricultor, apenas recorrerem a alguns princípios que estão introjetado no seu *habitus* e mesclar com as práticas de produção conservadora. Conforme o relato de senhor Lidelmo:

Hoje a gente tem um projeto de entrega de morango para a prefeitura de Contagem (MG) e é a mesma coisa da CONAB, com a prefeitura aqui, a prefeitura não conseguiu, nós fomos a outra prefeitura e lá eles pegam bastante, eles vão pegar de cada produtor quatro mil e quinhentos reais por produtor então vai dar um volume enorme... são 25 produtores vezes quatro mil e quinhentos, vai dar muito dinheiro aqui dentro, então nós não desistimos dessa proposta a gente simplesmente deu uma adiada. Adiou e começou a pensar isso com morango. **(Depoimento de Lidelmo da Silva Andrade, coletado em 12 de julho de 2010).**

Na concepção do agricultor, na verdade, eles não pararam com o projeto, mas estão tentando inserir o morango nessa proposta da CONAB e do CONSEA. Ao analisar as colocações do agricultor, constatamos que é de fato a necessidade de se manter no mercado que leva novamente os agricultores ao cultivo convencional. O município é o segundo produtor de morango e, portanto, há um apelo do mercado para que os agricultores desenvolvam a prática do cultivo dessa cultura.

De acordo com a sua narrativa, o agricultor avalia que o programa de governo é uma forma importante de inserção da produção no mercado e explica que tem auxiliado agricultores de outros municípios a montar os projetos:

[...] a gente foi exemplo para outras cidades copiarem, eu ajudei Tocos, ajudei Cambuí, eu já ajudei associações de outras cidades fazer o projeto CONAB do PAA, (Programa de Aquisição de Alimentos PAA) porque o que aprendi, eu ensinei para outros sem cobrar nada por isso. [...] até porque eu acho isso importante para o produtor, o dinheiro vem limpinho na conta, é muito bom. E até porque são nossos filhos que comem o alimento porque vai para a escola **(Depoimento de Lidelmo da Silva Andrade, coletado em 12 de julho de 2010).**

Podemos observar que alguns aspectos chamam a atenção no depoimento do senhor Lidelmo. O primeiro aspecto diz respeito à questão do retorno ao cultivo de morango devido ao apelo mercadológico, mas ainda a tentativa fazê-lo privilegiando a forma de cultivo orgânico. Conforme se identifica no seu relato, ao retornar ao cultivo de morangos, o agricultor coloca em ação o seu senso prático, que é movido por um sistema adquirido de

preferências, de categorizações, de percepções que é possibilitado pelo *habitus* (BOURDIEU, 1996).

Diante das colocações do agricultor ficava um questionamento: a proposta de política pública é viável economicamente e ambientalmente, devido ao fato de que não mais continuam nessa perspectiva de ação?

Verificamos que todos os agricultores, de uma maneira geral, explicam que não deram continuidade devido ao fator burocrático. Reportamos-nos ao relato do senhor Silvanei para entender como a burocracia interferiu na continuidade do projeto de horta orgânica:

Esse projeto da CONAB é uma proposta de política pública né? Mas o governo quando quer, faz... Mas, tem também uma burocracia do cão. O problema da política pública é a burocracia, nós fazíamos os projetos, quando acabou o recurso da ONG Sapucaí o Lidelmo fazia mais. Nossa senhora, nem os contadores de Bom Repouso, que fazem a contabilidade não queria fazer os cálculos da CONAB. Tinha que ir a Pouso Alegre para fazer e aí, levava para Pouso Alegre para uma equipe fazer... A gente gastava muito para isso. E era demorado, gastava mais ou menos uns dois meses para fazer, para renovar, porque já tinha o projeto, só alterava as quantidades de hortaliças para cada produtor né? E até o ano passado a equipe da prefeitura tentou fazer e não conseguiu e não deu tempo de apresentar em Belo Horizonte para a CONAB. O grande gargalo é isso e a burocracia que se faz. Essa é outra coisa que eu fiquei sabendo né, quando mexia com associação de orgânicos **(Depoimento de Silvanei Cesar da Silva 14 de julho de 2010)**.

Como se percebe no relato do agricultor, o processo burocrático nos programas de governo tem obstaculizado a sua continuidade. Verifica-se que o agricultor, por meio da vivência com os demais agricultores e técnicos agrícolas, consegue ter a percepção de como é impactante a burocracia no processo produtivo. Na sua narrativa, o senhor Silvanei explica ainda como foi importante o papel dos agrônomos ligados a ONG Sapucaí nesse processo de compreensão do processo burocrático atravancando o desempenho dos programas de inserção da agricultura familiar:

O Paulo mudou para Itamonte. Eu ia lá para ele me ensinar e discutia muito lá de como era feito esses projetos, porque o governo quando abre um edital para um recurso de compra antecipada do tipo da CONAB abre hoje para fechar na semana que vem. Então, o que ele fazia. [...] ele pegava e ficava na internet, virava noite na internet para saber quais os editais que iriam abrir e o que iria acontecer. Mas o governo faz as coisas com má vontade parece que quer que não de certo. **(Depoimento de Silvanei Cesar da Silva 14 de julho de 2010)**.

O depoimento do Senhor Silvanei mostra uma insatisfação com a política de incentivo do governo. Nessa linha de raciocínio do agricultor, podemos citar as formulações

teóricas de Souza Santos (1981), nas quais o sociólogo explica que as políticas estatais que tenham a sua incidência na agricultura familiar não devem ser elas próprias geradoras de desmobilização e de isolamento e promoção do individualismo que supostamente visam combater. Ou seja, são necessárias as garantias reais ou imputadas à pequena agricultura que são os pressupostos das políticas públicas, não seja apenas o resultado dessas.

Cabe aqui destacar que é importante entender o papel dos agrônomos nesse contexto apresentado pelos agricultores. Esses agrônomos foram facilitadores de um processo reflexivo acerca das suas ações no campo da agricultura. No entanto, não podemos dizer que esses agentes sociais promoveram uma total negação do conceito da proposta de extencionismo difusionista tal como foi esclarecido por Fonseca (1985), pois ao acompanhar a fala do agricultor pode-se observar ainda que se prevalece a concepção messiânica. Mas é possível observar que os agrônomos exercem um pouco das concepções de Freire (1981), pois no convívio com os agricultores deixaram de coisificá-los e passavam a ter a preocupação de gerar uma transformação. Esses especialistas entendiam que os agricultores não eram mais depósitos de informações, e começaram a perceber que ao contrário, essas pessoas poderiam ser agentes de transformação e promotores de um conhecimento autêntico. No relato do senhor Silvanei, isso fica evidente quando narra a intervenção dos agrônomos em favor da Associação, junto ao órgão público:

[...] Só para vocês terem uma ideia eles custearam uma viagem para nós a Belo Horizonte só para agente conversar com superintendente da Conab. Chegamos lá numa sala lá na Praça da Liberdade no centro assim e chegaram, e foram colocando as coisas no chão, cartolinas eles eram aqueles caras que não tão nem aí, não tão nem aí para onde estão, e falavam porque nos fomos lá reclamar da burocracia mesmo sabe, para isso nós fomos lá. E aí ele colocava aquele cartas grande no chão e fala olha meu senhor, aqui está o produtor, aqui está a prefeitura e as escolas, e aqui tá a Conab olha a distância da burocracia que tá o produtor para chegar a Conab. E aí os caras, daqueles mais enjoados do mundo com aquelas caras, desde daquela época já batia por causa da burocracia. Olha a data que vocês abriram para apresentar o projeto da Conab e olha a data que fechou agora vocês acha que uma associação que vem lá de Bom Repouso no sul de Minas dentro da zona rural, acha que lá tem internet, não tem condições de se adequar a uma exigência dessa e dentro do prazo. Eles eram bravos e davam murros na mesa **(Depoimento de Silvanei Cesar da Silva 14 de julho de 2010)**.

Podemos concluir parcialmente, até essa parte da nossa análise, que os objetivos iniciais da formação da associação (que eram o fortalecimento da agricultura orgânica e os cuidados com o meio ambiente) não se concretizaram, pois eles tiveram alguns entraves que os levaram à desmobilização. Na análise dos depoimentos verifica-se que essa desmobilização

dos agricultores acabou ocorrendo, devido a alguns fatores por eles destacados: adoecimento da historiadora Rosina de quem eles arrendavam a terra. Conforme os relatos, ela não mais tinha condições de gerenciar seus bens, sendo assim o seu genro assume a frente dos problemas familiares e recebeu uma proposta de compra da área que era destinada ao cultivo coletivo de orgânicos. E, de acordo com os depoimentos dos agricultores, a área já era certificada, o que garantiu a venda por um valor elevado. Sendo assim, os agricultores avaliam que os fatores preponderantes para o abandono da produção orgânica foi à falta da área, a burocracia, como foi descrita nessa parte da nossa análise. Souza Santos (1981) nos apresenta uma explicação para esse fato nos seguintes termos:

É ancestral a relação tensa entre o camponês e o Estado. Daí, que seja difícil ao camponês integrar-se nos esquemas de participação e de associação que o Estado lhe propõe ou impõem. Daí também que seja no momento de crise do Estado que o camponês se associa e participa mais afoito e ambiciosamente, para logo se retrair quando o momento de crise passa e o Estado se recompõe. As dificuldades de participação continuada nos movimentos associativos têm sido precipitadamente atribuídas à inércia, ao isolamento e ao individualismo do camponês. E só uma visão estereotipada e etnocêntrica torna possível imputar especificamente ao camponês o que é um problema de todos nós (SOUZA SANTOS, 1981, p. 562).

Concordamos com a explicação de Souza Santos (1981). No entanto, compreendemos que no caso de Bom Repouso as questões são mais complexas como veremos no decorrer das análises dos depoimentos.

Para finalizar essa parte, podemos afirmar que, apesar de haver desmobilizado a associação para a produção de orgânicos, os agricultores não deixaram a perspectiva de associação, pois entendem que somente por via do trabalho coletivo é possível promover sua produção e reprodução no campo. Mas, como estão num campo de disputas, aqui entendendo campo de acordo com as formulações de Bourdieu (2004), eles reformulam a associação dando origem a “Coração do Vale”. E nessa associação ainda trazem componentes que fazem parte o seu *habitus*, no que compete a sociabilidade, solidariedade e facilidade para trabalhar numa perspectiva ambiental menos impactante como veremos mais adiante.

3.4A associação “Coração do Vale”

Na análise dos depoimentos temos dado destaque às narrativas dos agricultores que mencionam a trajetória das associações dos produtores de Bom Repouso. Neste tópico o enfoque é dado aos relatos que mencionam a formação da Associação “Coração do Vale”.

Para começar, devemos destacar que a Associação “Coração do Vale” é fruto da primeira organização de produtores de orgânicos, mencionado na parte anterior dessa parte da tese. Esses agricultores compunham a associação dos produtores e são os mesmos que estiveram juntos desde o processo formativo da associação de bairros. No momento da formação do “Coração do Vale”, os agricultores do Bairro dos Garcias (MG) já haviam experimentado o desenvolvimento da produção agrícola de forma coletiva e já possuíam um entendimento de que as relações de produção coletiva possibilitavam agregação de valores econômicos e sociais. A criação dessa associação de produtores foi uma tentativa clara de superação dos problemas originários do trabalho agrícola. A entrada de novos agentes sociais acabou por influenciar na organização interna dos agricultores. Entre esses agentes estará o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O programa do SEBRAE adentra a associação de agricultores oferecendo possibilidades de desenvolvimento econômico lucrativo aos agricultores. Ele se move para que seja efetivada a formalização da associação, agora não mais de moradores, mais de produtores agrícolas. Embora os agricultores tenham uma prerrogativa econômica de entrada no mercado, isso não significa um total abandono as práticas preocupadas com a questão ambiental. São esses dados que pretendemos mostrar a partir do discurso dos agricultores a ser analisado nessa parte do nosso estudo.

De acordo com os dados contidos nos depoimentos, essa nova associação surge da dificuldade dos agricultores de enfrentar os problemas advindos da comercialização. Os agricultores avaliam em seus relatos que devido a esse fator foi necessário ao grupo aproveitar as propostas de auxílio que chegaram até eles. Todos eles, de uma forma geral, destacam em suas falas a necessidade de adequação ao mundo do mercado para a garantia de continuar produzindo e também, explicam que o formato associativo facilita as negociações comerciais.

A narrativa do senhor Anilton é bastante ilustrativo a esse respeito, quando menciona que:

[...] Então eu não estava conseguindo trabalhar aí o pessoal começou a falar da associação de morador e começou a trabalhar junto comprar as coisas juntos e aí a coisa junto, começou a crescer porque ai ficava mais barato, a gente comprava conjunto plástico, arquinhos, estufa [...] a gente começou a crescer, a evoluir, e ai a gente entrou em contato com outros projetos o SEBRAE, o projeto Mogi-Guaçu. O primeiro contato com o SEBRAE foi o projeto Mogi-Guaçu que trouxe. Foi através da Ana Lucia, aí foi começando a encaixar as coisas foi evoluindo e aí, e as coisas começaram a mostrar diferença aí o povo animando. **(Depoimento de Anilton Rodrigues da Silva coletado em 12 de julho de 2010).**

No depoimento, o agricultor explica que o responsável pela inserção do SEBRAE no município e na associação foi a pesquisadora Ana Lúcia Cotrim Gomes Albuquerque, participante do projeto Mogi-Guaçu. De fato, a prerrogativa do projeto Mogi-Guaçu era transferir tecnologia e possibilitar o diálogo do terceiro setor com os munícipes. A concepção do grupo estabelecia que ao firmarem essas parcerias, ao termino do projeto haveria estrutura sólida entre as entidades para a continuidade das ações de preservação do meio ambiente como um todo. Com esse propósito o projeto formulou para as associações a parcerias com a EMBRAPA, transferindo a tecnologia de fossa séptica à base de biodigestor, e também com a organização Mokit Okada para proporcionar um curso de agroecologia, entre outras ações propostos por essa entidade. No seu depoimento o senhor Silvanei destaca que:

[...] preço da associação era melhor. O povo da roça estava conseguindo 4,00 reais enquanto na associação se vendia a 5,50 e aí começou a dar essa diferença aí o povo foi vendo se animando. Nós começamos com 18 produtores, mais aí foi dando esse reboleço, e só que o pessoal também era cabeça dura não sabia o que era uma associação direito, então foi jogando o preço maior e maior e foi entornando o caldo, mais aí já foi aumentando e passou 54 e aí entrou mais 36 num estralo. Discutimos muito sobre isso né, Só que dezessete, dezoito, batiam a testa para conseguir. Porque você sabe né quando mata o boi todo mundo é dono da carne. Aí esse foi o primeiro conflito porque os outros começaram a querer as coisas de mãos beijadas. **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

No seu relato, o Senhor Silvanei explica que os demais agricultores do bairro, que anteriormente tinham uma certa reserva à participação no trabalho associativo, passam a querer se unir ao grupo. No entanto, destaca o agricultor, o problema deles na associação é que essas pessoas visam somente o lucro e desconhecem as dificuldades do trabalho coletivo. A entrada dessas pessoas descompromissadas com o todo do trabalho associativo é o pivô dos primeiros conflitos internos. Conforme o depoimento do senhor Silvanei, esses agricultores que adentram a associação nesse momento, estão muitos preocupados com suas atividades diárias e não estão dispostos a dedicarem parte de seu tempo em benefício do todo. De acordo com o agricultor, na verdade, eles não comungavam de um mesmo espírito cooperativo e solidário, o que provoca o rompimento do círculo de confiança e solidariedade entre seus associados. Diante dessa situação, continua o senhor Silvanei:

[...] o SEBRAE entrou no meio eu penso para ganhar mais nome e ter mais gente e divulgar em contra vantagem com os outros, a onde a associação passou a deixar de funcionar por causa disso, porque a associação deve resolver seus problemas por meio de assembléia e o que 50% mais um resolver dentro da reunião tá resolvido, tá prevalecido, só que aí o SEBRAE entrou no meio e aí o SEBRAE não deixou aí o povo entrou na associação e

a coisa começou a caminhar diferente. Ah foi ficando complicada a coisa foi evoluindo, evoluindo aí teve uma hora que chegou os problemas [...] ter muito morango e não ter para quem vender, aí deu o calote, dos associados que foram os últimos a entrar. **(entrevista coletado com Silvane C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

No seu relato, o agricultor avalia, com muita propriedade, que a entrada de agentes externos à associação, como no caso do SEBRAE, não pode e não deve extrapolar a esfera do auxílio, pois essa atitude dificulta o trabalho dentro da organização de uma forma coletiva. Devemos destacar que o auxílio dos agentes sociais, quando interfere na conduta interna do grupo, passa a desrespeitar a cultura e o entendimento do outrem do processo. E que, por isso, acabam por romper com a possibilidade de uma gestão autônoma por parte dos mesmos. Freire (1983) nos esclarece essa questão ao explicar que a extensão pressupõe a mera transferência do saber do técnico agrônomo, sem levar em conta o universo cultural do camponês em sua totalidade não está voltado para o princípio maior que é o da promoção de educação. De acordo com o autor, essa educação deve ser compreendida em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo.

Na continuidade das análises dos depoimentos, passamos as observações do Senhor Anilton Rodrigues. O depoente explica que as coisas eram muito mais difíceis antes da formação da associação, principalmente no que competem às relações comerciais, pois como os agricultores não tinham como negociar a venda, o atravessador o fazia, e esses acabavam por pagar o preço ele queria. Mas, com a formação da associação essa relação se altera como podemos observar no trecho da narrativa do senhor Anilton, que se segue:

[...] antes de entrar na associação a gente plantava morango. E largava mão de plantar morango, porque o atravessador pagava o que queria. Ele combinava um preço quando vinha buscar depois de 15 dias queria pagar outro e o pagamento em 40 dias ou 50 dias. Sempre pagavam o preço que eles queriam. E aí depois da associação não, a gente vende o morango hoje e já sabe quanto é que vai receber. E de 15 em 15 dias estamos recebendo que é o prazo máximo que a gente tem pra receber. Então é uma segurança que a gente tem hoje e que antes a gente não tinha. **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, 12 de julho de 2010).**

O agricultor menciona que adentrar o mercado para vender os produtos é um dos maiores entraves para os agricultores, principalmente para aqueles que têm por base o trabalho familiar. Devemos destacar que esse problema não se restringe a Bom Reposo (MG), mas compõe o cenário nacional. A grande questão que move os agricultores familiares

no Brasil, diz respeito à inserção dos seus produtos no mercado: Como evitar ser ludibriado por atravessadores que comercializam a produção?

Todos os agricultores referem em seus relatos que na organização coletiva há a possibilidade de produzir e vender as suas mercadorias com maior segurança, isso se justifica o fato de estarem associados a um grupo. Podemos observar esse entendimento nos depoimentos dos agricultores Senhor Silvanei, Senhor Lidelmo, Senhor João Batista e Senhor Anilton. Como se percebe nesse relato do senhor Silvanei:

[...] Então eu não estava conseguindo trabalhar aí o pessoal começou a falar da associação de morador e começou a trabalhar junto comprar as coisas juntos e aí à coisa junto começou a crescer porque aí ficava mais barato, a gente comprava conjunto plástico arquinhos, estufa a gente começou a crescer a evoluir. **(entrevista coletado com Silvanei C. da Silva, em 14 de julho de 2010).**

De acordo com os relatos, verificamos que a organização em forma de associação passa a ser geradora de melhoria econômica para os membros do grupo, devido à realização das compras serem de forma coletivas, fazendo com que o preço dos insumos fique mais baixo, pois nessa comercialização, quanto maior a quantidade, maior o percentual de descontos e, portanto a redução dos valores a ser pago para cada um dos agricultores. Nessa mesma linha de raciocínio, sobre o papel da associação como facilitador das relações de mercado, temos o depoimento do senhor João Batista, que é bastante esclarecedor:

[...] porque em grupo, quando a gente precisa comprar alguma coisa, a gente compra de maneira conjunta e aí fica muito mais barato né? Porque aí tem como negociar e ai agente têm mais, tem mais respeito, porque vamos supor [...] a gente planta pouco morango, e compram o morango da gente, mas é pouco [...] em grupo é bastante e ai compram da gente e não sabe quem é sabe? Mas se a gente for trabalhar sozinho, é difícil. E a gente não tem nem como negociar, nem para comprar, nem para vender. **Interrompi: inclusive as relações de mercado[...] é fica muito mais difícil. (Depoimento de coletado em 12 de julho de 2010, depoente João batista).**

Para a nossa análise a respeito desse tema, Lenzi (2009) citando Hirst (1994) destaca que as associações facilitam e viabilizam realização dos interesses individuais, e por esse motivo deveriam fazer parte de uma governança democrática, mas para atingir uma democracia associativa seria preciso envolver várias mudanças institucionais importantes. Primeiramente, ela provocaria o repasse de várias atividades realizadas pelo Estado para as associações e, ao mesmo tempo, a criação das condições econômicas para a reprodução das práticas associativas. Tal mudança deveria ser gradual, respeitando a aptidão das associações

para assumir estas mesmas funções. Diferentemente do liberalismo econômico, na democracia associativa de Hirst (1994), o que se busca, não é a diminuição dos serviços oferecidos pelo Estado, mas, antes, reorganizar a oferta desses mesmos serviços por meio do associativismo.

Lenzi (2009) esclarece que a democracia associativa também permite, segundo Hirst (1994, p. 68), “reconstruir as ligações entre os grupos e facilitar a construção de um foco nacional, regional ou social de identificação comum”.

Na análise dos depoimentos é possível identificarmos que a Associação “Coração do Vale” tem como prerrogativa maior a inserção no mundo do mercado capitalista, devido à necessidade deles terem suas condições de sobrevivência e manutenção da vida estabelecidas. E que mesmo que tragam algumas características que estão associadas ao seu *habitus*, como solidariedade, sociabilidade, o modelo que tem prevalecido é o da produção convencional.

Cabe aqui uma avaliação das concepções sobre o associativismo para os diferentes atores sociais. Verificamos que o modelo de associativismo implantado na Associação do “Coração do Vale” é observado de diferentes formas pelos atores que nela se encontram envolvido. Mas antes de tratar da questão do associativismo de maneira generalizada, como foi feito sobre a questão do rural, precisamos entender como eles pensam a formação da associação e quais características estão implícitas na sua lógica.

Para se compreender melhor o que leva os agricultores à mudança de uma concepção inicial de associação, para adotar outro modelo, mais condizente com o mercado, vamos destacar o depoimento do Senhor Silvanei da Silva para esclarecer essa problemática:

[...] eles ensinavam tudo, faziam dinâmicas aí começou assim depois passou esse projeto veio outro. Chamado central de negócios nesse você apreendia como era feita a gestão da produção, conservação, custos, essas coisas assim, e aí veio um consultor, que eu acho que era de Alfenas, que ensinou a fazer as planilhas dentro da roça e a gestão empresarial dentro da roça. Depois veio o Valdir que eu falei para você né? Ele era consultor e que tinha 460 horas para desenvolver aqui. Aí começou a perceber, a abrir os olhos de alguns de que dentro do SEBRAE mesmo, tinha conflitos. Por exemplo, dentro do grupo de cultura, o consultor não se dava com o da central de negócios. **(Depoimento de Silvanei, coletado em 13 de julho de 2010).**

Como podemos ver neste relato, o problema, na compreensão do agricultor, se dá porque se abriu muito espaço para agentes externos ao grupo. O agricultor destaca que esses agentes traziam fórmulas prontas de como agir e se portar diante de cada situação, ou seja, eles designavam o que era adequado ou não. No seu relato afirma que a entrada do SEBRAE, como incubadora de micro empresa, passou a sugerir várias alterações na forma de

organização do grupo, mas que em sua opinião, nem mesmo os técnicos conseguiam se entender dentro do SEBRAE, pois eles mostravam dificuldade de organização interna. No entanto, esses especialistas queriam orientar os agricultores em todos os aspectos, promovendo a concepção da criação de uma central de negócios, para escoamento da produção e a gestão empresarial.

Consideramos importante salientar que essa concepção dos atores sociais sobre o associativismo é diferenciado. Para o senhor Silvanei, o modelo atual da associação não condiz com as suas percepções de organização. O agricultor faz uma avaliação de como seria uma associação adequada para se ter êxito:

Eu acho que associação dá certo, se ela tiver autonomia, mas se for para um órgão cuidar administrar, eu acho muito difícil de dar certo. Porque em minha opinião você faz uma assembleia e decide aí a gente vai atrás do órgão e diz nos precisamos disso, disso e de “assado”. Vocês podem ajudar [...], mas acabou o serviço desse órgão, não tem nada ver mais, aí a associação vai resolvendo seus problemas internos sem ter gente de fora dando palpite. O que eu passei lá foi muito difícil. **(Depoimento de Silvanei, coletado em 13 de julho de 2010).**

Como podemos perceber, as colocações do agricultor sobre associativismo são coerentes. Observa-se que de fato, à medida que outros agentes adentrem à associação, não como colaboradores, mas como gerenciadores das atividades do grupo, corre-se o risco da perda das conquistas e dessa forma volta-se novamente a responder a uma perspectiva imposta pelo capital. A concepção exposto pelo senhor Silvanei está de acordo com a compreensão de Souza Santos (2002) quando afirma que o que se espera de uma associação é que ela seja geradora de políticas autônomas. Conforme o autor é necessário reconceitualizar as práticas organizativas e associativas do campesinato de modo a articulá-las com os possíveis instrumentos de reprodução política autônoma, a qual se reconhece nunca ter existido para a pequena agricultura.

Só por via dessa representação política autônoma, será possível agricultura familiar realmente participar do processo de decisão global. O quadro de política ainda tem sido restritivo no que compete a essas questões (SOUZA SANTOS, 1981, p.556-7).

Diante do exposto, entendemos que novamente os modelos de intervenção impostos pelos programas de extensão e educação no campo tornam-se imperativos e promovem a manutenção de ações que nada mais são do que uma ação mantenedora do processo produtivo capitalista. Devemos destacar que fica evidente no depoimento de Silvanei, que essa situação

se instalou na associação, pois no relato ele explicava que os agentes externos traziam para dentro da associação uma realidade inexistente. Ao fazer essa afirmação, na verdade ele está avaliando que o grupo, enquanto associações nunca conseguiriam responder à demanda que esses agentes traziam, na medida em que essa demanda não é condizente com as reais condições do grupo.

[...] Porque eles trazem para dentro da associação uma realidade que não existe. É igual você ir para a cidade e lidar com empresários todo gabaritado, igual esse consultor que estava dando consultoria ele tem duas centrais de negócios uma no triângulo mineiro, ele era empresário de setor de laticínio estava desenvolvendo uma central para a distribuição e processamento de laticínio... os caras tem muito dinheiro e aí começou a passar a realidade desses daí pra gente. Como se a gente pudesse fazer os mesmos investimentos que eles. Traziam projetos e diziam vamos fazer esses o juros é barato demais, eles pensavam em projetos de 500 mil... um milhão de reais para fazer para a associação com financiamento do BNDES, só mexia com BNDES, não mexia com Banco do Brasil, essas coisa não. . **(Depoimento de Silvaneí, coletado em 13 de julho de 2010).**

As análises de Moreira (1996) sobre a intervenção que vem ocorrendo no âmbito rural vão ao encontro da percepção do senhor Silvaneí. O autor esclarece que, com essa política de intervenção e a manutenção, a legitimação de projetos interfere na lógica interna do grupo, sem, contudo, buscar a compreensão da lógica imperante no mesmo. O que está ocorrendo é a afirmação da lógica do processo de modernização tecnológica que foi promovido nos anos 1960 e 1970, com a dita *revolução verde*. E na verdade podemos perceber que está sendo promovida conformação da associação ao padrão tecnológico e novamente, a valorização da cultura dominante, de certo saber técnico próprio à apropriação privada capitalista, e com uma maior eficiência competitiva. E que essa lógica entra em disjunção com a tradição cultural da agricultura familiar, seja desvalorizando o saber técnico “camponês” sobre a natureza, ou apropriando-se deste saber. Devemos destacar que a adequação de tecnologia não deixa de ser uma questão de ajustamento de um setor tido como inadequado à ordem competitiva, em que as relações sociais são mediadas pelo mercado e pelas mercadorias. Ou seja, na verdade, todo o processo de extensão está voltado à manutenção de uma lógica de reprodução para o capital.

Percebe-se que a lógica do grande capital está impressa novamente nessa política extensionista. E que eles apostam no trato dos cultivos como sendo pequenas empresas e investem no agricultor familiar novamente substituindo a lógica presente por uma lógica economicista. Na análise dos depoimentos verifica-se que alguns agricultores absorvem essa lógica e vão reproduzi-la em termos de discurso, como é possível observar no relato do senhor

Anilton, que está em perfeito acordo com a análise feita por Moreira (1996), como podemos identificar no depoimento abaixo:

Hoje eu não trato a minha lavoura apenas como agricultura, eu trato como empresa né. [...] Anoto tudo. Tenho tudo anotado, se ta dando lucro ou não, então a gente tem todo um histórico da lavoura da gente, para a gente poder trabalhar, a gente sabe tudo da produção da gente, para poder trabalhar. **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, 12 de julho de 2010).**

Podemos verificar que o discurso da concepção empresarial está impresso no agricultor. Para ele a vantagem de se trabalhar associado está na condição do poder comprar e poder vender os produtos. E ainda afirma que foi graças aos cursos do SEBRAE isso se tornou possível.

De acordo com a análise dos depoimentos verifica-se que as reestruturações internas na Associação de Produtores “Coração do Vale” fizeram com que o Senhor Silvanei da Silva saísse da organização. No seu relato se percebe que a concepção de associativismo do agricultor entrou em divergência com os passos que os agricultores estavam tomando, ao deixar os grupos externos resolver suas pendências internas.

Recorremos a Souza Santos (1981) para colocar um pouco de luz na avaliação do agricultor. Conforme o autor, ao se colocar a agricultura familiar numa concepção de estratégia de desenvolvimento alternativo, deveria ter sido feito de maneira a se respeitar uma transdisciplinariedade, ou seja, a capacidade das diferentes disciplinas científicas se transgredirem mutuamente, enquanto disciplina para se reencontrarem na compreensão de uma *práxis* social transformadora e emancipadora. A disciplinação do conhecimento é correlato à domesticação social e à intervenção nos grupos com uma perspectiva de transferência de tecnologia, se não respeita a capacidade de reflexão e transformação interna desses grupos, pode incorrer no erro e acabar por tentar promover a domesticação social.

Podemos considerar que a compreensão de todos os aspectos de processo de formação da associação “Coração do Vale” é um facilitador do entendimento sobre os modelos em disputa no meio rural.

Os atores sociais pertencentes à associação passaram por um modelo de organização numa perspectiva orgânica de cooperação e construção de relações mais próximas e solidárias, para um processo indução, conforme formulado por Fonseca (1985). E esse modelo

de indução está pautada na *ação pedagógica*, que na concepção de Bourdieu (1985) se trata de uma imposição de um arbitrário cultural dominante.

A nossa pesquisa, no entanto, identifica que esse processo não vai atingir os atores sociais de igual forma. O senhor Silvanei acaba sendo uma referência que destoa nesse processo, à medida que ele faz uma leitura do que significa a entrada do SEBRAE na associação e afirma que esse modelo de intervenção não é adequado à necessidade da associação.

A análise dos relatos nos permite identificar que o que facilita essa compreensão do senhor Silvanei é a experiência de trabalho desenvolvido em coletividade na associação de orgânicos e o contato com os agentes agrônomos Paulo Pegas e Ricardo. Podemos verificar que à medida que estabeleceram uma convivência, eles acabaram por atingir aquele princípio educativo proposto por Freire (1983):

A ‘educação como prática da liberdade’ não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’ (FREIRE, 1983 p. 53).

3.5 Os problemas pelos quais passam os agricultores e as estratégias de preservação e manutenção da sua condição de agricultor.

A análise dos depoimentos nos levou a compreender o processo de organização dos agricultores de Bom Repouso, a formação da associação de bairros, a inserção na produção agrícola de forma orgânica e a constituição da associação “Coração do Vale”. Na sequência desse capítulo, daremos destaque aos relatos dos agricultores que nos permitem compreender os diversos problemas pelos quais os agricultores passam e as estratégias de preservação e manutenção da sua condição de agricultor.

Como dissemos anteriormente, esse grupo de agricultores está em um campo de disputa, em que o modelo econômico da produção agrícola capitalista incide sobre eles e os subordina à sua dinâmica de forma a desqualificar o seu modo de pensar e agir, tentando imputar-lhes uma lógica estranha ao grupo. Diante dessa constatação, as narrativas dos agricultores, de maneira geral, retratam as dificuldades que passam para se manterem na condição de agricultor. Na análise dos relatos identificamos que esses atores sociais, recorrem a várias estratégias na tentativa de superação dos problemas, para desenvolver tais estratégias

se nutrem do *habitus*, e para tanto, fazem a mediação indivíduo e sociedade. Nesse processo o conceito de *habitus* passa a ser importante, devido à possibilidade de aliar memória coletiva (práticas herdadas) e capacidade criadora do indivíduo. Lembrando que o *habitus* é o sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem do sujeito que diante de situações novas, pode gerar estratégias práticas. Em suma, isso significa dizer que os agricultores quando estão munidos pelo *habitus* são capazes de inventar novas formas de desempenhar antigos papéis.

Nesse sentido, as análises dos depoimentos que se seguem têm por objetivo esclarecer as dificuldades pelas quais passam os agricultores e como eles elaboram estratégias para conseguir manter-se produzindo e reproduzindo a sua existência, mesmo diante de tantas dificuldades encontradas nesse campo de tensões subjetivas e objetivas. Assim, partimos para a análise dos relatos dos agricultores. No trecho abaixo o senhor Lidelmo menciona as dificuldades impostas pelo mercado e explicita o papel da associação na estratégia para adentrar a sua lógica:

[...] eu sinto que produzir morango sozinho a gente consegue. A dificuldade que o produtor tem hoje é na hora da venda, porque plantar e colher eu sei fazer muito bem. Mas, a “malandragem” da venda é o que é difícil. Saber se o cheque vai voltar, se a pessoa que comprou pagou o preço justo, se eu fiz bom ou mau negócio. Se seu tenho que me preocupar com tudo isso, o meu raciocínio fica viajando, das questões financeiras e eu acabo deixando a lavoura entrar doença. A vantagem de se trabalhar na associação é essa, por exemplo, o Jesus vai buscar o morango na minha lavoura e nem lá eu não estou, ele vai vender meu morango e eu não preciso esquentar a cabeça para quem ele vendeu. Eu sei que no final de semana vou receber. Então essa que é a facilidade de se plantar em grupo de forma coletiva. Agora saber plantar, eu posso até saber plantar, mas vou ter uma dor de cabeça maior se fizer sozinho. **(José Lidelmo Andrade entrevista concedida em 12 de julho de 2010).**

Nessa narrativa, o agricultor chama de “malandragem da venda”, referindo-se a essas relações que estão explícitas no campo de disputa em que o sujeito é movido a agir alterando o seu *habitus* para poderse colocar de maneira significativa no campo de disputa, mesmo que essa posição possa não ser confortável. Podemos verificar que o agricultor reafirma seu *habitus* de produtor, quando diz que “plantar e colher eu sei muito bem, a dificuldade é operacionalizar a venda dos produtos geridos”, e é por isso ele fala da “malandragem da venda”. Como bem define Bourdieu (1984, p.197), “o campo é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela preponderância de uma riqueza específica”. De acordo com o autor, a posição é a face objetiva do campo que se articula com a face subjetiva, a disposição. A posição é causa e resultado do *habitus* do

campo. A nossa posição em um campo que determina a forma como consumimos, não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos (BOURDIEU, 1984, p.210).

Tendo definido o que é o *campo* e o *habitus* entendendo que esses são geradores de estratégias, podemos interpretar como sendo a estratégia o fato dos agricultores aderirem às diversas frentes de ações sociais que aparecem por meio dos projetos. E como já observamos, são muitos os projetos que chegam até os agricultores, com as mais diversas intenções. No trecho abaixo, o relato do senhor Lidelmo nos leva a compreender o raciocínio que fazem os agricultores.

[...] não a associação era a mesma, de moradores, mas aí começou a surgir os projetos e quem irá se interessando ia encampado os projetos, e quem quisesse fazia a sua e também vinha da Emater. A emater já tinha “Minas sem fome”, o centro de assessoria Sapucaí já tinha o consea, que é de segurança alimentar, n/é. Aí vieram vocês do projeto Mogi-guaçu com doação de as fossas sépticas o biodigestor, fazia as palestras n/é, veio o SIPAM- Companhia de saneamento de Minas Gerais, com a Copasa – programa de preservação de Mananciais- doando arame, fossa. E cada ação aparecia lá dentro da associação. Aparecia alguém querendo investir em algum grupo ia lá, na associação porque ela era organizada. A gente vai dizer assim, era abençoado, tinha outras associações de bairros mais eles não se reunião tinha associação no papel e não abraçavam os projetos. Os projetos vinham e eles diziam: vai dá trabalho, deixava. E como o nosso grupo não acreditava que nada se ganha sem trabalho, nos abraçávamos os projetos. **(Jose Lidelmo de Andrade entrevista concedida em 12 de julho de 2010).**

O agricultor, nessa narrativa, chama atenção para o fato dos projetos virem até a associação. Ele explica que essas propostas de intervenção facilitam a articulação em prol da associação. Esse processo, no entanto, pode ser analisado por duas vias, o ato dos agricultores se utilizarem dessa estrutura para ir desenvolvendo suas estratégias de manutenção dentro desse campo de disputa. E também, como sendo respostas pontuais para situações emergentes. Podemos perceber que esse processo representa também os pressupostos colocados por Freire (1983) e Souza Santos (1981), sobre os processos educativos que ao invés de trabalhar com os agricultores dentro de uma perspectiva de comunicação, acaba desenvolvendo projetos pontuais de extensão. Com relação a essa análise, temos ainda as formulações de Fonseca (1985), em que a autora traz a questão da extensão rural como tendo por objetivo a criação de consumidores para os bens capitalistas.

Sendo assim, podemos afirmar que como os projetos pontuais podem ser analisados como estratégias utilizadas pelos agricultores, a horta orgânica também tem o mesmo

significado. E como vimos no tópico anterior, essa prática produtiva foi extinta devido às condições não serem mais favoráveis. Em suas narrativas os agricultores esclarecem esse processo com muita clareza. Mas trazem um aspecto importante a ser avaliada, com relação à produção na horta orgânica. Para os agricultores, a horta representa um espaço de produção, e também de solidariedade e sociabilidade, representa espaço de construção do conhecimento, como é possível observar no relato sobre o momento de produção na horta orgânica, narrado pelo senhor Anilton:

Hoje não tem mais! Na época era gostoso não é, chegavam os sábados, todo mundo trabalhava junto, todo mundo plantava, chegava ter quinze produtores. E durante a semana tinha escalas duas vezes por dia para aguar, então era de dois em dois. Era gostoso, gratificante você trabalhar, porque você via ali união entre o pessoal, alguns tinham uns problemas, mas resolvia, era isso aí, era legal. Hoje não trabalha nessa horta, porque todo mundo foi aumentando devagarzinho a lavoura de morango. Então ficou difícil de largar o meu morango e ir lá, trabalhar na horta, mas, porque a gente melhora nossa situação. Na época da horta orgânica, quem ganhava um salário mínimo aqui era rei, hoje não, hoje as coisas mudaram muito. **(12 de julho de 2011, entrevista concedida por Anilton Rodrigues da Silva).**

Devemos destacar que duas observações no relato são importantes. A primeira diz respeito à questão da coletividade como sendo algo prazeroso e a segunda, novamente à estratégia de permanência no processo produtivo, quando o agricultor diz que “naquele momento quem ganhava um salário mínimo era rei”. Consideramos que essas observações, elencadas pelo agricultor são de extrema relevância para a nossa análise, tendo em vista que buscamos entender as ações dos atores sociais por dentro.

Dando continuidade, com vista à construção desse quadro sistêmico e analítico das relações entre processo produtivo e a lógica do agricultor, vamos ao relato do senhor Anilton que coloca o aspecto das dificuldades vividas por esses sujeitos anteriormente a se tornarem associados:

[...] antes de entrar na associação a gente plantava morango. Mas, depois largava mão de plantar morango, porque o atravessador pagava o que queria né. Depois de 15 dias dava o preço que queria. O pagamento em 40 dias ou 50 dias **(12 de julho de 2011, entrevista concedida por Anilton Rodrigues da Silva).**

Os agricultores de uma maneira geral ora alugam seu trabalho para a grande produção, ora se associam entre os próprios agricultores familiares num sistema de troca de dias. E essas relações de trabalho foram muito bem analisadas por Wanderlei (2000), para quem o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural. Sendo de

suma importância esse trabalho desenvolvido para garantir a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar.

Abramovay (1992) faz uma diferenciação entre a agricultura familiar e a campesina no interior das sociedades capitalistas. Para o autor o campesino é caracterizado como sendo parte de “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. E os agricultores da Associação do Bairro dos Garcias em muito se identificam com essa descrição do autor. E se distanciam embora almejem das características delineadas pelo autor no que compete a agricultura familiar. A agricultura familiar na concepção do autor é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais.

E pelo fato dos agricultores da associação do Bairro dos Garcias passarem pela ausência de condições de operacionalizar a atividade produtiva, têm no grupo os vínculos para o seu desenvolvimento econômico e social. E fundamenta suas estratégias de produção e reprodução também no grupo.

No que compete às estratégias, no relato a seguir, observa-se que o agricultor associa a condição de trabalho coletivo como uma resposta às relações de mercado, de princípios especulativos por parte do atravessador. Mas o discurso traz outro aspecto, que consideramos relevante, o da aprendizagem de outro ofício para superação dos momentos de dificuldade financeira.

E aí depois da associação não, a gente vende o morango hoje e já sabe quanto é que vai receber hoje mesmo entendeu? E de 15 em 15 dias estamos recebendo que é o prazo máximo que a gente tem. Então, é uma segurança que a gente tem hoje e que antes a gente não tinha. A gente plantava o morango e passava um pouco e a gente perdia dinheiro. O atravessador pagava o preço que ele queria. Às vezes sumia, ia embora não queria mais. Não tínhamos mais aquela segurança reduziu-se muito o número de morangueiros! Aí tinha que voltar a trabalhar como pedreiro. **(12 de julho de 2011, entrevista concedida por Anilton Rodrigues da Silva).**

Cabe destacar que essas observações feitas pelo agricultor são condizentes com o quadro de produção desenvolvido no país como um todo. A inviabilidade de negociar com os atravessadores perpassa todos os discursos dos agricultores analisados. No entanto, no relato também temos um fator importante, o destaque ao desenvolvimento de outro ofício: “Aí tinha que voltar a trabalhar como pedreiro”. O sair da propriedade esta associada à necessidade

promover a sobrevivência familiar exercitando outro ofício é o que Schneider (2001) vai chamar de pluriatividade. O conceito é empregado para explicar a necessidade dos agricultores exercerem funções diferentes das quais estão habituados.

Segundo Schneider (2001), a pluriatividade se apresenta como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Ela vem tentar dar conta de examinar a emergência e a consolidação de atividades não agrícolas no espaço rural e a formação de unidades produtivas agrícolas crescentemente identificadas com a pluriatividade de seus membros. Para os autores que atuam nesse campo de análise, entende-se a pluriatividade como sendo mecanismos e as estratégias que vêm viabilizando formas familiares de produção no campo, por meio da combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família. A pluriatividade pode ser um recurso ao qual a família faz uso, ou pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica.

Schneider (2003) menciona que é pelos processos de trabalho e com o pressuposto de que as unidades de trabalho são compelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade, devido ao ingresso em um ambiente competitivo, o que impede de se obter a sobrevivência apenas e exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Para o autor, é devido a essa configuração do mercado de trabalho e da importância que assume o espaço rural como espaço mercantilizado de bens e serviços. Entendemos em concordância com o Schneider (2003), que o trabalho fora para o Senhor Silvaneir e o senhor Anilton, está intimamente ligada a essa necessidade de sobrevivência quanto aos ganhos da atividade agrícola. E essa equação é clara, pois como foi verificado nos estudos que realizamos, os agricultores desempenham essas atividades, mas mostram que elas não estão associadas aos seus *habitus*. Por meio dessas práticas almejam o retorno para a agricultura e é o que fazem quando o trabalho associativo passa a permitir a eles essa possibilidade. E como foi identificada na análise dos depoimentos, a pluriatividade assumem para eles um caráter de estratégias e adaptabilidade às realidades econômicas e sociais, sempre fazendo um diálogo entre aquilo que é tradicional ou não, tendo um caráter flexivo, essas noções de liberdade de escolhas não passam pelo individual, mas sim como, respostas às crises econômicas familiares. Assim como o trabalho pluriativo adentra o mundo rural para sanar a problemática da investidas da economia capitalista no campo.

Dando continuidade a análise dentro desse campo de disputa, destacamos que entre as investidas do capital sobre a atividade produtiva familiar podemos citar as regulamentações trabalhistas. A esse respeito devemos esclarecer que é claro que os agricultores familiares

operacionalizam as suas atividades produtivas de forma diferente do agronegócio, tanto no que compete aos recursos financeiros, quanto em termos de áreas a serem plantadas. No entanto, que a jurisdição trabalhista não concebe um plano de ação diferenciado para os modelos produtivos e formulam leis de regulamentação iguais para os dois campos. Ou seja, a lei que vigora para o agronegócio é a mesma para a agricultura que tem como pressuposto o trabalho familiar.

Essa constatação foi observada no município de Bom Repouso (MG). Os agricultores familiares passam a se sujeitar às regulamentações trabalhistas impostas para o agronegócio, adequando as suas ações, mesmo que em âmbito familiar, as exigências do Ministério do Trabalho, o que de certa forma desrespeita a lógica do campesinato. Nesse sentido, o depoimento do senhor Silvanei esclarece que essa situação tem trazido entraves para eles enquanto produtores familiares.

[...] Do jeito que a lavoura está sendo controlando aí, eu acho que a única condição de trabalhar na agricultura familiar é por meio de associação, porque não tem condição de se adequar as leis trabalhistas **(Depoimento de Silvanei, coletado em 13 de julho de 2010).**

Devemos esclarecer que, o agricultor não entende que seja ruim, a lei trabalhista que agora regulamenta o trabalho de familiares menores e a contratação de terceiros, mas compreende que essas regulamentações são impróprias à situação do pequeno agricultor, como se percebe no relato a seguir:

Na verdade seria bom se desse né que cada um trabalhasse e todos tivessem seu direito, mas com a minha situação como eu vou poder pagar um funcionário? Isso estraga um pouco **(Depoimento de Silvanei, coletado em 13 de julho de 2010).**

Cabe destacar que a problemática apontada pelo agricultor é relevante, mas necessita ser melhor compreendida, pois embora ele fala da dificuldade de adequação às leis trabalhistas em escala produtiva familiar, o problema com o uso indevido dos insumos agrícolas os atinge de igual forma ou até de maneira mais preocupante. Na análise dos depoimentos observa-se que eles acabam, devido à dificuldade financeira, se sujeitando ao trabalho dentro e fora das suas propriedades, se expondo mais aos problemas e apresentando uma maior vulnerabilidade as condições de risco. Essa é uma constatação importante do ponto de vista sociológico, pois possibilita identificar novamente a política de produção conservadora inferindo na vida e na cultura dos sujeitos e gerando a precarização das relações

de trabalho nas unidades de produção familiares, trazendo implicações que envolvem a saúde do trabalhador.

No estudo a respeito da problemática da saúde do trabalhador rural, Silva et al (2000) afirma que na atualidade existe várias formas de organização do trabalho. Entre eles estão a parceria do tipo *meeiro*, o trabalho temporário na forma de diarista, o arrendamento e o proprietário produtor. Estas relações não se apresentam de forma isolada e nem estanque, encontrando-se proprietário que é também arrendatário e/ou meeiro; meeiro de arrendatário; meeiro de meeiro, entre outras combinações (Silva, 2000). Estas características do processo de produção agrícola implicam numa dificuldade de classificar a sua forma de ação de maneira rígida, pois as relações de trabalho neste setor são diversas. Observa-se que os trabalhadores estabelecem relações de trabalho em função de suas necessidades e de suas possibilidades econômicas num determinado momento históricos da relação capital/trabalho.

Devemos destacar que entre os motivos de preocupação nessas novas relações de trabalho está a constante exposição dos agricultores aos agrotóxicos. Como podemos ver nos estudos do Projeto Mogi-Guaçu e nas teses e dissertações de mestrado dos componentes do Núcleo de Estudos em Ecossistemas Aquáticos (NEEA/CHREA/SHS/USP), esses agricultores, inclusive devido a sua dificuldade de manutenção na atividade agrícola, passam a trabalhar em outras propriedades e se expõem continuamente aos venenos e fertilizantes, e por esse motivo acabam por desenvolver uma prática que incide sobre suas próprias vidas, sobre a saúde dos consumidores dos produtos e do meio ambiente. A compreensão dessa relação é de grande importância, pois evidencia a possibilidade de entender as transformações sociais que se deram por meio dessas novas diretrizes no mundo do trabalho gerido pelo capitalismo. E entender essa dinâmica pode ser um facilitador para se gerir políticas de intervenção, ou melhor, preparar o agricultor para evitar o processo de adoecimento e de morte causados por essa atividade de trabalho.

Essas novas relações de trabalho que os agricultores estabelecem são preocupantes à medida que utilizam de insumos químicos que são prejudiciais à saúde. Eles passam a se colocar em situação de risco e também a sua família devido à exposição de venenos. Como podemos observar no depoimento de Silvinei que justifica a sua saída do trabalho agrícola devido à doença da filha “[...] nós sulfatávamos quase todo dia com veneno e nem morango não deu” E nesse relato da senhora Graziela (esposa): “Eu falei tem alguma coisa errada, isso não tá dando certo”. Dando sequência ao relato:

E aí tinha também o problema da Maria Eduarda fala a esposa ela era bebezinha e ficava direto doente. Ele concorda é teve esse problema também, desde quando ela nasceu até uns três anos de idade ela tinha muito problema virose, fígado, alergia era direto no medico. **Interfere Graziela Silva esposa de Silvanei:** Aí um dia o pediatra falou pode estar associado a algum tipo de agrotóxico não tem outro tipo de explicação aí foi só ele para de trabalhar com agrotóxico e agente não estar mais envolvido com plantação com agrotóxico ela sarou. Silvanei completa a fala da esposa é depois disso, ela nunca mais ficou doente (**Depoimento de Silvanei, coletado em 13 de julho de 2010**).

Senhor Silvanei esclarece que o fato da filha apresentar problemas de saúde fez com que ele abandonasse a atividade de produtor por alguns anos, só voltando quando surgiu a possibilidade de trabalhar com orgânicos na associação. Devemos destacar que esse agricultor continua na atividade de cultivo de morango orgânico até os dias atuais e é certificado pela OIA (Organizacion Internacional agropecuária).

A esposa do senhor Silvanei, momento da entrevista, interfere dizendo que “[...] o índice de contaminação resíduo de agrotóxico é muito grande na cidade, tem muito caso de câncer. [...]” E o agricultor completa o pensamento de Graziela Silva:

[...] se for à secretaria de saúde eles vão confirmar a quantidade de produtos psicotrópicos que as pessoas estão consumindo, principalmente os mais velhos que trabalhavam na lavoura, tá aumentando muito. Silvanei você precisa conversar com o secretário de saúde ele esta por dentro do que esta acontecendo e ele é um dos representantes lá em Varginha (MG) do centro de oncologia porque o povo daqui vai tudo pra lá sabe, para fazer os tratamentos, ele está por dentro de tudo que acontece. (**Depoimento de Silvanei, coletado em 13 de julho de 2010**).

Dois aspectos são importantes na análise do depoimento, o primeiro a questão do aumento do numero de intoxicação pelo uso de agrotóxicos, principalmente nas pessoas mais velhas. O segundo está associado ao consumo de psicotrópicos, estudo vem comprovando que a exposição às substâncias que compõem os pesticidas, fungicidas e fertilizantes provocam problemas de saúde como um todo, mas os órgãos mais atingidos são fígado, coração, rins, pulmão e o sistema neurológico.. Consideramos importante destacar que essa realidade citada por Silvanei e Graziela não são incomuns, como podemos verificar pelos estudos de Clevo Wilson & Clem Tisdell (2005) em que os pesquisadores explicam que o uso de pesticidas, não só influenciou o nível de produção agrícola e na sustentabilidade, mas também tem afetado a saúde dos usuários (principalmente agricultores), aqueles que vivem perto de fazendas e consumidores de produtos alimentares e as mortes causadas por exposição a pesticidas não são incomuns. Conforme esses estudos, a cada ano dezenas de milhares de agricultores, especialmente nos países em desenvolvimento, são afetados pela exposição à pesticidas. E se estima que aproximadamente três milhões de pessoas sejam intoxicadas e 200.000 morrem por envenenamento por pesticidas usar cada ano, de acordo com os dados da Food and Agricultural Organization (2000) e da Pesticide Action Network (PAN). O maior número de mortes está em países em

desenvolvimento, como exemplo é possível citar o Sri Lanka, que segundo os dados em média 14.500, pessoas foram admitidas em hospitais públicos e cerca de 1500 indivíduos de um ano morreu de intoxicação por agrotóxicos durante o período de 1986-1996, segundo informa o instituto de (National Poisons Information Centre, 1997).

Os autores Clevo Wilson e Clem Tisdell, (2005), no entanto, explicam que estes valores devem ser interpretados com cautela, pois existem também os casos de internações hospitalares e mortes por envenenamento ocupacional, mas também há casos de ingestão de self (suicídios), ingestão acidental homicídios. Os casos mais comuns ainda são envenenamentos ocupacionais. A realidade exposta pelos pesquisadores é muito comum também no Brasil, como foi observar no discurso do casal, quando destacam que o uso de agrotóxico tem se tornado preocupante no município. E no caso de Bom Repouso, verificamos que existe o agravante desse trabalho estar sendo desenvolvido por uma população cada vez mais jovem.

A esse respeito Silva (2000) apresenta um estudo em que menciona que no trabalho rural brasileiro há participação de crianças e adolescentes nas atividades de trabalho agropecuárias. O Censo Agropecuário (1996) informa a existência de 2.435.678 trabalhadores menores de 14 anos de idade atuando neste setor, ou seja, 18,6% da PEA rural ocupada. Essa faixa da população é especialmente afetada pelo trabalho precoce, tanto pelos aspectos técnicos dos processos de trabalho (exposição aos agrotóxicos, às radiações solares, ao ruído, à vibração etc.), como também aqueles ligados à organização do trabalho (jornada, ritmo, conteúdo das tarefas etc.). Além disso, é preciso considerar o comprometimento do processo de socialização infantil e da escolarização. Essas questões têm que estar presentes, pois elas refletem diretamente no que compete à organização no espaço do território e do meio ambiente, apresentando-se como zona de influência de seus determinantes.

Silva (2005, s/p) ao citar (LAURELL; NORIEGA, 1989) afirma que os paradigmas teóricos e científicos que têm norteado a maioria dos estudos e pesquisas sobre a relação saúde, doença e trabalho em geral, e sobre os danos à saúde causados pelos agrotóxicos no trabalho em particular, não trazem para seu cerne a concepção dialética do trabalho, negando assim “[...] a noção do trabalho como atividade humana básica e que assume formas específicas como expressão das relações sociais, sob as quais se realiza”. Silva (2005) explica que a partir desse olhar, os danos à saúde causados pelo trabalho são abarcados apenas como simples expressões sobre os corpos dos trabalhadores de determinados riscos presentes nos ambientes de trabalho. Ou seja, há uma redução naturalista e biologicista da ideia de risco e

dano, na medida em que não se considera seu caráter histórico e social. Observa-se que a aplicação dos pacotes tecnológicos pelo processo da estruturação de modernização do trabalho provocou um fenômeno complexo e perigoso, pois as pessoas estão trabalhando, cada vez mais, inclusive de forma mais precarizada (LESBAUPIN, 2000; LESBAUPIN; MINEIRO, 2002). Sendo assim, torna-se emergente e preciso uma compreensão do mundo do trabalho como um todo em construção.

O que podemos observar com a nossa pesquisa é que o quadro que se apresenta na zona rural de Bom Repouso (MG) não é muito diferenciado do resto do país. Quando propusemos investigar a lógica dos agricultores e entender essas relações por dentro e objetivamos atingir as reflexões propostas por Souza Santos (1981) na qual ele afirma que a necessidade de uma renovação teórica dos instrumentos de reflexão e de intervenção no meio rural e que essa deve ocorrer concomitante de investigações empírica sólida que garanta que as áreas sejam estudadas com afinco, pois até agora não foram devidamente relevadas todas as relações existentes nesses espaços. E igualmente entendemos ser necessário estudar em profundidade as estruturas fundiárias, captar os modos e os ritmos da sua transformação e as práticas sociais intraclassistas e interclassistas a que do prazo é necessário inventar as relações sociais de toda ordem (iguais e desiguais, horizontais e vertical, consensuais e conflitais dominantes e dominadas) e romper com as classificações que apenas fragmentam a compreensão do rural na sua totalidade. Ainda em acordo com Souza Santos (1981), é necessário analisar o processo de trabalho camponês em toda a sua complexidade, em quanto modo de produção material e simbólica, porque é nessa perspectiva que se condensa os mecanismos específicos de resistência e de desistência que é urgente conhecerem. E é com essa intenção que desenvolvemos esse estudo.

Nos depoimentos dos agricultores, quando perguntado o que mudou do ponto de vista ambiental eles relatam que não fazem mais uso de agrotóxicos de maneira indiscriminada e inclusive têm apostado na adequação técnica para conseguir a rastreabilidade para superar os problemas da produção e garantir uma maior inserção no mercado e mais tarde partir para a produção integrada, já que sabem que há um nicho mais exigente que deseja qualidade do produto e preservação ambiental.

Nas análises dos depoimentos foi possível verificar ainda que todos os agricultores entendem que o trabalho na forma associativa é o mais viável, pois compreendem que possibilita, além da entrada no mercado, melhorar as relações sociais internas no grupo, e também permite um reconhecimento da sociedade sobre as suas ações. Contudo é preciso

dizer que as estratégias não são um ato de livre escolha dos indivíduos. Na verdade, elas são um exercício do senso prático dos agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social específico em que vivem. Por meio da articulação das acomodações constituintes do *habitus*, é que os indivíduos, passam a ser dotados deste senso prático que contém as “regras do jogo”, e engendram as estratégias. Sendo assim, para identificar as estratégias adotadas pelos agricultores, é preciso entender o senso prático que as alimenta.

O estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar implica na compreensão das condições e possibilidades de ação com as quais estes agricultores têm se defrontado, o que procuramos identificar através do acesso à terra, à alimentação, ao trabalho e ao lazer.

A abertura dos grupos de agricultores as diversas formas de extensionismo como já foi elencado pelo senhor Lidelmo é nada mais nada menos que uma estratégia de tentativa de superação dos problemas causados pela massacrante interferência do modelo hegemônico. E como já foi delimitado no capítulo anterior, esse modelo é pautado numa prática extensionista que foi pensada como sendo um modelo de inculcação nos agricultores de práticas e modo de fazer da agricultura conservadora. Para Freire (1983), esse tem sido o maior erro, pois as intervenções no campo não têm sido problematizadas com os agricultores e não há um diálogo dialogizante e somente por meio dessa perspectiva será possível se construir qualquer proposta. Conforme o educador é preciso superar o modelo que desrespeita a cultura do outro, e a tentativa de imposição de um conhecimento por meio da falsa ideia de superioridade só pode criar duas possíveis reações, à subalternidade ou a resistência como forma de estratégia.

Souza Santos (1981) explica que para não incorrer num erro analítico ao analisar as práticas dos agricultores é preciso compreender o processo de trabalho dos camponeses como algo que possui uma complexidade. É preciso entendê-los enquanto categoria histórica que possui uma perspectiva simbólica própria, e nela se condensam os mecanismos de adesão e conservação dos seus conhecimentos.

No que compete à assistência técnicas desenvolvidas no município de Bom Repouso (MG), os agricultores explicam que essa é feita pelos agrônomos da Emater. Na opinião dos agricultores, quando chegam pessoas com vontade de desempenhar ações com eles, até que se têm bons resultados, mas quando vem remanejado devido a proximidade com a aposentadoria, não há condições de comunicação, como podemos verificar nesse relato:

[...] Então quando vem sangue novo ajuda mais. Mais quando é técnica em fim de carreira a coisa não vai para frente. Mas, com relação a Emater funciona? É quando igual esse técnico que estava aí não funcionava. A gente foi para um congresso em Belo Horizonte e José Silva que era o presidente estava lá aí eu disse: Olha seu Zé o senhor mandou um técnico para lá mais não esta funcionando, senhor o mandar pegar duas tartarugas é capaz de ele deixar escapar uma. Então ou o senhor troca o homem ou nós vamos cancelar o convênio com a Emater na nossa cidade. Aí ele tomou a ação dele né, tendo em vista que ele estava frente a uma reclamação de alguém que estava usando o serviço aí ele fez com que o técnico agisse mais e depois de seis meses ele foi trocado. (depoimento coletado com **Jose Lidelmo de Andrade entrevista concedida em 12 de julho de 2010**).

Na opinião do senhor Silvanei, os agricultores têm uma relação boa com Emater. Mas o problema, na verdade, está mais associado a eles trazerem técnicos que não estão familiarizados com a cultura plantada no município, como podemos observar no trecho que se segue:

A relação com a Emater é boa: não é ótima, mas é boa, pois eles trazem agrônomos que não são especialistas naquele cultivo, por exemplo, se a Raquel sair hoje eles traz um do triângulo mineiro que mexe com cana que não entende nada da lavoura daqui até eles se acertarem e se entender do assunto fazer cursos, quando ele tiver se adaptando mandam para outro lugar e traz outro. (depoimento coletado com **Silvanei Cesar da Silva, entrevista concedida em 14 de julho de 2010**).

Consideramos que esse é um dos aspectos importante, pois quando nos propusemos a esse estudo, a escolha por investigar o histórico da extensão rural no Brasil estava diretamente vinculada à necessidade de se compreender como esse modelo de formação interferiu nas opções dos sujeitos e como interferiu na afirmação de uma lógica que se encontra vigente até os dias atuais. É importante principalmente, por entendermos que ela dá pano de fundo para se compreender a análise feita por Freire (1983) acerca do extensionismo rural no Brasil. Na visão de Freire (1983), muitos dos problemas que vivenciamos no campo é fruto dessa concepção errônea, ou seja, o que se promoveu e se promove até os dias é extensão, compreendido como transferências de tecnologia e não comunicação. Os programas educacionais foram de extrema importância para adesão dos agricultores aos pacotes tecnológicos e a formação dos técnicos agrônomos, esteve fortemente vinculada ao processo de modernização conservadora. Consideramos importante salientar também que esse conhecimento é especializado. E percebemos a relevância desse detalhe quando conversamos com os agricultores sobre assistência técnica e observamos que todos fazem a seguinte análise: “quando eles são especialistas em outra cultura que não é a que estamos plantando fica difícil.” De acordo com os relatos, em Bom Repouso (MG) passaram vários técnicos, uns

especialistas em gado, outros em café, mas especialista em batata e morango até o presente momento não passou nenhum.

Nunes (2010) em seu estudo explica o quanto essa relação agricultor e técnico extensionista é precária. Nos dados da autora, observa-se que os agricultores, na sua grande maioria, recorrem a informações sobre que tipo de agrotóxicos ou insumos agrícolas a serem utilizados, com os vizinhos e com os donos das casas agropecuárias. Mas dificilmente recorrem à assistência técnica.

Essa informação de Nunes (2010) se confirmou no momento em que fomos conversar com a agrônoma da EMATER, Raquel Helena do Amaral. A agrônoma não se predispôs a conceder uma entrevista, alegando que estava há pouco tempo no município e não tinha total domínio da realidade dos agricultores. Mas na conversa que tivemos informalmente ela explicou que, “os agricultores não buscam informações junto a EMATER, quando muito vêm até nós quando querem mandar um projetinho para o PRONAF.” Mas a técnica justifica que “eles não vêm porque na verdade não querem ouvir que estão errados na sua forma de fazer”. Ou seja, a técnica assume a postura que Freire (1983) salienta o do não diálogo.

O que se observa é que os programas de extensão que visam à máxima aderência dos agricultores ao pacote tecnológico conservador não conseguem obter um completo sucesso na sua investida, pois os atores sociais não se rendem totalmente e passam a desenvolver diversas estratégias para superar essa tentativa de usurpação e, passando a colocar em evidência uma permanente resistência. Como bem afirma Brandão (2007), esses atores sociais colocam em campo uma contrarracionalidade e está reforçando sua cultura e reafirmado a sua sensibilidade, e isso também é perceptível nos depoimentos dos agricultores quando eles reforçam elementos da cultura como fato agregador com o resurgimento da *Congada*, a título de exemplo, ou quando eles aderem à reivindicação do filho para plantar três árvores para cada uma que foi cortada, são práticas que muitas vezes parecem antirracionais e ultrapassadas por serem acionadas por sistemas de ideias e estilos de ação fora do tempo e do lugar, mas a nosso ver e acordando com Brandão (2007), Wanderlei (2000) Martins (1975) entre outros, trata-se da defesa de espaços de vida e de trabalho no campo e, portanto, não podemos negligenciá-los, são espaços carregados de relações sociais, e também de simbologias. Assim, diante do avanço expropriador e uniformizante do capital flexível, todas as supostas antirracionalidades que a eles se opõem, podem ser compreendidas como diferentes alternativas de outras racionalidades.

Entendemos que esses espaços sociais são diversos e que a lógica do agricultor está alicerçada no *habitus* e esse tem sido facilitador da sua manutenção em quanto agricultor no campo e tem, inclusive, possibilitado reforçar valores como autoestima, a solidariedade, a sociabilidade entre os agricultores. No entanto, a nossa tese de que as suas trajetórias anteriores garantiriam o fortalecimento do *habitus* e do *Ethos* e facilitaria a internalização dos cuidados com o meio ambiente e o trabalho de maneira coletiva conforme teoriza Bourdieu tem uma parcial confirmação, pois os agricultores acionam seu *habitus*, mas não conseguiram ainda promover transformações duradoras e devido à lógica capitalista de produção alicerçada na desqualificação do conhecimento dos atores sociais esta ainda tendo muita força. Sendo assim, o que verificamos é que o modelo de produção agrícola capitalista está em disputa com a produção que tem a lógica de preservação e conservação ambiental. E as políticas de fortalecimento da vertente ecológica ainda são insuficientes.

3.6 O trabalho associativo dos atores sociais analisado na perspectiva dos conceitos de *habitus* e do *Ethos* de Pierre Bourdieu.

No decorrer dessa parte da nossa tese nos propusemos a analisar os depoimentos dos agricultores de Bom Repouso (MG). Percorremos, por meio das narrativas desses atores sociais, as várias etapas do processo de formação da associação de produtores. Nessa parte final desse capítulo daremos ênfase aos relatos que nos levam a compreensão do trabalho associativo dos atores sociais analisados na perspectiva dos conceitos de *habitus* e do *Ethos* de Pierre Bourdieu.

Na análise dos depoimentos observamos que à medida que se adentra ao processo de formação da associação, conseguimos identificar as motivações que levaram os agricultores a compor a primeira associação, como essa se modifica de forma a se tornar um espaço de produção orgânica e quais foram os fatores que posteriormente levaram os agricultores a criarem a Associação “Coração do Vale”. Podemos afirmar que esse contato foi importante para a elaboração dessa tese, pois acompanhamos pelas narrativas dos agricultores e no contato direto com esses atores sociais o processo de construção de uma associação, as contribuições para a coletividade, as implicações de cada etapa desse processo de sua formação, e mais, o contato com os agricultores de Bom Repouso possibilitou entender como o conceito de *Habitus* e *Ethos* estão presentes nesses atores sociais e como é possível evidenciá-los no trabalho associativo desenvolvido por esse grupo de trabalhadores.

Cabe lembrar que a motivação para a compreensão desse processo era identificar a potencialidade do trabalho associativo dos agricultores como precursores de possíveis transformações ambientais na recuperação da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu. Os dados coletados, ao longo desse estudo, permitiram a compreensão de que a organização dos agricultores tem proporcionado melhoria das condições de vida de cada um de seus componentes, pois agora eles conseguem agregar valor econômico a sua produção de maneira mais condizente com as suas necessidades. E o mais importante nesse processo, foi a identificação de que essa nova realidade construída pelos agricultores, traz consigo também valores humanos que, por vezes, são esquecidos ou adormecidos nessa relação de acumulação capitalista que promove a desacumulação das relações humanas. Isso fica muito claro quando os agricultores descrevem o que mudou nas suas vidas pessoais, e o quanto essa forma organização influenciou no modo como agora eles se entendem. Verifica-se que as alterações se dão nos aspectos objetivos, pois agora eles têm renda econômica, e também, nos aspectos subjetivos, na medida em que a visão que eles têm de si mesmo tem se alterado principalmente no que se refere à sua autoestima, à forma de convivência da solidariedade e a relação de sociabilidade.

A organização na forma associativa nos permite avaliar a construção do *Habitus* e do *Ethos* nos agricultores do Bairro dos Garcias (MG), pois esses atores sociais apresentam algumas particularidades na forma de pensar e agir a sua ação produtiva e social. Esses componentes são a solidariedade, a religiosidade, a sociabilidade que aparecem de forma explícita nos discursos de todos os agricultores entrevistados, como podemos identificar no depoimento do senhor João Batista:

[...] eu sou muito religioso, e acho que é isso que Deus espera da gente na Terra, que sejamos solidários, foi assim, no Egito. E depois da associação tudo mudou antes, uma pessoa podia estar passando necessidade e ninguém sabia. Hoje todos têm renda maior que um salário mínimo por mês e isso faz toda a diferença. **(Depoimento de coletado em 12 de julho de 2010, depoente João Batista).**

Segundo Pereira de Queiroz (1973) essa questão da religiosidade é própria de comunidade de bairros rurais:

[...] se organizam como grupos de **vizinhança**, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal [...] (QUEIROZ, 1973 p.195).

Para entender o depoimento do senhor João Batista, tomamos de empréstimo as elaborações teóricas de Candido (1997), quando menciona que os bairros rurais se organizam ligados à *origem familiar*, ou seja, por laços de parentesco – que deram início à exploração de determinada área e iniciaram o seu povoamento. Como já relatamos na descrição da área de estudo, os bairros em Bom Repouso (MG) têm sua origem nas migrações francesa e espanhola, esses grupos familiares migraram para a região do sul de Minas Gerais e formaram os bairros do município de Bom Repouso a partir das famílias originárias sendo essas, Garcias, Brandão e Andradas. E no caso de casamento entre os moradores de bairros diferentes, estabeleceu-se que se a pessoa é do sexo feminino mudasse para o bairro do marido. Candido (1997) destaca que é preciso entender que a organização no bairro rural está associada à base territorial e também aos laços de *solidariedade de parentesco*, de modo a fortalecer a unidade do bairro e desenvolver a sua consciência própria.

No que compete à questão religiosa, Candido (1997) ressalta que a *vida lúdico-religiosa* é um elemento de definição da sociabilidade caipira, podendo contar com eventos mais amplos e organizados, geralmente realizados em capela consagrada a um determinado santo, ou por rituais religiosos menos formais de caráter doméstico – rezas, novenas e terços, realizados por vezes para o cumprimento de promessas. Podemos verificar que esse aspecto da vida religiosa que o autor descreve, está muito presente no Bairro dos Garcias, inclusive assumindo um papel articulador da solução dos problemas sociais. No depoimento do senhor Anilton, quando questionado se tinha por parte deles um interesse em trabalhar de forma comunitária, o agricultor explica que:

[...] eu acho que sim, porque nós somos dois bairros, eu sou do bairro da Chapada, mais aqui sempre foi um povo familiar unido. E o pessoal que é dos Garcias eles toda a vida foram unidos, sempre fizeram parte da comunidade da igreja, sempre teve união, sempre teve, não tanto quanto hoje mais tinha, para uma reza, uma missa tudo. Então eu acho que hoje vem tudo do familiar, antigamente os pais do Goiano tinha o congado não é? Depois que levantou a família aí levantou o congado. Eu acho que foi isso que ajudou tanto a montar esse grupo. **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, 12 de julho de 2010).**

Nesse relato podemos perceber que o agricultor ressalta o fator agregador da cultura, quando retrata o resurgimento da *Congada* no interior do grupo. Esse fator é importante para o nosso estudo, pois anuncia, tal como formula Brandão (2007), que há outras racionalidades presentes na sociedade, sendo postas em um campo de disputas. Os agricultores, ao retomarem as suas práticas culturais, rompem com a concepção capitalista mercantil. Esses

atores sociais têm mostrado que mesmo com toda opressão e tentativa de imposição de uma única forma de pensar e agir, eles resistem e rompem esse elo, mostrando uma outra forma de se relacionar e ver o mundo. Colocando em evidência uma lógica mais solidária e humana.

Consideramos que é importante estar atento a essas contrarrazões, pois como afirma Leff (2009), à sociedade capitalista tem por base atividade produtiva que visam apenas à racionalidade econômica e essa tenta reduzir tudo sob pressupostos mercantis. Diante disso é necessário desenvolver outra racionalidade, que tem a cultura como mediação dos processos econômicos e ecológicos, pois, ao colocar a economia como foco primordial, acaba por não avaliar as influências da formação do pensamento dos seres humanos, evidenciando, assim, relação de poder, que muito bem analisada por Bourdieu (2003), quando discute a concepção de campo, no seu livro *O Poder Simbólico*.

Corroborando com Leff (2009), Whitaker (2006) ao fazer uma aproximação entre Cultura e Ecossistemas ressalta que se deve buscar reverenciar a natureza, porém, isso não significa uma proposta de retorno às condições primitivas, sim de uso da tecnologia de forma desvinculada da ideia de lucro proposta pela racionalidade capitalista. Whitaker (2006) considera que é possível se utilizar essa tecnologia para resgatar o ecossistema de algumas culturas que sobrevivem em meio ao caos promovido pelo industrialismo. Para a autora, o caminho para se salvar a biodiversidade está em preservar as culturas tradicionais e explica que é preciso avançar numa Ciência que tenha como base as teorias da complexidade, para assim, pensarmos na solução para os problemas do planeta. A forma de se conseguir atingir esse objetivo é evitando violentar a natureza e insuflar sobre a cultura dos diversos grupos sociais. É preciso propor um respeito a essa cultura, pois quando ela é bem integrada promove o equilíbrio ambiental, social. Essa aproximação entre o pensamento desses autores é importante, porque com a nossa tese, em acordo com Whitaker (2006), não estamos propondo o retorno às práticas primitivas. Nesse estudo reconhecemos que o progresso científico é importante e necessário, mas propomos uma relação respeitosa e equilibrada entre os dois campos, da cultura tradicional e da tecnologia enquanto conhecimento e não enquanto forma de usurpação da cultura do outrem.

Outro ponto importante que Whitaker traz nas suas reflexões sobre “cultura e ecossistema” é que fazendo uma referência aos escritos de Freire (1977) em que ele explica que “o ser humano é um animal inconcluso”, e que se necessita fazer evoluir ainda mais a sua cultura para completar a sua humanização. Portanto, trata-se de uma relação dialética em que há uma necessidade de retroalimentação entre a produção da cultura e a humanização. Diante

das explicações de Whitaker (2006) reafirmamos que é preciso ter nas pesquisas um respeito pela cultura do outro e principalmente compreender que à medida que o capitalismo incide sobre os agricultores o que estava em jogo era uma imposição ideológica e tratava-se da tentativa de um processo de dominação sobre a cultura. Então quando se questiona a escolha dos atores sociais por um ou outro modelo produtivo, é preciso observar suas ações como fazendo parte desse processo constante de tentativa de dominação.

Diante dessa constatação observamos no discurso dos agricultores, eles articulam estratégias de preservação da cultura e ao mesmo tempo criam possibilidades de se reproduzirem enquanto produtores, na tentativa de superação dessa ação de evitando assim, a sua completa dominação.

Na continuidade da análise dos discursos dos agricultores recorremos a Antônio Candido e Pereira de Queiroz, pois esses atores nos permitem pensar que a cultura os desses agricultores sendo colocada em prática também significa uma resistência. Os autores atribuem às relações de solidariedade, reciprocidade, sociabilidade existente na dádiva nos domínios do mundo rural, entre pequenos produtores. A diversidade de práticas e ações permitidas pelo processo associativo está bem fundamentada e já é desenvolvida pelos próprios atores sociais nas comunidades rurais no tempo presente, a partir de princípios como a cooperação, a solidariedade, a ajuda mútua, representando, portanto, um registro concreto de que “esta tradição não se perdeu”. Entre os pontos altos da cultura religiosa local está a representação da Paixão de Cristo encenada por jovens atores locais, a festa de Nossa Senhora das Graças, a festa de São Sebastião do Roque, entre outros eventos dessa natureza.

Nesse momento da nossa análise é importante ressaltar uma questão pertinente para a nossa pesquisa. Os agricultores apresentam uma lógica diferenciada, isso fica perceptível quando relatam a sua adesão ao associativismo. Nas narrativas, eles não fazem mais o discurso no plano individual, suas colocações são sempre articuladas na primeira pessoa do plural, o que demonstra uma consciência solidária e plural. Consideramos que essa observação é pertinente porque evidencia que esses sujeitos, embora queiram se inserir no mercado, não se associam dentro de uma perspectiva de padrões inspirados no individualismo capitalista. Os discursos dos agricultores destacam sempre o resgate da esperança, autoestima, desenvolvimento da harmonia familiar e comunitária, os quais não havia antes da existência da associação. Todos os entrevistados afirmam terem se tornados melhores e mais tolerantes em relação a si mesmos, suas famílias e vizinhos.

Para reforçar as afirmações acima, passaremos a apresentar os dados que comprovam a existência dessa perspectiva da esperança garantida pelo trabalho coletivo, e também, de melhoria da autoestima do grupo. Quando perguntamos aos agricultores sobre se, o fato de trabalhar associado muda as relações entre eles, as respostas são sempre afirmativas, indicando que o trabalho coletivo é agregador, como podemos verificar nessa narrativa do senhor Anilton:

Muda, porque a pessoa deixa de ser individualista n/é de querer só pra si, sem pensar no vizinho, no amigo, no meu próximo, só quer melhora a vida. Hoje eu quero melhorar de vida, mas os quero que os outros sócios e colegas de cooperativa melhorem também. Quero que todo mundo melhore a situação financeira e que aprenda também, que faça os cursos. Esse é o lado que a gente torce também não é antigamente eu ficava no meu mundinho, cuidando da minha lavoura no meu mundinho **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, 12 de julho de 2010).**

No depoimento do senhor Lidelmo encontramos um elemento muito significativo que diz respeito à mudança na sua vida pessoal, pois como foi identificado em outras partes do seu relato, anteriormente à adesão à associação ele se achava uma pessoa “inútil” devido ao seu problema de saúde e o envolvimento com drogas. No entanto, tudo se alterou na sua vida quando passou a participar da associação. Tanto é que agora sua voz tem peso dentro do grupo e ele tem uma representatividade entre os agricultores associados.

Minha autoestima aumentou muito, eu passei a me sentir útil, vinha de uma dificuldade com bebida e droga n/é. Então eu [...] na minha cabeça que eu era um inútil porque todo mundo me via assim né. Então eu também me via assim dessa forma. Mas, aí minhas ideias passaram a ter peso na associação né. Não é que eu decidia por eles, mas eles começaram a analisar que o que eu falava valia apenas fazer e aí, eu me senti útil a um grupo né. E como eu tinha colegial, eu estudei curso de técnica eletrônica eu tinha boas ideias n/é. Mas o meu passado não dava crédito às ideias. Aí quando eu abandonei o vício e passei a fazer parte desse grupo as minhas ideias tiveram peso, aí a associação deu até uma deslanchada, fomos juntos seguiram as minhas ideias, eles me apoiaram e eu apoie as deles né. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

Como podemos perceber, graças a essa relação de troca entre ele e a associação, a sua autoestima melhorou e o grupo deslanchou, pois eles entendiam a importância dessa relação que se estabeleceu por meio da associação, como se observa no relato a seguir:

As ideias deles eram boas mais às vezes faltam uns ajustes que a minha experiência de “malandragem” que eu adquiri ao longo de 20 anos de uso de droga. Essa malandragem eu trouxe para dentro da associação de saber lidar com pessoas estranhas em jogar duro quando foi preciso. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

Devemos destacar que o que Lidelmo esta chamando de “malandragem”, na verdade, nada mais é do que a capacidade dele solucionar problemas enfrentados pela associação, para tanto, o agricultor aciona o *habitus* linguístico. Esse tipo de *habitus* explica a facilidade pela qual agora os agricultores ganham autonomia e passam a se posicionar de maneira política e social. Segundo Bourdieu (1983) O *habitus* linguístico é algo mais do que competência, pois não é apenas um discurso, mas algo constituído das condições sociais existentes. Ou seja, é a produção de um discurso, mas esse se encontra ajustados a uma situação, ou de preferência, ajustados a um mercado ou a um campo (BOURDIEU, 1983a, p. 95).

Para complementar essa informação, o agricultor menciona como as relações se alteram, como um todo, no interior do grupo depois que ele passa a participar da associação. No seu relato agricultor explica que, as pessoas eram “muito humildes e abaixavam a cabeça ao serem postas à prova pela vida”. No entanto, menciona que no seu caso as coisas eram diferentes, devido a sua experiência de ter passado por muitas situações, não mais se subjugava às condições impostas. E acrescenta que o fato de saber se colocar, tem lhe conferido o reconhecimento do grupo, como sendo uma liderança na associação. De acordo com a sua narrativa, as suas habilidades são exercidas no momento em que necessita fazer uma negociação com os atravessadores da produção, ou quando precisa garantir benefícios a comunidade junto ao poder político local. O agricultor, no entanto, afirma que a troca é mútua, ele atribui aos demais a sua habilidade e eles retribuem com reconhecimento, com acolhida e com afeto.

O povo da associação era um povo muito humilde. Um povo que abaixa a cabeça. Muitas vezes eles abaixavam a cabeça com as dificuldades da vida. Essa escola de coisas erradas possibilitava que eu soubesse lidar enfrentar com esse povo mal né. Que queria escravizar eles porque são produtores de morango. Eles queriam que eles trabalhassem, mas, queria pagar pouco. Aí eu fui falando e a voz deles começou a ser ouvida. E aí ajudou a minha autoestima no sentido “deu” saber que eu podia fazer algo por alguém e recebi em troca o amor, a aceitação, então eu dei primeiro para depois eu receber tudo que hoje eu tenho n/é. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade.)**

Entendemos que a construção e a consolidação do *habitus* têm relação estreita, num primeiro momento, com a sociabilidade que ocorrem na comunidade, envolvendo depois a sociedade num sentido mais amplo. Nas relações familiares e na comunidade é que se consolida a reciprocidade. E os laços sociais são os fatores primordiais para a consolidação das práticas dos atores sociais.

Em concordância com a avaliação acima apresentada, temos o depoimento do senhor Amilton, um dos membros da Associação “Coração do Vale”, que destaca essa relação:

[...], além disso, a gente e sócio né e trabalho unido à gente e uma família, eu sei o que esta acontecendo com o *Lidelmo* com o *Tista* (João Batista) a gente confia um no outro né às vezes um compra um produto que sabe que e bom orienta o outro. Então e essa a convivência. **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, 12 julho de 2010).**

Na análise dos relatos acima podemos observar que o resgate da cidadania e da solidariedade foi fruto da convivência desses atores sociais nas reuniões periódicas. Mas devemos enfatizar que o mais importante nos dados que apresentam são as possibilidades de todos terem vez e voz, são os estímulos as participações nos cursos e nas palestras. Essa é uma perspectiva que está presente nos depoimentos coletados junto aos agricultores associados do “Coração do Vale”.

Os agricultores afirmam em seus relatos terem melhorado a qualidade de vida por meio da renda e das atividades praticadas na associação e ressaltam, ainda, o anseio de trabalhar em harmonia com a natureza e de forma a disseminar a consciência ecológica, e o respeito aos consumidores dos seus produtos.

O depoimento do senhor Anilton esclarece que as concepções acerca do meio ambiente têm mudado entre os agricultores:

[...] Muito!!! Olha de primeiro o pessoal só pensava em plantar na beira do rio, na beira de nascente. Hoje pelo mesmo o pessoal que está envolvido na associação não. Mais de uma maneira geral na agricultura tem muitos. Mas quando os bairros pedem para dar uma palestra porque estão querendo montar associação, aí você vê que as pessoas estão mudando muito. Hoje você fala de cortar uma árvore as crianças falam não. E se você corta um pé de embaúba você tem que plantar três. Eu tinha uma árvore encostada na minha casa e ela estava dando problema eu precisava cortar a árvore. Mas, meus filhos me fizeram plantar, três árvores para depois derrubá-la. Então você vê que a consciência esta melhorando, já melhorou muito antigamente não, o sujeito estaria jogando a sujeira na beira do rio. **(entrevista coletado com Anilton Rodrigues da Silva, 12 julho de 2010).**

O relato do agricultor nos permite compreender que a lógica dos agricultores, pelo menos com relação aos membros da associação, tem se alterado de forma a incorporar as preocupações ambientais. Ele esclarece que as pessoas, antes dessa convivência com a associação, só queriam plantar na beira do rio, mas agora eles entendem porque é importante preservar o meio ambiente. No seu depoimento, ele expõe o papel da educação nesse processo

quando menciona que, quando precisa contar uma árvore, os seus filhos não deixaram, até que ele plante três para aquela que será retirada.

Ainda com relação às questões ambientais, o senhor Silvanei esclarece como devem ser feito os incentivos de políticas públicas para a produção de orgânicos, de acordo com sua opinião:

[...] mas eu acho que o governo deveria incentivar mais o produtor orgânico, por exemplo, ter incentivo de juros, de financiamento alguma coisa assim para o produtor orgânico. Porque enquanto dois, três, tá destruindo tem um tentando levantar de novo o que foi destruído aí eu acho que falta muito compreensão do governo. **(Silvanei Cesar da Silva entrevista concedida em 14 de julho de 2010).**

O agricultor enfatiza dois aspectos importantes: primeiro, que a política agrícola de incentivo a produção orgânica ainda é ineficiente; e o segundo aspecto, que enquanto têm algumas pessoas pensando na perspectiva ambiental têm outros destruindo.

Você fala das normas eu não estou acompanhado isso não. Aquilo mesmo, tal crédito de carbono eles poderiam fazer um tipo de um projeto que aqueles agricultores que são agroecológicos eles ganhariam futuramente crédito de carbono para vender como ação na bolsa de valores quer coisa melhor do que isso cada vez que você deixasse de emitir gás carbono na atmosfera, mas crédito ganhava junto ao governo, sei lá se [...] eu não sei como iriam fazer isso, mas devia ter um projeto sempre que um agricultor orgânico se estruturar mais ter uma linha de crédito. Aí ele falava você ajudou tanto a melhorar a natureza a água, o solo, tal, tal você tem direito a um financiamento de tantos mil. Não sei como, mas eu acho que foi uma ideia que eu tive quando estava lá na roça. Eu tenho acompanhado isso aí né tenho visto que tem muita gente vendendo na bolsa de valores. **(Silvanei Cesar da Silva entrevista concedida em 14 de julho de 2010).**

Nesse trecho do depoimento do Senhor Silvanei, ele explica como pensa essa política pública de incentivo à produção orgânica. Em sua opinião poderia ser pensado em crédito de carbono, para aqueles que deixassem de produzir de maneira poluente. A conversa com o agricultor é bastante instrutiva, pois o Senhor Silvanei possui o *habitus* linguístico, e tem introjetado nele o *Ethos* os cuidados com o meio ambiente. Mas ainda tem uma visão mercantil dos processos produtivos. Ele acompanha as discussões ambientais que estão sendo formuladas nos fóruns de discussão, e o agricultor traz o aspecto da transformação da relação com a natureza no seu discurso, afirmando que essa mudança ocorre devido à vivência em coletividade. No entanto, é preciso dizer que essa racionalidade de preservação, também é um processo de transferência de saberes. A nosso ver, igualmente foi sugerido para o agricultor que somente por meio do processo modernização conservadora a agricultura desenvolvida por

eles poderia ter o aumento da produtividade melhorando as suas condições sociais. Na verdade, o que ocorreu, e ainda acontece, é que há uma constante tentativa de imposição das sociedades industriais para uma mudança do padrão produtivo. E essa acaba por desorganizando a produção centrada no valor de uso para subordiná-la às necessidades de reprodução e ampliação do capital e para tanto, concebeu-se a natureza como objeto e base da exploração humana. E o que observamos na atualidade que o discurso da importância da preservação ambiental está sendo colocado e começou-se um processo de tentativa de imposição de entendimento da importância da natureza, mas não enquanto vivência transformadora, mas sim apenas como campo de um discurso, já que as bases produtivas continuam as mesmas e não se alteraram ao longo dos anos. Esse será o motivo para que não tenhamos até o presente momento transformações duradoras no que competem as questões ambientais. As ações dos agricultores nesse campo ainda são pontuais e estão comprometidas pelo modelo econômico que exige uma produção capitalista que está incidindo de maneira mais enfática, por isso não podemos ainda dizer que associação de produtores do bairro dos Garcias é capaz de promover transformações no entorno da Bacia do Rio Mogi-Guaçu. O que nesse momento podemos dizer é que a vida em uma perspectiva associativa faz com que eles ponderem todos essas questões de maneira coletiva e também apresentam perspectivas de mudanças futuras, pois esse processo educativo é um contínuo na vida dos indivíduos.

Ainda utilizando os depoimentos para compreender a ação dos agricultores frente à questão dos aspectos ambientais, vamos analisar o discurso de João Batista. O agricultor em seu depoimento afirma as relações com o meio ambiente têm se alterado como podemos observar no trecho abaixo:

[...] mudou nosso jeito de pensar a produção agora a gente é mais preocupado com a saúde, em produzir com respeito ao solo, com respeito ao consumidor. Antigamente a gente pensava um jeito de produzir só. Agora a gente já pensa em produzir com qualidade respeitando o consumidor desse produto. **(João Batista, entrevista concedida em 12 de julho de 2010).**

Essa afirmação do agricultor tem relevância, pois mesmo o grupo de produtores tendo voltado à produção em moldes convencionais, todos aqueles que passaram pela associação de orgânicos defendem que não é mais possível plantar de maneira convencional e tem apostado na possibilidade de adequação do cultivo para conseguir a certificação de morango integrado.

[...] sim estou no grupo. A rastreabilidade veio assim, produção integrada de morango, uso controlado de agrotóxico, preservação do meio ambiente e com controle das leis trabalhistas, não pode ter camarada sem registro, tem que ter tudo legalizado né, mas são inúmeras as regras coisas de umas oitenta regras que você tem que seguir e para você fazer essa mudança assim de uma vez o produtor não consegue. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

Segundo Calegario e Antunes (2010), pesquisadores da Embrapa explicam que o morango adquiriu um estigma nos últimos anos, de ser um produto contaminado por agrotóxicos, que gera insegurança no setor produtivo.

Nesse contexto, ferramentas que ajudem na conversão de um sistema convencional para um sistema mais sustentável aparecem como boas opções. Com o intuito de romper com esse estigma passa-se recomendar ao trabalhador rural produtores de morango a adesão ao sistema de cultivo integrado seguindo a normatização da certificação PIMO –Normalizado por Instruções Normativas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o sistema integrado de produção estabelece uma série de procedimentos que, ao final, garantem um produto de melhor qualidade e livre de resíduos de agrotóxicos. Outro item importante do sistema é a adoção das boas práticas de produção que determinam critérios para o manuseio e a embalagem das frutas, seguindo sempre rígidas regras de higiene. Na produção integrada, todos os procedimentos são anotados em cadernos de campo, o que garante a rastreabilidade, uma espécie de registro de todas as etapas pelas quais o produto passou até chegar às mãos do consumidor.

Segundo o documento da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, os produtores na região do Sul de Minas estão firmando parceria com o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) para a utilização de um selo de rastreabilidade. Além de maior controle de qualidade e garantia de produto dentro dos padrões permitidos de resíduos, os produtores agregam valor à sua produção e aumentam sua lucratividade. A iniciativa inédita vai proporcionar mais confiabilidade aos morangos produzidos no sul de Minas.

O selo, criado por duas empresas privadas do setor agrícola no município de Pouso Alegre (MG) junto com os produtores da região, é afixado nas embalagens de morangos que vão para comercialização e cada produtor tem um código, que é inserido em um espaço destinado para isso. Outros benefícios que o selo de rastreabilidade traz são a organização da classe produtora, a segurança de consumir morangos produzidos com alta qualidade, respeitando a legislação do uso de agrotóxicos e o meio ambiente, o acompanhamento detalhado das entregas e do histórico de compras. Também é possível ter acesso à cópia das

análises de resíduos feitos nos morangos, no qual é possível ver o tipo de resíduo presente e se a quantidade está dentro do permitido na legislação.

O que o senhor Lidelmo está explicando é que o objetivo deles é conseguir o certificado de morango integrado, mas para isso é preciso adequar a produção; são mais ou menos oitenta regras. Ele os demais agricultores do grupo ainda estão na fase da rastreabilidade.

A rastreabilidade é menos regras por volta de umas quarenta, a trinta e oito que você tem que seguido. Então é aí que é iniciado a produção integrada. É a mesma coisa que você entrar no pré para depois entrar na escola para continuar os seus estudos. Então fazer a essas trinta e oito regras da produção de rastreabilidade e ter o selo de que seu morango é rastreado e o consumidor lá na casa dele acessar a internet com o código que está no selo ele vê a foto da sua lavoura, vê a tua foto de produtor ali na roça, saber que você pulverizou no dia tal, que você usou o produto que não era agrotóxico, isso dá uma certa credibilidade para o seu produto, mas não é produção integrada ainda. Mesmo porque o governo precisa resolver algumas regrinhas que estão no ar ainda. Produção integrada ainda existe mais para maçã, para outras culturas para morango ainda está precisando definir algumas coisas, mas é o primeiro passo, se nós não fizermos a rastreabilidade, na hora a gente não vai saber fazer a produção integrada. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

Embora o agricultor mencione essa preocupação da rastreabilidade e da possibilidade de se produzir o morango integrado, ele explica que no que se referem às questões ambientais elas têm mudado, mas muito lentamente. Na verdade, ele parece ter dificuldades em fazer uma análise coletiva:

[...] é, falando de mim melhorou. Mas, ainda existe umas mentes meio pesada que acham, que a renda é pequena, então tem que plantar mais perto do rio para ficar mais perto da água né. Mas, isso fez com que a pessoa tivesse mais preocupação, às vezes até usa a margem mais próxima do rio, mas eles perguntam. Para mim por que sabem que eu faço parte do conselho do CODEMA. Eles então perguntam como é que fica se eu plantar vai dar problema? Então é o seguinte a gente orienta. **(entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).**

O senhor Lidelmo é presidente do conselho de desenvolvimento rural sustentável e em seu depoimento afirma que por meio da ação dessa entidade foi possível promover uma série de melhorias para áreas de cultivo com recurso do governo federal. No entanto, para adquirir esses recursos é preciso que o agricultor obedeça a uma série de regras estipuladas pelo conselho, entre as regras estão as adequações trabalhistas e ambientais.

Sendo assim, quando os agricultores estão dispostos a desobedecer às regras estipuladas, vem até o senhor Lidelmo para perguntar quais seriam as sanções que seriam impostas a eles, caso desobedeçam às regras estipuladas pelo conselho. Seguem trecho depoimento em que o senhor Lidelmo explica como ele age nessas situações.

[...] se você plantar perto do rio a patrulha mecanizada não vai trabalhar para você porque no regimento interno está escrito lá que para usar a patrulha mecanizada tem que preservar o meio ambiente, não pode arar perto de mina e nem perto de rio. Então se você quiser esse serviço você tem que plantar mais longe. Então às vezes não é pelo amor mais pela dor que faz ser ambientalista (risos), mas funciona. Eles têm medo de multa também, então [...](entrevista concedida 12 de junho de 2010, senhor Jose Lidelmo Andrade).

O programa de Desenvolvimento agrícola sustentável tem gerado sanções aos agricultores para fazer com que eles passem a respeitar a legislação ambiental de preservação e conservação das áreas de preservação permanente. No entanto, como bem definem o senhor Lidelmo e os demais agricultores, essas prerrogativas não alteram a prática por completo porque elas assumem um caráter paliativo. E esse fato é até ironizado pelo agricultor ao afirmar que os agricultores passam a ser ambientalistas pela obrigatoriedade, “Então às vezes não é pelo amor mais pela dor que faz ser ambientalista (risos), mas funciona”.

O depoimento do senhor Lidelmo nos leva a crer que as coisas estão mudando no campo, mas no seu relato enfatiza outra questão que é a do medo das sanções. Esse medo esta presente também com relação às leis trabalhistas.

A lógica campesina que permitia práticas como troca de dias, e a contratação de uma pessoa pagando a diária, não pode mais ser a tônica no campo. E mesmo, a relação de trabalho dentro da própria família está sendo restringida pela lei, devido a não permissão do trabalho de adolescentes e crianças, nem mesmo num contexto de ajuda ao trabalho familiar. De acordo com a lei, aquele trabalho educativo em que os pais tinham os filhos por perto e os orientavam acerca do plantio, do trato com a terra não pode mais ocorrer.

Consideramos importante salientar que a questão do trabalho é de grande importância na nossa análise, pois entendemos, tal como Saviani (1989), que o trabalho é o que constitui a realidade humana e sua formação está centrado no trabalho, isto significa que é por meio do trabalho o homem produz e reproduz sua existência. Ou seja, é por meio desse trabalho, que o homem vai produzindo as condições de sua vivência e vai transformando a natureza e criando a cultura, por isso é preciso entendê-lo a fundo. Com o intuito de entender

essa relação de produção de cultura por meio do trabalho é que ressaltamos o depoimento de Silvaneí no qual esclarece que essa prática de levar os filhos para a área de cultivo sempre existiu e que ele aprendeu a plantar com seu pai.

[...] eu trabalho na agricultura desde quando eu era pequeno praticamente, meu pai plantava batata, na década de 90 a 95, aí a gente gostava porque ele levava a gente junto e aí a gente começou a gostar de trabalhar na roça né.
(Silvaneí C. da Silva, 14 de julho de 2010)

Como é possível ver a prática de levar os filhos ao trabalho como sendo um auxílio era também uma ação pedagógica. E essa era uma prática bem comum entre os agricultores e não só de Bom Repouso (MG), mas no mundo rural como um todo. E que de certa forma reflete o *habitus*, pois são introjetado nos sujeitos esses saberes constituídos ao longo das suas trajetórias de vida.

Os agricultores buscam a inserção no mercado, mas de alguma forma deixam transparecer a possibilidade de reproduzir uma prática mais adequada ao seu *ethos*, ou seja, deixam claro que há resquícios de outra lógica produtiva. Entendemos que há nesses atores sociais evidência do *habitus*, pois, embora a estrutura econômica exija a máxima adesão ao modelo produtivo capitalista, eles ainda trazem para sua prática concepções e modos de fazer mais condizentes com a sua cultura, mas operacionalizam dentro da estrutura econômica. Assim, desenvolve-se uma integração entre a cultura e a atividade produtiva para o mercado. E que segundo Abramovay (1992) citando Chayanov, não há uma discordância nessa forma de agir dos agricultores e a incorporação de tecnologias em seu processo produtivo. Na formulação teórica do autor a lógica impressa nos agricultores possui dinâmica própria, mas isso não interfere no sentido de proporcionar um isolamento social. Na verdade, é por meio dessa intersecção com o mercado que os agricultores tentam superar os problemas da penosidade do cotidiano. E essas escolhas são estratégias tal como formula Bourdieu (2004) e são articuladas dentro do campo disputas no qual atua os agricultores.

Para Bourdieu (2004), é preciso pensar em movimento, pois estes processos ocorrem num espaço e num campo social de interesses em disputa, como já afirmamos, mas no mesmo há os consensos e dissensos, as estratégias de conversão e de subversão. E é isso que permite a percepção de uma dialética nesse movimento em que não é possível perceber o novo sem a estrutura do antigo, um inserido no outro e ambos se produzindo e reproduzindo.

Assim, as formas de poder que se constituem nas relações entre os homens trazem em seu âmago a reprodução de um *modus operandi* de forma consciente ou inconsciente,

mesmo que estes processos não ocorram unicamente nos aparelhos. A análise não pode prescindir do entendimento de que, neste momento também tem em seu cerne a possibilidade de transformação a partir das experiências vivenciadas. Essa relação fica perceptível, pois os agricultores afirmam que a associação de moradores, que mais tarde torna-se associação de produtores, representa uma estratégia de rompimento com os problemas gerados pela produção em moldes agrícola capitalista.

O que podemos observar a partir dessas informações é que mesmo o capital incidindo sobre os agricultores esses se utilizam de estratégias diversas para superar essa tentativa de usurpação e passam a colocar em evidência uma permanente resistência. Como bem afirma Brandão (2007), esses atores sociais colocam em campo uma contrarracionalidade, reforçando a sua cultura e reafirmando a sua sensibilidade e isso também é perceptível nos depoimentos dos agricultores quando eles reforçam elementos da cultura como fato agregador como podemos ver quando explicavam o resurgimento da *Congada*, ou quando falam sobre a resistência dos filhos ao corte das árvores, ou quando sugerem aos pais mudar para a produção de orgânicos. Essas são práticas que muitas vezes parecem antirracionais e ultrapassadas por serem acionadas por sistemas de ideias e estilos de ação fora do tempo e do lugar, mas a nosso ver, em acordo com Brandão (2007), Wanderlei (2000) Martins (1975) entre outros, trata-se da defesa de espaços de vida e de trabalho no campo e, portanto, não podemos negligenciá-los, pois são espaços carregados de relações sociais, e também de simbologias.

Para compreender a lógica dos agricultores é preciso ter claro que eles também não se sujeitam totalmente a essa relação e a prova disso é a criação de estratégias de superação e manutenção da produção agrícola, mas também desses espaços sendo reconhecidos por eles como sendo de vida e de trabalho. E essa relação fica muito clara a nós quando, por meio das suas narrativas, vemos que eles passam novamente valorizar a produção cultural local, a sociabilidade e a solidariedade. E também no que competem às questões ambientais, as relações são alteradas, pois agora afirmam o respeito com os consumidores dos produtos gerados e com a natureza, tomando de novo para si o direito da cultura de saber manejar esses espaços que foram negados a eles pelo processo de inculcação da sua não habilidade produtiva e da sua subalternidade em relação ao saber técnico. Tendo dito isso passamos a avaliar o alcance das nossas hipóteses:

A primeira hipótese por nós formulada era a de que os atores sociais que se encontram inseridos na “Associação do Bairro dos Garcias” poderiam vir a ter um papel de

auxílio na recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu por meio do *Habitus* que estava introjetado nos mesmo. Os agricultores já nos davam pistas da possibilidade de mudança de comportamento no que compete à interiorização dos cuidados com o meio ambiente desde o nosso primeiro contato.

Diante dessa informação, passamos a investigar as ações dos agricultores no que compete à sua atividade socioambiental no município de Bom Repouso (MG). Essa investigação foi possibilitada por meio da coleta de depoimentos orais sobre a formação da organização social em associativismo. A análise dos seus dados permitiu compreender de que forma esse processo inferiu na vida dos atores sociais, no trato com meio ambiente em suas práticas produtivas e na relação com sociedade envolvente de maneira geral. E assim, passamos a entender as dificuldades pelas quais passam os agricultores de Bom Repouso para continuar produzindo e reproduzindo suas vidas. Por meio dos depoimentos observamos que o modelo de produção hegemônico capitalista interfere significativamente na cultura dos agricultores, impondo constantemente um modo de pensar e agir para dessa forma, manter a supremacia de um modelo que promove a acumulação econômica enquanto ideologia, mas que ao mesmo tempo gera o desacumulo social e ambiental, e dessa forma, acaba por romper com a estabilidade das relações socioambientais na comunidade e na sociedade como um todo. Verificamos que a garantia de sucesso desse modelo hegemônico está alicerçada no tripé processo de industrialização/acumulação capital econômico/ transferência de tecnologia, por meio de programas de educação juntos aos agricultores, como foi identificado no decorrer dessa tese. Enfim, os dados contidos nos depoimentos nos permitiram identificar que o modelo econômico hegemônico (imposto pelo capital) tem se sobressaído perante às ações dos agricultores associados, mas possibilitou entender que as relações são dialéticas e que estão em um campo de disputa. Sendo assim, verificamos que nas narrativas dos agricultores existem elementos que permitem entendê-los como potenciais agentes de mudanças, pois esses atores sociais apresentam, por meio dos relatos, uma certa resistência, à medida que eles promovem estratégias e passam novamente se apropriar de aspectos que são próprios da cultura local. Ou seja, a vivência dos agricultores com a escassez de recursos faz com que eles criem uma resistência ao modelo ideológico da produção hegemônico e passem a desenvolver uma outra lógica acionada pelo *habitus*, como confirma Bourdieu (2004) ao mencionar que a estrutura permanece a mesma no campo de disputas.

A análise dos depoimentos nos permitiu compreender que os motivos pelos quais não podemos contar com uma ação mais efetiva desses atores no entorno da Bacia Hidrográfica

do Rio Mogi-Guaçu, estão diretamente ligados a essa concepção imposta pelo modelo hegemônico e introduzido por meio dos processos educativos aos agricultores, com base nos princípios difusionistas, proporcionando uma assistência técnica que busca a máxima aderência deles aos modelos tecnológicos alicerçados nos paradigmas de uma Ciência que promove o antropocentrismo e que referenda o acúmulo das relações econômicas por meio da dominação da natureza.

Compreendemos que o problema, como bem destacou Freire (1983), é que não se ajusta uma prática dialogizante entre o conhecimento técnico e o conhecimento tradicional. Esse é o fator primordial para que as ações dos agricultores sejam pontuais e não totalmente transformadoras, ou seja, a lógica do modelo hegemônico está sendo operacionalizado junto aos agricultores, pelos diversos agentes sociais, o contínuo *divórcio* entre o conhecimento científico e o conhecimento construído pelos agricultores. E identificamos que há uma intencionalidade nessa ação ideológica, pois assim se mantém o padrão de acumulação econômica em detrimento do meio ambiente.

Entendemos que a nossa segunda hipótese se confirma: a adesão ao processo produtivo nos modos convencionais está associada a um processo de capacitação dos produtores rurais, os agricultores foram treinados para adotarem simplesmente dos conhecimentos técnicos e não educado a processarem esse conhecimento numa perspectiva ética que respeite os princípios ecológicos, isso porque essa capacitação promove o divórcio entre o conhecimento produzido por eles e o conhecimento científico. E é por esse motivo que identificamos que as ações tem sido deletéria ao meio ambiente, não se restringindo apenas ao espaço físico de sua produção, mas causando danos à sociedade como um todo. Claro, que compreendemos que esse modelo de educação e extensão também se encontra num campo de disputa, conforme formula Bourdieu (2004), no entanto, esse modelo que desqualifica o conhecimento do outrem está prevalecendo e promovendo a permanência da subalternidade nos sujeitos, como explica Souza Santos (2002), e a sua coisificação, como define Freire (1983).

Por fim, verificamos que o princípio não tem sido o educativo com base no diálogo e na provocação no sentido gerador de outra ação possível, mas sim na capacitação com objetivo de manutenção e aderência dos atores sociais. E identificamos por meio dos depoimentos que essa é uma prática que vem se reproduzindo ao longo dos anos e se fortalecendo cada vez mais, como se percebeu nos relatos que destacam a inserção do SEBRAE entre os agricultores de Bom Repouso (MG). Esse programa, como se observou nas

narrativas dos agricultores, visa a qualificação dos trabalhadores rurais pelos treinamentos oferecidos, inclusive de maneira posturais, a inculcar nos agricultores uma nova forma de pensar e agir. Ou seja, a afirmação inicial de que os agentes educacionais assumiam e continuam assumindo um papel importante para a manutenção produtiva nos moldes de acumulação capitalista e desacumulação social, cultural e ambiental, se confirma. Podemos afirmar que a superação desse modelo só ocorrerá se realmente houver interesse na criação de políticas públicas fortes que sejam balizadas na cultura dos sujeitos, que se constitua por um referencial com base nas teorias da Complexidade, pois só assim, compreenderemos a totalidade das relações produzidas nesse rural, que, como procuramos evidenciar por meio dos depoimentos dos agricultores de Bom Repouso, cada vez mais precisa ser desvendado por dentro evitando a sua culpabilização por algo do qual também são vítimas.

Com a nossa tese chegamos à compreensão de que os processos de produção vigentes desrespeitam a cultura e tentam desumanizar os indivíduos e o fazem por meio imputar da ideologia de acumulação. As bases para conseguir obter sucesso são constituídas com apoio da Ciência que passou a fomentar continuamente uma visão antropocêntrica, por meio da desvinculação da relação do homem com a natureza. Mas, como bem observa Freire (1983), não podemos e nem devemos nos esquecer de que a produção agrícola não existe no vácuo. A sua base resulta na relação homem-natureza. E também se constitui como relação homem-espço histórico-cultural. Ao contrário do que se poderia supor, não está posta uma relação de distanciamento enorme entre dois espaços mundos, seres humanos e culturas.

Segundo Whitaker (2006) citando Samohyl (1982), o que ocorre é que o modelo de Ciência Cartesiana criou a falsa ideia de que os homens fossem semideuses e, portanto, possuidores da natureza. E essa natureza então, se torna passível de transformações por meio da tecnologia a partir da revolução industrial, iniciou uma devastação nunca antes registrada, em nome de um progresso que acumula riquezas e promove á desacumulação a natureza.

Marx (1987) explica quais são as bases que dão sustentação a esse processo de desacumulação social e da natureza. Ainda segundo Marx, foi criada a falsa ilusão de que a produção tinha como objetivo a realização dos indivíduos. Quando na verdade, o único objetivo era a promoção do aumento da riqueza, o aumento de capital. E até os supostos interesses individuais são também eles, determinados forma como a sociedade organizar sua produção. O procedimento de naturalização, que situa nos indivíduos a origem de processos que abarcam a sociedade como um todo, acaba também por naturalizar o indivíduo e, nesse

sentido, torna-se incapaz de compreender o processo histórico e social de formação da individualidade.

As bases para que esse individualismo se perpetue é exatamente a acumulação de capital e o aumento da riqueza, claro, que se apoiando na destruição da cultura, por consequência, das bases naturais, ou seja, dos ecossistemas. O que observamos em acordo com Whitaker (2006) é que esse modelo tem provocado a desigualdades entre os sujeitos e tem gerado miséria, fome em meio à abundância de produtos jamais observada na história. Ainda segundo a autora, o problema é que essa ideologia inculcada provocou a falsa ilusão de que estamos produzindo riqueza, suprimindo o que seria a pobreza da vida primitiva. É preciso, desmistificar essa ilusão criada pelo mundo da mercadoria.

O que temos observado ainda, é que cada vez mais os ecossistemas têm sofrido e tem sido continuamente impactado pela geração de resíduos desse modo de produção. E essa forma de ação capitalista tem tentado desarticular e desintegrar não só a base natural, mas também cultural dos sujeitos. Para uma maior compreensão de como se dá esse processo citamos Altvater (1995) afirma que o histórico da destruição se dá a partir do avanço do industrialismo e do consumismo desenfreado caracteriza o homem contemporâneo, enganado pelo desenvolvimento tecnológico que destrói a natureza e que promove a desestruturação os recursos não renováveis. Com a nossa tese chegamos à concepção de que é preciso entender esse quadro dentro de uma perspectiva histórica e dialética, pois só assim compreenderemos de fato como pensam os sujeitos que são agentes de transformação, mas que ao mesmo tempo são vítimas desse modelo de produção que cria a falsa ideia de uma necessidade de consumo e ao mesmo tempo fomenta nos sujeitos a individualidade em prol desse consumo de mercadorias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa reflexão, uma questão merece destaque o do caráter inacabado do conhecimento, pois é “um modo de criação contínua” (BACHELARD, 2004, p.19), muito embora suas temporalidades e espacialidades sejam marcadas pela análise e pela aplicabilidade. Tendo dito isso, passamos as nossas considerações.

A nossa primeira consideração é afirmar que é preciso sempre ter uma vigilância para evitar culpabilizar os agricultores pelos problemas ambientais aos quais estão sujeitos. Claro, que não estamos aqui os isentando das suas ações, mas enquanto pesquisadores precisamos compreender que essa relação produção e degradação foram construídas historicamente. Ou seja, só poderemos pensar em uma mudança de paradigma à medida que entendamos essas relações homem trabalho de fato como se fazendo parte de uma totalidade. E que os atores sociais que nos dedicamos a estudar estão numa relação dialética com a sociedade e a natureza.

O que precisa ser alterado é a concepção pela qual foi constituída a assistência técnica e a intervenção no mundo rural, pois for feita uma serie de transformações na forma de organizar e pensar o processo produtivo sem se levar em conta o agricultor como um elo do processo. E a assistência técnica teve um fundamental papel na transformação da lógica que era operacionalizada pelos agricultores como muito bem coloca Paulo Freire (1983).

Segundo Freire, na verdade, o que interessava ao técnico naquele momento era transmitir com a maior rapidez possível a técnica “correta” de como camponês se relacionar com a terra. E concordamos com o autor quando afirma que é preciso problematizar essa concepção para alterar essa forma de ação, pois relação está baseada numa premissa equivocada. Nesse momento proposta era extensão e não comunicação. E essa extensão era comprometida como o modelo econômico como bem coloca Fonseca (1985). Concordamos com Freire quando ele diz que “a expressão ‘extensão educativa’ só tem sentido se toma a educação como prática da ‘domesticação’. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ (p.15).

O que não podemos nos esquecer de que como bem formula Paulo Freire (1983, p.33), não se devemos perder de vista, em favor dos camponeses, que “a produção agrícola não existe no ar, mas é resultado das relações homem-natureza (que se prolongam em relações

homem/espço histórico-cultural)” e ao contrário do que se poderia supor, não está posta uma relação abismal entre dois espaços, mundos, seres humanos e culturas.

E é preciso estabelecer um diálogo no sentido da superação dos problemas e esse só será possível mediante a comunicação. A comunicação deve por princípio reger o convívio não só entre os técnicos agrônomos e os camponeses, mas o processo educacional e a ciência como um todo. E de fato, esse modelo de transferência de saberes na verdade nada mais foi que uma invasão cultural – Seja pela impaciência não dialógica, seja a crença na extensão do conhecedor aos ignorantes, trata-se sempre de um processo de invasão cultural. Para Paulo Freire (1983), toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação (p. 26).

E concordamos com o autor e entendemos que a ação dos agricultores é fruto de uma construção histórica que foi invadida e para que possamos para entender a lógica que os nutri será preciso compreender que esse modo de produzir foi imposto aos mesmos como sendo um modelo mais viável, e como o intuito de proporcionar a sua adesão foi promovido os programas de capacitação, que nos falam Freire (1983), Fonseca (1985), Almeida (2000), Graziano Neto, Lutzeberger (2002), entre outros autores.

E houve uma invasão cultural devido à impaciência dos técnicos em desenvolver um diálogo com os agricultores. E o não dialógico, seja por crença na extensão do conhecedor aos ignorantes, trata-se sempre de um processo de invasão cultural. Para Paulo Freire, toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação (p. 26).

Ao desenvolver a pesquisa, entendemos que os agricultores procuram adentrar no mercado e tentam se adequar às regras do jogo, pois é isso inclusive que se esperavam deles. Todo o processo de produção conservador visa uma intervenção no campo com a máxima adesão dos agricultores esse fato fica nítido, como podemos observar na literatura estudada. No entanto, os agricultores não aderem completamente. E por vezes, outra lógica começa a ser operacionada como bem define Brandão (2007): trata-se da contra racionalidade e essa é efetivamente fruto do habitus. E o habitus dos agricultores que estão ligados à associação de Bom Repouso (MG) tem sido carregado com eles mesmo quando migram para a produção de

morango numa perspectiva de produção convencional. O problema que os leva a não produzirem de acordo com o seu *habitus* está associado ao imperativo econômico. Esse ainda está ganhando terreno então, a nosso ver para uma real transformação faltam políticas públicas, mas essas devem estar balizadas por uma distinta concepção de ação e de educação sempre pontuada pelo respeito da cultura do outrem. Como bem explica Freire, à educação deve ser compreendida em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo. (1983, p.7).

No entanto, compreendemos que isso só será possível se de alguma forma concebemos conjuntamente com os agricultores processos educativos que eliminem a concepção de capacitação técnica para colocarmos no lugar uma compreensão de fato formativa, entendendo os sujeitos como atores do conhecimento em construção.

Ao estudarmos as práticas desses agricultores ficam visíveis que eles têm desenvolvido estratégias para continuar reproduzindo seu patrimônio sociocultural, ainda que a economia capitalista tente desvirtuá-los totalmente. De alguma forma eles mesclam as praticas que estão mais associadas ao seu habitus com as técnicas conservadoras.

A lógica que os mobiliza, ao nosso ver, está balizada no habitus que está introjetado nesses agentes sociais e refletem nas suas práticas de sociabilidade, solidariedade, e estratégias e a reconstrução das trajetórias dos agentes sociais e o entendimento das suas práticas por dentro permitiu observar esses fatos ocorrendo.

Entendemos que estamos longe de superarmos os problemas se de fato não propusermos outro modelo de ação para a zona rural, que seja baseado no diálogo e na educação como prática de liberdade. Freire (1983) vai dizer que “a ‘educação como prática da liberdade’ não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’” (FREIRE, 1983 p. 53), mas sim algo construído e mediatizado pelo diálogo.

Então, para concluir nossas considerações é preciso dizer que, pelas narrativas dos agricultores, fica perceptível que esses são potenciais agentes de transformação do entorno da Bacia do Rio Mogi-Guaçu, mas primeiro será necessário uma mudança de perspectiva de intervenção mudando o modelo que promove a desacumulação das relações sociais e ambientais para um que de fato tenha como princípio uma ética ambiental e social.

E para atingir essa perspectiva ética será necessária a efetiva compreensão do processo histórico pelo qual os atores sociais e em caso sejam propostas intervenções nas atividades produtivas e no modo de vida dos mesmos que essa seja fundamentada nos princípios elencados por Paulo freire, Souza Santos, Brandão e seja feita após as indispensáveis mudanças sistêmicas.

REFERÊNCIAS

ABNT/NBR 6023/AGO 2000. Informação e Documentação Referências– Elaboração. Disponível em, <www.abnt.org.br> Acesso em 20/12/2010.

ALMEIDA, R, A. Classe camponesa e Habitus específico: identidade e distinção no campo. AVEPALAVRA: **Revista de Letras**. Campus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, nº5, 2001/2004.

ALMEIDA, M. e J, C, p. (Org.). O desenvolvimento da atividade agrícola no Brasil e o meio ambiente no Brasil. **Ensaio e Debates**, São Paulo, 1990.

ALMEIDA, S, G. de. **Crise Socioambiental e conversão ecológica da agricultura Brasileira**: subsídios à formação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. 1ª edição, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001

AMARAL, F. C do et.al. **Principais limitações do solo do Brasil**. Disponível em: <www.cnps.embrapa.br/search/pesq/tema>. Acesso em 2010.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão** Campinas: Hucitec Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre. Editora UFRG, 2003.

ABRAMOVAY, R. Pesquisa científica e a questão da sustentabilidade agrícola. **Revista FEA**, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, São Paulo, 1997.

ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. **Economia Rural**. Vol. 40, nº 2 235-264, abril/ jun 2002. Disponível em <www.econ.fea.usp.br/abramovay>. Acesso em 2010.

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 641**, Convênio FIPE/IPEA 07/97, Brasília, abril de 1999, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0641.pdf>. Acesso em 2010.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols.28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999, disponível em: <<http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 2010.

ABRAMOVAY, R, Agricultura familiar e uso do solo, **São Paulo em Perspectiva** – Abr/jun, vol. 11, nº2:73-78. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 2011.

ABRAMOVAY, R Agricultura familiar serviço publico: novos desafios para extensão rural, **Cadernos de Ciência e tecnologia**, volume 15, jan/abr, 1998. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>>. Acesso em: 2011.

ABRAMOVAY, R, De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar, **Anais do Iº SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA** – Petrolina pp. 17-27, Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/De_volta_para_o_futuro.pdf>. Acesso em: 2011.

AVRITZER, L. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, L. Existe um marxismo ecológico. In: BORON, A.A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S (Orgs). **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. 1ª edição, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2006.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova (Cedec)**, nº39, 1997.

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro, contraponto, 2000.

BADUE, F, B. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar**: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros, São Paulo. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-graduação de saúde Publica –USP, São Paulo, 2007.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1987.

BASTIDE, R. **Brasil terra de contrastes**. Trad.: M. I. Queiroz. São Paulo: DIFEL.1959a [1957].

BASTIDE, Roger. Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. **Sociologia**, São Paulo, v.15, n.I, p. 157-160, mar. 1956.

BRAGA, B; HESPANHOL, I; CONEJO, J. G. L; BARROS, M. T. L; SPENCER, M, PORTO, M; NUCCI, N; JULIANO, N; EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. São Paulo: Prentice Hall, v. 1, 2002.

BRANDÃO, C. R. **Diário de campo**, São Paulo, Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R. Tempo e espaço nos mundos rurais. **R U R I S, Revista do Centro de Estudos Rurais- IFCH– Unicamp**, Campinas, São Paulo, vol.1, nº1, , março de 2007.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, C. R. Ideologia das classes subalternas. In: **Anais do SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA VOLTADA PARA A AGRICULTURA**, São Paulo/CEBRAP, 1984.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Cartografia. **Carta do Brasil – ESC. 1:50 000**. S/D.

BEGOSSI, A. Use of ecological methods in Ethnobotany. **Economic Botany**, v. 50, t.3,p. 280-9.175, 1996.

BENJAMIN, C, et. al. A reestruturação agrária. In: BENJAMIN, C, et. al. (Org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.

BRIGANTE, J; ESPINDOLA, E, L, G. (Org.) **Limnologia fluvial: um estudo no rio Mogi-Guaçu São Carlos, São Paulo: Editora RiMa, 2003.**

BOURDIEU, P. Stratégies de Reproduction et Modes de Domination. **Actes de la Recherche em Scienses Sociales** (Paris), nº 105, p. 3-12, 1994.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: Estruturas Econômicas e Estruturais Temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7ª. edição, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.p.322

BOURDIEU, P. Será possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996. p. 137-56.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J Y; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício do Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia**. 6º edição de Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leituras operarias**, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1973.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BUARQUE, C. Qualidade de Vida: a modernização da utopia. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, 31:1-22, 1993.

BUTTEL, F. H. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Revista Perspectiva**, São Paulo, 1992.

BORTOLETTO, E. M; BOCHNER, R. Impacto dos medicamentos nas intoxicações humanas no Brasil: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 15(4): 859-869 out-dez, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1026.pdf>>. Acesso em março de 2009.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 37-5, .abr. 1998.

CALEGARIO, A. **Morango Integrado e a rastreabilidade**. Disponível em:<<http://hotsites.sct.embrapa.br/prosarural/programacao/2010/producao-integrada-de-morango-.ANO2010>>. Acesso em 10/02/2012.

CALEGARIO, A; BRANDENENBURG, A. Para pensar Outra agricultura. . In FERREIRA, A. D. D E; ZANONI, M. **Outra Agricultura e a reconstrução da ruralidade**. Curitiba/PR: Ed. Da UFPR, 1998.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do rio bonito**. 3a ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CALLOU A, B, F. Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local, **Unir Coop**. vol. 5.1.1-204 corr.ind, Vol. 5, nº 1, 2007.

CARMO, M. S. do A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURQ, A (Org.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

CARPI, Salvador Jr. **Processos erosivos, recursos hídricos e riscos ambientais na Bacia do Rio Mogi Guaçu**. Disponível em<www.ufmg.br/copeve/provas,2000/geografia.html> Acesso em 2010.

CUNHA, Giselle de Paula Queiroz, **Caracterização ambiental da região de montante do rio Mogi-Guaçu (Bom Repouso/MG): estratégias para replicabilidade e diretrizes para elaboração do plano de adequação ambiental**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Programa de pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, USP/ Escola de Engenharia de São Carlos são Carlos/ SP, 2009.

CHAUÍ, M. O Discurso competente. **Revista da Associação Psiquiátrica da Bahia**, volume 2, nº1. 1978.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, In: CHAYANOV, A. **La organizacion de La unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision., 1974.

CHAYANOV, A; KERBLAY, B; THORNER, D; HARRISON, M. Chayanov y la teoria de la economica campesina. **Cuadernos de pasado y presente**. México: Ediciones Pasado y Presente, , 1981.

DAROLT, M. R. **Lixo Rural: Entraves, Estratégias e Oportunidades**. 2002. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarlixo.htm>> acessado em 12/05/2010.

D'ANDRE, M, D, A. Texto e contexto e significado:algumas questões na analise de dados qualificados. **Cadernos de Pesquisa**, nº 4, Fundação Carlos Chargas, 1983.

DIAGNÓSTICO da Bacia do Rio Mogi-Guacu, “relatório Zero”. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br>>. Acesso em: novembro de 2010.

DIEGUES, A, C, S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec,1996.

DIEGUES, A, C, S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da Crítica ao modelo a mudança de paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n1-2, jan/ junho, 1992.

DUARTE, N. A crítica de MARX à naturalização do histórico (final). **Princípios** 72/2003. Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois. Disponível em:[http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=181&id_in_dice=1358]. Acesso em: novembro de 2010.

EMATER. **Rotação de culturas**. Disponível em [<http://www.emater.df.gov.br/grsrotacao.htm>]. Acesso em 2002.

ESPÍNDOLA, E. L. G. Toxicidade à Danio rerio de percolado de solo sob cultura de batata inglesa da região de montante do Rio Mogi-Guaçu (MG).**Anais do IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECOTOXICOLOGIA**. São Pedro, 2006 e Reunião de Comemoração dos 30 anos de PPG-ERN/UFSCar, 2006.

ESPÍNDOLA, E. L. G.; BRIGANTE, J; ELER, M. N. Avaliação Ambiental Preliminar do Uso e Ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu. In: ESPÍNDOLA, E. L. G.; BRIGANTE, J; ELER, M. N. **Limnologia Fluvial: um estudo no rio Mogi-Guaçu**. São Carlos/SP: Editora RiMa, 2003.

ESPÍNDOLA, A, E, **Análise da percepção de risco do uso de agrotóxicos em áreas rurais: um estudo junto aos agricultores no município de Bom Repouso (MG)**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Pós-graduação em ciências da Engenharia Ambiental, EESC, USP, 2011.

FAO/INCRA. **O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**, 1995, Disponível em: [<http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza=2938,711>]. Acessado em: 2009.

FERREIRA, M, A, D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Nº 18, abril, CPDA/UFRRJ, 2000.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In FERNANDES, F. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

FERNANDES, F. (Org.) **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. S. Paulo: Nacional, 1973.

FREIRE. Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8ª edicao, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

GALLO, J. I. H. **O mito da explosão demográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GAGNON, Nicole. On the analysis of life account. In: BERTAUX, Daniel (Org.). **Biography and society**: the life history approach in the social science, Londres: International Sociological Association, Berkeley: Sage, 1980.

GALVÃO, A, C, Et.al. **Análise de algumas experiências de Associações Rurais sob a ótica do Capital Social**: Discussão teórica e algumas evidências empíricas na Área Rural. Disponível em: [\[http://www.sdr.unb.br/ojs/include/getdoc.php?id=185&article=58&mode=pdf\]](http://www.sdr.unb.br/ojs/include/getdoc.php?id=185&article=58&mode=pdf). Acesso em 2009.

GRAZIANO, da Silva. J; STOLKE, V. (Orgs.). **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO da S, J. **A modernização Dolorosa**: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecológica crítica da modernidade na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.100

GRAZIANO, J, da S. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Atual, 1997.

GEERTZ, Clifford. Ethos, Visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEERTZ, C, A. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GUERRA, A, T. **Recursos Naturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1986 p.67.

GONÇALVES, C, W, P. **Os (des) caminhos do meio Ambiente**. 5ª edição, São Paulo: Contexto, 1996.

GIULIANI, M, G. Neo-ruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. **Revista de Ciências Sociais**, n.14, 1987.

GIULIANI, M, G O dilema dos transgênicos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, out, p.14-37, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

GIULIANI, M, G. Sociologia e ecologia: um diálogo reconstituído. **Revista de Ciências Sociais**, vol 41, nº1, Rio de Janeiro, 1998.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 177p.

GOMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: FERMIANO, D. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. Santa Cruz do Sul: Ed UNISC, 1997.p. 95-116.

GLOSSÁRIO de termos técnicos na área ambiental. Disponível em [\[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal\]](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal) acesso em março de 2011.

GUITIEREZ, Ênio. et. al. O modelo tecnológico da agricultura brasileira. In: Situação e perspectivas da agricultura brasileira. **Textos para estudos e debates**.2, p.34-43, 2000.

GUIVANT, J, S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências Sociais. In: GUIVANT, J, S. et. al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez e Editora da UFSC-Sta Catarina/ Florianópolis, 1998.

GLIESSMAN, S, R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação** N. 23. São Paulo: Peres, p.177,1995.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology in the Tropics: Achieving a balance between land use and preservation. **Environmental Management**, New York, v. 16, n. 6, p.681-689p, 1992.

HANAI Y, F, **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento de turismo na região de Bueno Brandão, estado de minas gerais, Brasil**. Tese (doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental-USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 2009.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Petrópolis Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

HUYCK, L. M. The use of energy flow as a system-level indicator to evaluate the biophysical sustainability of alternative agroecosystems: a case study. In: **Anais do**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO AGRÍCOLA E URBANO. Piracicaba, 1995.

HECHT, S. B. The evolution of agroecological thought. In: ALTIERI, M. A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Westview Press. Boulder, Colorado, 1987.

HIRST, P. Associative Democracy. Cambridge: **Polity Press**. Prospects for Democracy, 1994..

HOROCHOVSKI, R. R. Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política** da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 109-127. Disponível em: [www.emtese.ufsc.br]. Acesso em 2009.

IBGE/ Informações sobre o histórico da formação do Município de Bom Repouso/MG. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em março de 2010.

IANNI, O. A utopia camponesa. In: CLIFFORD, A. W, et. al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

IANNI, O. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora, 1976.

LAMACHE, H. **A agricultura familiar: do mito a realidade?** Campinas: Unicamp, 1998. p.435.

LESBAUPIN, I; MINEIRO, A. **A questão do trabalho nos tempos atuais**. O Desmonte da nação em dados. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEVIGARD, E. Y; BRANI, R. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” o meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. **Cad. Saúde Pública**, vol.20 nº6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2004. Disponível em, <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000600008>> Acesso em janeiro de 2010.

LEFEBVRE, H, **De lo rural a lo urbano**. Barcelona, Ediciones Península, 1970.

LEFF, Enrique, **Ecologia, Capital e Cultural: a territorialização da racionalidade ambiental**, Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEFF, H. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**, Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

LIMA, N, C, **Avaliação do impacto da contaminação do solo em áreas agrícolas em Bom Repouso (MG) por meio de ensaios toxicológicos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental-USP, Escola de Engenharia de São Carlos, 2010.

LOPES, D, L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, Dulce, Consuelo, A. (Org). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Ed. Letras á Margem, 2002. p.135.

LUTZEMBERGER. J. A Perniciosa cegueira cultural. Publicações e divulgação **PANGE**. Disponível em: <www.agirazul.com.br>. Acesso em 23 de fevereiro de 1998.

LUTZEMBERGER. J. **Ecologia: o poder do Jardim**. 11a edição, Porto Alegre: L&PM, 1992.

LUTZEMBERGER. J. **Manifesto Ecológico Brasileiro: fim do futuro?** Porto Alegre, Movimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980.

MALIA, J. (Org.) **A Summary Report: The Rural Waste Management Symposium**. Valley Resource Center Regional Waste Management Department: Tennessee, USA, 1992. 22 p. Disponível em: <<http://www.p2pays.org/ref/24/23668.pdf>> Acesso em junho de 2007.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. V. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro manuscrito). In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores)

MARX, K Para a crítica da economia política. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse – 1857-58)**. 2ª ed. México: Siglo XXI, vol. 1, 1987.

MARTINS, J, de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J, de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. 2ª. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS , J de S. O futuro da Sociologia e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ, OUT-2000.

MARTINS, J de S. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora, 1976.

MENEZES, L. C. (Org.) **A terra gasta e a questão do meio ambiente**. São Paulo: Educ, 1992.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). **Sociologia Rural**. RJ: Jorge Zahar, 1969.

MIRANDA, E. E de. Preservação ambiental e reforma Agrária: não tem mais desculpas. **Revista ensaios e debates**, Universidade de São Paulo abril/dez/1990.

MOSCHINI, L. E. Zoneamento ambiental da bacia hidrográfica do médio Mogi-Guaçu superior. 2008, 132, Tese (doutorado em Ecologia e Recursos naturais) Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2008

MORIN, E. **O Problema epistemológico de Complexidade**. Lisboa: Europa-América, 1983.

MOREIRA, J. R. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 15, p.39-52, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: out/2000.

NISHIKAWA, D. L. L. **levantamento das práticas agrícolas sustentáveis no Assentamento da fazenda Monte Alegres Região de Araraquara/SP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental-USP, Escola de Engenharia de São Carlos, 2004.

NISHIKAWA, D. Lopes; Ferreira de O. A. D. Pressupostos teóricos e as implicações do modelo de produção convencional para a agricultura no Brasil. **Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales**. , v. 01, p.03 - 24, Buenos Aires, Argentina, 2011.

NORMAS técnicas que regulamenta ação das atividades trabalhistas no mundo rural. Disponível em; <<http://www.mte.gov.br/legislacao/normasregulamentadoras/nr31.pdf>> Acesso em fevereiro de 2010.

NOVELLI, A. **Efeito do Vertimec® 18CE e de seu princípio ativo, a abamectina, em ambiente aquático**: uma análise laboratorial e in situ. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, EESC, USP, 2010.

NUNES, M, E, T et.al. **Uso de agrotóxicos e impactos ambientais**: um estudo na região de Bom Repouso, MG. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3-091.pdf>>. Acesso em março de 2010.

NUNES, M. E. T; NISHIKAWA, D. L. L; RODRIGUES, B. K; LIMA, N. C. ESPÍNDOLA, E. L. G. Projeto Mogi-Guaçu: Desenvolvendo Ações Socioambientais. **O Uso de Agrotóxicos e a Inserção da Agricultura Alternativa no Município de Bom Repouso (MG)**. In: Projeto Mogi-Guaçu: Desenvolvendo Ações Socioambientais. São Carlos: RiMA Editora, 2009.

NUNES, M, E, T. **Avaliação dos efeitos de agrotóxicos sobre a fauna** edáfica por meio de ensaios ecotoxicológicos com *Eisenia Andrei* (Annelida Oligochaeta) com comunidade natural do solo. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010.

ODUN, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.

OLIVEIRA, M.M. (1999)“As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”.**Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v.16,n.2,p.97-134, maio/ago, 1999.

OLIVEIRA, Edílson Moreira de; BUCHALA, Simone Azevedo. Extensão Rural: um projeto educativo voltado ao capital - o discurso competente que o fundamenta. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA: TRABALHO E CONHECIMENTO: **DESAFIOS E RESPONSABILIDADES DA CIÊNCIA**, V, 2003, Unesp, Marília, São Paulo. Disponível em: <http://www.ibilce.unesp.br/departamentos/edu/textos_edilson/edilson_marilia.doc> Acesso em: 3 jul. 2007.

PASCOAL, A. D. **Agricultura orgânica**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1986. 72p.

PERES, F. **É veneno ou é remédio?** Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos. 1999. 178 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro/RJ, 1999.

PERES, F. **Onde Mora o perigo?** O processo de construção de uma metodologia de diagnóstico rápido de percepção de riscos no trabalho rural. 2003, 134. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Universidade de Campinas, faculdade de Ciências Médicas, Campinas (SP), 2003.

PINHEIRO S, E; NASRY LUZ D. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Dos vários autores, 1993. p.335.

PINHEIRO, C. Conservação da água: a responsabilidade é de todos. **CATI/Informativo**, Maio/Junho de 2001.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, D. **Suma etnológica brasileira**. Etnobiologia. Petrópolis:Vozes/Finep, 1986.

PRIMAVESI, Ana M. **Manejo ecológico do solo**. Rio de Janeiro: Ceres, 1980.

QUEIROZ, M. I. P. de. História de vida e depoimentos pessoais. **Sociologia**, São Paulo, v.15, n.I, p. 161-175, mar. 1953.

QUEIROZ, M. I P. de. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. **Textos CERU**, 4, São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Bairros rurais paulistas. **Revista do Museu Paulista**, n5, v.17, São Paulo, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura p. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível. In: SIMISON. V. O.M. (Org.) **Experimentos com Histórias de vida**. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho**: as bases histórico sociais do desenvolvimento na serra gaúcha. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

REIJNTJES, C; HAVERKORT, B; BAYER, A W. **Agricultura para o futuro**. Uma Introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1994.

RODRIGUES, B. K. **Avaliação dos impactos de agrotóxicos na região do alto Mogi-Guaçu (MG) por meio de ensaios laboratoriais com Dario rerio (Cypriniformes, cyprinidae)** São /Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental-USP, Escola de Engenharia de São Carlos, 2007.

RODRIGUES, S. **Entra em vigor a Legislação sobre os agrotóxicos**. Disponível em: <www.cati.gov.br/noticias/m_artigo_aguaaaminencia.htm>. Acesso em 2010.

ROMEIRO, A.R. & ABRANTES, F. J. Meio ambiente e modernização agrícola. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: v.43 n.1, p 3-45, jan/mar 1981

ROSSET, Peter. et al. Lições da revolução verde. Situações e perspectivas da agricultura. Textos para estudos e debates, **Cadernos de Estudos**, São Paulo, nº. 2, p. 34-43, 2000.

ROSSET, P, et al. Dez motivos porque os transgênicos não salvam o mundo da fome.Situações e Perspectivas da agricultura. **Cadernos de estudos, São Paulo**, nº.2, p. 39-43, 2000.

SARANDÓN, S. Impacto ambiental de la agricultura: el enfoque agroecológico como necesidad para el logro de una agricultura sostenible. “Sistemas agrícolas sustentables.Santiago, **CLADES/Facultad de Ciencias agrícolas Universidad Central doEcuador**,1996.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, pp. 36, 311.

SILVA, G, F, da. A importância das formas associativas de organização e do desenvolvimento local integrado sustentável no resgate da cidadania: a Cooperativa 100 Dimensão. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 109-127, Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese>> . Acesso em: 2009.

TERMO: o significado do termo Salamim: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Selamim>>. Acesso em: 2008.

SILVA, M, J da et.al. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural, **Revista Ciênc. Saúde Coletiva** vol.10 nº4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400013>. Acesso em: 2009.

SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora, 1976.

SOUZA S, de B, Para a sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002 p. 237-280. Disponível em: www.ces.fe.uc.pt/emancipa.consulta em 2010>. Acesso em: 2010.

SANTOS, S, B. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, Outubro 2007

SOUZA S, de B. **A globalização e as ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

SANTOS, B, de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, B, de S. A pequena agricultura e as Ciências Sociais. **Revista de Ciências Sociais** nº7/8. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/a_pequena_agricultura_e_as_ciencias_sociais_RCCS7-8.PDF>. Acesso em: fev. de 2009.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994

SORJ, B., WILKINSON, J., "Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira", in SORJ, B., TAVARES, M.B. (orgs.), *Sociedade e política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, p.164-190.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluralidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo vol. 18, p.99-121, 2003

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. **Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. São Paulo, 2002.

TESCHE. W. R. **As relações de Reciprocidades dos agricultores familiares e a formação de redes de cooperação no Nordeste do Rio Grande do Sul**, Disponível em www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/40.pdf.> Acesso em 2012.

THOMAS.K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMAS.K. Percepção ambiental: contexto teórico e aplicações ao tema urbano. **Publicações Especial**, nº.05, 1987.

TRICART. **Fenômeno de destruição dos agregados do solo pelo impacto das gotas de chuva (erosão)**. Disponível em: http://www.redeambiente.org.br/dicionario.asp?letra=E&id_word=315 acessado em: 02/06/2008.

VEIGA, J, E, da. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**. Vol. 24, p.9-29, especial São Paulo, 1994.

WANDERLEY, M. de N, B, A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol. 2, 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2.2.4/index.php/made/article/viewArticle/22105>>. Acesso em: dez. de 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-29-a-ruralidade-no-brasil-moderno.pdf/>>. Acesso em: outubro de 2011

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: agosto de 2010.

WANDERLEY, M. de N, B. Pequena Produção: uma perspectiva comparativa. In: VILLAS BOAS, C, GONSALVES, M, A (Orgs.). **O Brasil na virada do século**: debates dos cientistas Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, João Carlos (organizador). **Agricultura Familiar**: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. 2. ed. p. 23.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil Campo E Rural, Cidade e Urbano: Distinções Necessárias Para Uma Perspectiva Crítica em Geografia Agrária, 150 moderno. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 21.**Mesa-Redonda...**, Caxambu: UFMG, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Ruralidade no Brasil Moderno - por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARACCA, Norma (Org.). *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2003. 384 p. p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Wanderley, Maria de Nazareth Baudel. “A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil”. Idéias. (Revista do IFCH/UNICAMP), 3, 2, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Homenagem ao professor Marcel Jollivet. **Raízes**, 21, 2:184-194, 2002.

WILSON, C; TISDELL, C. Why farmers continue to use pesticides despite environmental, health and sustainability costs. **Ecol. Econ.** v.39 (3), p. 449-462, 2001.

WHITAKER, D, C, A. et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? **Cadernos de Campo**, ano II, n3, p.65-70, 1995.

WHITAKER, D, C, A. Dulce Consuelo A. **Sociologia Rural Questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau, São Paulo: Letras a margem, 2002

WHITAKER, D, C, A. **A cultura e o ecossistema:** reflexões a partir do dialogo, Campinas, SP. Editora Alínea, 2006.

WHITAKER, D, C, A; VELOSO, M, G (Org.) As análises de Entrevistas em Pesquisas com Historia de vida: questões metodologias. In **Oralidades e Subjetividades os meandros infinitos da memória.** Campina Grande: Eduap, 2005.

WOORTMANN, E. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Nº81, Rio de Janeiro, 1983.

WOORTMANN, E. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

GLOSSÁRIO

Annalida, Oligochaeta: é uma subclasse de animais que possuem o corpo constituído de segmentos que lembram anéis. São metaméricos, triblásticos, celomados e com simetria bilateral. Habitam o solo e corpos aquáticos tanto de água doce (lagoas, açudes, rios, etc.) quanto salgada (mar). O animal mais representativo deste grupo é a minhoca. Esse táxon apresenta mais de 8.000 espécies descritas.

Antrópica: que sofre a ação do homem.

a-Endossulfan: é um inseticida e acaricida, Este sólido incolor emergiu como um agrotóxico, altamente controverso, devido à sua grande toxicidade, ao seu potencial de biocumulação e também por interrupção endócrina. Banido em mais de 62 países, incluindo a União Europeia e várias nações ao Oeste da África e Ásia, continua sendo extensivamente usado na Índia e Austrália. A substância foi proibida no Brasil em 16 de agosto de 2010, pela ANVISA. A determinação foi fundamentada em estudos toxicológicos que associam o uso desse agrotóxico, considerado extremamente tóxicos, a problemas reprodutivos e endócrinos em trabalhadores rurais e na população.

acetilcolinesterase: Em bioquímica, a colinesterase é um termo que se refere a uma das duas enzimas. A acetilcolinesterase, também chamada Colinesterase de glóbulo vermelho (CGV), colinesterase verdadeira (eritrocitária), ou (mais formalmente) acetil-colina acetil-hidrolase, existente principalmente nas hemácias, sinapses (terminações nervosas) e músculos estriados. A pseudocolinesterase, também conhecida como colinesterasesérica, butirilcolinesterase, ou (mais formalmente) acilcolina acil-hidrolase, existente principalmente no fígado, no plasma, no pâncreas e no intestino delgado.

Agroecossistemas: é um ecossistema com presença de pelo menos uma população agrícola. Portanto, pode ser entendido como uma unidade de trabalho no caso de sistemas agrícolas, diferindo fundamentalmente dos ecossistemas naturais por ser regulado pela intervenção humana na busca de um determinado propósito.

Abaectina: Abamectina 1% Pfizer é um parasiticida injetável de amplo espectro à base de abamectina. A administração de pequeno volume controla eficazmente uma ampla variedade de vermes redondos e artrópodes que comprometem a saúde e a produtividade dos bovinos

Cypriniformes, cyprinidae: A família dos **ciprinídeos** (ou **Cyprinidae**), cujo nome provém do nome em grego do peixinho-dourado, é uma família de peixes teleósteos que inclui as carpas. É a maior família de peixes de água doce, com mais de 2000 espécies distribuídas por mais de 200 gêneros. A família pertence à ordem dos Cypriniformes.

Os peixes desta família são originários da América do Norte, África, e Eurásia. O maior peixe desta família é o Barbo gigante (*Catlocarpio siamensis*), que pode atingir 3 m de comprimento, mas muitas espécies são menores que 5 cm.

Possuem boca protrátil (alonga-se para frente) e dentes na faringe. Todos os peixes desta família são ovíparos, e a maioria não guarda os seus ovos. No entanto, existem algumas espécies que constroem ninhos e/ou guardam os ovos.

Muitas das espécies são importantes para a alimentação, quer para pesca ou aquacultura, e outras são utilizadas como peixes de aquário.

Copepoda: são crustáceos aquáticos, pequenos parentes dos caranguejos e camarões. São muito diversificados e os mais numerosos metazoários (todos os animais multicelulares) das comunidades aquáticas.

Cladocera: é uma ordem de pequenos crustáceos, em geral designados pelo nome comum de pulgas-de-água, que compreende cerca de 620 espécies descritas, mas considerada como tendo ainda muitas espécies não descritas. Os membros desta ordem são cosmopolitas e ubíquos em habitat de água doce, mas raros nos oceanos. A maioria é de tamanho diminuto, com 0,2 a 6,0 mm de comprimento, com a cabeça voltada para a parte ventral e uma carapaça a recobrir o tórax e o abdômen, os quais são aparentemente não segmentados. A cabeça ostenta um único olho composto implantado na sua parte mediana. A maior parte da espécie apresenta partenogênese cíclica, com a reprodução assexual a ser ocasionalmente suplementada por reprodução sexual, a qual produz ovos que permitem à espécie sobreviver em habitat com períodos desfavoráveis e dispersar para habitats distantes

C. Dubia: é uma espécie de pulga d'água na classe Branchiopoda, vivendo em água doce lagos e lagoas e pântanos na maior parte do mundo. Eles são pequenos, geralmente inferior a 1 milímetro (0,039) de comprimento. Os machos são menores que as fêmeas. Ceriodaphnia dubia movimento usando um poderoso conjunto de segunda antenas. Ceriodaphnia dubia é utilizada em toxicidade teste de estação de tratamento de águas residuais de efluentes de água nos Estados Unidos.

Domissanitários: Entende-se por saneante domissanitário as substâncias destinadas à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento de água. Muitos exemplos podem ser listados tais como: os desinfetantes, os repelentes, os sabões e detergentes, os raticidas e os agentes de limpeza em geral.

Dicloro-difenil-tricloro-etano: O DDT (sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano) é o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial para o combate aos mosquitos vetores da malária e do tifo. Sintetizado em 1874, suas propriedades inseticidas contra vários tipos de artrópodes só foram descobertas em 1939 pelo químico suíço Paul Hermann Müller, que, por essa descoberta, recebeu o Prêmio Nobel de Medicina de 1948.

Dario rerio: O peixe-zebra (Danio rerio) é um peixe tropical teleósteo, cipriniforme, da família dos ciprinídeos. É uma espécie ovípara ornamental, muito apreciada por aquaríófilos. Também é conhecido pelos nomes de bandeirinha, paulistinha e bandeira-paulista. Também possui aplicações como um organismo modelo em pesquisas científicas. Pode viver de três a cinco anos e foi o primeiro animal geneticamente modificado a ser vendido em grande escala, sob a denominação comercial de Glofish. É nativo dos córregos da região sudeste do Himalaia, incluindo Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal e Myanmar.

Eisenia Andrei: é um parente próximo do "Brandling" ou worm 'tigre', Eisenia fetida. Como espécies de seu irmão, é epigeic, ou seja, prefere viver em adubo ou serapilheira, em vez de solos minerais. Ele pode ser distinguida de E. fetida como é de cor mais escura, e as listras

característicos são menos pronunciado. No entanto seu status como uma espécie separada só foi plenamente confirmada em meados dos anos 1980 por meio de análises moleculares (baseado em eletroforese de proteínas isoformas).

Edafoclimáticas: é a ciência que trata da influência dos solos em seres vivos, particularmente plantas, incluindo o uso do solo pelo ser humano com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento das plantas. Também é o nome de uma disciplina dos cursos de ciências agrárias, como Agronomia, Engenharia Florestal, etc. A disciplina de Edafologia estuda os solos como substrato básico para os vegetais (tipo de solo, estruturação, porosidade, densidade).

Ecotoxicológicos: um dos ramos da ecologia - estuda os efeitos e as influências de agentes tóxicos sobre diversos níveis de organização biológica: celular, individual, populacional, da comunidade e do ecossistema, compreendendo três áreas fundamentais de estudo: Estudo das emissões e ingresso dos poluentes no ambiente, assim como sua distribuição e destino; Estudos qualitativos e quantitativos dos efeitos tóxicos dos poluentes no ecossistemas e no homem; Estudo do ingresso e destino dos poluentes na biosfera, enfatizando a contaminação das cadeias alimentares.

fauna edáfica: É o conjunto de animais que vive dependendo diretamente do solo, minhocas, determinados besouros, vermes, nematódeos, e os predadores tipo toupeira. Alguns desses animais moram na superfície, sendo chamados de Epiedáficos, é o caso de ácaros, colêmbola, larvas de insetos, lacraias. Outros habitam dentro do solo, como as minhocas. A fauna edáfica é importante para os ecossistemas terrestres, porque está relacionada com a decomposição (degradação enzimática de restos orgânicos que resulta na liberação de nutrientes minerais). Os animais da fauna edáfica não são capazes de realizar a decomposição, mas quando se alimentam, vão triturando os restos orgânicos depositados sobre o solo, ajudando muito aos organismos decompositores, que são bactérias, fungos e actinomicetes, também moradores do solo.

Histopalógicas: é o estudo dos tecidos biológicos, sua formação, estrutura e função. É uma das disciplinas fundamentais dos cursos das áreas biológicas e de saúde.

Resiliência: é um conceito oriundo da física, que se refere à propriedade de que são dotados alguns materiais, de acumular energia quando exigidos ou submetidos a estresse sem ocorrer ruptura. Após a tensão cessar poderá ou não haver uma deformação residual causada pela histerese do material - como um elástico ou uma vara de salto em altura, que se verga até um certo limite sem se quebrar e depois retorna à forma original dissipando a energia acumulada e lançando o atleta para o alto. O cientista inglês Thomas Young foi um dos primeiros a usar o termo. Tudo aconteceu quando estudava a relação entre a tensão e a deformação de barras metálicas, em 1807. Resiliência para a física é, portanto, a capacidade de um material voltar ao seu estado normal depois de ter sofrido tensão.

pesticidas organofosforados: Os pesticidas organofosforados reagem com as enzimas que possuem resíduos do aminoácido serina (enzimas de serina) no sítio ativo, entre elas a acetilcolinesterase, que decompõe a acetilcolina após a transmissão do impulso nervoso de um

neurônio a outro. Ao ser decomposta, a acetilcolinesterase não pode mais decompor a acetilcolina, que se acumula nos receptores sinápticos, impedindo as transmissões nervosas. Em mamíferos, estes efeitos caracterizam-se principalmente por lacrimejamento, salivação, sudorese, diarreia, tremores e distúrbios cardiorrespiratórios. Estes últimos são decorrentes de broncoconstrição, aumento das secreções brônquicas e bradicardia, bem como de depressão do sistema nervoso central, sendo as principais causas de morbidade e mortalidade por tais produtos.

parathionetil e metil: também chamado paratíio-etilo ou paratíio dietílico , é um composto organofosforado . É um potente inseticida e acaricida. Ele foi originalmente desenvolvido pela IG Farben na década de 1940. É altamente tóxicos para os organismos não-alvo, incluindo seres humanos. Seu uso é proibido ou restrito em muitos países, e há propostas para bani-lo de todo o uso. Intimamente relacionado é "paration metílico.

Trans-Heptachlor:é um pesticida ciclodienos chamado, derivado de hexachlorocyclopentadiene . Hexachlorocyclopentadiene forma um aducto com ciclopentadieno , e cloração do presente aducto dar dois isómeros, α e β . A mistura é chamado clordano. O isômero β é mais bioativo. Foi vendido no Estados Unidos 1948-1988 tanto como um pó e uma solução emulsificada. Por causa da preocupação com danos ao meio ambiente e danos à saúde humana, a Agência dos Estados Unidos de Proteção Ambiental (EPA) proibiu todas as utilizações de clordano em 1983, exceto o controle de cupins.

Rotífera: são animais aquáticos microscópicos que constituem o filo Rotífera. O seu nome deriva do latim para “roda”, com referência à coroa de cílios que rodeiam a boca destes animais e que se movem rapidamente, para captar as partículas de alimento, parecendo uma roda a girar. Conhece-se cerca de 1700 espécies de rotíferos de vida livre, que vivem na maior parte das massas de água doce, incluindo pequenas poças de chuva, no solo úmido e também se encontram em musgos e líquenes que crescem em troncos de árvores e pedras, ou mesmo sobre fungos, crustáceos ou larvas aquáticas de insetos.

Vertimec ® 18EC: acaricida / inseticida de origem biológica – grupo químico das avermectinas

Zooplanctônica: As macrófitas aquáticas são plantas aquáticas que vivem em brejos até ambientes verdadeiramente aquáticos (incluindo os corpos de água doce, salobra e salgada). Incluem vegetais desde macroalgas